

summae
SAPIENTIAE

n. 1, ano 2022 - 1º semestre



FACULDADE
INTERNACIONAL
CIDADE VIVA



FACULDADE
INTERNACIONAL
CIDADE VIVA

summae
SAPIENTIAE



FACULDADE
INTERNACIONAL
CIDADE VIVA

A Revista *Summae Sapientiae* é a publicação oficial da Faculdade Internacional Cidade Viva e reflete o compromisso desta instituição na disseminação de um debate acadêmico atualizado e de alta qualidade na área das Ciências Humanas. A revista enfatiza temas de Teologia e de áreas afins.

Editor-Chefe

Dr. André Ricardo Fonsêca da Silva, *Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil*

Editores Adjuntos

Ms. Thiago de Medeiros Dutra, *Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil*

Conselho Editorial

Dr. Iraquitã de Oliveira Caminha, *Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Dr. Sérgio Augusto de Queiroz, *Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil*

Dra. Maria Marconiete Fernandes, *Centro Universitário de João Pessoa, Brasil*

Dra. Josevânia da Silva, *Universidade Estadual da Paraíba, Brasil*

Dr. Edward Jown Stetzer, *Billy Graham Center, EUA*

Dr. Craig Ott, *Trinity Evangelical Divinity School, EUA*

Ms. Guilherme de Carvalho, *L'Abri Fellowship Brasil, Brasil*

Ms. Franklin Ferreira, *Seminário Martin Bucer, Brasil*

Ms. Jonas Madureira, *Faculdade Teológica Batista de São Paulo, Brasil*

Ms. Josemar Jeremias Bandeira de Souza, *Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Ms. Fabiana Josefa do Nascimento, *Faculdade Internacional Cidade Viva, Brasil*

Presidente Sistema Cidade Viva

Sérgio Augusto de Queiroz

Diretor - Fundação Cidade Viva

James Grisi

Diretor - Faculdade Internacional Cidade Viva

Thiago de Medeiros Dutra

Projeto Gráfico

Ewerton Henrique Patrício

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca da FICV

S955 Revista Summae Sapientiae. / Faculdade Internacional Cidade Viva, Curso de Teologia. - V. 5, n. 1 (jul. 2022). João Pessoa: FICV, 2022.

Semestral I.

Publicação on-line: <https://periodicos.ficv.edu.br>

ISSN 2595-9204 (versão on-line)

1. Cidade Viva - FICV. I. Título. Teologia - Periódico. 2. Cosmovisão cristã - Periódico. 3. Faculdade Internacional

CDU 27-1

Ficha catalográfica elaborada por Tirza Egito Rocha de Souza CRB - 15/0607

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia Cristã

CDU 27-1

EDITORIAL	06
ARTIGOS	
JAMES K. A. SMITH E O PODER FORMATIVO DAS LITURGIAS CULTURAIS <i>Anderson Barbosa Paz</i>	07
A TECNOLOGIA E O DRAMA DAS ESCRITURAS <i>Dênis Júlio Pereira Francisco</i>	32
UMA INTRODUÇÃO À IMAGINAÇÃO REALIZADORA DE C. S. LEWIS <i>Elton Roney da Silva Carvalho</i>	72
TRÊS DIMENSÕES DE JUSTIÇA NAS ESCRITURAS: A MISERICÓRDIA, A APLICAÇÃO DA LEI JUDAICA E A JUSTIFICAÇÃO <i>Idílio Oliveira de Araújo</i>	93
FOME DE JUSTIÇA: CÁLCULO ECONÔMICO E RETIDÃO DA AÇÃO <i>José Dalmo Silva de Souza</i>	127
O CRISTÃO E A ÉTICA: COTIDIANO DESAFIADOR E TENTADOR <i>Roberto Vilmar Satur; Francisco Alves dos Santos</i>	160
A COMPREENSÃO MISSIONAL DA IGREJA A LUZ DA COSMOVISÃO CRISTÃ: CASO DA IGREJA CIDADE VIVA <i>Francisco de Assis Saldanha Júnior; Josemar Bandeira</i>	187

EDITORIAL

Apresentamos aos leitores mais outra edição da Revista Summae Sapientiae, uma publicação semestral da Faculdade Internacional Cidade Viva.

A revista reflete o compromisso desta instituição na disseminação de um debate acadêmico atualizado e de alta qualidade, fruto de pesquisa e pensamento crítico, à luz da cosmovisão cristã. Busca ser um registro público e histórico do conhecimento teológico contemporâneo, propagando o conhecimento produzido pelas academias de teologia.

Agradecemos, primeiramente, a Deus por ter permitido a continuidade deste sonho acadêmico. Somos gratos também àqueles que contribuíram para produção desta segunda edição.

A Revista publica textos inéditos na área de teologia e textos interdisciplinares em diálogo com a teologia, por exemplo com direitos humanos, hermenêutica, história, entre outras.

Desta forma, desejamos a todos os leitores um tempo de enriquecimento intelectual e aprimoramento do pensamento crítico.

Boa leitura!

Prof. Dr. André Ricardo Fonsêca da Silva
Editor Científico da Revista Summae Sapientiae

A person's hand is raised in a gesture of praise or worship, set against a warm, golden background. The hand is silhouetted against the light, and a watch is visible on the wrist. The background is a soft, out-of-focus crowd of people, suggesting a church service or a large gathering.

**JAMES K. A. SMITH E O PODER
FORMATIVO DAS LITURGIAS
CULTURAIS**

*JAMES K. A. SMITH AND THE FORMATIVE
POWER OF CULTURAL LITURGIES*

Anderson Barbosa Paz

RESUMO

O artigo tem o objetivo de apresentar a perspectiva de James K. A. Smith sobre o poder formativo das liturgias culturais. Para isso, busca identificar, a partir da concepção de Smith, como o poder dos hábitos ou liturgias culturais modelam os amores humanos. Propõe-se uma revisão das obras “Você é aquilo que ama” e da trilogia “Liturgias Culturais”, composta pelos livros “Desejando o reino”, “Imaginando o reino” e “Aguardando o Rei”. O interesse preponderante do texto será antropológico-cultural. A conclusão é que Smith apresenta uma importante contribuição à reflexão antropológico-cultural cristã ao reconhecer a força das narrativas, dos hábitos e das liturgias na formatação da cosmovisão, adoração e imaginário dos seres humanos.

PALAVRAS-CHAVE

Antropologia cristã; Cosmovisão Cristã; James K. A. Smith; liturgias culturais.

ABSTRACT

The article aims to present James K. A. Smith's perspective on the formative power of cultural liturgies. For this, it seeks to identify, from Smith's conception, how the power of cultural habits or liturgies shapes human loves. It is proposed a review of the works “You are what you love” and the trilogy “Cultural Liturgies”, composed by the books “Desiring the Kingdom”, “Imagining the Kingdom” and “Awaiting the King”. The main interest of the text will be anthropological-cultural. The conclusion is that Smith gives an important contribution to Christian anthropological-cultural reflection by recognizing the strength of narratives, habits and liturgies in shaping the worldview, worship and imagination of human beings.

KEYWORDS

Christian Anthropology; Christian Worldview; James K. A. Smith; cultural liturgies.

INTRODUÇÃO

Há uma vasta tradição que aproxima filósofos e teólogos cristãos na compreensão de que o homem é um ser que ama e deseja. Agostinho de Hipona, João Calvino, Blaise Pascal, Herman Dooyeweerd são alguns importantes nomes do cristianismo que reconheceram, a partir da antropologia bíblica, que o centro do ser humano não é sua racionalidade, mas sim seu coração. O reconhecimento da força dos amores que operam no coração, porém, perdeu espaço na modernidade. Parte importante da antropologia humanista postulou que o centro do ser humano é sua racionalidade. A obra do filósofo canadense James K. A. Smith vai de encontro à antropologia racionalista moderna e retorna à antropologia clássica cristã. E pretende mostrar aos cristãos contemporâneos o poder formativo dos hábitos e liturgias culturais em modelar amores no coração do homem.

O texto tem o objetivo de apresentar a perspectiva de James K. A. Smith sobre o poder formativo das liturgias culturais. A discussão acerca da força das liturgias culturais em formar os amores e a identidade do homem foi desenvolvida por James Smith em sua trilogia chamada “Liturgias Culturais”, composta pelos livros “Desejando o reino”, “Imaginando o reino” e “Aguardando o Rei”. Contudo, vários apontamentos dessas obras são apresentados de forma geral no livro “Você é aquilo que ama”. Dessa forma, na primeira parte desse texto, far-se-á uma apresentação da argumentação de Smith em “Você é aquilo que ama” para, no tópico seguinte, discutir-se a trilogia “Liturgias Culturais”.

Essas obras de Smith apresentam várias camadas de discussão: antropológica, filosófica, cultural, teológica, educacional, dentre outras. O presente trabalho buscará identificar, a partir dos textos de Smith, como o poder dos hábitos ou liturgias culturais modelam os amores humanos. Então, o interesse preponderante do texto será antropológico-cultural. Espera-se que esse artigo contribua para a compreensão da argumentação de Smith sobre a relação entre coração, amores e liturgias culturais. A conclusão é que as referidas obras de Smith oferecem uma importante contribuição à reflexão antropológico-cultural cristã ao reconhecer a força das narrativas, dos hábitos e

das liturgias na formatação da cosmovisão, adoração e imaginário dos seres humanos.

1. O PODER DOS HÁBITOS, DAS LITURGIAS CULTURAIS E DO CULTO COMUNITÁRIO

Na obra “Você é aquilo que ama”, publicada originalmente em 2016, James K. A. Smith busca argumentar que o ser humano é moldado por tudo aquilo que adora. O homem não é um ser fundamentalmente racionalista que apreende seus amores a partir do ato cognoscente de obter informações. O ser humano é um ser de amores modelado por práticas litúrgicas. A cultura tem um poder formador sobre os objetos de adoração no coração do homem. O cristão precisa, portanto, ter consciência de seus amores e anseios para que seus empreendimentos culturais tenham o Reino de Deus como ponto de referência. Portanto, a proposta de Smith é mostrar o poder dos hábitos culturais em modelar os amores do homem.

1.1 VOCÊ É AQUILO QUE AMA

1.1.1 *Hábitos formam amores*

Smith entende que o ser humano é aquilo que ama ou aquilo que deseja. Para ele, “nossas vontades, anseios e desejos estão no cerne de nossa identidade, a fonte de onde fluem nossas ações e comportamentos. Nosso querer reverbera o que há em nosso coração, o epicentro da pessoa humana” (Smith, 2017, p. 20). Por isso, Smith argumenta que o discipulado é um exercício de “curadoria” sobre os próprios amores, isto é, o chamado ao discipulado cristão é mais uma convocação ao desejo e anseio a deus e sua vontade do que ao conhecimento de formulações intelectuais.

Segundo Smith, a concepção sobre o que é aprender depende fundamentalmente do pressuposto antropológico adotado. Desde o racionalismo de René Descartes do século XVII, parte significativa da tradição ocidental tem assumido que o homem é uma “coisa pensante”, que o ser humano é aquilo que

pensa e que o coração do homem é sua própria racionalidade. A partir disso, muitos ocidentais concebem que o ensino ou discipulado é a prática de depositar ideias e crenças certas na mente humana. E, por isso, não reconhecem o “poder do hábito”. Smith rejeita a noção antropológica de coisificar o pensamento humano e sugere ser preciso reconhecer os limites do intelecto. O ser humano é um ser de amores, isto é, ele ama para conhecer. O homem é definido por aquilo que deseja. O poder do hábito modela aquilo que o homem deseja e ama.

O objetivo de Smith é resgatar a visão antropológica bíblica por meio das lentes de Agostinho de Hipona. Este ensina, em sua *Confissões*, que o homem é um ser de amores e está sempre em busca de ou ansiando por algo. Para Agostinho, o ser humano é orientado pelos amores de seu coração, a sede de seus anseios e desejos. O coração é o centro fundamental do ser humano em que residem suas emoções, vontade, disposições religiosas e crenças fundamentais. Nesse sentido, Smith afirma que: “o coração é a câmara existencial do nosso *amor*, e são nossos amores que nos orientam a um fim supremo ou *telos*. [...] Eu *anseio* por algum fim. Eu *desejo* algo e o desejo acima de tudo. São meus desejos que me definem. Em resumo, você é o que ama” (SMITH, 2017, p. 29, grifo do autor).

Para Smith, na esteira daquilo que entendia Agostinho de Hipona, o mais importante é orientar o desejo para o Reino de Deus. O desejo opera de forma subconsciente no homem, sem que este pense e escolha seus anseios e inclinações básicas. Para orientar o desejo para virtudes ou boas atitudes morais, é preciso cultivar os afetos internos por meio de disposições ou hábitos virtuosos, de modo que para formar inclinações virtuosas é necessário imitar e praticar atitudes virtuosas. Isto é, para que o homem oriente os anseios de seu coração para a glória de Deus é preciso que imite e cultive hábitos e práticas virtuosas.

Dessa maneira, o argumento de Smith é:

Se você é o que ama e o amor é um hábito, logo o discipulado é uma reformulação dos hábitos de seus amores. Isso significa que discipulado diz mais respeito a *reformatar* do que a adquirir informação. (...) [É] uma questão de “direcionar”

nossos amores, de orientar nossos desejos a Deus e àquilo que Deus deseja para sua criação. (SMITH, 2017, p. 41, grifo do autor).

De acordo com Smith, o coração é como uma bússola que precisa ser calibrada regularmente para que aponte para Deus. A calibragem do coração deve ser feita continuamente por meio de hábitos, imitação de exemplos e práticas virtuosas. Tais práticas modelam o modo de amar e ensinam os desejos e anseios do coração sobre quais devem ser os objetos dos amores. Pois a imitação e práticas virtuosas não são apenas algo a fazer, elas fazem algo em quem as pratica. O homem é um “animal litúrgico” modelado pelas práticas daquilo que cultiva e adora e são os hábitos e as liturgias que modelam sua identidade religiosa e espiritual. Portanto, “a orientação do coração ocorre de baixo para cima, por meio da formação de nossos hábitos do desejo. Aprender a amar (a Deus) exige prática” (SMITH, 2017, p. 48).

1.1.2 Liturgias culturais formam amores

De acordo com Smith, a ação do homem brota de seus amores adquiridos por meio de práticas habituais. Dessa forma, os amores e desejos podem ser criados mesmo que a consciência não tenha clareza sobre sua formação. Nesse contexto, é possível não amar aquilo que se acredita amar. Por isso, Smith considera importante compreender que “liturgias culturais” ou práticas e rituais culturais fazem algo com o ser humano, isto é, as liturgias da cultura exercem um poder formativo sobre os homens e modelam seus amores.

Para Smith, o homem é uma criatura de desejos, é um “animal litúrgico”, motivado e orientado por práticas habituais e anseios viscerais, e não por uma razão cognoscente que escolhe cada ação. Algumas práticas, de fato, são adquiridas intencionalmente, como aprender a digitar ou dirigir, mas a maioria dos hábitos é aprendido e cultivado por imitação e por repetição. Isto é, “inclinações e hábitos podem ser gravados em nosso inconsciente se regularmente repetirmos rotinas e rituais que não reconhecemos como ‘práticas’ formadoras” (SMITH, 2017, p. 61).

A consequência disso, segundo Smith, é que o homem pode adorar vários deuses sem nem mesmo ter consciência disso. O ser humano pode participar de ambientes com liturgias rivais e amar os respectivos “reinos” (concepção de boa vida) desses ambientes sem perceber a oposição fundamental que subjaz a esses “reinos”. Porque as práticas da cultura são liturgias, a dizer, são “*rituais* formadores de hábitos e amores que tomam posse do nosso coração e visam nossos amores” (SMITH, 2017, p. 63).

Smith apresenta o exemplo do *shopping center* para ilustrar seu argumento. Para ele, o *shopping* é um dos ambientes mais litúrgicos de uma sociedade na medida em que busca modelar aquilo que o homem enquanto consumidor deseja. Após uma minuciosa descrição do ambiente de um *shopping center* (pp. 67-72), Smith demonstra que esse ambiente busca modelar um determinado tipo de amor que subjaz ao coração humano: o amor ao consumo. O ambiente, as práticas e os rituais de um *shopping* buscam transformar o homem em um “consumidor”. Os rituais litúrgicos de um *shopping center*, como a forma de apreciar os objetos em vitrines atraentes, o ato de comprar e levar coisas, tornam-se práticas imitadas por e comunicadas a outros como sendo uma “visão da boa vida”. E essas práticas comunicam um significado de plenitude, contentamento e satisfação.

Portanto, as liturgias são “aqueles rituais carregados com uma narrativa decisiva sobre quem nós somos e para que servimos” (SMITH, 2017, p. 74). E quando essas liturgias pertencem a um “reino” rival ao de Cristo, elas apontam para longe do Reino de Deus. Ainda assim, nenhum cristão pode viver completamente afastado dos ambientes com liturgias culturais rivais a de Cristo. O cristão vai ao *shopping center*, a um estádio de futebol, ao parque de sua cidade, etc. Smith propõe, então, ser preciso fazer uma “auditoria litúrgica” das práticas da própria vida para reconhecer os vícios e buscar adquirir novos hábitos. Reconhecer as liturgias culturais é o primeiro passo para reformular os próprios hábitos.

1.1.3 O culto cristão forma amores

As liturgias que afastam o cristão do Reino de Deus precisam ser enfrentadas por outras liturgias permeadas pelo evangelho e pela vontade de Deus. Para Smith, não basta racionalizar a aquisição de novas práticas cristãs para abandonar os maus hábitos apreendidos de liturgias rivais, é preciso adquirir novos hábitos por meio do cultivo comunitário de rituais cristãos. Para isso, é preciso compreender que “a igreja, o corpo de Cristo, é o lugar onde Deus nos convida a renovar nossos amores, reorientar nossos desejos e retreinar nossos apetites” (SMITH, 2017, p. 97).

Segundo Smith, o culto comunitário cristão deve dispor de uma liturgia voltada para adorar a Deus. Essa liturgia não é algo que os cristãos apenas fazem, pois as liturgias também fazem algo no coração do cristão. O culto cristão é o espaço para fomentação de novos apetites, anseios e amores. A liturgia do culto são práticas e rituais dados pelo próprio Deus para reformar e retreinar os amores dos crentes. Por isso, “o culto da igreja é o coração do discipulado” (SMITH, 2017, p. 101) e é “o ambiente onde Deus recalibra nosso coração, reforma nossos desejos e reabituia nossos amores” (SMITH, 2017, p. 112).

Dessa maneira, Smith entende que o culto bíblico é mais do que algo que o cristão faz ou expressa. É algo que o próprio Deus, de cima para baixo, realiza nos crentes. Nesse sentido, a adoração cristã no ambiente comunitário do culto é “o cerne do discipulado, pois trata-se do ginásio onde Deus retreina nosso coração” (SMITH, 2017, p. 112). É fundamental, nesse contexto, que tanto a forma quanto o conteúdo do culto cristão sejam bíblicos. Nas palavras do autor, “a adoração cristã formadora possui *formato* bíblico intencional, como um encadeamento de práticas que recalibram nosso coração em direção a Deus e ao reino” (SMITH, 2017, p. 113).

Smith acentua a ênfase no papel da liturgia do culto em formar amores orientados para o Reino de Deus quando diz que:

A adoração cristã é o cerne do discipulado somente à proporção que for um repertório de práticas moldadas pelo relato bíblico. Somente um culto orientado pelo relato bíblico e cheio do Espírito será uma prática *contraformadora* capaz

de desfazer os hábitos inculcados por liturgias seculares rivais. (SMITH, 2017, p. 114).

As práticas litúrgicas cristãs são determinações divinas e um legado da sabedoria cristã de adorar a Deus. Elas são como um repertório para a formação da fé do crente. A formação de virtudes cristãs exige práticas cultivadas no coração por meio do hábito da adoração. E esse hábito deve observar a forma determinada por Deus e observada por sua igreja ao longo dos séculos. Portanto, “a liturgia da adoração cristã é a prece de amor que oramos repetidas vezes, dada a nós pelo Espírito, exatamente com o fim de cultivar o amor que ele derrama em nosso coração” (SMITH, 2017, p. 116).

Segundo Smith, as liturgias cristãs atingem todo o homem, a saber, de seu intelecto a seu corpo. O culto ensina a pensar e a amar por meio da repetição de hábitos de adoração. O culto cristão comunitário insere o homem na “narrativa” da redenção e lhe dá uma história ou enredo para viver. Essa narrativa ou história da redenção capta o “imaginário” do crente e o comove como uma “criatura estética”. Pois “nosso coração é como um instrumento de corda dedilhado por histórias, poesia, metáforas e imagens. Batemos nossos pés existenciais no ritmo dos tambores de nossa imaginação” (SMITH, 2017, p. 127). Por isso, “o culto cristão deve nos contar uma história que nos faça querer zarpar para o imenso oceano que é o Deus triúno, fazendo nascer em nós o anseio por ‘uma pátria melhor – a celestial’, que é o reino vindouro” (SMITH, 2017, p. 128).

Assim, para Smith, as práticas do culto restauram os amores do cristão e sua imaginação através da história ou narrativa da redenção. A adoração a Deus é a recitação da história da salvação em forma de culto. A liturgia do culto opera moldando os amores do crente através de hábitos que despertam sua imaginação e posicionam aquele que adora na história ou no enredo da redenção. Os momentos do culto – *reunir-se* (louvor e confissão), *ouvir* a pregação, *comungar* ou cear e *enviar* para cultivar a criação e fazer discípulos – se tornam uma “macroencenação” ou enredo da adoração cristã que orienta a vida do crente dentro do Reino de Deus. Para atingir esse objetivo, o culto cristão deve “ser governado pela história bíblica e nos convidar a entrar, levando-nos a incorporá-la” (SMITH, 2017, p. 132). Portanto, enquanto o homem é um ser litúrgico, uma criatura de hábitos, um ser imaginativo e

estético, a liturgia bíblica de um culto é o instrumento divino para tocar as cordas do coração do crente que adora.

A consequência disso para o trabalho cristão na cultura é que a renovação da imaginação cristã a partir da narrativa bíblica habilita o crente a criar cultura orientado por um “mundo diferente”. Segundo Smith, para o desenvolvimento de um trabalho cultural cristão renovador, é preciso que haja “imaginações que tenham absorvido uma visão de como as coisas devem ser” (SMITH, 2017, p. 235). E essas imaginações são adquiridas através da imersão que acontece no culto comunitário cristão “por meio de formas intencionais, históricas e litúrgicas que transmitam a história de modo a fazê-la penetrar em nossos ossos e se infiltrar em nosso inconsciente” (SMITH, 2017, p. 235). Ou seja, o culto cristão divinamente orientado pode comunicar forma e conteúdo imaginativo de como o mundo de Deus deveria ser. E essa imersão na história e enredo divino pode habilitar o crente ao engajamento cultural na defesa das normas divinas.

2. O PODER DOS DESEJOS, DA IMAGINAÇÃO E DA ESPERANÇA

No tópico anterior, apresentou-se a obra “Você é aquilo que ama”. Esse livro foi publicado originalmente em 2016, depois da publicação dos dois primeiros volumes da trilogia “Liturgias Culturais”, quais sejam, “Desejando o reino”, “Imaginando o reino”, publicados, respectivamente, em 2009 e 2013. Contudo, o livro “Você é aquilo que ama” não é uma simples reapresentação ou resumo da argumentação dos dois primeiros volumes das “Liturgias Culturais”. Apesar de os pressupostos serem os mesmos, o livro “Desejando o reino” dá uma singular importância à discussão antropológica do homem como “animal litúrgico” e à consideração da educação cristã como uma “pedagogia dos desejos” formadora da identidade e da cosmovisão dos indivíduos. Por sua vez, o livro “Imaginando o reino” enfatiza a importância do corpo e das histórias em formar o homem e do culto em formar o imaginário cristão sobre o Reino de Deus.

2.1 DESEJANDO O REINO

De acordo com Smith, o objetivo da obra “Desejando o Reino” é “passar da cosmovisão para a adoração como matriz da cosmovisão cristã – e analisar quais são as consequências dessa troca na tarefa da educação cristã e na forma da adoração cristã” (SMITH, 2018, p. 9). Para o autor, é preciso pensar a educação cristã como a formação do coração e dos desejos de um crente, transformando sua imaginação e seus amores. Isto é, é preciso “refletir sobre o modo pelo qual a educação cristã nos molda, nos forma e nos adapta para que sejamos pessoas cujo coração, paixão e desejos estejam voltados para o reino de Deus” (SMITH, 2018, p. 18).

2.1.1 “Animais litúrgicos” são formados por aquilo que amam

Segundo Smith, a cosmovisão do ser humano precisa ser entendida como um produto da formação de seus desejos e amores. As liturgias culturais são como uma “pedagogia do desejo” que modelam a imaginação e o modo de os indivíduos se orientarem no mundo. Essas liturgias da cultura “modelam e constituem nossa identidade, dando forma aos nossos desejos mais fundamentais e à nossa disposição mais elementar para com o mundo. Em suma, as liturgias fazem de nós um certo tipo de pessoa, e o que nos define é aquilo que *amamos*” (SMITH, 2018, p. 25). Assim, as liturgias cristãs ou seculares ensinam os homens a serem determinado tipo de pessoa. Elas ensinam a partir de determinada visão de mundo ou cosmovisão.

A partir disso, Smith defende que a educação não é primordialmente uma questão de proporcionar mais informações, mas sim uma questão de “formação” de determinado tipo de pessoa. A educação, nesse sentido, deve ser entendida como “uma constelação de práticas, rituais e rotinas que inculca uma concepção específica de vida feliz, ao inscrever e infundir essa concepção no coração (nas entranhas) por meio de práticas materiais, encarnadas” (SMITH, 2018, p. 26). O papel da educação é formar a identidade, os desejos e a cosmovisão dos indivíduos. Nesse sentido, a educação cristã visar à adoração que, por sua vez, formará a cosmovisão cristã no crente. Ou seja, a educação deve ser “um esforço holístico que envolve a pessoa toda, inclusive o

corpo, num processo de formação que tem como objetivo nossos desejos, que aparelha nossa imaginação e nos orienta em relação ao mundo” (SMITH, 2018, p. 39).

Toda concepção pedagógica assume uma visão antropológica. Smith assume que o homem é um “animal litúrgico” ou *homo liturgicus*, isto é, uma criatura que deseja, imagina e ama. O homem é uma criatura afetiva, dotado de corpo e conduzido por amores e por uma visão daquilo que seria “a boa vida”. O ser humano é um ser de desejos, hábitos e tendências pré-rationais e pré-filosóficas orientadas por determinada visão daquilo que é o “bom”. Os hábitos ou disposições pré-cognitivas são formadas pela prática, rotinas e rituais que modelam o caráter do indivíduo. As disposições ou hábitos *mais densos* ou profundos são inscritos no inconsciente do homem e “automatizam” suas atitudes e práticas. Os hábitos densos se tornam “liturgias”, rituais de preocupação suprema, que formam a identidade, modelam os amores e “funcionam como pedagogias do desejo supremo” (SMITH, 2018, p. 88).

Assim, o ser humano não é estritamente racional, nem um ser fundamentalmente crente em ideias abstratas que lhe orientam. O homem é um ser que ama, é uma criatura afetiva que deseja conforme hábitos e práticas densas orientadas por determinada visão do que é “a boa vida”. Para Smith, o homem é um ser rodeado de liturgias culturais, como a do *shopping center* e dos rituais nacionalistas, que formam suas práticas. Essas liturgias são religiosas por pressuporem alguma concepção de “reino” ou daquilo que é “bom”. Elas são “ciumentas”, pois “querem que sua visão particular do que realmente importa supere todas as demais práticas” (SMITH, 2018, p. 96).

2.1.2 A pedagogia dos desejos forma a cosmovisão

As liturgias “seculares” são pedagogias que tentam cativar o imaginário dos indivíduos e orientar seus amores e desejos para determinada visão daquilo que é o reino no mundo. Nesse contexto, Smith entende que a educação cristã deve, além de identificar e denunciar o alvo das pedagogias “seculares”, buscar formar amores corretos por meio de práticas litúrgicas que direcionem o coração do crente para o Reino de Deus. Dessa

forma, a educação cristã deve se preocupar primordialmente com as práticas e rituais que formam a identidade do cristão.

Para Smith, a adoração a Deus é a fonte de onde brota a cosmovisão cristã. A adoração forma e educa o coração. Nesse sentido, a liturgia tem prioridade ou tem maior peso na formação do indivíduo do que a doutrina. A cosmovisão cristã emerge do nexo das práticas de adoração, de maneira que “a adoração é a *matriz* da fé cristã” (SMITH, 2018, p. 140). A cosmovisão cristã é mais moldada pelas práticas litúrgicas do que pelas articulações doutrinárias. Por meio da adoração, tanto o corpo quanto as afeições do homem são orientadas para o divino. E o próprio Deus, através dos “sacramentos” ou sinais da graça que deu aos homens, vem ao encontro dos crentes, os alimenta, os transforma e os reveste de poder. A cosmovisão, portanto, é o resultado do “transbordamento do nosso encontro com o Redentor em louvor e oração, adoração e comunhão” (SMITH, 2018, p. 152).

A partir disso, Smith busca identificar os elementos da adoração cristã que formam o imaginário social da Igreja. A adoração cristã é constituída por tempo litúrgico, saudação a Deus e entre os homens, cânticos, Lei divina, confissão de pecados, batismo, credo, oração, Escritura e sermão, eucaristia, oferta, envio de cristãos como testemunhas, e adoração, discipulado e disciplina. Nesse contexto, a adoração cristã é uma prática formativa do caráter e imaginário da igreja, como também modela os amores dos cristãos para seu engajamento no mundo. A adoração cristã comunitária “é uma escola afetiva, uma pedagogia do desejo em que aprendemos não como ser espirituais e religiosos, mas como ser *humanos*, como assumir a vocação que nos foi dada na criação” (SMITH, 2018, p. 209).

Assim, para Smith, a cosmovisão cristã é resultado daquilo que os cristãos fazem, isto é, de suas práticas de adoração que “constituem a matriz do que pode ser articulado como ‘cosmovisão cristã’” (SMITH, 2018, p. 220). Por isso, a escola cristã, o seminário teológico ou a universidade cristã devem buscar “formar discípulos radicais de Jesus e cidadãos batismais que, em comunidade, assumem a tarefa criacional de serem portadores da imagem de Deus, revelando as possibilidades culturais latentes na criação” (SMITH, 2018, p. 224). Isto é, a educação cristã deve visar à

adoração a Deus e, para tanto, deve permanecer ligada às práticas ou liturgias de devoção comunitárias.

Portanto, Smith entende que a universidade ou instituição de ensino cristão deve ser alimentada pelas práticas litúrgicas da igreja, ampliando a formação que começa com a adoração cristã para preparar um povo que revele as possibilidades culturais da criação. A instituição de ensino deve ser uma formadora de cidadãos do Reino de Deus, notadamente, “uma instituição de formação cristã, que recorre intencionalmente ao conjunto de práticas cristãs, incorporando-as também intencionalmente, práticas essas que formam o desejo e alimentam a imaginação”, ao mesmo tempo em que procura ser “uma instituição dedicada à busca da verdade, fazendo progredir o conhecimento, preocupada com ‘todas as coisas’” (SMITH, 2018, p. 226).

2.2. IMAGINANDO O REINO

Quatro anos após a publicação de “Desejando o Reino”, em 2009, Smith publicou a obra “Imaginando o Reino”. Nesta, o autor apresenta uma “antropologia litúrgica para formular uma filosofia cristã da ação” (SMITH, 2019, p. 34). Nessa filosofia da ação, é preciso:

1. Reconhecer “os ‘impulsionadores’ pré-teóricos não conscientes da nossa ação e do nosso comportamento centrados” na imaginação;

2. Dar “conta da formação corpórea da nossa orientação para com o mundo baseada em hábitos”; e

3. Interpretar “a centralidade da história conforme arraigada nessa ‘base corpórea de sentido’ e como uma espécie de bússola pré-teórica que orienta e gera a ação humana” (SMITH, 2019, pp. 34-5).

Assim, o interesse de Smith nesse segundo volume de suas “Liturgias Culturais” é demonstrar que o caminho que Deus usa para alcançar o coração é o corpo por meio da narrativa do evangelho. Ou seja, Deus converte a imaginação do homem através da narrativa do evangelho e cativa seus desejos mais básicos. O ser humano é uma “criatura imaginativa de hábitos”

convidada por Deus a participar de rituais e práticas orientadas pelo Espírito que, por sua vez, alcança e orienta o corpo do homem para que se habitue ao Reino de Deus. E, por meio das práticas do culto cristão, Deus habita no meio dos homens para santificá-los. Portanto, o homem é direcionado ao Reino de Deus “por meio de práticas materiais que moldam o âmago imaginativo do nosso ser-no-mundo” (SMITH, 2019, p. 36).

2.2.1. Histórias e o corpo formam o homem

Segundo Smith, a formação da imaginação humana resulta de liturgias. Essas últimas envolvem a imaginação por meio do corpo. O homem é um ser corpóreo, finito, sociável e está no mundo. Deus encontra o homem na condição de criatura, isto é, Deus alcança o homem como criatura finita de hábitos, como “animais narrativos, imaginativos e ritualísticos que somos, dando-nos práticas e liturgias para a nossa santificação” (SMITH, 2019, p. 53). O homem é um ser de histórias, cativado pelas narrativas que absorve e pelos personagens e práticas que deseja imitar. Sua imaginação é cativada pelos enredos de que participa ou deseja participar e suas emoções e anseios são formados pelas práticas litúrgicas que lhe orientam.

De acordo com Smith, há uma importante ligação entre corpo e história através da relação criacional entre imaginação, narrativa e corporeidade. Diferentemente de concepções racionalistas que veem o homem como um ser cognoscente, o homem é um ser de histórias que moldam sua imaginação, seu corpo e suas emoções. As histórias “treinam e preparam nossas emoções, as quais, por sua vez, condicionam nossa percepção e, portanto, nossa ação” (SMITH, 2019, p. 59). Portanto, as histórias têm a capacidade de cativar a imaginação e fazer o homem visualizar um reino ou uma “boa vida” que molda seus afetos e amores. O homem torna-se um ator que participa das histórias que cativaram sua imaginação.

A partir da filosofia de Merleau-Ponty, Smith entende que o homem é um habitante corporificado no mundo. O ser humano é um ator com corpo e com “intencionalidade” que precedem o conhecimento consciente e racionalizado sobre o mundo. Por meio do corpo, o ser humano integra-se a determinado ambiente,

identifica-se com certos projetos e assume compromissos. É por meio do corpo que conhecimentos são adquiridos através de hábitos ou práticas orientadoras de determinada forma de ser ou agir no mundo. O corpo é o homem que habita no e se relaciona com o mundo.

Para Smith, o corpo apreende histórias, narrativas e enredos que lhe orientam no mundo. Tais histórias são permeadas por hábitos, disposições e liturgias por meio das quais o homem interpreta o mundo. A ação do homem é intencionada a partir dos objetivos, projetos e metas adquiridas pelas histórias e narrativas que lhe cativaram e que lhe deram direção. Dessa maneira, imaginação, narrativas e corporeidade estão ligadas para contar a história do que o homem é. O homem tanto constrói o mundo de forma intencional, como responde às histórias que lhe cativaram. O corpo carrega uma compreensão do mundo que forma a imaginação do homem e possibilita a reflexão. O ser humano, assim, percebe para compreender.

A argumentação de Smith sustenta que há uma “primazia” e “irreducibilidade da *prática*” sobre a teoria (SMITH, 2019, p. 97). O homem é um ser de hábitos ou disposições que lhe possibilitam agir ou constituir o mundo de certas maneiras. Para Smith, esses hábitos ou disposições, na esteira do entendimento de Bourdieu, são formados em comunidade. Os hábitos tanto limitam a inclinação de constituir o mundo, como também tornam a experiência possível. Isto é, os hábitos adquiridos comunitariamente governam e possibilitam a percepção. Nesse sentido, os hábitos formam um “senso prático” que se constitui como “um *habitus* comunitário que foi de tal forma absorvido que agora orienta minha percepção do mundo sem que eu me dê conta disso” (SMITH, 2019, p. 110). E esse “senso prático” compartilhado pela comunidade constitui uma estrutura de plausibilidade para a ação no mundo.

Portanto, Smith sugere que o homem não é um animal racional que “pensa para existir”. O ser humano é um “animal litúrgico”, corporificado no mundo, um amante de histórias e narrativas, cujas práticas e rituais modelam sua imaginação para ação no mundo. O homem é um ser que percebe ou apreende – com seu corpo – histórias e práticas compartilhadas por sua comunidade para compreender seu lugar e ação no mundo. Os

hábitos são adquiridos e aprendidos por pedagogias encarnadas que operam no e sobre o corpo, orientando toda a vida do homem. É preciso, dessa forma, educar o corpo com práticas litúrgicas corretas para que a imaginação e ação sejam orientadas por Deus.

2.2.2. O culto forma a imaginação do Reino

Smith entende que o culto, com seus rituais e liturgias, transforma o homem e o habilita a agir no mundo. O homem é um “animal litúrgico” formado por rituais e práticas que constituem sua história como um corpo de uma entidade coletiva. As práticas litúrgicas são impregnadas de histórias que são absorvidas pela imaginação e ação do homem. As liturgias agem dando sentido e significado aos homens na medida em que os modelam e os constituem no mundo. Por meio da repetição de práticas e rituais, a história ou enredo é impregnada no “homem litúrgico”.

Para Smith, o mundo é experimentado como uma “metáfora” (analogia ou associação) que forma a imaginação e compreensão do homem. Isto é, o homem adquire “metáforas básicas” ou conhecimentos básicos a partir de suas experiências em determinado ambiente e contexto narrativo. A imersão em uma história cria um contexto de experiências compartilhadas que serve de base para absorver metáforas básicas e formar metáforas mais complexas. Por seu turno, as metáforas dão sentido e coerência às experiências. Elas se tornam fontes de sentido para o horizonte das experiências, pois “absorvemos uma inclinação metafórica, quase que inevitavelmente, ao sermos imersos em ambientes litúrgicos” (SMITH, 2019, p. 148).

Segundo Smith, o homem é um ser de desejos que são precedidos por um imaginário. O ser humano primeiramente imagina a partir das várias metáforas adquiridas ao longo do tempo. Tais metáforas criam a imaginação daquilo que seria “o reino” ou “a boa vida”. Aquilo que é imaginado cria desejos e expectativas que passam a orientar e significar a existência do homem enquanto “animal litúrgico”, “animal metafórico”, “animal imaginativo”, “animal poético”, “animal historiado” (SMITH, 2019, p. 150). O homem é um personagem em uma história que lhe cativou e lhe apreendeu esteticamente. As histórias são, portanto,

aprendidas de forma afetiva e inconsciente, capturando a imaginação do homem por seu poder estético ou poético.

O poder formativo das liturgias está em sua força estética na medida em que as próprias liturgias se constituem como:

Pedagogias do desejo que moldam nosso amor porque *retratam* a boa vida para nós de formas que se identificam com nossa natureza imaginativa. Com o tempo, somos formados como um povo que deseja determinado *telos* porque fomos imersos em liturgias que tomaram conta de nossa imaginação por meios estéticos. (SMITH, 2019, p. 161).

Assim, Smith sustenta que o homem se relaciona com o mundo por meio de práticas carregadas de significado. O homem é chamado a participar de histórias por meio de práticas litúrgicas perpetradas de significado do que é “a boa vida”. As liturgias incumbam imaginações que tocam as cordas do coração estético do homem. Elas sugerem a visão de um reino que cativa a imaginação e passa a orientar o amor e anseio do homem. As liturgias culturais são “histórias contadas pelo nosso corpo e sobre ele, incorporando-se desse modo em nossa imaginação, tornando-se parte do histórico que determina como percebemos o mundo”, sendo, portanto, “*aquelas práticas sociais que invadem nossa imaginação ao se tornarem histórias que contamos a nós mesmos para viver*” (SMITH, 2019, p. 165, grifo do autor).

Todo homem é um “animal litúrgico”, mas nem toda liturgia é divinamente ordenada. Por isso, para Smith, o culto cristão deve ter papel central na vida do crente. As liturgias do culto são práticas que envolvem o cristão na vida de Deus e o orientam para a ação no mundo. Os rituais e práticas litúrgicas do culto reformam as afeições do crente e ampliam sua imaginação para que possa agir no mundo. Nesse sentido, “cultuamos *para* missão; nos reunimos *para* enviar; nos centramos nas práticas do corpo de Cristo *em favor do mundo*” (SMITH, 2019, p. 180). O culto santifica a percepção do crente por meio da restauração de sua imaginação através da história e enredo do evangelho. O coração do cristão que cultua é alcançado pela história do evangelho que, por sua vez,

dá ao crente uma visão do Reino de Deus e molda sua imaginação e seus desejos.

Smith argumenta que o culto, assim como a educação cristã, deve santificar a percepção do crente e formar sua imaginação para a missão. As práticas litúrgicas do culto podem transformar a percepção do povo de Deus lhe dando uma visão do Reino que capte sua imaginação. Nesse contexto, a forma do culto importa porque ela “conta a História” ou “*encena a História*” (SMITH, 2019, p. 195). A forma do culto comunica o conteúdo e este depende que a forma seja correta para contar a História. Portanto, o culto faz algo naquele que adora porque as práticas litúrgicas transmitem uma visão do Reino de Deus para que o crente o deseje e se empenhe na missão dentro do mundo.

Portanto, para Smith, o culto cristão deve incorporar a História do evangelho para constituir a vida do crente e santificar sua imaginação. Ele deve repetir as práticas litúrgicas para que a História penetre a imaginação do povo de Deus, santificando sua percepção e direcionando sua ação. O culto deve ensinar a imaginar e desejar o Reino e “*deve ser um incubador da imaginação convidando-nos a entrar no ‘mundo real’ trazendo-nos as folhas estéticas da oliveira do reino vindouro, ajudando-nos a vislumbrar como seria a vontade de Deus feita na terra assim como é feita no céu*” (SMITH, 2019, p. 204, grifo do autor).

2.3. AGUARDANDO O REI

A obra “Aguardando o Rei”, originalmente publicada em 2017, trata de como a política e suas instituições moldam aquilo que o homem ama. A partir da antropologia esboçada nos volumes anteriores, Smith busca “expor as implicações de uma teologia ‘litúrgica’ da cultura para o modo em que imaginamos e vislumbramos a participação política” (SMITH, 2020, p. 26). Para ele, a política é um modo de vida formado por um repertório de ritos que modela o homem. O ser humano é um “animal político” moldado por práticas formativas da *polis* (cidade) que, por sua vez, são orientadas por determinado *telos* (fim) ou visão de reino. A política é um projeto que une um povo em busca de uma visão do “bom”. Instituições, sistemas e ritmos são os instrumentos para habituar e coordenar os homens em busca de um “reino”.

A proposta de Smith, dessa forma, é olhar para a política pelas lentes da liturgia, isto é, ele busca perceber como o homem é formado por ritos e práticas das instituições políticas. As práticas políticas moldam os amores humanos, pois existe algo de religioso na política. A partir da distinção entre a cidade de Deus e a cidade dos homens de Agostinho de Hipona, Smith reflete sobre a colaboração e a tensão entre as cidades terrena e celestial. Uma teologia pública deve buscar manter em equilíbrio a antítese e a cooperação entre a cidade de Deus e a cidade dos homens.

2.3.1 A política forma amores

De acordo com Smith, refletir sobre a política é pensar sobre a *forma de vida* ou sobre o *como* os amores, os anseios e as crenças estão em ritmos, práticas, rotinas e liturgias comunitárias ou sociais. É perceber que a política tem orientações presente (“penúltimo”) e transcendente ou escatológica (“último”). A política tem uma dimensão religiosa, pois tem uma orientação última sobre aquilo que é o “reino”. Essa orientação última influencia e guia o penúltimo, fazendo com que as práticas, rituais e instituições trabalhem para formar amores e moldar a devoção dos indivíduos e comunidades. Portanto, o Estado e as demais instituições públicas têm uma dimensão religiosa e visam a formar amores para certos fins.

Smith identifica, a partir de Agostinho de Hipona, que existe uma antítese entre duas cidades ou sociedades marcadas por *amores* distintos: “a cidade terrena vive segundo o padrão da carne, ao passo que a cidade de Deus vive pelo Espírito” (SMITH, 2020, p. 65). Enquanto o amor próprio e o desprezo a Deus animam a cidade terrena, o amor a Deus e o desprezo de si próprio definem a cidade celestial. Todo homem pertence a uma dessas cidades porque só pode ser animado ou definido por um desses amores. As duas cidades *estão* na presente era, mas enquanto uma se parece com a Babilônia, a outra, com o Jardim do Éden. Ainda assim, aqueles que fazem parte da cidade de Deus devem procurar “o bem-estar da cidade terrena ao buscar anexá-la à cidade de Deus, reordenando desse modo a vida da criatura em conformidade com o *shalom*” (SMITH, 2020, p. 68).

Assim como as instituições políticas têm uma dimensão religiosa, o evangelho tem uma dimensão política. Por isso, Smith entende ser necessário “delinear como a adoração cristã transporta a visão escriturística da igreja para *polis*” e “discernir o que isso significa para a participação política cristã no *saeculum*” (SMITH, 2020, pp. 75-6). Isto é, é necessário refletir sobre *como* as práticas litúrgicas da adoração cristã impactam na forma de o cristão viver na e participar da *polis*. As práticas litúrgicas eclesiais moldam a identidade política e os hábitos cristãos enquanto corpo político na *polis*.

Segundo Smith, a adoração cristã é um ato político. O culto semanal é um rito que reafirma a cidadania celestial e a soberania de Deus. A adoração cristã é um ato de re-narrar semanalmente aquilo que o crente é. As práticas litúrgicas reapresentam a História da salvação e adentram a imaginação do cristão. O conteúdo da História ou narrativa do evangelho delinea o etos do corpo político cristão. Em diálogo com O'Donovan, Smith propõe uma “teologia política cristã” com base na dimensão política implícita na adoração. Nesse contexto, a adoração cristã ensina que a história política está dentro da história do Reino de Deus, que Cristo é Rei e que a estrutura política humana foi dessacralizada pelo evangelho. Os cristãos devem afirmar, portanto, sua confessionalidade na esfera pública a partir do substrato político que subsiste em sua adoração.

Além de afirmar a confessionalidade cristã na esfera pública, os crentes devem, de acordo com Smith, expor para as sociedades liberais que seus valores têm lastro na herança religiosa e teológica do cristianismo. A teologia política cristã deve oferecer uma revisão genealógica das instituições e valores públicos do Ocidente. Para ele, essa história pode contribuir para a autocompreensão da igreja acerca de sua missão política e para a avaliação da implementação de alguns elementos da democracia liberal advindos do cristianismo. Do seio da igreja e de suas práticas litúrgicas, os cristãos devem ser enviados ao mundo para participação pública e resgate de valores cristãos, como liberdade política e de expressão, solidariedade, direito natural. Portanto, a formação de um imaginário social cristão a partir da adoração pode habilitar os crentes à “participação, colaboração e crítica no

âmbito dos espaços mais amplos de contestação do *saeculum*" (SMITH, 2020, p. 118).

2.3.2 A comunidade forma amores

Segundo Smith, para além de uma visão plural de sociedade ("pluralismo de princípios"), os cristãos devem buscar forjar disposições e hábitos virtuosos para uma cidadania que age para o bem comum. Isto é, não é suficiente afirmar a "soberania das esferas" e seus diversos princípios, é preciso que os cristãos busquem o florescimento de bens, virtudes e práticas que possam criar laços de solidariedade entre indivíduos e entre comunidades. Nesse sentido, Smith propõe que "qualquer tese de 'boa' cidadania em uma sociedade pluralista" seja "enraizada em uma antropologia suficientemente holística que atente não apenas para os sistemas de uma sociedade diversa por enquanto, mas também para a formação de cidadãos com os hábitos e virtudes necessários" (SMITH, 2020, p. 169).

Para Smith, é preciso formular uma teoria política cristã em que a *polis* seja um espaço para formação de hábitos a serem modelados e reformados por Deus, de modo que se tornem mais solidários. É necessário "uma teologia política eclesial correta, integralmente cristã e adequadamente evangélica" (SMITH, 2020, p. 177), isto é, uma teologia política que proclame Cristo e a verdade da revelação especial. De acordo com Smith, uma teologia natural não é suficiente porque aquilo que é visto como "racional" ou "natural" depende de virtudes epistêmicas ou de iluminação da revelação especial ou revelação bíblica suprimida por conta do pecado. A proclamação de argumentos cristãos como sendo "racionais" ou "naturais", como ser contra o aborto, caem em ouvidos moucos devido à orientação epistêmica diversa.

Por isso, é fundamental discutir a "teologia política", isto é, as normas bíblicas que se aplicam a toda a criação. Smith entende que é a revelação de Deus que permite compreender como a política deve ser corretamente ordenada. A "teologia política" deve ser proclamação das normas de Deus na e para a história. Para tanto, a igreja deve ser a matriz de orientação política na dessacralização de autoridades "seculares", na denúncia de liturgias concorrentes deformadoras e na proclamação do

testemunho “de como a sociedade deveria ser diferente, de tal modo que imagine a possibilidade de conversão – não apenas de almas, mas também do nosso imaginário social” (SMITH, 2020, p. 186).

Smith argumenta que é um erro quando o cristão naturaliza o *shalom*, isto é, quando reduz a fé cristã a algum projeto político temporal. Nesse sentido, ele afirma que “é quando imanentizamos o interesse político cristão que nos vemos prestes a sucumbir às ideologias em vigor e, portanto, ao conflito ideológico – às vezes, até mesmo sob a bandeira do ‘não partidatismo’ ou do ‘pós-político’” (SMITH, 2020, p. 234). A política tem um impacto formativo sobre o homem, pois atua nos âmbitos da devoção e identidade religiosas. As práticas políticas são voltadas a uma visão de “reino” que se recusa a ser “penúltima”. Por isso, a política tem uma dimensão religiosa que pode levar à idolatria.

Contudo, não é possível viver na cidade terrena e rejeitar sua dimensão política. A questão não é “não ser político”, mas como. A partir de Agostinho de Hipona, Smith (2020, pp. 240-3) defende que é preciso que o cristão adote uma “colaboração seletiva e intencional baseada em quatro fatores”, quais sejam:

1. A atuação política cristã deve buscar mudar a *direção*, enquanto reconhece que a *estrutura* criada por Deus, mesmo após a Queda, está preservada;
2. A crítica cristã à política não pode ser *total* ou *absoluta* a ponto de abandonar a cidade dos homens;
3. O cristão deve reconhecer *convergência penúltima* mesmo que haja *divergência última*; e
4. O cristão não pode perder sua *escatologia* e deve cultivar sua *sensibilidade teleológica* ou sua *esperança última*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não Em determinado momento de sua obra, Smith comenta que o resultado de sua argumentação acerca das “liturgias culturais” e seu poder formativo sobre o homem é:

“educar para a ação *cristã* exigirá que se cuide da formação do nosso inconsciente, do preparo e do treino de nossas emoções, as quais moldam nossa percepção do mundo” porque “se esse treinamento se der por meio de narrativas, educar para a ação *cristã* exigirá uma educação que seja estruturada pela participação no enredo *cristão*”, de modo que “o termo abreviado para essa prática narrativa é *culto*” (SMITH, 2019, p. 58).

Ou seja, a conclusão do pensamento de Smith acerca do poder formativo das liturgias é a sugestão de que a educação *cristã* deve se preocupar com a formação do inconsciente e cuidar das emoções e amores que moldam a cosmovisão do crente. Essa cosmovisão *cristã* deve ser fundamentalmente moldada por meio da narrativa do evangelho repetida e reensaiada em cada culto *cristão* através de sua liturgia. É a adoração *cristã* que educará o crente para ação em cada esfera da vida.

As obras apresentadas nesse artigo representam uma importante contribuição para a compreensão *cristã* sobre a relação entre o homem, as liturgias e a cultura. No ambiente *cristão*, a perspectiva antropológica que vê o homem como um ser cognoscente tem feito com que parte da preocupação da educação e da cosmovisão *cristã* seja tão-somente debater ideias e proposições corretas. O alerta de Smith é o de que essa cultura não reconhece a força das práticas litúrgicas, dos amores e das emoções sobre os indivíduos.

O homem deve ser reconhecido como um ser litúrgico e estético, que ama, deseja e anseia, que busca histórias ou narrativas para viver e imaginar. O ser humano é alguém que adora aquilo que ama. É um ser de amores. Portanto, é preciso reconhecer a força das narrativas e das experiências em formatar a cosmovisão e o imaginário social dos seres humanos. A adoração no culto comunitário *cristão* torna-se, nessa perspectiva, central para o desenvolvimento de uma cosmovisão que habilite os *cristãos* ao engajamento cultural sem substituir o último pelo penúltimo.

REFERÊNCIAS

SMITH, James K. A. **Você é aquilo que ama:** o poder espiritual do hábito. São Paulo: Vida Nova, 2017.

SMITH, James K. A. **Desejando o reino:** culto, cosmovisão e formação cultural. São Paulo: Vida Nova, 2018.

SMITH, James K. A. **Imaginando o reino:** a dinâmica do culto. São Paulo: Vida Nova, 2019.

SMITH, James K. A. **Aguardando o Rei:** reformando a teologia pública. São Paulo: Vida Nova, 2020.



A TECNOLOGIA E O DRAMA DAS ESCRITURAS

*TECHNOLOGY AND THE
DRAMA OF THE SCRIPTURES*

Dênis Júlio Pereira Francisco¹

¹ Bacharel em Teologia pela Faculdade Internacional Cidade Viva.

RESUMO

Tendo em vista que a tecnologia acompanha a própria história da humanidade desde o princípio, e que seu impacto afeta a maneira como o homem enxerga o mundo e age nele, influenciando os seus compromissos religiosos, este artigo apresenta e analisa a tecnologia como atividade cultural humana e a maneira como a cosmovisão bíblica reformada, a partir dos relatos da Criação, Queda, Redenção e Restauração, aprecia a técnica e o seu lugar limitado no mundo de Deus. Para tanto, realizou-se como procedimento metodológico uma pesquisa pura e dedutiva, por meio de revisão bibliográfica sistemática de livros e trabalhos científicos que tratam sobre o tema em questão, conectando a Filosofia da Tecnologia à Teologia Reformada. Diante disso, verificou-se que a tecnologia é essencialmente boa em sua estrutura, mas que sofreu desvios em sua direção devido ao pecado e aos efeitos da Queda, incorrendo em idolatria e reducionismos. Todavia, produzir tecnologia faz parte do atributo imagem e semelhança de Deus comunicado ao homem, assim como constitui parte do Mandato cultural estabelecido no Éden, fato que explica a sua ação redentora limitada em aliviar a maldição da Queda e os seus efeitos sobre toda a criação, a qual será completamente restaurada e, juntamente com a tecnologia, purificada de todo o pecado e liberta de todos os seus problemas quando Cristo retornar.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologia; Cosmovisão Cristã; Filosofia da Tecnologia; mandato cultural.

ABSTRACT

Having in mind that technology has followed the very history of humanity since the beginning, and that its impact affects the way that the man sees the world and acts in it, influencing his religious commitments, this article presents and analyzes technology as a human cultural activity and the way in which the reformed biblical worldview, from the accounts of Creation, Fall, Redemption and Restoration, appreciates the technique and its limited place in the world of God. For this, a pure and deductive research was carried out as a methodological procedure, through systematic

bibliographic review of books and scientific works that deal with the subject in question, connecting the Philosophy of Technology to Reformed Theology. Therefore, it was found that the technology is essentially good in its structure, but that it suffered deviations in its direction due to the sin and the effects of the Fall, incurring idolatry and reductionisms. However, producing technology is part of the image and likeness of God attribute communicated to man as well as being part of the cultural Mandate established in Eden, a fact that explains his limited redemptive action in alleviating the curse of the Fall and its effects on all creation, which will be completely restored and, together with technology, purified from all sin and delivered from all its problems when Christ returns.

KEYWORDS

Technology; christian worldview; Philosophy of Technology; cultural mandate.

INTRODUÇÃO

A tecnologia compreende uma parte significativa em todo o mundo. Há uma dependência diária de uma série de elementos tecnológicos e computadores integrados que cercam o homem: relógios inteligentes que monitoram o sono e despertam nos horários programados, dispositivos de cozinha computadorizados como o forno micro-ondas, o qual possui em sua memória programações pré-estabelecidas de tempo e potência para cada tipo de alimento; inúmeros sensores e atuadores que agem em conjunto com outros processadores para controlar os carros; sistemas de ventilação e aquecimento; telefones celulares com capacidade de processamento semelhante ao de computadores, e, naturalmente, os computadores pessoais, sejam eles de mesa ou laptops. O homem vive numa era digital que permite a comunicação em tempo real com qualquer parte do mundo, cuja tecnologia trouxe mudanças dramáticas em todas as esferas da sociedade e da vida.

Contudo, apesar da tecnologia contemporânea supracitada, a humanidade foi rodeada pela técnica desde o Éden. Recém criado, o homem foi incumbido de dominar e desenvolver a terra e toda a criação (Gênesis 1.28), cultivando-a e guardando-a

(Gênesis 2.15), o que, por sua vez, necessita da capacidade criativa inerente à imagem e semelhança de Deus, como um dos atributos comunicáveis. Assim nasce a tecnologia mais antiga e a sua história é intrinsecamente ligada à própria história da humanidade.

O fato é que a tecnologia intenciona estar presente em todas as partes. Ela muda tão rapidamente que não há tempo de refletir de forma adequada sobre o seu impacto, o qual ultrapassa as próprias ferramentas que se utilizam. Ele afeta o homem no seu trato consigo mesmo, com o seu semelhante, com a criação a sua volta e com Deus; ele muda a maneira como se pensa e age, trazendo consigo implicações na forma como se enxerga e se move no mundo — cosmovisão.

De acordo com Sire (2012), uma cosmovisão consiste em um compromisso fundamental do coração que pode ser demonstrado por meio de uma narrativa ou num conjunto de pressuposições sustentadas sobre a constituição básica da realidade, de maneira consciente ou subconsciente. Isto é, a cosmovisão é a estrutura base, a qual fornece todas as respostas ou pelo menos o enquadramento metafísico, epistemológico e axiológico necessários que possibilite as respostas para as grandes questões da humanidade. Uma visão de mundo, ainda quando inarticulada, provê a noção do que é certo e errado, positivo e negativo para a tempestade de fenômenos que confrontam o ser humano. Ainda que atuante no nível pré-cognitivo, a cosmovisão permite ao homem classificar e posicionar os vários fenômenos que invadem o seu campo de visão. E a forma como se pensa e se lida com tecnologia não está ausente disto, desde a comum questão sobre se possuir um carro como uma forma mais cômoda e rápida de encurtar distâncias, até a requintada discussão de quem se pergunta se não seria melhor um mundo sem tecnologia, haja vista o histórico do seu mau uso (armas de destruição em massa, poluição ambiental, entre outros), razão que justifica a escolha desta problemática abordada no decorrer do trabalho.

A Cosmovisão Bíblica também mapeia um caminho, por entre um emaranhado de abordagens conflitantes, para toda a atividade do homem de moldar a cultura, incluindo a tecnologia: “(1) Deus (em Cristo e pelo Espírito) cria o mundo; (2) o pecado debilita, deturpa e arruína a criação; (3) Deus age para curar, endireitar e restaurar; (4) Deus finalmente reconcilia todo o cosmo

consigo mesmo” (GOHEEN; BARTHOLOMEW, 2016, p. 62). Na verdade, estes tópicos exatos definem as seções centrais deste trabalho científico.

O presente artigo, então, pautado no referencial teórico e bibliográfico, objetiva apresentar e analisar a tecnologia como atividade cultural humana e a maneira como a cosmovisão bíblica reformada aprecia a técnica e o seu lugar limitado no mundo de Deus. Esta escolha também se justifica por observar a lacuna existente na produção acadêmica em português das áreas de tecnologia e teologia reformada, notando-se a viabilidade de construir um projeto de pesquisa. Para mais deste espaço que propicia a oportunidade do trabalho, existe a motivação pessoal do autor, professor de robótica e tecnologia no FABLAB JPA ², autor de material didático para sistema de ensino interdisciplinar de tecnologia e metodologia baseada em espaço de Fab Lab — LIVE LAB, graduando em Engenharia Mecânica, e entusiasta por tecnologia e educação.

Utilizando-se do método qualitativo, a abordagem metodológica usada na construção deste artigo foi do tipo bibliográfica, decorrente da análise sistemática de livros na área de teologia e tecnologia; de artigos científicos na área correspondente, em especial nas questões de filosofia da tecnologia e cosmovisão, tanto em formato impresso como digital. A pesquisa se deu utilizando palavras-chaves intrínsecas às áreas em questão. Inicialmente, “filosofia da tecnologia” foi utilizada. Inúmeros resultados foram apresentados, entretanto, nenhum que aproximasse Filosofia da tecnologia à Teologia reformada. A partir disto, filtros foram aplicados, objetivando-se aproximar os campos do saber, como “tecnologia e cosmovisão”, “teologia da tecnologia”, “tecnologia e cristianismo”, entre outras, em bases de dados de acesso público, como Scielo ³ e BDTD ⁴. Ainda assim, não

² FABLAB JPA é o laboratório de fabricação digital presente na Escola Internacional Cidade Viva, em João Pessoa. Este é um espaço de experimentação em tecnologia, equipado com diversas máquinas e equipamentos que variam desde ferramentas de marcenaria, estação de solda, corte de metais e computadores para programação. Além disso, também apresenta as máquinas que fazem desse laboratório um hackerspace especializado em transformar bits e bytes em átomos: impressora 3D, fresadora CNC e cortadora laser.

³ Scientific Electronic Library Online - www.scielo.org/

⁴ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - <https://bdtd.ibict.br/>

se retornou publicações que concatenassem estas áreas intencionadas. Esta razão justifica o uso das referências de interesse do autor, reforçando também, como anteriormente mencionado, a escolha da temática em questão.

Ainda neste trabalho, foram empregados o método de pesquisa pura e o método dedutivo, os quais, respectivamente, focado na melhoria das pesquisas científicas sobre os impactos da tecnologia, busca aumentar a base de conhecimento sobre tecnologia segundo a perspectiva cristã do mundo, e coloca a prática dos desvios da técnica, com base no referencial teórico já existente, em confronto com a proposta bíblica, para assim chegar a uma dedução e conclusão sobre este tema.

O presente estudo está dividido em quatro seções, das quais a primeira seção introduz o trabalho. A segunda seção apresenta a tecnologia como um fenômeno multifacetado, analisando-a etimologicamente e construindo um conceito com base em diversos filósofos da tecnologia. Em seguida, a terceira seção, que se divide em quatro seções, gasta-se em demonstrar os tópicos da metanarrativa bíblica e suas respectivas implicações na tecnologia como atividade cultural humana. Para que, por fim, a conclusão seja estabelecida no último capítulo.

2. UMA REALIDADE COMPLEXA

Tradicionalmente, pensar sobre um assunto, no caminho da elucidação, se inicia pelo questionamento do que isto é. O passo inicial, portanto, consiste em responder a indagação: o que é tecnologia? Todavia, formular esta pergunta pressupõe a visualização do seu objeto, da tecnologia, que o identificamos na experiência vivida. Não existe dúvida de que um aparelho celular é um objeto tecnológico e, aparentemente, uma folha de papel não o é. Desta maneira, a tecnologia parece significar um conjunto de objetos mais ou menos complexos. Sucede, no entanto, que a tecnologia não é identificada da mesma maneira que se reconhece uma pessoa. Uma simulação computacional, uma viagem aérea, uma reunião remota com pessoas de várias partes do mundo, a compra de um livro pela internet, também são realidades tecnológicas. Ou seja, os procedimentos e processos que os objetos permitem também são tecnologia. A própria invenção dos

objetos tecnológicos é uma dimensão clara da tecnologia. Para mais disto,

A nossa preferência geral por coisas e modos de agir eficientes e rápidos, a nossa inclinação a economizar tempo e esforço, a nossa frequente preocupação em controlar o futuro, e a crescente propensão a nos “programarmos” para o que nos propomos a fazer, indicam que adotamos irrefletidamente uma atitude e uma mentalidade tecnológicas. (CUPANI, 2016, p. 12)

Aquilo que é denominado como tecnologia é um fenômeno multifacetado, uma realidade complexa, que não se limita apenas aos objetos, mas também na forma de sistemas, processos, como modos de proceder, como uma mentalidade.

Esta complexidade do que a palavra tecnologia indica reflete-se nos vários significados propostos por filósofos da tecnologia: “produtos materiais fabricados pelo homem cuja função dependa de uma materialidade específica em si” (MITCHAM, 1994, p. 161); “implementações práticas da inteligência” (FERRÉ, 1995, p.30); “uma forma de conhecimento humano” destinada à “criar uma realidade conforme nossos propósitos” (SKOLIMOWSKI, 1983, p.44); “o campo de conhecimento relativo ao projeto de artefatos e à planificação da sua realização, operação, ajustamento, manutenção e monitoramento, à luz de conhecimento científico” (BUNGE, 1985, p. 231); *know-how*, o conhecimento que funciona (JARVIE, 1983); “a totalidade de métodos alcançados racionalmente e com eficiência absoluta (para um dado estágio de desenvolvimento) em todos os campos da atividade humana” (ELLUL, 1964, p. xxv). Contudo, é perceptível que a capacidade técnica ou a tecnologia estão intimamente ligadas à habilidade humana de fazer coisas. Como também, o fato de que toda fabricação é a execução de um saber.

Os artefatos, objetos ou processos artificiais são resultados do fazer humano. E, segundo Cupani (2016), ambas as palavras, “artefato” e “artificiais”, significam aquilo que foi produzido conforme uma arte, ou seja, um saber-fazer que demanda regras de procedimento. Conforme Mitcham (1994), a palavra arte é a correspondente latina da palavra grega *techne*, que

significava uma habilidade envolvendo um saber específico, de onde derivam-se a palavra técnica e seus cognatos. Nesta linha, “o artefato (que pode ser tanto uma faca quanto uma locomotiva, uma fogueira ou a transmissão de uma mensagem telegráfica) resulta ser, literalmente, ‘aquilo feito com arte’” (CUPANI, 2016, p. 14), e, portanto, classifica-se como artificial tudo aquilo que resulta da arte ou *techne*, diferenciando-se do natural.

A despeito de que a habilidade técnica sempre acompanha lado a lado a humanidade (o que levou alguns estudiosos a descrever a história humana em termos do estado da tecnologia: idade da pedra lascada, idade da pedra polida, idade dos metais, a era atômica, a era da informática, e assim por diante), a intervenção da ciência na produção dos objetos e processos artificiais é tida geralmente como um agente importante na distinção entre a técnica tradicional, aquela que se baseia no conhecimento empírico e popular, e a tecnologia, sequente da aplicação do saber teórico. Ciência, segundo Champlin, consiste no “conhecimento organizado de leis naturais gerais, sobretudo aquelas obtidas através do método científico⁵” (CHAMPLIN, 2002, p. 732). Isto é, a ciência consiste no tipo de conhecimento resultado da pesquisa sistemática da natureza, que combina a observação e o experimento, a experimentação com os cálculos matemáticos e a representação. No século 17, Francis Bacon⁶ havia previsto a união da ciência com a técnica, muito embora isso só tenha acontecido no século 19, quando a “compreensão teórica das estruturas, a constituição e os processos dos mundos natural e social começou a ser aplicada, sistematicamente, à produção massiva de artefatos.” (CUPANI, 2016, p. 14). Assim, a tecnologia, tanto pela originalidade quanto pelo volume e pelo alcance da técnica fundamentada na ciência, se apresenta como algo diferente da técnica tradicional. Entretanto, como toda técnica

⁵ *Método científico pode ser definido como os princípios e modos de proceder em busca do conhecimento sistemático, envolvendo o reconhecimento e a formulação de um problema, o recolhimento de informes através da observação e das experiências, e a formulação e comprovação das hipóteses.*

⁶ *Bacon acreditava que o conhecimento científico das leis da natureza capacitaria os homens a ver antecipadamente o comportamento da criação não humana, e que a tecnologia capacitaria a humanidade a explorar e controlar a natureza de acordo com os propósitos sociais. Bacon escreve: “o império do homem sobre as coisas se alicerça unicamente sobre as artes [tecnologia] e as ciências, pois só obedecendo à natureza é possível dominá-la” (BACON, 1973, aforisma 129).*

pressupõe um saber que pode ser articulado, alguns filósofos da tecnologia enxergam um encadeamento entre a técnica tradicional e a tecnologia, o que se justifica utilizar o termo tecnologia de forma genérica⁷.

Mitcham (1994) ainda identifica quatro dimensões ou manifestações da tecnologia: como objetos, como conhecimento tecnológico, como uma forma específica de atividade e como volição. Primeiramente, como objetos tecnológicos, o filósofo se refere a “todos os artefatos materiais fabricados pelo homem cuja função depende de uma específica materialidade enquanto tal” (MITCHAM, 1994, p. 161), como roupas, utensílios, estruturas, aparelhagens, serviços de utilidade pública, ferramentas, máquinas e autômatos.

Mitcham explica que roupas incluem produtos para cobrir o corpo e que utensílios incluem “instrumentos do círculo familiar e do lar”. Estruturas incluem prédios, ao passo que serviços de utilidade pública incluem estradas e redes de energia. Uma aparelhagem é descrita como algo usado para controlar algum processo físico. Ferramentas são definidas como instrumentos que são operados manualmente, tais como uma caneta ou um martelo. Máquinas são ferramentas que possuem uma fonte de energia externa, contudo exigem participação humana, tal como um automóvel. E por fim, autômatos se referem a máquinas que não exigem nem entrada de energia humana nem direção humana imediata. (SCHUURMAN, 2019)

A segunda categoria tecnológica proposta por Mitcham trata a tecnologia como uma forma específica de conhecimento. Apesar das diferenças nas definições técnicas mencionadas anteriormente, todos os autores concordam que a tecnologia não se limita à ciência aplicada. A produção e o uso de artefatos implicam em formas específicas de compreensão do mundo

⁷ Apesar de que, assim como a ciência moderna não é idêntica à ciência antiga, a tecnologia moderna não pode ser inteiramente reduzida à técnica tradicional.

material, que contém, em parte, conhecimento científico, mas também possuem características próprias. Mitcham conta com vários estudiosos para distinguir quatro formas de conhecimento técnico, desde o saber-fazer ao saber teórico: inicialmente, em nível mais próximo da ação, estão as habilidades sensório-motoras; em seguida estão os princípios básicos da técnica, que constituem a primeira tentativa de sucesso no fazer (CUPANI, 2016). A seguir, tem-se as regras tecnológicas, as quais ultrapassam as generalizações empíricas para a fabricação e para o uso dos artefatos E, por fim, as teorias tecnológicas.

Em terceiro lugar, o autor corresponde a tecnologia às formas específicas de atividades humanas, nas quais há uma união entre o conhecimento e a volição para trazer a existência os objetos artificiais ou para usá-los. As atividades tecnológicas consideradas como básicas pelo autor são: adquirir uma habilidade (*crafting*), inventar, projetar (*designing*), manufaturar, trabalhar, operar e manter. Além disto, Mitcham (1994) classifica a atividade tecnológica de acordo com trato com o processo utilizado, sendo o cultivar, que se refere ao auxílio do homem à natureza, como no caso da agricultura, e o construir, no qual a ação antrópica fornece à matéria-prima e aos processos naturais formas que eles não poderiam assumir por natureza.

Além de se manifestar em objetos, formas de conhecimento e atividades, a tecnologia se apresenta, segundo Mitcham, como volição, isto é, “como manifestação de determinada atitude ou propósito do homem na sua relação com a realidade” (CUPANI, 2016, p. 21). Esta volição sugere apresentar diferentes e mutáveis aspectos, como a luta pela sobrevivência, como o desejo por controle, como a procura por eficiência, como o anseio por liberdade ou poder, ou, simplesmente, a realização de um ideal humano (MITCHAM, 1994). O ponto é que a volição corresponde à forma de manifestação da tecnologia mais íntima e subjetiva do ser humano - o modo como a motivação pessoal se liga com a produção, o uso e o conhecimento dos artefatos (CUPANI, 2016). Segundo Schuurman (2019), o conceito de volição tecnológica assume que a tecnologia é moldada pela vontade humana. Ou, nas palavras de Mitcham:

Considerar a tecnologia como volição aponta assim para a necessidade de uma análise ética da

tecnologia. Mas também sugere a necessidade de ir além das análises éticas tradicionais ao menos em dois pontos. Primeiro, a filosofia moral tradicional não consegue fornecer uma explicação adequada das volições tecnológicas descritas por frases como “vontade de controle”, “vontade de poder”, ou até “procura da eficiência”. Segundo, embora as análises éticas tradicionais considerem a relação entre diferentes concepções do bem e certas instituições humanas (Estados, currículos educacionais, estruturas familiares, sistemas econômicos, etc.), elas não começam, exceto em medida limitada, a tratar da correspondência entre o bem e a tecnologia. (MITCHAM, 1994, p. 259)

Isto é, a volição expressa aquilo que o homem se esforça para ser ou alcançar; os compromissos mais básicos do seu coração — a sua cosmovisão. E, essa característica inerente à tecnologia, suscita diversos problemas, como o Instrumentalismo⁸ e o Tecnicismo⁹, os quais se configuram como reducionismo e manifestações idólatras de algum aspecto da ordem criada.

3. A TECNOLOGIA NO DRAMA DAS ESCRITURAS

Após demonstrado que a tecnologia é uma realidade multifacetada e complexa, a qual foi criada por Deus, mas que, devido aos efeitos do pecado na Queda, sofreu desvios de sua direção primeira, faz-se necessário apresentar o *telos* original. Como próprio de uma cosmovisão, o Cristianismo apresenta uma narrativa que abarca todas as coisas, que mapeia a forma como o homem deve se conduzir no mundo, sem desconsiderar a direção apóstata que a estrutura da criação assumiu. Neste enredo, há um

⁸ *A definição de volição como uma dimensão da tecnologia admite que a tecnologia é direcionada pela vontade humana individual ou coletiva. Apesar disto, alguns estudiosos defendem que a tecnologia é neutra em si, mas que pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal. Esta hipótese é anunciada como instrumentalismo, o qual considera a tecnologia como uma ferramenta amoral.*

⁹ *O Tecnicismo consiste numa supervalorização da tecnologia, a qual passou a ser vista como a resposta para uma cadeia de problemas e como solução para os males da humanidade.*

Deus que está conduzindo toda a história a um ponto final. A revelação progressiva e o plano escatológico redentor têm a tecnologia como um pressuposto: a história bíblica inicia-se em um jardim e termina em uma cidade; a matéria bruta inicial termina reordenada e transformada. A tecnologia faz parte desta história. Ela é apreciada e desempenha um papel importante, contudo servil. Apesar da capacidade de moldar o mundo natural conforme os propósitos humanos e, ao mesmo tempo, moldar seus usuários, a tecnologia não passa de uma manifestação temporal humana e, portanto, limitada.

De acordo com a definição de tecnologia supracitada, segundo a filosofia reformacional, tem-se que a tecnologia é caracterizada como uma atividade humana cultural distinta. E, ao longo da história do pensamento cristão, tem havido diversas discussões sobre a relação entre o Cristianismo e a cultura. Niebuhr (1967) registra diversas abordagens históricas dessa relação, as quais refletem conseqüentemente na relação cristão-tecnologia: da completa rejeição, ou, nas palavras do autor, “Cristo contra à cultura” (NIEBUHR, 1967, p. 67) à aceitação acrítica e conformação, ou o “Cristo da cultura” (NIEBUHR, 1967, p. 109). Entretanto, uma abordagem da tecnologia precisa ser mais primorosa do que simplesmente rejeitá-la categoricamente ou abraçá-la sem critérios. Qualquer abordagem simplista incorrerá em extremos: dar excessivo apreço à sua capacidade de resolver problemas ou culpá-la por todos eles, e ambas as formas a retratam como uma força independente, esquecendo-se do fato de que ela é uma atividade humana (SCHUURMAN, 2019).

No entanto, seguindo a teologia reformada neocalvinista, que reconhece o homem com imagem e semelhança de Deus, o mundo e as atividades culturais como criação divina e expressões desta criação respectivamente, cabe-se o dever de servir a Deus no mundo, na cultura, por meio da fidelidade e obediência à sua Lei (KUYPER, 2014). Neste espaço, a tecnologia é apreciada como parte da boa criação de Deus e o seu uso responsável, de maneira que honre a Deus, é encorajado. Isto atribui o verdadeiro valor às coisas, traz respeito, reverência, gratidão e cautela. Seguramente, esta busca pelo uso cristocêntrico inicia-se pela Bíblia e a sua metanarrativa: Criação, Queda, Redenção e Glorificação.

3.1 CRIAÇÃO

3.1.1 *Imago Dei*

No capítulo inicial de Gênesis, Deus atribui a cada uma de suas criaturas um propósito e uma função. Para as plantas, Ele deu a função de gerar frutos e sementes. Ao sol, à lua e às estrelas, entregou a função de separar o dia da noite e de marcar as estações. Para as aves, do hebraico עוף¹⁰, que significa literalmente “tudo o que voa”, Deus disse: “voe”. Para os peixes e os grandes animais aquáticos, Ele disse: “nade”. Durante os seis primeiros dias, para cada criatura, ser vivo e não vivo, foi dado um lugar no mundo de Deus e um *telos* (germinar, brilhar, voar, nadar, entre outros), o que, em parte, define o que eles são.

O mesmo, efetuou-se para os seres humanos. Ainda no sexto dia, Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gênesis 1.26 NVI). Com isso, a essência do que é ser humano, o *telos* original da humanidade, consiste em refletir a imagem de Deus para o resto da criação. Para Calvino (2008), a imagem de Deus era espiritual em sua natureza e “se estende para toda a excelência em que sobressai a natureza do homem entre todas as espécies animais” (CALVINO, 2008, p. 176). Para mais disso, muito já foi produzido na teologia reformada com o intuito de esclarecer o que significa ser imagem e semelhança de Deus, contudo, com vista nos objetivos atuais, explica-se este atributo comunicável a partir de quatro pontos: capacidade racional, natureza relacional, domínio sobre a criação e capacidade de desenvolvê-la.

Os homens, primeiro, apresentam a capacidade divina de pensar racionalmente. Apesar de muitos animais demonstrarem certo nível de inteligência, é evidente a distinção entre os homens e todo o resto da ordem criada. Segundo, a partir da propositura plural “façamos”, referindo-se ao Deus triuno¹¹, a teologia reformada coloca que os seres humanos também possuem a capacidade relacional. Devido à corrupção do pecado, o homem tenta viver de forma independente tanto de Deus quanto de seus

¹⁰ Gênesis 1.20

¹¹ “Deus existe eternamente como três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo, e cada pessoa é plenamente Deus, e existe só um Deus.” (GRUDEM, 1999, p. 165)

semelhantes, não obstante, a intenção criacional de Deus é que os homens vivessem profundamente interdependentes, refletindo a “tri-pessoa” do ser divino. Em terceiro lugar, à semelhança do governo de Deus sobre toda a ordem criada, o homem também deve dominar e governar a criação (Gênesis 1.26, 28; 2.15).

Além destas três características, à medida que o autor de Gênesis parte do macrocosmo para o microcosmo¹², na transição do primeiro para o segundo capítulo do livro, destaca-se a habilidade que o ser humano possui — e a ordem dada por Deus — de desenvolver a criação. Contudo, o que, no capítulo um é descrito como cheio e exuberante, no segundo capítulo, tem-se um cenário seco, estéril, no qual “ainda não tinha brotado nenhum arbusto no campo, e nenhuma planta havia germinado” (Gênesis 2.5 NVI). E, de acordo com Dyer (2011), a razão disso é que, além do fato de Deus não ter feito chover, não havia homem para trabalhar a terra. Segundo este mesmo autor, no hebraico, existe um jogo de palavras nesta oração: אָדָם, *adama*, que significa solo, soa como a palavra para homem, אָדָם, *adam*. Isto é, está escrito, literalmente, “não havia nenhum *adam* para o *adama*” (DYER, 2011, p. 47). Assim, a partir do pó de uma paisagem seca e estéril, Deus esculpiu o primeiro homem, soprou em suas narinas, e o colocou em um jardim com a incumbência de “cuidar dele e cultivá-lo” (Gênesis 2.15 NVI), o que só seria possível, em contraste com as demais criaturas, pela inerente imagem e semelhança divina. Vale destacar que tudo isso traz à luz algo sobre a natureza humana e a criação (jardim):

Deus projetou o jardim - mesmo antes da queda, do pecado e da morte - de tal forma que precisava ser trabalhado. Não é que houvesse algo de errado com o jardim, é só que Deus não pretendia que ficasse do jeito que estava. Em vez disso, Deus queria que Adão “cultivasse” ou “lavrasse” ou “trabalhasse” o que encontrou no jardim e fizesse algo novo com ele. Deus criou o jardim não como um ponto final, mas como um ponto de

¹² Enquanto Gênesis 1, o autor bíblico oferece uma visão panorâmica de todo o universo e ordem criada, em Gênesis 2, ele reconta a criação focando no jardim do Éden e no primeiro homem.

partida. O trabalho de Adão era pegar as matérias-primas da terra — desde a madeira das árvores, às rochas no solo, ao metal enterrado nas profundezas da terra — e criar novas coisas a partir delas. Em certo sentido, Adão deveria pegar o mundo “natural” (o que Deus fez) e transformá-lo em outra coisa - algo não totalmente “natural” — mas sancionado por Deus. (DYER, 2011, p. 47)

De outro modo, Wolters (2006) corrobora, afirmando que, embora Deus tenha finalizado a sua criação no sexto dia, Ele inseriu uma imagem de si mesmo na terra com o mandato de continuar. As pessoas, portanto, devem continuar na obra de desenvolvimento, frutificando, enchendo-a. Este mesmo autor prossegue: “a raça humana encherá a terra com o seu tipo, e formará a terra para o seu tipo. De agora em diante, o desenvolvimento da terra criada será social e cultural em natureza. Numa única palavra, a tarefa à frente é a civilização” (WOLTERS, 2006, p. 53). Isto é, a capacidade de desenvolver a criação, de transformar recursos naturais em artefatos, naquilo que não é totalmente natural, além de ser um atributo comunicável, também é uma ordem ou mandamento, o que, na teologia reformada, entende-se por Mandato cultural, uma vez que os teólogos encontram nele o comando e a responsabilidade do ser humano criar cultura.

3.1.2 O Mandato Cultural

Este mandato representa a lei criacional para toda a sociedade e possui grande importância na história da redenção e, portanto, para a cosmovisão bíblica cristã:

Então disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão’. Deus os abençoou, e lhes disse: ‘Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se

movem pela terra.’ O SENHOR Deus colocou o homem no jardim do Éden para cuidar dele e cultivá-lo. (Gênesis 1.26, 28; 2.15 NVI)

De acordo com Mouw (2004), a ordem de encher a terra não se limita apenas ao ato de ser fecundo, mas que a terra deve ser cheia da cultura humana, incluindo a arte, os livros, a música, a computação, a engenharia, a robótica e tecnologia em suas diversas expressões. Sendo assim, o Mandato cultural também é um mandato tecnológico. Provavelmente, Adão não suspeitava do potencial oculto presente nos recursos naturais esperando serem trabalhados, como o elemento silício presente na areia, o qual formaria o substrato para chips de computador um dia, mas este potencial estava lá, embora apenas recentemente descoberto e desenvolvido (SCHUURMAN, 2019).

Se faz necessário destacar, contudo, que o próprio Deus atribuiu limites à capacidade criativa do homem. O mandamento de cultivar o jardim é inseparável do ato de cuidar dele. Desastrosamente, o mandato cultural também é usado como justificativa para a exploração desenfreada dos recursos naturais, provocando devastação ao invés de desenvolvimento sustentável e responsável. Inclusive, White (1967) argumenta que a devastação ambiental por parte do Ocidente deve-se ao Cristianismo, o qual, esquecendo-se do aspecto sagrado presente na natureza, agiu, por meio da ciência e da tecnologia, descuidadamente e sem precedentes.

O ponto é que a perversidade de grande parte da cultura moderna levou alguns a acreditar que cultura e tecnologia são sinônimo de mundanismo. Portanto, é difícil acreditar que elas estavam realmente presentes no Éden. De acordo com Dyer (2011), a palavra traduzida como “cultivar”, derivada de עָבַד, em Gênesis 2, é traduzida em outro lugar como uma ação que pressupõe o uso de ferramentas, o que parece indicar que as ferramentas e o seu uso eram parte do *telos* de Deus para a humanidade, mesmo antes da queda, seguindo o equilíbrio entre natural e artificial, entre a atitude de cultivar e cuidar. Portanto, apesar do mau uso, do desvio apóstata, a tecnologia continua, essencialmente, como parte da boa, ordenada e histórica criação de Deus.

3.2 QUEDA

Outro tópico importante da narrativa bíblica é a introdução do pecado na ordem criada através da Queda. Conforme Gênesis 3, é destacado que a queda de Adão e Eva não foi um ato desobediente isolado, mas um evento com implicações catastróficas para toda a criação humana e não-humana. Todas as estruturas da sociedade, como o Estado e a família, ou toda produção cultural, como a tecnologia e a arte, e até mesmo as funções básicas como a alimentação e a sexualidade, ou qualquer outra manifestação temporal, foi tocado pelos efeitos corrosivos do pecado (WOLTERS, 2006). Por esta razão, a humanidade pecadora, em oposição aos mandamentos e as normas criacionais, desvia a tecnologia de formas diferentes. As áreas nas quais o homem exerce liberdade e responsabilidade em moldar a tecnologia estão contaminadas pelo pecado. Em Romanos 8, lê-se que “a criação está sujeita à vaidade” e que, “a um só tempo, geme e suporta angústias até agora” (Romanos 8.20 e 22 ARA).

3.2.1 A primeira tecnologia pós-queda

Ainda em Gênesis 3, o autor bíblico retrata que o primeiro movimento do casal recém caído foi fazer vestes para si a partir das folhas de figueira. Este ato reforça ainda mais a noção de que a criação, ainda que manchada, não perdeu a sua estrutura, neste caso, o atributo imagem e semelhança. Através de uma exegese dos primeiros capítulos de Gênesis, observa-se que o autor bíblico utiliza algumas palavras do hebraico para descrever os atos criativos de Deus: ברא, *bara*, que significa “criar”¹³; יצר, *yatsar*, que significa “formar”¹⁴; e עשה, *asah*, significando “fazer”¹⁵. Destes termos, o mais comum é *asah*, o qual também foi utilizado para descrever o que Adão e Eva fizeram com as folhas de figueira. Isto é, mesmo manchados pelo pecado, eles não perderam seu status de portadores da imagem de Deus, mas, juntos, eles transformaram recursos naturais em algo com um propósito. Se faz necessário destacar que as vestes não foram projetadas apenas para protegê-los de seu ambiente, mas também representa a sua

¹³ Gênesis 1.1, 21, 27; 2.3, 4; 5.1, 2; 6.7.

¹⁴ Gênesis 2.7, 8, 19.

¹⁵ Gênesis 1:7, 11, 12, 16, 26, 26, 31; 2:2, 3, 4, 18; 3:1, 7, 14, 21.

tentativa de esconder sua pecaminosidade de Deus. Dyer (2011) escreve que:

Eles estavam tentando inventar um meio pelo qual pudessem viver sem Deus e, portanto, agiam em rebelião contra ele. Em vez de viver todos os dias em um relacionamento amoroso e aberto com ele — dependendo de seu poder e graça para sua existência e alegria — eles tentaram construir um mundo que permitiria que existissem separados dele. As roupas eram sua maneira de transformar suas circunstâncias de modo que não mais dependessem de Deus para nada. [...] Deste ponto em diante, Adão e sua descendência não mais andariam com Deus no jardim. (DYER, 2011, p. 71)

Nesta primeira invenção humana, então, descobre-se duas facetas da tecnologia: um reflexo da imagem de Deus e, ao mesmo tempo, um ato sutil de rebelião contra Ele e a sua autoridade.

Não há espaço nesta seção para tratar adequadamente da gravidade deste evento nas Escrituras, porém é necessário salientar que as maldições presentes no julgamento de Deus sobre a criação (Gênesis 3.14-19) refletem diretamente no Mandato cultural de Gênesis 1 e 2: as dores de parto estão diretamente ligadas à ordem de ser fecundo e multiplicar-se; a terra que o homem foi ordenado para cultivar e cuidar, agora, está falha. Conforme Dyer, “desse ponto em diante, todos os nossos atos criativos e tudo o que fazemos — mesmo a mais avançada tecnologia de hoje — serão construídos a partir de material amaldiçoado pelo pecado” (DYER, 2011, p. 72).

Contudo, Gênesis 3 também carrega esperança no tangente à tecnologia. Antes de expulsar o primeiro casal do jardim, em vez de condenar a atitude de utilizar a capacidade tecnológica e criativa para cobrir-se a si mesmo e resolver o problema sem Ele, Deus age graciosamente, substituindo as folhas de figueira ásperas, desconfortáveis e relativamente pequenas, por novas peles de animais: “O SENHOR Deus fez roupas de pele e com elas vestiu Adão e sua mulher” (Gênesis 3.21 NVI). Fazendo uso da

linguagem técnica, o Senhor promoveu uma atualização ou *upgrade* da tecnologia presente.

Analisando exegeticamente, observa-se que a mesma palavra hebraica "*asah*" utilizada para descrever o ato criativo de Deus em fazer o homem segundo a sua imagem e para descrever a atitude independente de Adão e Eva de fazer roupas de figueira, também foi usada quando o Criador fez roupas de couros. Com isso, a partir da definição já apresentada de artefatos e objetos artificiais como modificação do recurso natural por meio da arte e da técnica, tem-se o próprio Deus criando tecnologia (Adão transformou folhas de figueira e Deus transformou peles de animais). E, ao fazer isso, o Criador parece estar sancionando a inventividade de Adão e Eva, até oferecendo-lhes sugestões sobre como melhorá-la (DYER, 2011).

Também é significativo expor a ordem cronológica que os eventos pós-queda aconteceram: primeiro, o casal percebe sua nudez e faz roupas das folhas de figueira, em seguida, Deus amaldiçoa a criação e, imediatamente, promove o *upgrade* das vestes. Esta sequência evidencia a graça divina, a qual, sucessivamente após o pecado manchar a criação, o próprio Criador fornece o meio de para diminuir os efeitos desta maldição.

É evidente que muito da produção tecnológica ao longo da história foi intencionada como tentativa de reduzir os efeitos da Queda. Dyer (2011) enumera alguns exemplos claros, como a criação de maquinário agrícola para trabalhar na terra indisciplinada, a invenção de meios epidurais para aliviar a dor no parto, o uso de lâmpadas para afastar a escuridão e sistemas de refrigeração para superar o clima. Indubitavelmente, todas essas dimensões da tecnologia trabalham para reduzir o sofrimento consequente da maldição da Queda, mas, assim como as vestes do primeiro casal, nenhuma obra humana ou atividade cultural qualquer que seja poderá solucionar o problema original e maior — o pecado. Alguns teólogos defendem que o ato de fazer roupas da pele de animal também é um prenúncio da expiação sacrificial, sendo a origem dos sacrifícios, uma vez que foi necessário o derramamento de sangue. Sobre isto, Neves (2014) escreve:

A cobertura que o próprio homem providenciou (uma cinta de folhas), não era apropriada para cobrir sua nudez física e espiritual. [...] Esse versículo é importante porque demonstra o suprimento das necessidades imediatas do homem por um Deus que se interessa em cuidar dele, em todos os aspectos e, embora alguns não aceitem um significado mais profundo, temos aqui a origem dos sacrifícios, um prenúncio da expiação sacrificial. (NEVES, 2014, p. 41)

Waltke e Fredericks (2010), nesta linha, apontam que as roupas de Adão e Eva eram inadequadas para cobrir a vergonha. Deus, entretanto, “pode, quer e faz” (WALTKE E FREDERICKS, 2010, p. 114) e, com o sacrifício de animal, aponta para o sacrifício que cobrirá todo o pecado. Em outras palavras, Deus estava oferecendo uma imagem visual do que o autor da epístola aos Hebreus escreveria posteriormente: “de fato, segundo a Lei, quase todas as coisas são purificadas com sangue, e sem derramamento de sangue não há perdão (Hebreus 9.22 NVI). E, ao mesmo tempo, deixou claro que nenhuma atividade tecnológica superará completamente as maldições da Queda (Dyer, 2011).

Isto posto, na iniciativa divina de fabricar novas vestes, foi possível observar dois importantes fatos sobre a tecnologia. Primeiro, mesmo após o pecado, a humanidade é convidada a continuar desenvolvendo a criação por meio de seus atos criativos. Até mesmo o mais pecador dos homens, devido aos reflexos da Imago Dei, tem a capacidade criativa. Por fim, por mais benéficas que a tecnologia promova, ela não tem a capacidade de redimir a criação. Apenas Deus, em Cristo, fará isto. O engano do tecnicismo nasceu daquelas folhas de figueira (Dyer, 2011), e, analisando a história além do jardim, isto se torna cada vez mais forte.

3.2.2 Educação tecnológica em Caim

Será Em Gênesis 4, é relatado que os dois filhos de Adão fizeram sacrifícios, trouxeram ofertas ao Senhor do fruto de suas mãos. Porém, as ofertas de Caim foram rejeitadas por Deus e, mesmo sendo alertado sobre a tentação, matou o seu irmão. O autor de Gênesis, contudo, não é elucidativo no que tange a razão

pela qual Deus rejeitou a oferta de Caim. Alguns teólogos sugerem que a presença de sangue tornou a oferta de Abel superior à do seu irmão, contudo, segundo Waltke e Fredericks (2010), esse argumento encontra a dificuldade de que, no Pentateuco, o tributo era um sacrifício em que não há sangue ou morte da vítima. Para Dyer (2011), em contraste, o livro de Gênesis indica que a estrutura da oferta de Caim pode ter sido superior à de Abel, uma vez que, atendo-se para as descrições de suas funções, o irmão mais novo é chamado de “pastor de ovelhas” e Caim de “lavrador”, do hebraico עֹבֵד אֲדָמָה: עֹבֵד, que significa, literalmente, “homem para trabalhar a terra” — uma referência direta às palavras “não havia nenhum *adam* para o *adama*” (DYER, 2011, p. 47) em Gênesis 2.5¹⁶. Ou seja, mesmo cumprindo a intenção inicial divina para o homem, palavra por palavra, Caim teve seu sacrifício rejeitado. Por meio da perspectiva Neotestamentária, esse dilema é solucionado quando o apóstolo João escreve que o problema não estava na presença ou ausência de sangue, mas se tratava de uma questão de fé: “Não sejamos como Caim, que pertencia ao Maligno e matou seu irmão. E por que o matou? Porque suas obras eram más e as de seu irmão eram justas” (1 João 3.12 NVI). O autor desconhecido aos Hebreus é ainda mais enfático e escreve: “Pela fé Abel ofereceu a Deus um sacrifício superior ao de Caim. Pela fé ele foi reconhecido como justo, quando Deus aprovou as suas ofertas” (Hebreus 11.4 NVI).

No caminho de ressignificar a tecnologia, esta narrativa também instrui uma forma de criar e usar a tecnologia. Ao contrário de seus genitores, que mesmo após o pecado, produziram tecnologia para o bem, Caim ilustra que o ser humano pode utilizar a tecnologia de maneira sem fé e, portanto, pecaminosa. Por mais benéfica que seja a produção tecnológica, com base em 1 João e Hebreus, sem fé, ela será rejeitada por Deus.

Para mais, observa-se nos capítulos dois, três e quatro a repetição da linguagem de cultivar e desenvolver a terra¹⁷, agora, com a progressão do pecado, o homem afasta-se cada vez mais de Deus, e o seu trato com a terra se torna cada vez mais difícil:

¹⁶ “Ainda não tinha brotado nenhum arbusto no campo, e nenhuma planta havia germinado, porque o SENHOR Deus ainda não tinha feito chover sobre a terra, e também não havia homem para cultivar o solo.” (Gênesis 2.5 NVI)

¹⁷ Gênesis 1.28, 29; 2.5, 15; 3.17-19; 4.11, 12.

E ao homem [Deus] declarou: 'Visto que você deu ouvidos à sua mulher e comeu do fruto da árvore da qual eu lhe ordenara que não comesse, maldita é a terra por sua causa; com sofrimento você se alimentará dela todos os dias da sua vida. Ela lhe dará espinhos e ervas daninhas, e você terá que alimentar-se das plantas do campo. Com o suor do seu rosto você comerá o seu pão, até que volte à terra, visto que dela foi tirado; porque você é pó, e ao pó voltará'. (Gênesis 3.17-19 NVI)

Agora amaldiçoado é você pela terra, que abriu a boca para receber da sua mão o sangue do seu irmão. Quando você cultivar a terra, esta não lhe dará mais da sua força. Você será um fugitivo errante pelo mundo'. (Gênesis 4.11, 12 NVI)

3.2.3 A primeira cidade e as suas implicações tecnológicas

Caim, contudo, ainda era ser humano portador da imagem divina, ordenado a multiplicar-se sobre a terra, criar e a desenvolver a criação. Gênesis 4.17 descreve exatamente isso: "Caim teve relações com sua mulher, e ela engravidou e deu à luz Enoque. Depois Caim fundou uma cidade, à qual deu o nome do seu filho Enoque" (Gênesis 4.17 NVI). Como o ápice da expressão tecnológica feita até então pelas mãos humanas, Caim construiu a primeira cidade registrada nas Escrituras. É importante destacar que, assim como já mencionado em seção anterior, como toda atividade cultural e criação humana surgem dos valores presentes em sua cosmovisão bem como toda expressão tecnológica apresenta sua forma como volição, a cidade construída por Caim refletia sua filosofia de vida e os seus compromissos viscerais. Ellul (1993), através de uma teologia bíblica de "cidade", aponta que, ao construir a primeira cidade, Caim tentou criar uma alternativa ao Éden, onde as pessoas pudessem viver desconectadas de Deus e de sua criação. Para este mesmo autor, as Escrituras, do Antigo ao Novo Testamento, retratam consistentemente as cidades como lugares de desobediência a Deus. Quando Jesus se dirigia às

pessoas, ele abençoava muitos e repreendia outros, mas, quando mencionava cidades, era sempre com teor de julgamento.

Ao construir sua cidade, Caim obviamente estava usando tecnologia. Ele estava usando ferramentas para transformar a criação de Deus para fins práticos e, como seus pais, ele cumpriu seu papel de portador da imagem enquanto, ao mesmo tempo, vivia em rebelião contra Deus (DYER, 2011). Faz-se necessário destacar, entretanto, que esta cidade foi palco de uma grande explosão tecnológica e cultural. Para Dyer (2011), muito antes do século 18, antes da invenção da pólvora e dos motores a combustão, a primeira revolução industrial da história ocorreu na cidade feita por Caim. Gênesis 4.20-22 descreve o surgimento das três principais frentes do desenvolvimento cultural humano:

Ada deu à luz Jabal, que foi o pai daqueles que moram em tendas e criam rebanhos. O nome do irmão dele era Jubal, que foi o pai de todos os que tocam harpa e flauta. Zilá também deu à luz um filho, chamado Tubalcaim, que fabricava todo tipo de ferramentas de bronze e de ferro [...]. (Gênesis 4.20-22 NVI)

A descendência de Caim desenvolveu a pecuária e a criação de animais, a arte e a música e, por fim, o manuseio dos metais e a produção de ferramentas. Estas três vertentes, agricultura, arte e tecnologia, resumem amplamente a cultura humana (DYER, 2011). Ainda hoje, essas três categorias descrevem a maneira como a sociedade opera: tem-se a produção em massa de alimentos por meio da indústria agrícola, assim como faz-se arte em suas diversas expressões (música, livros, entre outras formas), e a produção tecnológica, agora, de ponta.

3.2.4 A desobediência e a cultura de Babel

Sem dúvidas, a cidade foi a maior expressão criativa na tentativa de retirar Deus do seu lugar de primazia e senhorio de vida humana, e isto fica ainda mais evidente no relato de Gênesis 11, no qual os homens pós-diluviano se uniram para um empreendimento tecnológico gigantesco. O objetivo era levantar uma cidade e construir uma torre, também conhecida como

zigurate. Segundo Waltke e Fredericks (2010), o zigurate era uma estrutura maciça e gigantesca, com escadas de tijolos sólidos. Esta torre era uma parte inseparável da cidade, e, às vezes, a cidade inteira era o complexo do templo. Devido a sua elevada altitude, com seus fundamentos na terra e seu topo nas nuvens, no pensamento mito-poético, esta edificação serviria como uma porta para os céus, pela qual os deuses desciam e subiam.

Para esta finalidade, eles desenvolveram a tecnologia de fabricação de tijolos para substituir as pedras, e uma nova substância com função de cola¹⁸, o que, aparentemente, era o cumprimento do Mandato cultural de criar e desenvolver, descrito nos primeiros capítulos de Gênesis. O grande problema, entretanto, residia na motivação por trás deste empreendimento tecnológico. Mais do que uma grande edificação, Babel foi um novo império unificado, construído em volta de um templo, totalmente empenhada no culto do progresso humano (REINKE, 2020). Eles desejavam tornar-se célebres, glorificando a si e seus avanços tecnológicos. A grande torre também foi construída como uma afronta ao Mandato cultural de “multiplicar” e “encher a terra”, uma ordenança que fora repetida no pacto com Noé. Enquanto Deus ordenou que enchessem a terra, os líderes convocaram os seus semelhantes a se unirem para construir uma cidade e uma torre para não serem espalhados por toda a terra (NEVES, 2014). Neste contexto, a cultura de Babel é uma cultura de independência de Deus, marcando assim, a rejeição coletiva da humanidade à ideia de que a tecnologia é um dom de Deus dado aos homens (REINKE, 2020).

Ironicamente, após construir o zigurate no mais alto nível possível, o Criador se inclina e coloca o rosto no chão para avaliar o progresso humano. O capítulo onze de Gênesis descreve este episódio da seguinte maneira:

O SENHOR desceu para ver a cidade e a torre que os homens estavam construindo. E disse o SENHOR: ‘Eles são um só povo e falam uma só língua, e começaram a construir isso. Em breve nada poderá impedir o que planejam fazer.

¹⁸ *Gênesis 11.3*

Venham, desçamos e confundamos a língua que falam, para que não entendam mais uns aos outros'. Assim o SENHOR os dispersou dali por toda a terra, e pararam de construir a cidade. (Gênesis 11.5 - 8 NVI)

De início, o versículo cinco parece promover dúvidas quanto aos limites criacionais estabelecidos por Deus. Mas, de acordo com Wenham (1987), este verso também é traduzido como "para que nada que planejem fazer esteja além deles" (WENHAM, 1987, p. 233). Ou seja, as intenções humanas não demonstram limites, mas desafiam o próprio Criador em seus planos. Mas Deus é criador e sustentador de todo o universo; a gênese de todo o conhecimento e manifestação tecnológica, sendo também o arquiteto e construtor de uma cidade gloriosa no por vir. Diante da desobediência do homem, Ele mesmo os espalhou na terra para que ela fosse povoada. Isto é, a ordem do Senhor sempre será cumprida em submissão ou para o quebrantamento da altivez humana.

3.3 REDENÇÃO

Há razões para a esperança a despeito do alcance da mancha do pecado na ordem criada. Graciosamente, Deus não abandonou a sua criação ao desespero e também não espera que os homens assim o façam, o que também se aplica à produção tecnológica. De modo fortuito, enquanto Deus opera seu plano de redenção para a humanidade, a tecnologia aparece na Bíblia. Retornando ao jardim, tem-se Deus atualizando o primeiro ato de criação tecnológica do primeiro casal pós-queda, criando novas vestes com materiais melhores. Ficou evidente que a roupa não poderia restaurá-los totalmente ao estado anterior, mas os guardou no novo mundo que estavam prestes a experimentar. Assim, este objeto de vestuário ofereceu a Adão e Eva uma maneira de redenção, ainda que restrita. Neste sentido, há outras dezenas de relatos que descrevem este tópico, entretanto, para a finalidade atual, a discussão será limitada à arca de Noé e a Lei de Moisés.

4.1 O grande projeto náutico

Intencionalmente, a narrativa da vida de Noé se inicia, em Gênesis 5, com a afirmativa de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. O autor bíblico vai além ao afirmar que Adão gerou filhos à sua própria imagem e semelhança:

Este é o registro da descendência de Adão: Quando Deus criou o homem, à semelhança de Deus o fez; homem e mulher os criou. Quando foram criados, ele os abençoou e os chamou Homem. Aos 130 anos, Adão gerou um filho à sua semelhança, conforme a sua imagem; [...] Viveu ao todo 930 anos e morreu. (Gênesis 5.1-5 NVI)

De acordo com Dyer (2011), a intenção do autor bíblico é assegurar que a Imago Dei e todas as características inerentes a ela ainda estão sendo passadas de geração em geração mesmo no mundo amaldiçoado pelo pecado. Ainda neste mesmo capítulo, a Bíblia narra a razão pela qual Lameque, o pai de Noé, decide chamá-lo assim: “Aos 182 anos, Lameque gerou um filho. Deu-lhe o nome de Noé e disse: ‘Ele nos aliviará do nosso trabalho e do sofrimento de nossas mãos, causados pela terra que o SENHOR amaldiçoou’” (Gênesis 5.28 NVI). Mesmo sem mencionar o pecado explicitamente, Lameque espera que seu filho alivie a maldição de Deus na terra e o sofrimento das mãos humanas, promovendo descanso¹⁹.

Em paralelo à genealogia dos filhos de Adão, o sexto capítulo de Gênesis também deixa evidente que outras famílias que se espalharam sobre a terra fizeram o que era mau diante de Deus, ao ponto de o Criador desejar destruir toda a humanidade. Apesar disto, “a Noé, porém, o SENHOR mostrou benevolência” (Gênesis 6.8 NVI). Deus, depois de revelar o seu juízo, também revela o seu plano misericordioso ao dizer a Noé que ele seria salvo através de uma arca construída por suas próprias mãos (NEVES, 2014). Ou seja, em meio ao seu julgamento sobre a maldade humana, Deus provê um meio de preservar a humanidade na pessoa de Noé e em sua família. Vale destacar que, em todas a Escritura, Deus aplica seu juízo ao passo que também promove

¹⁹ Literalmente, em hebraico, Noé, נח, Noach, significa descanso.

livramento ao seu povo por meio de diversas formas sobrenaturais, como as pragas que assolaram todo o Egito enquanto a terra de Gósen foi preservada; o abrir do Mar vermelho; as multiplicações de pães e peixes, entre outros milagres. Entretanto, Deus decide salvar a raça humana das fortes chuvas e do dilúvio por meio de uma tecnologia que Ele mesmo projetou e que foi construída pelas mãos humanas:

Você, porém, fará uma arca de madeira de cipreste; divida-a em compartimentos e revista-a de piche por dentro e por fora. Faça-a com cento e trinta e cinco metros de comprimento, vinte e dois metros e meio de largura e treze metros e meio de altura. Faça-lhe um teto com um vão de quarenta e cinco centímetros entre o teto e corpo da arca. Coloque uma porta lateral na arca e faça um andar superior, um médio e um inferior. (Gênesis 6.14-16 NVI)

Em outras palavras, é por meio desta grande embarcação, tecnologia criada a partir da matéria-prima natural, feita pelo homem e projetada por Deus, que a raça humana é salva das águas da ira de Deus. A arca era semelhante a um grande navio moderno de, aproximadamente, 135 metros de comprimento, 22,5 metros de largura e 13,5 metros de altura (NEVES, 2014). Seguramente, o Criador do universo não precisava de um grande navio para prover salvação à Noé e sua família, mas, por alguma razão, era importante que Noé a fizesse²⁰ (DYER, 2011). No fim desta narrativa, fica evidente que a arca e seu construtor não promoveriam a salvação que Lameque ansiava. Mas esta história também evidencia a capacidade redentora que a tecnologia possui ainda que limitada, possibilitando alívio do sofrimento e, em certos casos, desviar-se da morte.

²⁰ "Noé fez tudo exatamente como Deus lhe tinha ordenado" (Gênesis 6.22 NVI). Aqui, tem-se a repetição de *asah*, palavra hebraica usada para designar os atos criativos de Deus e o surgimento da primeira tecnologia.

3.3.2 A tecnologia da escrita

Existe um enorme significado teológico para o papel de Israel no plano redentor, entretanto não há espaço suficiente nesta seção para se fazer justiça a tudo. Contudo, no caminho para alcançar os alvos deste trabalho, é significativo expor a importância que a tecnologia teve na formação da identidade cultural desta nação que tem papel notável na história da redenção, principalmente através da escrita da Lei de Moisés. Nesta constituição, a qual é detalhada nos quatro livros do Pentateuco, com exceção de Gênesis, existem inúmeras leis morais, civis e cerimoniais²¹. Para além dos aspectos sociais, éticos e legais, é importante destacar que, assim como à Noé, Deus também entregou uma planta de uma arca para Moisés (Êxodo 25.10-22). Neste caso, porém, a arca não transportou pessoas, mas sim a presença de Deus e os sinais da fidelidade dEle para com o seu povo.

Um dos aspectos mais importantes de toda a Lei de Israel é simplesmente o fato de que ela foi escrita. De acordo com Dyer (2011), grande parte dos historiadores e estudiosos cristãos acreditam que o povo hebreu atravessou o Mar Vermelho por volta de 1444 a.C., o que significa que Deus teria confeccionado o primeiro conjunto de tábuas de pedra naquela época, e Moisés teria escrito a Lei posteriormente a isso. Isto é, Deus utilizou a tecnologia de ponta da época para se comunicar com os hebreus e estabelecer a sua Lei²².

²¹ Apesar de vários teólogos assumirem a tripla divisão da Lei, como Knox Chamblin, o autor deste trabalho não encontra fundamento bíblico suficiente para legitimar esta divisão. De forma contrária, textos como Gálatas 3.10 e 5.3 indicam uma unidade forte na Lei; uma Lei sem divisões.

²² É importante destacar que a tecnologia da escrita ainda era um conceito bastante novo no período de Moisés. Desde Adão a linguagem e a forma de transmissão de conhecimento oral era predominante. Todavia, em algum momento da história, os homens começaram a introduzir desenhos nas cavernas como forma de registro, os quais, gradativamente, se transformaram naquilo que é conhecido como pictogramas, ou seja, os desenhos passaram a representar imagens ou conceitos, prática comum no Egito antigo. A tecnologia da escrita seguiu o seu desenvolvimento até assumir a forma do primeiro alfabeto fonético, o qual, apesar da discussão em torno do local exato, há um consenso entre os historiadores que ele se originou na região de Canaã, no Egito ou no Sinai, entre os séculos 19 e 15 a. C. (DYER, 2011). Segundo este mesmo autor, a importância desta data está no fato de que os filhos de Jacó e José foram escravizados nesta região e, provavelmente, assistiram a primeira grande revolução da comunicação.

Para mais, a tecnologia da escrita também trouxe uma noção de permanência e autoridade, reduzindo consideravelmente as corriqueiras mudanças no conteúdo presentes na comunicação oral, valorizando assim a exatidão e a precisão. Isto significa que, ao afirmar que algo está escrito, há um apelo para a autoridade do meio. Sendo assim, ao escolher esta tecnologia, Deus

Escolheu um meio de comunicação que não era apenas de ponta para a época, mas também reforçou a mensagem dessa lei. Ao criar a cultura do povo de Israel, Deus deu ao mundo sua Lei final, autorizada e imutável. E ele escolheu um meio tecnológico que reforçou esses valores. (DYER, 2011, p. 112)

Sendo assim, como peças importantes na ação redentora do Senhor, seja a arca de Noé, a tecnologia da escrita ou qualquer outra manifestação tecnológica presente na grande narrativa bíblica ou presente na história, a tecnologia é um importante elemento para a existência e cultura humana, a qual pode e deve ser utilizada para fins redutores, para promover alívio da maldição do pecado.

3.3.3 Redenção limitada

Há motivos suficientes para se dedicar ao desenvolvimento tecnológico. A tecnologia possui a capacidade de suprir as necessidades básicas dos seres humanos, fornecendo abrigo, alimento e tratamento médico (SCHUURMAN, 2016). A técnica empregada na agricultura, por exemplo, além de aumentar a produção alimentícia, possibilitando a manutenção das condições ideais, combate às ervas daninhas e outras pestes nas terras. Os chefes de cozinha utilizam a tecnologia para transformar a matéria natural em refeições que despertam o prazer no alimentar-se. Os músicos reordenam as notas musicais e constroem harmonias robustas. A produção tecnológica também facilitou o aumento e o acesso à informação, bem como a expansão da comunicação. Até mesmo a criação não humana é aliviada pelos efeitos da Queda, como a redução no número de animais de carga, prevenção e monitoramento de desastres

naturais, desenvolvimento de energias limpas e renováveis, entre outros. Além disso, as expressões tecnológicas também são utilizadas a serviço da missão da Igreja, como meio de propagação do evangelho, promovendo maior alcance, e, no discipulado, unindo pessoas ao Corpo de Cristo.

Todavia, deve-se ter o cuidado de afirmar que a capacidade redentora da tecnologia é limitada e temporária. De acordo com Dyer (2011), “quando cavamos poços para os sedentos e levamos comida aos famintos, esses atos vencem temporariamente a maldição da queda; ao mesmo tempo, eles permitem espaço para o programa de Deus continuar” (DYER, 2011, p. 105). Isto é, as capacidades redentoras da tecnologia devem ser vistas como uma maneira limitada e temporária de manter a raça humana em movimento enquanto Deus cumpre o seu propósito de restaurar todas as coisas.

Isto fica demonstrado, ao observar que toda inovação tecnológica traz consigo algum tipo de compensação, mesmo quando os seus inventores se fundamentam nas melhores intenções. A automação industrial e a aplicação da robótica nas fábricas, por exemplo, aceleram a produção e aumentam a produtividade, tornando, conseqüentemente, o produto final mais barato. No entanto, estes mesmos robôs que trouxeram, em parte, benéficas, também trazem, por outra parte, o mal do desemprego ao substituir a mão-de-obra humana. Por outro exemplo, tem-se o deslocamento por meio de carro, o qual, embora sendo uma forma mais cômoda e econômica de deslocar e encurtar distâncias, pode provocar doenças quando o seu uso substitui por completo qualquer atividade física. Para mais, tem-se a internet, instrumento revolucionário de informação e comunicação que, em compensação, pode reduzir o conhecimento ao simples acúmulo de dados e permitir o controle de toda a vida pessoal de seus usuários.

Todavia, isso não deve ser motivo para interromper o desenvolvimento e avanço tecnológico. Quando algo funciona bem, está refletindo a ordem e a criatividade de Deus, mas quando traz compensações, isto está diretamente relacionado às suas limitações como atividade humana ainda manchada pelo pecado. O homem não deve confundir o poder tecnológico com o poder de Deus que em breve redimirá toda a ordem criada. As funções

redentoras das ferramentas, em vez disso, devem ser vistas como prenúncios do que ainda está por vir.

4.1.3 RESTAURAÇÃO

A esperança da salvação, para os cristãos, está fundamentada na obra salvífica de Deus em Jesus Cristo, através da sua encarnação, morte, ressurreição e retorno. Para este estágio final, a narrativa bíblica aponta para a restauração de todas as coisas, a qual completará a obra redentora divina. De acordo com Goheen e Bartholomew (2016), a obra salvífica de Deus possui três características importantes. Em primeiro lugar, Deus, em Cristo e através do Espírito, inicia seu projeto logo após o alvorecer da história do homem, mas que ainda caminha para o seu fim. Este mesmo autor escreve que “Deus poderia ter estalado os dedos e curado instantaneamente a criação, mas não o fez. Em vez disso, partiu em uma longa jornada de redenção, uma jornada que prossegue até o dia de hoje” (GOHEEN; BARTHOLOMEW, 2016, p. 90). Isto é, a redenção é progressiva e se dará a longo prazo.

Em segundo lugar, a salvação tem caráter restaurador. Ou seja, a atividade divina não se completará aniquilando-se toda a ordem criada e começando algo novo a partir do nada. Wolters (2006) afirma que Deus não joga o que criou na lixeira, uma vez que Ele não cria lixo. O sentido de “nova criação” apresentada nos textos bíblicos e nas profecias acerca do reino futuro está intrinsecamente ligado à ideia de renovação da criação e não algo novo sendo criado. O problema não está na estrutura da criação, mas no pecado. E a obra de Deus é remover esta mancha da sua boa criação (GOHEEN E BARTHOLOMEW, 2016). O fato é que existirá uma continuidade na criação e “recriação” e isto também fica bíblicamente demonstrado ao se analisar o contraste do corpo mortal e o corpo da ressurreição apresentado por Paulo aos Coríntios (1Coríntios 15.35-49). Sobre isto, Middleton (2014) escreve que podemos pensar neste contraste como algo

Análogo a diferença entre uma semente e a planta totalmente crescida. Da mesma forma, o Jesus ressuscitado [a primícia da ressurreição] é retratado nos Evangelhos como sendo capaz de atravessar paredes [...]. No entanto, o Jesus

ressuscitado ainda é reconhecido como a mesma pessoa e até mesmo se alimenta de peixe com seus discípulos na praia — o que sugere uma continuidade fundamental entre criação e redenção [completa]. (MIDDLETON, 2014, p. 75-76).

Em terceiro lugar, a redenção completa não diz respeito apenas à salvação da parte imaterial do homem, mas ela é toda abrangente. Isto é, a restauração completa de Deus atinge a totalidade da vida humana incluindo a sua produção cultural e a tecnologia, assim como também se estende à criação não humana (GOHEEN E BARTHOLOMEW, 2016). Entre outros textos bíblicos, está escrito: “Pois foi do agrado de Deus que nele habitasse toda a plenitude, e por meio dele reconciliasse consigo todas as coisas, tanto as que estão na terra quanto as que estão nos céus, estabelecendo a paz pelo seu sangue derramado na cruz” (Colossenses 1.19-20 NVI). Isto posto, este estágio da narrativa que fundamenta a cosmovisão bíblica cristã — restauração — também traz resoluções acerca da tecnologia, promovendo ressignificação.

3.4.1 A nova cidade para a nova terra

Ao longo das Escrituras, é notório o contexto de maldição e julgamento que envolve as cidades, como ficou apresentado para a primeira cidade, criação de Caim, e para Babel e a sua cultura de desobediência e autonomia. No entanto, no decorrer da narrativa bíblica, a graça de Deus também faz uso desta criação humana como ferramenta que alivia as tensões da Queda. A exemplo disto, tem-se Deus ordenando aos israelitas que designassem seis de suas cidades como locais de refúgio de israelitas e estrangeiros:

Disse também o SENHOR a Moisés: “Diga aos israelitas: Quando vocês atravessarem o Jordão e entrarem em Canaã, escolham algumas cidades para serem suas cidades de refúgio, para onde poderá fugir quem tiver matado alguém sem intenção. Elas serão locais de refúgio contra o vingador da vítima, a fim de que alguém acusado de assassinato não morra antes de apresentar-se para julgamento perante a comunidade. As seis

idades que vocês derem serão suas cidades de refúgio. Designem três cidades de refúgio deste lado do Jordão e três outras em Canaã. As seis cidades servirão de refúgio para os israelitas, para os estrangeiros residentes e para quaisquer outros estrangeiros que vivam entre eles, para que todo aquele que tiver matado alguém sem intenção possa fugir para lá. (Números 35.9-15 NVI)

Ou seja, o Senhor Deus estava pedindo ao seu povo que usasse as cidades de uma forma que fosse contrária às tendências de uso embutidas em seu projeto. Ao invés de celebrar a autonomia humana, tal empreendimento visava assegurar que a justiça fosse aplicada. O argumento deste tópico, então, está no fato de que a cidade, mesmo sendo uma expressão tecnológica intimamente ligada à desobediência, foi escolhida por Deus para ser o palco da restauração final de todas as coisas, atingindo o seu ponto culminante na Nova Jerusalém:

Então vi novos céus e nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra tinham passado; e o mar já não existia. Vi a Cidade Santa, a nova Jerusalém, que descia dos céus, da parte de Deus, preparada como uma noiva adornada para o seu marido. Ouvei uma forte voz que vinha do trono e dizia: “Agora o tabernáculo de Deus está com os homens, com os quais ele viverá. Eles serão os seus povos; o próprio Deus estará com eles e será o seu Deus. Ele enxugará dos seus olhos toda lágrima. Não haverá mais morte, nem tristeza, nem choro, nem dor, pois a antiga ordem já passou”. Aquele que estava assentado no trono disse: “Estou fazendo novas todas as coisas!” E acrescentou: “Escreva isto, pois estas palavras são verdadeiras e dignas de confiança”. (Apocalipse 21.1-5 NVI)

Quando João, na revelação do Apocalipse, escreve sobre Deus criando novos céus e nova terra, não menciona sobre a volta ao estado não desenvolvido da criação, como era no Éden. De acordo com Wolters (2006), este movimento seria reacionário e

retrocesso. Pelo contrário, a restauração inclui todo o desenvolvimento histórico e cultural que tem ocorrido desde o princípio (GOHEEN; BARTHOLOMEW, 2016). Deus sempre pretendeu que o desenvolvimento histórico da criação progredisse no cultivo do potencial riquíssimo da criação, ainda que a rebelião estivesse presente no início deste processo. “A rebelião não destrói a estrutura histórica da criação; nem muda o significado da história” (GOHEEN; BARTHOLOMEW, 2016, p. 74). Isto fica evidente na mudança de cenário por trás de todo o drama: de um jardim para uma cidade; do Éden para a Nova Jerusalém, para onde todos os tesouros culturais da história serão levados²³. Esta promessa de uma nova cidade evidencia o plano divino em não apenas regenerar corpos humanos e ressuscitar almas humanas, mas também restaurar as criações humanas a um mundo imaculado pelo pecado (DYER, 2011).

Na nova cidade não haverá mais tristeza, dor ou morte e, apesar do pouco que a Bíblia deixa explícito, pode-se presumir que algumas criações humanas, incluindo ferramentas, também serão restauradas de modo que estejam livres da corrupção e compensações indesejadas. As visões proféticas de Miquéias e Isaías para o reino vindouro envolvem os homens transformando as suas tecnologias bélicas para tecnologia de cultivo e desenvolvimento:

“Ele julgará entre muitos povos e resolverá contendas entre nações poderosas e distantes. Das suas espadas farão arados, e das suas lanças, foices. Nenhuma nação erguerá a espada contra outra, e não aprenderão mais a guerra” (Miquéias 4.3 NVI).

“Ele julgará entre as nações e resolverá contendas de muitos povos. Eles farão de suas espadas arados, e de suas lanças, foices. Uma nação não mais pegará em armas para atacar outra nação,

²³ *“As nações andarão em sua luz, e os reis da terra lhe trarão a sua glória. Suas portas jamais se fecharão de dia, pois ali não haverá noite. A glória e a honra das nações lhe serão trazidas.” (Apocalipse 21.24-26 NVI)*

elas jamais tornarão a preparar-se para a guerra” (Isaías 2.4 NVI).

Para mais, a revelação dada à João até sugere que alguma outra expressão tecnológica também ficará obsoleta, como a luz artificial. Está escrito:

A cidade não precisa de sol nem de lua para brilharem sobre ela, pois a glória de Deus a ilumina, e o Cordeiro é a sua candeia. Não haverá mais noite. Eles não precisarão de luz de candeia, nem da luz do sol, pois o Senhor Deus os iluminará; e eles reinarão para todo o sempre. (Apocalipse 21.23; 22.5 NVI)

O fato é que as realizações culturais e técnicas da história estarão presentes e purificadas na nova terra. E, por isto, não se deve ter a tecnologia como uma anomalia temporária do mundo caído. De maneira oposta, a Bíblia nos oferece um retrato da tecnologia de acordo com o *telos* original de Deus, para sua glória e para a edificação do corpo de Cristo.

3.4.2 Uma hermenêutica questionável

Deixado claro que a tecnologia estará presente na era restaurada e gloriosa, e de maneira sem pecado, pouco se sabe sobre as formas que ela se apresentará. Os textos bíblicos que apontam uma direção se encaixam no gênero de profecia, uma vez que apresentam previsões sobre o futuro. De acordo com Klein, Blomberg e Hubbard Jr. (2017), uma das características deste gênero é a presença demasiada de simbolismos, os quais exigem maior diligência por parte de seus intérpretes e, conseqüentemente, é a categoria de mais apresenta interpretações questionáveis. Segundo estes autores, “as profecias predizem acontecimentos literais, ainda que as descrições não os retratem de forma literal” (KLEIN; BLOMBERG; HUBBARD JR, 2017, p.699).

Diante disto, alguns têm procurado na Bíblia previsões mais específicas para a tecnologia no futuro, galgando por uma hermenêutica duvidosa e arriscada. Por exemplo, pessoas

sugerem que o profeta Naum predisse os automóveis: “Os carros de guerra percorrem loucamente as ruas e se cruzam velozmente pelos quarteirões. Parecem tochas de fogo e se arremessam como relâmpagos” (Naum 2.4 NVI). Ainda que de forma improvável, alguns concluem que a marca da besta, descrita em Apocalipse 13²⁴, é, na verdade, um *microchip* (SCHUURMAN, 2019). Outros especulam sobre o papel da tecnologia na criação de vários cenários apocalípticos do dia do Juízo Final.

O problema está no fato de que, além da hermenêutica questionável associada às previsões técnicas da Bíblia, estas teorias não entendem a essência da questão: a tecnologia é limitada e, como o próprio nome do tópico na grande narrativa bíblica sugere, ela precisa de restauração. As ferramentas ainda são falhas e problemáticas, mas tem-se a promessa de que Deus, de alguma maneira, restaurará até mesmo elas a um estado sem pecado. Este aspecto final da tecnologia possibilitará ao homem criar uma tecnologia que se encaixe no comando divino de desenvolver e cuidar da criação; que glorifique a Deus e beneficie toda a sua criação. E, caso esta posição não seja alcançada como se espera, deve-se gastar tempo analisando os sistemas de valores que estão embutidos nas ferramentas e no seu uso, discernindo quando a tecnologia está em conflito com os valores do Reino de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação foi analisar a tecnologia como atividade cultural humana, propondo uma resignificação a partir da metanarrativa bíblica e da cosmovisão cristã. Existe um relativo consenso na filosofia da tecnologia quanto a sua definição como a transformação do mundo natural de acordo com os propósitos humanos. O que coincide, em parte, com a definição proposta pela filosofia cristã reformacional, diferindo-se apenas no fato de que, esta última, considera a tecnologia essencialmente boa em sua estrutura, mas que sofreu desvios em sua direção

²⁴ *“Também obrigou todos, pequenos e grandes, ricos e pobres, livres e escravos, a receberem certa marca na mão direita ou na testa, para que ninguém pudesse comprar nem vender, a não ser quem tivesse a marca, que é o nome da besta ou o número do seu nome.” (Apocalipse 13.16-17 NVI)*

devido ao pecado e aos efeitos da Queda, incorrendo em idolatria e reducionismos.

Com isso, no caminho da ressignificação, argumentou-se que a narrativa bíblica, como próprio de uma cosmovisão, fornece, a partir do relato da Criação, Queda, Redenção e Restauração, o enquadramento necessário que possibilita ao homem apreciar o papel da tecnologia como parcela importante no mundo de Deus e usá-la de forma cristocêntrica. Primeiro, a partir da história da criação, alegou-se que a capacidade de fazer tecnologia é um reflexo do Criador no homem por meio da *Imago Dei*, a qual, mesmo depois da corrupção da Queda, não desapareceu, mas foi ratificada pela fabricação da primeira tecnologia pelo homem e a sua atualização feita pelo próprio Deus. Para mais, como ordenança criacional, a terra precisa ser preenchida daqueles que são imagem e semelhança divina e de sua produção cultural, classificando o Mandato Cultural também como um mandato tecnológico.

Segundo, desde a Queda, argumentou-se que a tecnologia tem o potencial de ser utilizada para o pecado e em desobediência à Lei divina. Este fato ficou claramente demonstrado na produção tecnológica pós-queda e na construção das primeiras cidades. Todavia, em terceiro lugar, mesmo passível às direções apóstatas, ficou demonstrado que a tecnologia, como parte da boa, ordenada e histórica criação de Deus, não deve ser desprezada, mas, de forma contrária, incentivado o seu desenvolvimento, uma vez que promove redenção limitada e alívio para a maldição da Queda sobre a criação humana e não humana. O próprio Deus fez uso de projetos tecnológicos e dos artefatos desenvolvidos pelas mãos do homem no seu plano redentor.

Felizmente, no final da história da salvação, descobriu-se que os planos divinos incluem a restauração de todas as coisas. E, aqui, foi utilizado a categoria de restauração para evidenciar que, apesar da capacidade redentora, a tecnologia é limitada, podendo causar problemas e, por isto, precisa ser restaurada. Se possível, o homem deve trabalhar para isto, seguindo o padrão do Reino de Deus, mas, também ficou claro que, alguns problemas nunca serão resolvidos até a chegada da nova cidade, a Nova Jerusalém.

Esta investigação também contribuiu para preencher o espaço existente na produção científica nas áreas de Filosofia da Tecnologia e Teologia Reformada, principalmente em português. Por fim, considerando que a tecnologia tem um papel importante no projeto redentor de Deus, na produção cultural, e levando-se em conta que o diálogo acadêmico não é um exercício estático, espera-se várias outras contribuições nesta área, e a partir deste, uma vez que este trabalho se restringiu ao objeto filosófico tecnologia, podendo muito ser investigado sobre a maneira como a tecnologia, segundo a perspectiva cristã, influencia as outras ciências e esferas sociais, como a educação, a política, a economia, etc, de maneira que o uso cristocêntrico seja fomentado até que Cristo volte.

REFERÊNCIAS

BACON, F. **Novum organum, ou, Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza.** São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores, 13)

BUNGE, M. **Philosophy of science and technology:** part I, formal and physical sciences. Dordrecht: Reidel, 1985. v. 7.

CALVINO, J. **A instituição da religião cristã.** Tomo I. Tradução: Carlos Eduardo de Oliveira. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CHAMPLIN, R. N. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia.** 6. ed. São Paulo: Hagnos, 2002. v. 1.

_____. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia.** 6. ed. São Paulo: Hagnos, 2002. v. 6.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia: um convite.** 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DYER, J. **From the Garden to the City:** The Redeeming and Corrupting Power of Technology. Michigan: Kregel Publications, 2011.

ELLUL, J. **The technological society.** New York: Vintage Books, 1964.

_____. **The meaning of the city.** Grand Rapids: Eerdmans, 1993.

FERRÉ, F. **Philosophy of technology.** Athens-London: The University of Georgia Press, 1995.

GOHEEN, M. W.; BARTHOLOMEW, C. G. **Introdução à Cosmovisão cristã:** vivendo na intersecção entre a visão bíblica e a contemporânea. São Paulo: Vida Nova, 2016.

GRUDEM, W. A. **Teologia Sistemática: atual e exaustiva.** Tradução: Norio Yamakami, Lucy Yamakami, Luiz A.T. Sayão, Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Vida Nova, 1999.

JARVIE, J. **Technology and the Structure of Knowledge.** In: MITCHAM, C.; MACKEY, R. *Philosophy and technology.* New York: The Free Press, 1983. p. 54-61.

KLEIN, W. W.; BLOMBERG, C. L.; HUBBARD JR, R. L. **Introdução à interpretação bíblica.** 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

KUYPER, A. **Calvinismo.** 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

MIDDLETON, J. R. **A new heaven and a new earth:** Reclaiming Biblical Eschatology. Grand Rapids: Baker Academic, 2014.

MITCHAM, C. **Thinking through technology:** the path between engineering and philosophy. Chigado: University of Chicago Press, 1994.

MONSMA, S. V. **Responsible Technology.** Grand Rapids: Eerdmans, 1986.

MOUW, R. J. **Calvinism in the Las Vegas Airport.** Grand Rapids: Zondervan, 2004.

NEVES, I. **Comentário Bíblico de Gênesis:** através da Bíblia. 2. ed. São Paulo: Rádio Trans Mundial, 2014.

NIEBUHR, H. R. **Cristo e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

REINKE, T. **12 maneiras: como o seu celular está transformando você.** Niterói: Concílio, 2020.

SCHUURMAN, D. C. **Moldando um mundo digital: Fé, cultura e tecnologia computacional.** Brasília: Monergismo, 2019. Edição do Kindle.

SCHUURMAN, E. **Fé, esperança e tecnologia:** ciência e fé cristã em uma cultura tecnológica. Viçosa: Ultimato, 2016.

SIRE, J. W. **Dando nome ao elefante: cosmovisão como um conceito.** 1. ed. São Paulo: Monergismo, 2012.

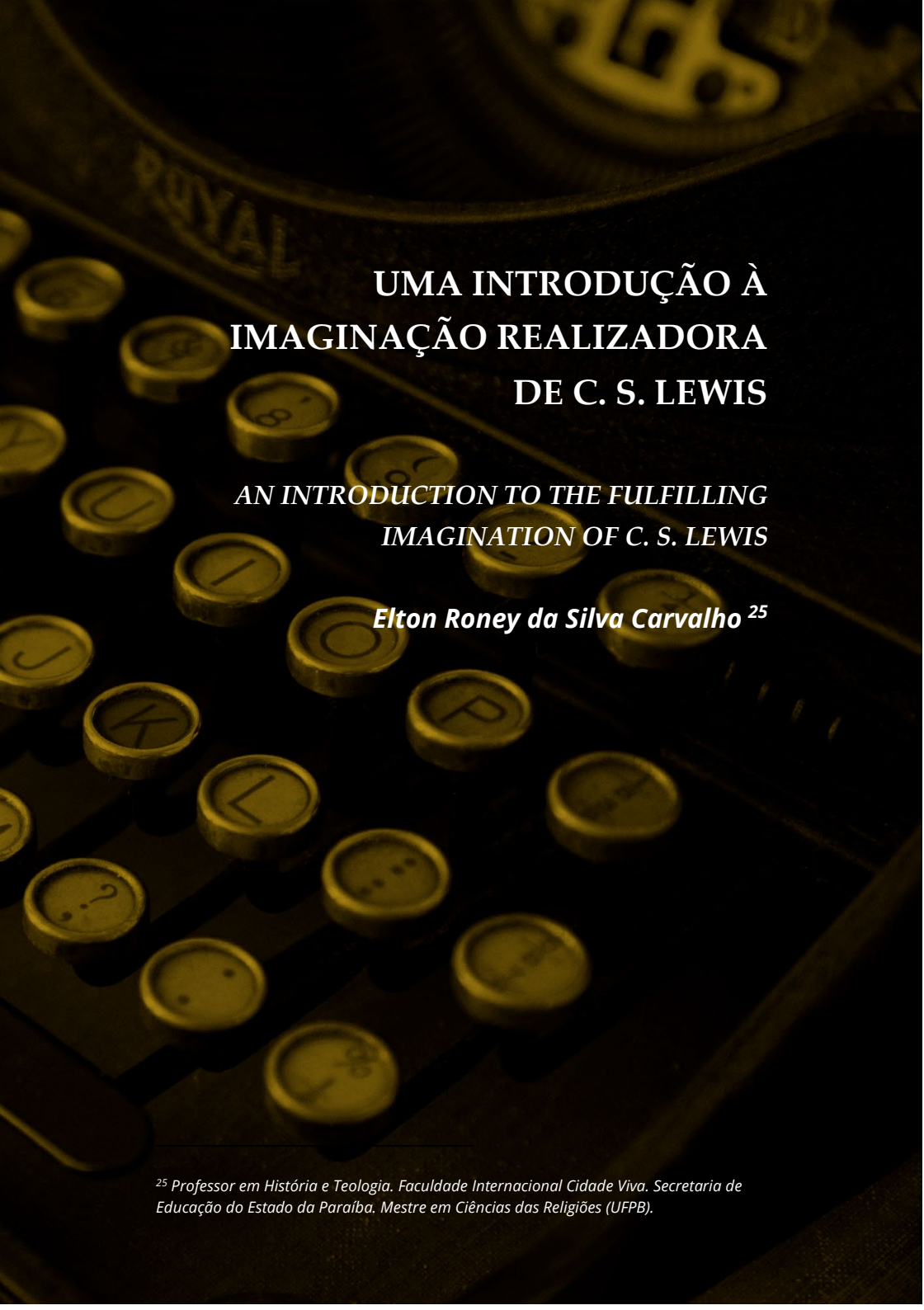
SKOLIMOWSKI, H. **The structure of thinking in technology.** In: MITCHAM, C.; MACKEY, R. Philosophy and technology: readings in the philosophical problems of technology. New York: The Free Press, 1972, p. 42-49.

WALTKE, B. K.; FREDERICKS, C. J. **Gênesis.** 1. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010.

WENHAM, G. J. **Word biblical comentary 1:** Genesis 1-15. Waco: Word Books, 1987.

WHITE JR, L. **The Historical Roots of Our Ecological Crisis.** Science. v. 155, n. 3767, p. 1203 - 1207. 1967. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/155/3767/1203>. Acesso em: 16 mai 2021.

WOLTERS, A. M. **A criação restaurada: a base bíblica da cosmovisão reformada.** São Paulo: Cultura Cristã, 2006.



**UMA INTRODUÇÃO À
IMAGINAÇÃO REALIZADORA
DE C. S. LEWIS**

*AN INTRODUCTION TO THE FULFILLING
IMAGINATION OF C. S. LEWIS*

Elton Roney da Silva Carvalho ²⁵

²⁵ Professor em História e Teologia. Faculdade Internacional Cidade Viva. Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Mestre em Ciências das Religiões (UFPB).

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo introduzir uma análise da imaginação realizadora de C. S. Lewis, tendo em vista a importância deste critério para a conversão do autor e para a formação de sua teologia e processo criador de toda sua literatura de ficção; como também para sua abordagem apologética cristã. “Jack” compreendia que existe algo maior e mais profundo em toda literatura e que os mitos tinham a capacidade de apresentar este todo maior que, se bem compreendido, levaria o Homem a ver a verdade por trás das histórias. Deste modo, Lewis teria chegado à verdade do Evangelho após um longo processo de investigação e análise dos diversos mitos que estudou e das diversas histórias que leu. O processo conhecido como “Do mito ao fato” é aqui compreendido, justamente, como essa passagem que Lewis passa e que todos devem passar, até chegar na Zoé, na evolução, e se tornar parte da Dança divina, quando deixamos de ser apenas “soldadinhos de chumbo”. A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica de textos do próprio Lewis e de biografias e produções textuais que analisam a obra e a vida do autor. Pelos resultados, vemos que “Jack” deixou um grande legado no que diz respeito a introduzir o estudo da mitologia e o uso da fantasia para o aprofundamento da fé cristã.

PALAVRAS-CHAVE

Teologia; mitologia, Literatura; fantasia

ABSTRACT

This article aims to introduce an analysis of the creative imagination of C. S. Lewis, considering the importance of this criterion for the author's conversion and for the formation of his theology and creative process of all his fiction literature; as well as for his Christian apologetic approach. “Jack” understood that there is something greater and deeper in all literature and that myths had the ability to present this greater whole that, if well understood, would lead Man to see the truth behind the stories. In this way, Lewis would have arrived at the truth of the Gospel after a long process of investigation and analysis of the various myths he studied and the various stories he read. The process known as

“From Myth to Fact” is understood here, precisely, as this passage that Lewis goes through and that everyone must go through, until reaching Zoé, in evolution, and becoming part of the divine Dance, when we stop being just “lead soldiers”. The methodology applied was the bibliographic review of texts by Lewis himself and of biographies and textual productions that analyze the work and life of the author. From the results, we see that “Jack” left a great legacy in terms of introducing the study of mythology and the use of fantasy for the deepening of the Christian faith.

KEYWORDS

Theology; Mythology; Literature; fantasy

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE C. S. LEWIS

C. S. Lewis é um dos escritores cristãos mais conhecidos do mundo. Sua obra está desenvolvida em várias áreas da literatura, desde textos essencialmente literários, passando pela ficção, consolidando-se na fantasia e formando mentes na própria teologia.

Nos textos que eu tomei a liberdade de chamar de “essencialmente teológicos” temos, como um exemplo, sua apreciada obra sobre o conceito de Renascença em *English Literature in the Sixteenth Century*. Este foi um dos maiores monumentos de erudição de Lewis. Está como parte de um volume no *Oxford History of English Literature*. Para os estudiosos que desejam um profundo mergulho no trabalho literário de Lewis, eis o caminho!

Porém, como dito, a obra de Lewis passou pela ficção. Neste gênero, destaca-se *The Ransom Trilogy*, a trilogia formada pelos livros *Out of the Silent Planet*, *Perelandra* e *That Hideous Strength*. Esta obra foi resultado dos diálogos de Lewis com seu amigo - e importante influenciador na vida, na conversão e na obra - Tolkien. Nesta obra a intenção era claramente promover o Mito que os movia através de histórias que envolveriam o Tempo para a produção de Tolkien e o Espaço para a produção de Lewis; assim foi.

No aspecto destacado como fantasia, Lewis empreendeu um grande trabalho. A fantasia foi a produção de sua vida. Mas, para nosso objetivo, as conhecidas Crônicas de Nárnia são os livros que fazem o nome de “Jack” se espalhar pelas prateleiras ao redor do mundo. As crônicas de Lewis ganharam, inclusive, três filmes. Assim sendo, alguns estudiosos consideram curioso o interesse dele em produzir histórias infanto-juvenis,

Ele passou quase toda vida solteiro e não teve filhos, e os que lhe eram mais próximos jamais perceberam nele qualquer interesse por crianças. Cito esses fatos porque costuma-se pensar que são importantes, ainda que, no caso de Lewis, não fique claro que realmente o sejam. Ele disse que passou a escrever para crianças para satisfazer alguma necessidade própria – mas, uma necessidade que ele não compreendia. “Não tenho muita certeza”, escreveu Lewis em 1952, quando todos os livros sobre Nárnia já estavam concluídos, “sobre o que me terá levado, em determinado ano de minha vida, a sentir que não apenas um conto de fadas, mas um conto de fadas voltado para as crianças, era exatamente o que eu devia escrever – ou explodir”. Ele sugere que as histórias infantis “permitem que você deixe de lado o que se quer deixar de lado, ou mesmo o obrigam a fazer isso. Uma história infantil obriga o escritor a colocar toda a força de um livro naquilo que foi dito e afirmado. Ela põe em xeque aquilo que um crítico bondoso, porém perspicaz, chamou de ‘o demônio expositivo em mim’. Sem dúvida, porém, esse demônio poderia ter sido igualmente posto em xeque pela escrita de sonetos ou sextilhas. Por que livros infantis (LEWIS, 2015, pp. 333-334).

Fica evidente que Lewis parece ter sido atraído “fantasiosamente” pela obra de fantasia para crianças, entretanto, para o leitor atento, é ainda mais perceptível que sua intenção era fugir de padrões de dar noção a uma dimensão humana maior: a imaginação na produção literária e o poder de um mito e de uma

boa história bem contada; como poder contemplar na narrativa das crônicas.

Para encerrar nossa tímida – para não julgar pífia – caminhada pela obra deste gigante intelectual, não vamos esquecer de sua contribuição para a teologia cristã, sendo está, sem dúvida, uma importante contribuição de sua vida. Neste sentido, apesar de Lewis não ser e não se reconhecer como um teólogo oficial, a sua interpretação teológica fez escola e continua a influenciar milhares de pessoas ao redor do mundo, é um verdadeiro fenômeno. Neste campo, podemos destacar *The Great Divorce* (1945), *The Four Loves* (1960), *Mere Christianity* (1952), *Miracles: A Preliminary Study* (1947), *The Pilgrim's Regress: An Allegorical Apology for Christianity, Reason and Romanticism* (1933), *The Problem of Pain* (1940), *Screwtape Letters* (1942), *Surprised by Joy: The Shape of My Early Life* (1955); entre outros que o espaço e o tempo não nos permite citar. No aspecto teológico, esboçaremos melhor a frente, tendo em vista que o pensamento teológico de Lewis será a espinha dorsal deste trabalho.

2. TEOLOGIA PRÁTICA, COMUNITÁRIA E PESSOAL DE LEWIS

2.1 Trindade, “dança” e relacionamentos

A teologia de Lewis é contra consensual, isto significa dizer que ele, como um teólogo não oficial, não está condicionado a nenhuma escola em especial, mas ele mesmo fez escola. Toda sua teologia é baseada em uma forte tradição com base literária, referenciada por imaginação e por mitos – vamos esclarecer melhor a conceituação de mitos em Lewis posteriormente.

Esta teologia de Lewis está baseada em uma ideia de que Deus é pessoal e que nós participamos desta pessoalidade, nos tornando ainda mais “pessoas” quando nos encontramos com Ele e adentramos em um relacionamento profundo. Também quando entramos em uma comunidade divina *através* da comunidade humana. Todo este processo se dá mediante a própria fraternidade cristã. Lewis apresenta uma “dança” como um processo de atração de nós por Deus para um relacionamento

pessoal – que nos fará, ainda mais, pessoas. Lewis em *Cristianismo Puro e Simples*, vai afirmar:

Na crmandade, Deus não é uma coisa estática – nem mesmo uma pessoa -, mas uma atividade pulsante, uma vida, quase uma espécie de teatro. Quase, e espero que o leitor não me considere irreverente, um tipo de dança... A totalidade da dança, ou do teatro ou padrão dessa vida trinitária deve ser desempenhada e cada um de nós: ou (para dizer de outra maneira) cada um de nós precisa entrar no padrão, tomar seu lugar nesta dança. (LEWIS, 2017)

Como dito, na obra *Cristianismo Puro e Simples*, no livro 4, capítulo 2, Lewis desenvolve uma teologia acerca do Deus Triúno. Neste capítulo contemplamos, além de uma bela exposição sobre a trindade, questões que envolvem o nosso próprio relacionamento com Deus. Neste sentido, é importante destacar que o Deus da trindade “é uma pessoa”, que unido ao Espírito Santo e ao Nosso Senhor Jesus Cristo, são perfeitos em unidade e relacionamento vivo, santo, ativo e constante. Assim sendo, entramos na discussão acerca da geração do Filho, do Cristo, que Lewis destaca como sendo gerado, pois, existe uma diferença significativa entre *criar* e *gerar*. Lewis afirma que “uma pessoa gera um filho, mas cria uma estátua” (LEWIS, 2017, pp. 221). Ainda neste ponto introdutório sobre a trindade, é destaque que Deus é um Deus “suprapessoal”, pois está acima da pessoalidade. Não é impessoal porque não está abaixo das pessoas.

Essa abordagem de Lewis em classificar Deus como “suprapessoal” é interessante, tendo em vista que Ele está acima da pessoalidade, então, agrega-a, não a deixa de lado. Para demonstrar isso, ele apresenta a questão da unidimensionalidade e da tridimensionalidade.

Ora, o registro que o cristianismo faz de Deus envolve precisamente o mesmo princípio. O nível humano é bem simples e bastante vazio, e nele uma pessoa é um ser, e quaisquer duas pessoas são dois seres separados – da mesma forma que, em duas dimensões...um quadrado são duas

figuras separadas. No nível divino, você ainda encontra personalidades, mas lá em cima você as encontra combinadas de novas maneiras que nós, que não vivemos neste nível, não conseguimos imaginar. Na dimensão de Deus...você encontra um Ser que são três Pessoas, enquanto permanece sendo um Ser, da mesma forma que o cubo são seis quadrados seno um único cubo. (LEWIS, 2017, p. 213).

Porém, dado este processo de conhecimento de que Deus está em um relacionamento perfeito e nós somos convidados por Ele para esta “dança”, não podemos ficar de lado. Somos, como o próprio “Jack²⁶” classifica, *atraídos* para a vida “tripessoal, e isso pode começar a qualquer momento – hoje à noite, se você quiser” (LEWIS, 2017, pp. 214). Isso significa, totalmente, que somos arrebatados para uma vida superior, para o que ele chamava de *evolução*. Para a verdadeira vida. Uma passagem da *Bios* para a *Zoe*.

Assim, toda a vida tríplice do Ser tripessoal está realmente se dando nesse pequeno quarto comum onde uma pessoa comum está fazendo suas orações. O homem está sendo arrebatado para um tipo superior de vida – que eu chamei Zoé, ou vida espiritual; ele está sendo arrastado para dentro de Deus, por Deus, ao mesmo tempo em que permanece ele mesmo. (LEWIS, 2017, pp 214, grifo nosso).

O movimento mais importante feito por Lewis neste momento é a “dança”. Movimento, pois, para ele, é fundamental aprender a “dançar” com Deus. Fica claro que a *compenetração* das pessoas em Deus é a ideia central neste ponto. *Perichoresis*: “Há um jogo de palavras entre *perichoreo* (interpenetrar) e *perichoreuno* (dançar à volta de)” (LEWIS, 2015, pp. 113).

A ideia de uma Trindade dançante tem poucas representações antes de Lewis. Porém, ele parece expandir essa ideia, destacando, especialmente em *Perelandra*, no qual o se

²⁶ Vou intercalar com “Lewis”.

estabelece uma Grande Dança como geradora de novos canais. Vejamos o que pensa Paul S. Fiddes sobre a questão:

É muito difícil, aqui, ter certeza de que a própria trindade esteja se movendo em uma dança ou se todas as coisas estão simplesmente compartilhando uma dança ao redor do centro onde se encontra Deus, um centro – afirma Lewis – ao qual os seres criados igualmente pertencem. Contudo, quando Ranson vê que ‘o amor e o esplendor de Deus fluem como um rio revoltado [abrindo] novos canais’; a dança é como fitas ou círculos de luz nos quais milhões de entidades vivem e morrem; e ‘tudo o que não é, em si, a Grande Dança foi criado para que dela pudessem fazer parte...Ao examinar a Dança, porém, Ranson ouve uma voz que declara: Ele é sua própria origem, e tudo que Dele processo é Ele mesmo, com a implicação de que essa eterna geração é a dança, ou dela faz parte. Poderíamos, então, ler tudo isso com se significasse que os padrões da dança são os padrões do amor de Deus, e que o mesmo acontece com o movimento da própria Trindade (LEWIS, 2015, pp. 113-114).

Desta forma, segundo a teologia de Lewis estabelecida na Dança Divina - na Trindade - é um relacionamento que, com Deus, é além da personalidade, pois Deus está além desta nossa definição. Porém, Ele não é impessoal, sendo essa, apenas uma dificuldade de linguagem e de definição. “Poderíamos dizer que a intangibilidade mesma da imagem da dança divina em *perelandra*, a despeito de todos os esforços de Lewis, significa que a dança não pode ser observada ou mesmo imaginada, mas apenas coparticipada” (LEWIS, 2015, pp. 113-114).

Neste sentido, devemos retomar – para aprofundar – a ideia de “Jack” sobre a *geração* e a *criação*, pois, se entro nesta dança encontro *Zoé*, me torno “evoluído”, pois, justamente, sou *gerado*.

Uma ideia principal aqui é a seguinte: assim como Cristo foi “gerado” e não “criado”, os seres humanos passam de “criados”,

para “gerados”. A “Evolução”, para Lewis, é justamente está: quando entramos na Trindade, nos tornamos, de fato, pessoas. Nós tornamos “gerados”, pois, passamos de criaturas para Filhos de Deus; com todas as implicações difíceis que isso traz. Esta concepção de nos tornamos *verdadeiramente pessoas*, mediante nossa salvação, é uma das características fortes da teologia de Lewis. Tornar-se “filho” de Deus, sermos “adotados”, o entendimento que Cristo se tornou homem para que pudéssemos nos tornar deuses e outras afirmações no Evangelho que abordam nossa salvação, são entendidas por Lewis como esta “evolução”. A ideia dele está em total conformidade com toda a tradição cristã.

Ora, se podemos nos atrever a continuar falando nestes termos, a visão cristã diz precisamente que o próximo passo já foi dado, e ele é realmente novo. Não se trata da mutação de seres humanos dotados de cérebro para seres humanos dotados de mais massa encefálica: trata-se de uma mutação que se devia para uma direção totalmente diferente – uma transformação que se dá do estado de criaturas de Deus para o de filhos de Deus. O primeiro exemplo apareceu na Palestina há dois mil anos. Em certo sentido a mutação não é sequer uma “evolução”, porque não é algo que surge a partir de uma sequência natural de eventos, mas algo que ingressa na natureza a partir de fora. Mas, isso é precisamente o que se esperava. Chegamos a nossa ideia de “evolução” estudando o passado. Se há realmente novidades à nossa espera, então é claro que nossa ideia, baseada no passado, não irá, de fato, dar conta delas. E, na verdade, esse novo passo não se distingue de todos os anteriores apenas por sua natureza vinda de fora, mas de diversas outras maneiras:” (LEWIS, 2017, p. 278-279).

Neste momento do livro *Cristianismo Puro e Simples*, Lewis explica este processo de “evolução”, vamos a ele. (LEWIS, 2017, pp. 279-281).

(1) Este tipo de “evolução” não é desenvolvida pela reprodução sexual. O “desenvolvimento” que Lewis expressa, ocorrerá por outros meios, que ele não explica bem. Evidente que aqui, ele já não trata mais apenas de uma evolução individual, mas, total. Tanto do indivíduo como de todas as coisas, por assim dizer.

(2) Nos estágios anteriores de um processo de evolução natural, os organismos vivos ou não tiveram escolhas ou poucas escolhas tiveram na hora de dar o próximo passo. Lewis afirma que o progresso acontecia com eles, eles não faziam isso. Mas, o processo de “criatura” para “filho” é voluntário – em certo sentido. Sozinhos não poderíamos tê-lo dado, mas ele nos é oferecido, ou seja, podemos recusá-lo. “-podemos enfiar a nossa cabeça na areia e deixar a nova humanidade prosseguir sem nós”.

(3) Cristo é o “primeiro exemplo”, porém, segundo Lewis, Ele é mais do que isso. Não é meramente um novo homem, mas o novo homem. É a origem, centro e vida de todos os novos seres humanos. Ele veio trazer sua *Zoé*, a nova vida. Ele transmite-a pelo que Lewis chamou de “bom contágio”.

(4) Esse passo para uma nova fase ocorre em uma velocidade maior comparada aos processos anteriores. “...a difusão do cristianismo pela raça humana parece ocorrer na velocidade de um raio – pois dois mil anos não são quase nada na história do universo”.

E aqui um parênteses literal que Lewis trás....

Nunca se esqueça de que todos nós ainda somos os “cristãos primitivos”, as nefastas e ociosas divisões presentes entre nós são, assim esperamos, doenças de infância; ainda estamos em fase de crescimento; O mundo externo, sem dúvida, pensa precisamente o contrário. Ele pensa que estamos morrendo de velhice, mas não é a primeira vez que se pensa assim. Repetidas vezes ensinou-se que o cristianismo estava morrendo: por perseguições vindas de fora e corrupções a partir de dentro, pelo crescimento do mundo islâmico e advento das ciências físicas, pelo surgimento de grandes movimentos revolucionários anticristãos, mas o

que aconteceu no mundo foi o desapontamento. Sua primeira decepção foi com relação à crucificação. O homem reviveu... Não admira que eles nos odeiem (LEWIS, 2017, pp 280).

(5) Há algo de grande importância em jogo. Se uma criatura regredir para passos anteriores, perderá, no máximo, seus poucos anos de vida na terra. Mas, regredindo um passo, neste caso, perderemos um prêmio infinito. Deus guiou, por séculos, a natureza para chegar ao ponto de produzir criaturas que possam se tornar “deuses e deusas”. Lewis compara com o nascimento comum de um bebê e se pergunta “o que um bebê faria se tivesse o poder de escolher. “Ele poderia preferir ficar no escurinho, quentinho e na segurança do ventre, pois com certeza acharia que o ventre era sinônimo de segurança. Mas ele estaria redondamente enganado, pois, se permanecesse lá, morreria.”

Assim, Lewis compreende que poderemos e devemos ultrapassar a mera *Bios* e ser parte integrante da *Zoé*. “Este mundo é um grande ateliê de escultor. Somos estátuas e, pelo ateliê, circulam rumores de que algum dia alguns de nós nos tornaremos vivos” (LEWIS, 2015, pp. 116).

Não somos gerados por Deus, mas apenas criados por ele: em nosso estado natural, não somos filhos de Deus, mas apenas (por assim dizer) estátuas. Não adquirimos *Zoe* ou vida espiritual: apenas *Bios*, ou vida biológica, que em breve fenecerá ou morrerá. A totalidade da oferta feita pela cristandade é esta: se permitirmos que Deus imponha sua vontade, poderemos vir a compartilhar a vida de Cristo. Se assim for, partilharemos uma vida que foi gerada, não criada, que sempre existiu e sempre existirá (LEWIS, 2015, pp. 117).

Na obra de Lewis fica evidente que essa discussão sobre “evolução” afirma que, verdadeiramente, um cristão deve se tornar uma pessoa “melhor”, com um comportamento aprovado. Isto é, não adiante eu professar o cristianismo e ser um canalha. Por outro lado, definir que uma pessoa é verdadeiramente **cristã** ou **ateu**, não é tão fácil assim. Segundo Lewis, se não definirmos

claramente o que cada um é estaremos apenas perdendo tempo em nossa avaliação. O que está destacado é o que a pessoa seria ou como se comportaria sem o cristianismo?

2.1.1 A transformação de chumbo em carne: a realidade espiritual

Lewis estabelece um certo dualismo no desenvolvimento de sua teologia. Para ele, existe algo a ser superado. De “criado” para “gerado”; de “chumbo” para “carne”; estas são imagens estabelecidas por ele para sistematizar a superação da *natureza*. Fica claro que ele entende que existe uma dominação das trevas e que Jesus é um rei legítimo que promoverá a completa transformação após a vitória da última batalha. É o que ele chama de um grande convite a “sabotagem” em *Cristianismo Puro e Simples*. Isso tem total relação com transformação de toda a natureza.

Lewis, afirma: “Imagine transformar um soldadinho de chumbo em um verdadeiro homenzinho. Isso implicaria a transformação do chumbo em carne. E suponha que o soldadinho não gostasse dessa mudança. Ele não está interessado em carne, tudo o que vê é que o chumbo foi espoliado” (LEWIS, 2015, pp. 118).

Uma marca especial da transformação da natureza para Lewis se dá, aqui, na consideração que ele faz sobre os milagres. Para Lewis, os milagres não anulam a natureza, não infringem as suas leis, mas, são ajustados à ela. Em seus estudos em *Milagres*, Lewis afirma que a natureza é em parte boa e em parte má, porém, será redimida. Em *Cristianismo Puro e Simples*, refletindo sobre os sacramentos, ele se regozija com o fato de que Deus gosta da matéria; destacando que Ele a inventou. Ainda em *Milagres* insiste que Deus é o Deus do vinho, do trigo das oliveiras... em *The Allegory of love*, escreve que desconfia “desse tipo de respeito pela ordem natural que se baseia no desprezo pelo natural...” (LEWIS, 2015, p. 119-120).

2.1.2 “Imaginação Criadora” em Lewis: mito/fato

No início do ano de 1920, ocorreu um vento de conversões na Europa. Importantes autores se converteram²⁷ ao catolicismo ou ao anglicanismo. Lewis foi um deles. Convertido ao cristianismo e membro da igreja da Inglaterra, ele não promoveu, porém, o impacto social que outros autores tiveram ao anunciar sua conversão. Apenas após a publicação da obra “*O problema do sofrimento*”, em 1940, Lewis seria mais conhecido, especificamente como um apologista cristão. Foi, verdadeiramente a capacidade de amar a literatura que levou Lewis ao processo de melhor conhecimento do cristianismo.

Segundo McGrath, “O amor de Lewis pela literatura não é o pano de fundo de sua conversão; é parte de sua descoberta do apelo racional e imaginativo do cristianismo. Lewis sugere isso ao longo de toda sua obra *Surpreendido pela alegria*. “Para o jovem que deseja continuar sendo um ateu convicto, todo cuidado é pouco no que se refere as suas leituras. Há ciladas em toda parte” (MCGRATH, 2013, pp 152).

A leitura feita por Lewis dos clássicos da literatura inglesa o forçou a enfrentar e avaliar ideias e atitudes que eles reuniam e expressavam. E para sua tristeza, Lewis começou a perceber que os autores baseados em uma visão cristã pareciam oferecer o mais flexível e persuasivo “acordo com a realidade” (MCGRATH, 2013, p. 153).

Acerca de toda a questão que movia “Jack” a buscar um princípio fundamental de vida que trouxesse ordem a sua vida é bem colocada por McGrath a seguir:

Os escritos de Lewis no início da década de 1930 mostram que ele andava buscando um princípio fundamental da ordem da vida – aquilo que os antigos filósofos poderiam ter denominado de arché – que não fosse uma invenção humana e se fundamentasse numa ordem mais profunda das coisas. Onde se poderia encontrar essa visão

²⁷ Nomes como G.K. Chesterton e Graham Greene.

unificadora da realidade? (MCGRATH, 2013, p. 155).

A busca de Lewis na literatura está exatamente relacionada a sua busca pessoal por verdade e pelo sentido maior da vida e das coisas. Por isso seu mergulho em uma literatura medieval, pois, para ele, “essa literatura testemunhava um entendimento do esquema maior das coisas, o qual havia sido perdido no ocidente devido ao trauma da recente Grande Guerra”. Lewis tinha um perfeito entendimento de que a literatura medieval oferecia uma “visão imaginativa de uma ordem cósmica e mundial unificada, expressa em poemas como “*A Divina Comédia*” de Dante”. Neste sentido, para ele, a literatura medieval e, especificamente a *divina comédia*, “demostravam que “a arte medieval atinge uma unidade de ordem suprema, porque abarca a maior diversidade de detalhes subordinados” (MCGRATH, 2013, pp. 155).

Deste modo, “Jack” defende que a imaginação tem uma incrível capacidade de compreender realidades que estão expressas na literatura. E existe uma realidade superior que pode ser encontrada de acordo com a maneira que olhamos para a própria realidade.

Vemos aqui a expressão literária de uma ideia fundamentalmente teológica, a saber, de que existe certa maneira de ver a realidade que a mostra com a máxima nitidez, iluminando as sombras e permitindo que a unidade interna transpareça. Esta é, para Lewis, uma *imaginação realizadora*: uma forma de enxergar ou de “representar” que é fiel ao verdadeiro modo de ser das coisas” (MCGRATH, 2013, pp. 155, grifo nosso).

No texto *Surpreendido pela alegria*, Lewis apresenta o seu processo de conversão após uma série de movimento que está presente em várias “jogadas” que acontecerem “contra ele”. “A narrativa de *Surpreendido pela alegria* não trata da descoberta de Deus feita por Lewis, mas da paciente aproximação de Lewis em direção a Deus”. A literatura apresentou um caminho que o levou a uma verdade absoluta, não apesar dos *mitos* que ela apresentou,

mas por causa dos mitos e das narrativas que estão presentes nelas” (MCGRATH, 2013, pp. 155).

Neste sentido, a imaginação realizadora tem um sentido forte no que diz respeito ao mito. E aqui é fundamental destacar o trabalho Lewis acerca do *mito que se tornou fato*. O conceito de mito não é empregado no sentido amplo de “conto de fadas”, ou se deliberada mentira com o intuito de enganar. Na conversa com Tolkien, “o termo mito deve ser entendido em seu sentido literário técnico, se se quiser avaliar a importância dessa troca de ideias”. Ou seja, Lewis deixou de ver o mito “mentiras sussurradas através da prata” (LEWIS, 2015, p. 169).

Não é difícil ver como a maneira de pensar de Tolkien trouxe clareza e coerência para a confusão de ideias que tanto agitavam a mente de Lewis nessa época. Para Tolkien, um mito desperta em seus leitores o desejo por algo situado além de seu alcance. Os mitos têm uma capacidade inata de expandir a consciência dos leitores, permitindo-lhes ir além de si mesmos. Na melhor das hipóteses, eles oferecem o que Lewis mais tarde denominou “um real embora desfocado vislumbre da verdade divina incidindo sobre a imaginação humana”. O cristianismo, em vez de ser um mito entre muitos outros, é assim a realização de todas as outras religiões mitológicas anteriores. Ele narra uma história verdadeira sobre a humanidade, que confere sentido a todas as histórias que a humanidade conta sobre si mesma. (LEWIS, 2015, pp. 169).

Assim, os mitos se tornam antecipação da realidade. Uma realidade mais “real” que está presente no cristianismo em detrimento aos outros mitos semelhantes ao cristianismo. Para Lewis e Tolkien, portanto, não haveria problemas nas semelhanças entre a fé cristã e as religiões pagãs. Existiria o problema se não houvesse estas semelhanças. Um dos pontos mais importantes foi a certeza de que haveria forte, e até necessária, ligação entre a razão e a imaginação. Desta forma, “a razão, bem como a imaginação, eram afirmadas e reconhecidas pela visão cristã da realidade”. “Tolkien ajudou Lewis a perceber que uma fé racional

não era necessariamente estéril do ponto de vista imaginativo e emocional. Entendida corretamente, a fé cristã podia integrar a razão, o anseio e a imaginação” (MCGRATH, 2013, pp. 170).

No sentido no qual estamos argumentando, os mitos seriam uma espécie de antecipação da pura realidade do mundo, da criação, do Homem e de todas as coisas visíveis e invisíveis. Uma antecipação da realidade plena que foi dada ao cristianismo. Ele fornece, portanto, sentido e completa as imperfeições e as parcialidades da realidade que estão espalhadas na cultura humana. Esta é a forma de perceber, de encarar, de ver a realidade que o cristianismo forneceu a Lewis a partir de Tolkien.

O cristianismo, percebeu Lewis, lhe permitia afirmar a importância do anseio e da saudade numa narrativa razoável da realidade. Deus era a verdadeira "fome" de onde aquelas flechas de Alegria haviam sido disparadas [...] desde a infância. Assim, a razão, bem como a imaginação, eram afirmadas e reconciliadas pela visão cristã da realidade. Desta forma, Tolkien ajudou Lewis a perceber que uma fé “racional” não era necessariamente estéril do ponto de vista imaginativo e emocional. Entendida corretamente, a fé cristã podia integrar a razão, o anseio e a imaginação. (MCGRATH, 2013, p. 170).

Chegando ao final de nossa exposição acerca da imaginação realizadora em Lewis, devemos enfatizar a postura dele sobre o mito/fato cristão. Isto é, a convicção e a defesa de que a imaginação - e também a razão - são fundamentais para compreender a verdade que está no cristianismo, que é assimilada nestes termos. A saber, os mitos me levam à verdade. Pois, é o mito que “dá vida” (LEWIS, 2018, p. 83).

Para “Jack”, temos uma relação específica com os mitos e sua análise. Uma vez que nosso intelecto está fadado a abstração. Apenas a matemática pura seria um tipo de pensamento efetivo. As realidades que nós experimentamos são concretas. “Durante o tempo que amamos o homem, sofreremos a dor e desfrutamos do prazer, não estamos intelectualmente apreendendo o prazer, a dor ou a personalidade” (LEWIS, 2018, p.

83). Quando iniciamos o processo de análise, não lidamos mais com as realidades, mas com exemplos. Segundo Lewis, estamos separados daquilo em que pensamos, mas como indivíduos que provam, não entendemos com clareza. Não podemos estudar o prazer no momento do abraço *nupcial*. “O mito é a solução parcial deste trágico dilema. Na apreciação de um grande mito, chegamos o mais perto possível de vivenciar de modo concreto aquilo que só poderia ser entendido como uma abstração”. Ainda nas palavras de Lewis,

Quando estamos a traduzir, o resultado é uma abstração - ou melhor, dezenas de abstrações. O que flui para nós a partir do mito não é a verdade, mas a realidade [a verdade é sempre sobre alguma coisa, mas a realidade é sobre o que a verdade é] e, portanto, cada mito se torna um pai de inúmeras verdades no nível da abstração. Mito é a montanha de onde procedem todos os diferentes rios que se tornam verdades aqui em baixo no vale. Ou, se preferir, mito é o istmo que liga o mundo peninsular do pensamento ao vasto continente ao que realmente pertencemos. Ele não é, como a verdade, abstrato; nem está, como na experiência direta, ligado ao específico”. (LEWIS, 2017).

“Jack” não encerra sua defesa acerca da importância do mito alegando apenas que o mito é importante. Ele defende que, como vimos, existe um mito que se tornou fato. Ele transcendeu as instâncias estruturadas na imaginação, na cultura e na História da humanidade. E esse ponto da História é peculiar, pois, é possível não acreditar totalmente na veracidade da história cristã, mas se alimentar dela como mito e ser cheio de vida, como Lewis mesmo acredita (LEWIS, 2018, pp. 85).

Para todos os efeitos, Lewis prossegue seu argumento sobre o Mito/Fato:

“Ora, assim como o mito transcende o pensamento, a encarnação transcende o mito. O velho mito do deus que morre, *sem deixar de ser mito*, desce do céu da lenda e da imaginação para

a Terra da história. Ele *acontece* - em uma data específica, em um lugar específico, seguido por consequências históricas definíveis. Passamos de um Balder ou um Osíris, que morrem ninguém sabe onde nem quando, para uma Pessoa histórica crucificada [está tudo em ordem] *sob Pôncio Pilatos*. Ao tornar-se fato, ele não deixa de ser mito; o milagre é esse. Suspeito que os homens, por vezes, extraíam mais alimento espiritual de mitos em que não acreditam do que da religião que professam. A fim de sermos verdadeiramente cristãos, devemos tanto reconhecer o fato histórico quanto receber o mito (que se tornou fato), com a mesma aceitação imaginativa com que acolhemos todos os mitos. Um é dificilmente mais necessário do que o outro” (LEWIS, 2018, p. 85, grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura cristã de vários autores do século XIX e XX valoriza o poder da imaginação, do mito e da fantasia. Podemos constatar isso nas obras de Lewis, mas não apenas nas deles. Diversos autores desejaram - e conseguiram - destacar que a imaginação, o mito e a fantasia são indispensáveis para uma compreensão completa das Escrituras Sagradas; da Revelação de Deus para todo ser humano de todas as culturas e de todos os povos. E esse é um ponto fundamental do processo de Redenção e da própria Escatologia da salvação.

É fundamental afirmar que a revelação de Deus foi progressiva. Sendo assim, ela tem um grande poder de acontecer nos mitos desenvolvidos ao longo dos séculos e milênios nas diversas culturas. E cada cultura se encheu daquilo que lhe era comum para compreender aquilo que Deus desejava. Evidente que esta afirmação carrega, em si, uma grande necessidade de averiguação de cada detalhe e em cada cultura que se deseja conhecer. Esse é um princípio, inclusive, que está presente na teologia do Apóstolo Paulo.

Não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê: primeiro do judeu, depois do grego. Porque no evangelho é revelada a justiça de Deus, uma justiça que do princípio ao fim é pela fé, como está escrito: "O justo viverá pela fé". Portanto, a ira de Deus é revelada do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Pois desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus, seu eterno poder e sua natureza divina, têm sido vistos claramente, sendo compreendidos por meio das coisas criadas, de forma que tais homens são indesculpáveis; porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis e os seus corações insensatos se obscureceram. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos e trocaram a glória do Deus imortal por imagens feitas segundo a semelhança do homem mortal, bem como de pássaros, quadrúpedes e répteis. Por isso Deus os entregou à impureza sexual, segundo os desejos pecaminosos dos seus corações, para a degradação dos seus corpos entre si. Trocaram a verdade de Deus pela mentira, e adoraram e serviram a coisas e seres criados, em lugar do Criador, que é bendito para sempre. Amém. (ROMANOS 1:16-25).

Eis uma questão que merece nossa atenção quando tratamos da revelação progressiva de Deus: identificar os efeitos que a ação de Deus causou nas diversas culturas com seus mitos. Os mitos são, assim, indicações desta ação, como sabia Lewis.

Em sua obra *A Abolição do Homem*, "Jack" vai destacar que existe uma Lei Natural, o que se pode estabelecer como *O Tao*. E essa Lei Natural é apresentada com vários exemplos "que são coletados daquelas fontes disponíveis a qualquer um que não seja

um historiador profissional” (2017, pp. 81). Porém, é necessário se ter bastante atenção, pois,

A ideia de coletar testemunhos independentes pressupõe que as “civilizações” tenham emergido no mundo, independentes umas das outras; ou até que a humanidade teve vários surgimentos independentes neste planeta. A biologia e a antropologia envolvidas em tal pressuposições seriam extremamente questionáveis. Não se tem qualquer certeza se, alguma vez, houve mais do que uma civilização (no sentido necessário) por toda a história. É no mínimo defensável que toda civilização de que se tem notícia tenha sido derivada de outra civilização e, em última instância, de um único centro - “transmitida” como uma doença contagiosa ou sucessão apostólica. (LEWIS, 2017, pp. 81-82)

Neste sentido, Lewis apresenta uma série de exemplos do *Tao* que vão desde a Lei da Benevolência Geral até a Lei da Magnanimidade, ao final da obra *A Abolição do Homem*. Uma demonstração de critérios da lei natural que estão presentes em textos e princípios de diversas culturas. Isso nos garante que existe uma possível aplicação e entendimento de que as culturas, os mitos e as histórias literárias da imaginação e da fantasia têm o poder de iniciar um poderoso processo de revelação de Deus aos Homens.

REFERÊNCIAS

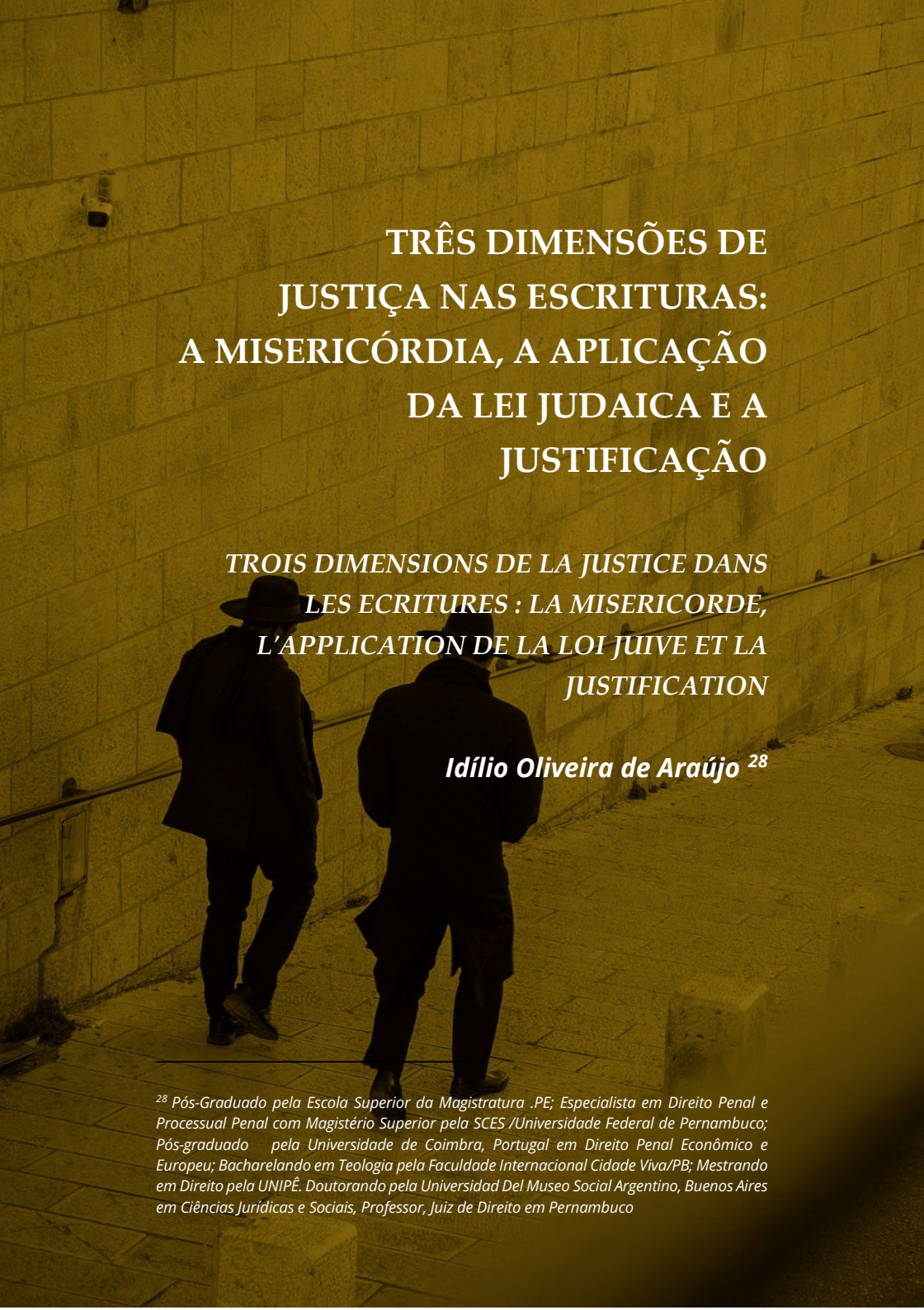
LEWIS, C. S. **A abolição do homem**. Tradução: Gabriele Gregerssen. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

_____. **Cristianismo puro e simples**. Tradução: Gabriele Gregerssen. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

_____. **Deus no banco dos réus**. Tradução: Giuliana Niedhardt, 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018.

MCGRATH, Alister. **A vida de C. S. Lewis**: do Ateísmo às Terras de Nárnia. Tradução: Almiro Pisetta. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

MACSWAIN, Robert; WARD, Michael (orgs.) **C. S. Lewis**. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2015.



TRÊS DIMENSÕES DE
JUSTIÇA NAS ESCRITURAS:
A MISERICÓRDIA, A APLICAÇÃO
DA LEI JUDAICA E A
JUSTIFICAÇÃO

*TROIS DIMENSIONS DE LA JUSTICE DANS
LES ECRITURES : LA MISERICORDE,
L'APPLICATION DE LA LOI JUÏVE ET LA
JUSTIFICATION*

Idílio Oliveira de Araújo ²⁸

²⁸ Pós-Graduado pela Escola Superior da Magistratura .PE; Especialista em Direito Penal e Processual Penal com Magistério Superior pela SCES /Universidade Federal de Pernambuco; Pós-graduado pela Universidade de Coimbra, Portugal em Direito Penal Econômico e Europeu; Bacharelado em Teologia pela Faculdade Internacional Cidade Viva/PB; Mestrando em Direito pela UNIPÉ. Doutorando pela Universidad Del Museo Social Argentino, Buenos Aires em Ciências Jurídicas e Sociais, Professor, Juiz de Direito em Pernambuco

RESUMO

A questão a ser analisada no presente artigo é: Como podemos entender o conceito de justiça nas Escrituras Sagradas? A partir daí, considerando o conceito de justiça no século I e cotejando a Justiça pelos olhos dos Fariseus e pela íris dos Saduceus, bem como analisando de forma Cartesiana a justiça em todo o Antigo Testamento, aportaremos na Justiça em Jesus e sua paixão, daí seguiremos e desembocaremos na justificação em Paulo. Desse modo, por meio do método histórico/dedutivo, concluiremos que justiça nas escrituras é tridimensional.

PALAVRAS-CHAVE

Justiça de Deus; paixão de Cristo; misericórdia; justificação.

RÉSUMÉ

La question à analyser dans cet article est: Comment pouvons-nous comprendre le concept de justice dans les Saintes Écritures? A partir de là, considérant le concept de justice au premier siècle et comparant la Justice à travers les yeux des Phariséens et l'iris des Sadducéens, ainsi qu'en analysant de manière cartésienne la justice dans tout l'Ancien Testament, nous contribuerons à la Justice en Jésus et sa passion, à partir de là nous suivrons et aboutirons à la justification de Paul. Ainsi, à travers la méthode historique/déductive, nous concluons que la justice dans les Écritures est tridimensionnelle.

Mot-clé

Justice de Dieu; passion du Christ; miséricorde; justification.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender como se manifesta a Justiça nas Escrituras Sagradas.

O problema central da presente pesquisa é analisar a Justiça em sentido amplo nas Escrituras Sagradas.

Pois bem, analisaremos o termo justiça como uma regra moral²⁹ no contexto de um debate que prima pela superação da dicotomia ciência/Religião, pois apesar de transitar do campo religioso para o campo do direito, torna-se evidente que o conceito de justiça que propomos a abordar celebra as duas vertentes da verdade.

Vivemos de fato um tempo de intersecções, no caso, a visão bíblica e a contemporânea ou pós-moderna (GOHEEN, 2016). Vivemos nós na pós-modernidade num mundo líquido (BAUMAN, 2005), como poderíamos entender o valor da justiça e o poder de ser um homem justo? A questão é: Jesus foi justo? Como entender a justiça de Jesus hoje?

É necessário ter como pano de fundo os estudos do conceito de Justiça no primeiro Século quando enfocaremos a justiça dos Saduceus e dos Fariseus, bem como a cultura da época.

No antigo testamento como a justiça se manifestava? O que significava chamar um homem de justo? Mas, para o Oriente próximo qual a visão de justiça? E qual é a questão? O que significa a expressão olho por olho, dente por dente?

Sem dúvidas a justiça no Antigo testamento não excluía a misericórdia. Qual o conceito de Justiça para José, pai de Jesus?

Tenho como objetivo geral analisar a questão da justiça na Bíblia Sagrada, e para responder a essa objeção procurarei entender o que vem a ser o termo Justiça no Oriente próximo, além de analisar a perspectiva de Justiça dos Fariseus e dos Saduceus para entender a Paixão de Cristo e a Justificação em Paulo.

Com a consciência de que nada mais prático que uma boa teoria, buscando atingir o fim pretendido com esta pesquisa, lançaremos mão do arcabouço teórico que tivemos acesso, sobretudo considerando que a discussão a respeito do tema não é rara no cenário cristão e que não são poucas as obras que, quando não versam especificamente sobre o assunto, do mesmo

²⁹ *Apesar de não haver consenso quanto a relação semântica entre a expressão justiça ou haver uma pluralidade das instâncias de justiça, ou do que é ser justo, o presente estudo, que parte dos teólogos e profissionais de direito acata, segue a proposta por Paul Ricoeur, para quem a ideia de justiça parte de uma regra moral.*

se aproximam, fornecendo assim valiosos subsídios para o que se pretende.

Na perspectiva histórico/teológica de análise dos diversos tópicos a serem abordados serão utilizados então os trabalhos já publicados (e os que possam vir a ser publicados até o término da pesquisa) de autoria dos já renomados autores que se debruçam sobre a pertinência do tema, bem assim de autores novos que possam surgir, o que na lista de referência aqui apresentada.

Os estudos serão realizados a partir de exames das obras de Herman Ridderbos, Rui Barbosa, Kenneth E. Bailer, Hans Kelsen, Joseph Ratzinger e Paul Ricoeur, dentre outros, quando analisada a doutrina pertinente ao tema que se propõe estudar e nela se buscará fazer uma incursão no que diz respeito ao aspecto conceitual, histórico-evolutivo e pragmático de cada um dos institutos-tópicos que, relacionados com o tema, pretende-se sejam estudados, com ênfase na justiça de Deus.

Para a consecução do trabalho proposto, será elaborada pesquisa *quantum satis* na literatura geral a fim de se perquirir e dela se poder extrair elementos de conclusão, o que se fará a partir de uma abordagem histórico-teológica sem se descuidar do enfoque do termo justiça buscando o alcance filosófico decorrente dos diversos matizes na linha do tempo nas diversas literaturas.

De maneira mais específica, para a execução da pesquisa aqui pretendida, buscar-se-á, a nível de cenário bíblico, uma incursão no Antigo Testamento, com ênfase no livro de Gênesis e uma incursão na visão de justiça materializada na Paixão de Cristo, além de perpassar pelos evangelhos e nas cartas paulinas, fazendo-o de forma comparada entre vários doutrinadores, tudo a concorrer para o desiderato já delineado.

Durante a abordagem, e por ocasião dos respectivos registros, serão elaborados tópicos específicos relativamente a cada tema da pesquisa, buscando-se apontar as vantagens e desvantagens de cada um deles.

Após a apresentação do trabalho – tópico introdutório – pretende-se que os tópicos seguintes tenham uma estrutura lógica, que apresente abordagens histórico-doutrinária ou seja,

pesquisa qualitativa com forma de raciocínio dedutivo do tipo bibliográfico com historiografia na forma de coleta de dados.

Por fim, este artigo está dividido em cinco tópicos, onde o primeiro e o último tratam da introdução e as considerações finais respectivamente. Já no segundo tópico vamos entender o conceito de Justiça no Século I, onde fixaremos a linha de pesquisa em José, pai de Jesus e sua justiça com relação à sua noiva Maria e a concepção pelo Espírito Santo. Para tanto, estudaremos na Gramática da justiça dos Fariseus, Saduceus e Romana. No tópico seguinte abordaremos a história da paixão de Cristo como interferência do testemunho de Deus no nosso estudo do termo justiça. Evidente que abordaremos os seis julgamentos que passou o Filho do Homem. No quarto tópico analisaremos a justificação e as justiças evidenciadas em Paulo.

1. O CONCEITO DE JUSTIÇA NO SÉCULO I E A DECISÃO DO JUSTO

Segundo o evangelho de Mateus, o nascimento de Jesus foi assim: quando sua mãe Maria, tinha sido prometida em casamento a José, antes de se unirem, ela achou-se grávida pelo Espírito Santo. José, seu marido, sendo um homem justo, não queria expô-la à desgraça pública, por isso, decidiu divorciar-se dela discretamente (Mateus 1.18,19).

O conceito de justiça no século I englobava a aplicação e o cumprimento fiel da lei mosaica. Desta feita, entendemos inicialmente que a contraposição absoluta entre decidir violar a lei por questões morais e a aplicação imparcial da lei, é um erro, mas, por outro lado, o violar está longe de satisfazer as preocupações e as sensibilidades trazidas pela aplicação imparcial. Visualizamos que no mundo moderno é possível violar a lei por questões morais, pois hoje está presente em todas as culturas, a desobediência civil que possibilita moderar questões desiguais. Tais relações de igualdade foram construídas historicamente na luta pelo direito das minorias. Mas e no Antigo Oriente Próximo? E para Deus, na visão de José, que conhecia o livro do Profeta Isaías, justiça significava compaixão pelos fracos e exaustos? (BAILEY, 2017).

Neste tópico, defendemos a alternativa proposta por Bailey (2017) de que José conhecia o livro de Isaías, pois José indo

além das expectativas éticas da lei na sua obediência a uma definição mais elevada de justiça que estava à sua disposição no Livro de Isaias, nos permite essa interpretação.

Na profecia de Isaias, há a imagem de um servo sofredor especial, por intermédio de quem Deus um dia agiria na história para salvar. Há quatro cânticos singulares em Isaias que descrevem esse servo. O primeiro se encontra em Isaias 42.1-6, cujo versículo 3 diz que não quebrará a cana esmagada, nem apagará o pavio que ainda fuma; com fidelidade ele produzirá justiça (BAILEY, 2017).

O Servo de Deus descrito em Isaias não vai quebrar a cana nem extinguir o fogo do pavio. Ele com fidelidade, produzirá justiça.

O contexto cultural em que se situa José é ambíguo. Por um lado, o reconhecimento da Lei Mosaica atribuída a Deus, que mandava apedrejar Maria. Por outro lado, a sabedoria do Livro de Isaias que permitiria José olhar além das penas da lei para considerar Maria um pavio ainda fumegante que não poderia ser apagado.

No Antigo Oriente Próximo, os antigos biógrafos frequentemente incluíam histórias sobre acontecimentos especiais no nascimento ou na criação do biografado. Às vezes chegavam a louvar aspectos milagrosos do nascimento da pessoa (KEENER, 2017). Os Gregos contavam histórias em que deuses engravidavam mulheres, mas o texto bíblico indica que a concepção de Maria não foi resultado de relação sexual. Nem no Antigo Testamento, tampouco na tradição judaica, encontramos características sexuais de Deus. Ademais, na literatura Apócrifa, encontramos imagens míticas de recém-nascidos que irradiavam luz na casa inteira, v.g. 1 Enoque 106³⁰, o que contrasta com o texto bíblico simples e direto da narrativa em Mateus.

³⁰ **O nascimento de Noé**

DEPOIS de alguns dias, meu filho Matusalém escolheu uma mulher para seu filho Lameque; ela engravidou e deu à luz um menino.2 O seu corpo era branco como a neve e vermelho como uma rosa, os cabelos da sua cabeça eram como a lã e os seus olhos como os raios

Para o Antigo Oriente próximo, o noivado (*erusin*) representava um vínculo mais fortes do que a maioria dos compromissos equivalentes no mundo ocidental hodiernamente. O noivado, que costumava durar um ano (KEENER, 2014), significava que os nubentes estavam oficialmente comprometidos

do sol.3 Quando abriu os olhos encheu a casa de luz como o sol, e toda ela ficou muito iluminada.4 Nesse momento, ainda nas mãos da parteira, ele ergueu-se, abriu a boca e falou com o Senhor da Justiça. 5 Então seu pai, Lameque, teve medo e fugiu. Foi para junto do seu pai, Matusalém. 6 E falou-lhe: Tenho um filho prodigioso; não se parece com uma pessoa humana mas sim com os filhos do Deus do céu, pois a sua natureza é diferente. 7 Ele não é como nós; seus olhos assemelham-se aos raios do sol e seu semblante revela majestade. 8 Tenho a impressão de que ele não descende de mim e pressinto que nos seus dias acontecerá um fenômeno sobre a terra. 9 Meu pai estou agora aqui para rogar-te encarecidamente que procures o nosso pai Enoque, para saber dele toda a verdade, pois ele habita junto com os anjos. 10 Depois que Matusalém escutou as palavras do seu filho, veio ter comigo nos confins do mundo, pois tinha conhecimento de que me encontrava aqui.11 Ele me chamou em alta voz e eu ouvi a sua voz.12 Cheguei então junto dele e falei-lhe: "Meu filho, aqui estou. Por que vieste a mim?".13 Ele respondeu: Eu te procurei por causa de algo que me perturba; um fenômeno inquietador.4 Escuta, pois, meu pai! Nasceu um filho ao meu filho Lameque, mas a sua forma e a sua natureza não se parecem com as de um homem. 15 A cor do seu corpo é mais branca do que a neve e mais corada do que a rosa, os cabelos da sua cabeça são mais alvos do que a lã branca e seus olhos são como os raios do sol. 16 Quando ele abre os olhos eles iluminam toda a casa.17 Ele ergueu-se entre as mãos da sua parteira, abriu a boca e louvou o Senhor do céu.18 Mas seu pai, Lameque, teve medo e fugiu para junto de mim; não acreditava que fosse seu filho, mas sim uma reprodução dos anjos do céu. 19 Assim, eu vim ter contigo para saber de ti a verdade. 20 Então eu, Enoque, respondi e falei-lhe: 21 O Senhor deseja criar algo de novo sobre a terra.22 Eu já tinha visto isso numa visão, e sobre ela já te falei, a saber, que no tempo do meu pai Jared e alguns dos anjos do céu transgrediram o Mandamento do Senhor. 23 Sim, eles cometeram um pecado e desobedeceram à Lei. 24 Misturaram-se com mulheres e pecaram com elas; casaram-se com algumas delas e geraram filhos.25 Virá agora uma grande destruição sobre toda a terra; acontecerá um dilúvio e imensa ruína por todo um ano. 26 Esse filho que vos nasceu será resguardado sobre a terra, e com ele salvar-se-ão os seus três filhos. 27 Enquanto todos os demais homens morrerão, ele e seus filhos serão postos a salvo. 28 Aqueles haviam gerado gigantes sobre a terra, não segundo o espírito, mas sim segundo a carne. 29 Assim, um grande castigo recairá sobre a terra, e esta será então expurgada de toda a imundície. 30 Dize, porém, ao teu filho Lameque que o recém-nascido é realmente seu filho! 31 E ele lhe dê o nome de Noé! Pois ele restará, e com os seus filhos se salvará da destruição que acontecerá sobre a terra inteira, por causa de todos os pecados e de toda a impiedade praticada nos seus dias na terra. 32 Em tempos posteriores, o pecado será ainda maior do que aquele primeiro que foi cometido sobre a terra. 33 Pois eu conheço os segredos dos Santos.34 O Senhor revelou-os para mim; eu os li nas tábuas divinas. NELAS eu vi escrito que gerações após gerações haveriam de pecar, até o aparecimento de uma geração de Justiça, quando então serão tirados os delitos, desaparecerão os pecados, e ela será alvo de todo o bem. 2 Agora, meu filho, anuncia ao teu filho Lameque que esse recém-nascido é na verdade seu filho, e que isso não é mentira! 3 Depois que Matusalém escutou as palavras do seu pai (este revelara-lhe todos os segredos) voltou e transmitiu tudo a Lameque. 4 Este deu ao filho o nome de Noé, "pois ele haverá de ser o consolo da terra, depois de toda a destruição".

um com o outro e qualquer envolvimento sexual com outra pessoa implicava em adultério.³¹ A pena para o adultério na Lei do Antigo Testamento era a morte por apedrejamento, e ela também se aplicava a infidelidade no período de noivado. A lei exigia que José se divorciasse de Maria e a expusesse à vergonha. O marido³² podia se divorciar publicamente da mulher diante de um Juiz se a acusasse de uma violação. Ele poderia se separar dela em público, reaver o valor do seu dote e adquirir algum bem que a noiva tivesse recebido do próprio pai para o casamento. Ademais, como os divórcios podiam ser efetuados mediante um simples documento e duas testemunhas (KEENER, 2017), José poderia se divorciar de Maria sem tornar a vergonha dela ainda mais pública. A Tradição Rabínica posterior afirma que Maria teve relações sexuais com outro homem (KEENER, 2017) mas o fato de José haver se casado com ela demonstra que ele não acreditava ter sido isso o ocorrido.

No demais, Mateus deixou evidente que José não era o pai biológico de Jesus, basta analisar o versículo 1.16 de Mateus, quando no final da genealogia de Jesus Cristo

[...] todos os manuscritos gregos, apresentam o versículo da seguinte forma: “ José, marido de Maria, da qual nasceu Jesus que se chama o Cristo”, exceto o grupo Ferrar dos manuscritos minúsculos que é apoiado pela versão Sinaítica siríaca que traz a seguinte leitura: “ Jacó gerou José, que estava noivo da virgem Maria, gerou Jesus, que

³¹ Deuterônimo 22. 23-30. 23"Se numa cidade um homem se encontrar com uma jovem prometida em casamento e se deitar com ela, 24levem os dois à porta daquela cidade e apedrejem-nos até a morte: a moça porque estava na cidade e não gritou por socorro, e o homem porque desonrou a mulher doutro homem. Eliminem o mal do meio de vocês.25"Se, contudo, um homem encontrar no campo uma jovem prometida em casamento e a forçar, somente o homem morrerá.26Não façam nada à moça, pois ela não cometeu pecado algum que mereça a morte. Este caso é semelhante ao daquele que ataca e mata o seu próximo,27pois o homem encontrou a moça virgem no campo, e, ainda que a jovem prometida em casamento gritasse, ninguém poderia socorrê-la.28"Se um homem se encontrar com uma moça sem compromisso de casamento e a violentar, e eles forem descobertos,29ele pagará ao pai da moça cinquenta peças de prata e terá que casar-se com a moça, pois a violentou. Jamais poderá divorciar-se dela.30"Nenhum homem poderá tomar por mulher a mulher do seu pai, pois isso desonraria a cama de seu pai".

³² Oportuno salientar que noivo segundo a Lei Mosaica era considerado Marido.

é chamado o Cristo” (ROBERTSON, 2011)

Na perspectiva do formalismo jurídico contemporâneo³³, que tem em Hans Kelsen seu maior nome, José agindo assim, de acordo com a prescrição da Lei, estaria fazendo justiça e seria considerado um homem justo. No entretanto, esta também era a visão formal no Antigo Oriente Próximo. Para o público que foi escrito o livro de Deuteronômio, ser justo era ser um cumpridor incondicional da lei, outrossim, para o público que Mateus buscava alcançar, os Judeus que já criam em Jesus e o confessavam como Filho de Deus, vez que provavelmente escreveu o seu Evangelho para preservar um testemunho escrito de testemunhas oculares acerca do Ministério de Jesus, pois enfatiza certas verdades teológicas, como a de que Jesus é o Messias, o Rei há muito esperado pelo povo de Deus, ser justo era ter compaixão pelos fracos e exaustos.

Oportuno salientar que Mateus não só afirma que o que José fez, mas também descreve José como um ser humano de notável estatura espiritual. Ele teve a audácia, ousadia, coragem e força de caráter para se levantar contra a comunidade e receber Maria como sua esposa. Ele fez isso, apesar das forças que, sem dúvida, a queriam apedrejada. Sua concepção de Justiça no mundo contemporâneo seria a concepção do Realismo jurídico, que buscam vê as coisas como elas são, que entende as coisas pelos efeitos que ela produz ou pode produzir na realidade.

Ora, resta evidente que Jose pertencia ao número dos que acreditam que a reputação dos infelizes e duas vezes sagrada. No caso vertente, a nossa admiração ímpar em José se prende ao fato dele ter agido como os homens e as mulheres do antigo testamento que obedecem ao chamado de Deus mesmo quando isso contraria a lei e o senso comum. José casa com Maria, mas se abstém de consumir o casamento até o nascimento de Jesus, o

³³ *O Formalismo jurídico traduz o direito como ele, como uma forma de ordenar comportamentos pois a coação permite a sua observação. Para Kelsen o que importa é a integração do sistema e a unidade da norma e formal, identifica-se a norma jurídica pela forma e não pela sua substância. Não existem valores morais na escolha do cumprimento da lei. A lei deve ser cumprida como ela é e não como deveria ser.*

que permitiu, não só a concepção virginal, mas o nascimento virginal.

Os recém-casados geralmente viviam em cômodos muito pequenos (COLEMAN, 1991). Para os mestres Judeu, os homens deveriam casar cedo porque não conseguiriam resistir à tentação, muitos inclusive culpavam a cabeça descoberta das mulheres de induzir à lascívia (KEENER, 2017). Ao viver com Maria e exercer autocontrole, José se torna, assim, um exemplo notável de integridade moral. Todo o ato humano tem as suas consequências inevitáveis na ordem moral como na material. Aquele que pratica uma ação generosa não pode fugir-lhe aos corolários de honra.

Não parece que faltem argumentos para testificar que José amava Maria. Outrossim Mateus descreve sentimentos “de desconforto” de José quando soube da gravidez de Maria. No versículo 18 ele diz: “Estando Maria, sua mãe, desposada (prometida em casamento) com José, antes de se unirem, achou-se grávida pelo Espírito Santo”. Mateus passa a explicar a declaração feita em 1.16, que insinuara que José, embora pai legal de Jesus na linhagem da realeza, não era o pai biológico do filho de Maria e usa a construção do caso genitivo absoluto³⁴, uma expressão idiomática grega bastante comum. Achou-se ter concebido, esse modo de dizer, que é expressão idiomática grega costumeira, mostra nitidamente que foi a descoberta que chocou José (ROBERTSON, 2011). No verso 20, Ele ficou “muito zangado” ou “ficou com raiva” quando ele considerava isso. A palavra grega aqui traduzida por “considerava” (*enthymeomai*) tem dois significados (BAILEY, 2016). Um deles é “considerava”; o segundo significado é “ficou com raiva”. Isto é, ele ficou muito chateado. A raiz do verbo aqui é *thymos*, que só ocorre uma vez nos evangelhos, quando é usado para se referir a “fúria” da congregação na sinagoga, quando esta se levantou para apedrejar Jesus, conforme Lucas 4.28. (BAILEY, 2016).

Conclui-se que José, apesar de ser um homem justo, na proposta que estamos avaliando, ele, por ser homem, também

³⁴ Um substantivo ou pronome e um participio anártrico (sem artigo) no caso genitivo funciona como oração subordinativa ou sem conexão gramatical com a oração principal. O substantivo ou pronome no genitivo funciona como o sujeito do participio genitivo. (ROBERTSON, 2011).

sentiu ira, desapontamento. Entretanto, a ira, ou emoção contrária ao amor, não o impediu de fazer justiça pela sua íris ou pela sua visão. Não se confunda, a ira de José, com a ira de Deus. Na Bíblia, a ira de Deus é a Justiça divina em ação pelo descumprimento das Suas leis.

Bailey (2016) nos informa que a tradução árabe mais antiga desse texto, do oitavo século³⁵ ou antes, traduz essa oração assim: “Enquanto ele estava perturbado com essa questão...”, o que se conclui que o tradutor sentiu a necessidade de expressar o sentimento de José. Evidente que José ficou perturbado com a notícia de que sua noiva estava grávida. Parece intuitivo imaginarmos José sentado observando o infinito, sonhando com o dia em que se casaria e que enfim poderia amar Maria plenamente, em espírito e em corpo. Maria chega vagorosamente, pega em sua mão e carinhosamente, porém temerosa, diz a José que se encontrava grávida do espírito Santo. A interdição dos sentimentos, qual o sedativo para tal irritação? José certamente teve palpitação, suor frio escorreu em sua face, um vento gélido percorreu a sua espinha dorsal, talvez José tenha deixado cair algumas lágrimas de dúvida e medo.

Mas a gramática que José lia era “*dikalos*”. Este adjetivo é usado para qualificar Zacarias e Isabel (Lc 1.6) e Simeão (Lc 2.25). Ele tinha a consciência judaica para observar a lei que teria condenado Maria à morte por apedrejamento (Dt 22.23). Sendo judeu e cumpridor da lei, ele teria mostrado zelo caso a tivesse estigmatizado com desgraça pública. Embora fosse um homem legalista, José planejava divorciar-se dela reservadamente. Ele poderia lhe dar a escritura de divórcio conforme dito alhures, sem fazer o julgamento público para evitar escândalo. Qual foi a luta de José? Contra o Talmude, que acusava Maria abertamente desse pecado? Contra a trágica e curta comédia entra a sua consciência legal e o seu amor? Ou contra ambos?

O auxílio veio em um sonho, mas a mensagem era nítida e decisiva para José. Ele é chamado filho de Davi como Mateus mostrara em 1.16. Maria é chamada “tua mulher”.

³⁵ Vatican Arabic 13, folio 1 v. (árabe: lemma hamm bithalik)

1.1 O garantismo da redenção na justiça em José

Joseph Ratzinger (2018) ou Bento XVI nos ensina na sua breve análise sobre a infância de Jesus de Nazaré que uma interpretação correta da Bíblia requer dois passos. Por um lado, é preciso interrogar-se sobre o que pretendiam dizer com os seus textos os respectivos autores na sua época histórica e perquirir-se se o que foi dito é verdade e se tem alguma coisa a me dizer hoje. Ainda, no escólio de Boaventura de Sousa Santos (2010), a observação empírica dos fatos é instancia de observação última. Ele faz uma crítica sobre o desperdício da experiência, de sorte que a imagem de José como homem justo se enquadra neste contexto de observação última e o desperdício de justiça por um povo habituado a transformar silêncio em sussurros e ressaltos insignificantes em preciosos sinais de desorientação. Diria, o desperdício da experiência ou da fonte de observação última do pai de Jesus de Nazaré e sua justiça.

O argumento central deste tópico é que existem elementos compreensivos para a justiça de José. Penso na transformação do mundo a partir dessa mensagem de justiça que redime.

A designação de José como homem justo vai muito além da decisão tomada por ele em Mateus 1.19. É possível inseri-lo na perspectiva de um elo das alianças, desde Abraão, o justo. Fidelidade e justiça são termos que se confundem na Bíblia.

Ratzinger (2016) apresenta a imagem de um homem justo no Salmo 1. O Justo é um homem que vive em intenso contato com a palavra de Deus, que encontra o prazer na lei do Senhor. É como uma árvore que, plantada à beira das águas correntes, produz continuamente o seu fruto, mas permite-se alimentar a todos, e o seu prazer está em espalhar o seu fruto. Ora, o Salmo 1 considera como característica do homem justo, o seu hábito na Torá, na palavra de Deus, e o texto paralelo, segundo Ratzinger (2016), Jeremias 17.7 chama “bendito” aquele que “cuja confiança é o Senhor.

O caráter pessoal do homem justo, na época de José, se evidencia “no confiar no Senhor”. E José confiou no Senhor? Depois da descoberta feita por José, estamos diante da aplicação da lei de maneira justa. José vive a lei como Evangelho, procura o caminho da unidade entre o direito e o amor. De acordo com Bento XVI

(2016) José está preparado interiormente para a mensagem nova, inesperada e humanamente inacreditável, que lhe virá de Deus. Penso que José também está preparando a humanidade para o evangelho de amor, para a interpolação entre o amor e o direito.

Analisemos o fato de que o Anjo “entra” na casa de Maria (Lc 1,28) ao passo que a José aparece só em sonho, mas em um sonho que é realidade e revela verdades. A mensagem comunicada a José requer uma fé excepcionalmente corajosa. E o que é ter uma fé corajosa? Argumenta-se que uma fé corajosa é uma fé que rompe com a lei mosaica.

José é interpelado explicitamente como filho de Davi e desse modo é chamado à responsabilidade de herdeiro da promessa, como garante da fidelidade de Deus. E o que é garantismo no direito, se não aquilo que permite a execução do nosso direito (FERRAJOLI, 2006). Como garante, a José é imposta a determinação de nominar o salvador (Mt 1.21). José recebe a ordem e através do garante a ordem é materializada e permite a execução da redenção do mundo. Mas para a execução da redenção é necessário o perdão. José como garante da redenção teve que passar por um momento de crise, de dúvidas, de conhecimento e de perdão após o conhecimento da verdade.

O próprio Jesus levantou drasticamente a questão sobre a necessidade do perdão como condição *sine qua non* para a salvação. Em Marcos 2,5 quando quatro homens, não podendo fazer entrar um paralítico pela porta por causa da multidão, o fizeram descer do teto para colocá-lo aos pés de Jesus. A própria existência do paralítico era uma oração (RATZINGER, 2016), um grito que pedia salvação, um grito ao qual Jesus, em contraste total com a expectativa dos portadores e do próprio doente, responde com as seguintes palavras: “Filho, os teus pecados estão perdoados”. Ora, não era exatamente isso que o povo esperava, não era bem isso que estava nos interesses imediatos do paralítico, ele não queria ser libertado dos pecados, queria poder caminhar. Os escribas contestavam a presunção teológica das palavras de Jesus; o doente, as pessoas ao redor restaram desiludidas, porque Jesus parecia ignorar a verdadeira necessidade desse homem.

Pensemos no parálítico como a humanidade. Deus quer chamar a atenção do homem para o cerne do seu mal. É necessário o perdão para a cura. E a cura é a justiça visível, ostensiva.

1.2 Considerações derradeiras do tópico

De tempos em tempos nós, cristãos, somos chamados ao sentimento de que a nossa vida foi, por alguma (in)explicável razão, conectada ao Criador. Isso mostra que José, pai de Jesus, está certo em sua crucial reflexão sobre Maria.

O presente tópico procurou analisar as implicações decorrentes da reflexão de José e sua decisão derradeira nessa conexão com Deus. Para tanto, invariavelmente conectamos o Direito do antigo Oriente próximo com o formalismo e o Realismo Jurídico da contemporaneidade.

Da leitura deste tópico, emerge com naturalidade a semelhança entre o Realismo jurídico e a Justiça encarnada em José. Ambos aplicam a justiça ou entendem a justiça pelo efeito que ela produz na realidade.

O artigo demonstra que José quando em dúvida sobre a paternidade divina do filho de Maria, resolveu a dúvida pela crença em Deus.

Também está devidamente ilustrado, da leitura da narrativa do nascimento de Jesus, em Mateus, a modulação dos efeitos da afirmação Bíblica de que José era um Homem justo. Essa visão de justiça contou com o protagonismo de José e passou a compor o significado de justiça como a compaixão pelos fracos e exaustos.

Todavia, esse triunfo de José não se deu imune do desafio da ira e não é livre de obstáculos. A leitura deste tópico, é uma maneira de conhecer a íntima relação entre José e o Criador de todas as coisas. É justamente essa questão que torna o tema interessante, especialmente para nós cristãos, que poderemos estabelecer um diálogo com as ideias de justiça desenvolvidas alhures.

Ademais, ao compreendermos a ótica de José, o pai de Jesus, e sua leitura do que seria justiça, compreenderemos mais a fundo, a paixão de Cristo e a forma que Jesus se portou perante os seus seis julgamentos. O que veremos a seguir.

2. A PAIXÃO DE CRISTO COMO A INTERFERÊNCIA DO TESTEMUNHO DE DEUS NO TEMA JUSTIÇA

Para os que vivemos a pregar ao mundo o culto da justiça divina, como o supremo elemento da graça, a história da paixão é como que a interferência do testemunho de Deus para a nossa salvação. O quadro da ruína moral daquele mundo e do hodierno, parece condensar-se no espetáculo da sua justiça degenerada, invadida pela política e joguete da multidão, escrava de César. Por seis julgamentos passou Cristo, três às mãos dos judeus, três às dos Romanos, e em nenhum teve um juiz (BARBOSA, 1960).

E qual era, nas tradições hebraicas, a noção da divindade do papel da magistratura? Ensinavam elas que uma sentença, contrária à verdade afastava do seio de Israel a presença do Senhor, mas que, sentenciando com inteireza, quando fosse apenas por uma hora, obrava o juiz como se criasse o universo (BARBOSA, 1960), em sendo assim, era na função judicante que tinha, o Magistrado, na visão de Israel, a majestade divina. Outrossim, a contrário sensu, no julgamento do Justo, não houve no código de Israel norma que escapasse à prevaricação dos seus magistrados.

No julgamento instituído contra Jesus, desde a sua prisão, uma hora talvez antes da meia noite de quinta-feira, tudo, exatamente tudo, quanto se fez, foi, no dizer de Rui Barbosa (1960), tumultuário, extrajudicial, e atentatório dos preceitos hebraicos. Isso soa bastante atual, para dizer o mínimo: o que dizer de decisões judiciais divorciadas do direito? Por que os juízes agiriam dessa forma, sem formalidades? Talvez a linha de pensamento mais popular seja o seguinte, obviamente existe um interesse escuso do julgador que viola o dogma jurídico que faz da santidade das formas a garantia essencial da santidade do direito (BARBOSA, 1960).

Como ocorreu a prisão de Jesus? Sabendo exatamente onde Jesus passaria a noite, Judas Iscariotes trouxe um grupo de inimigos de Jesus para prendê-lo. Esta multidão é descrita como uma turba porque levavam espadas e porretes (Mt 26,47) nesta turba encontravam-se Sacerdotes e Capitães do templo, bem como anciãos (Lc 22,52). Prenderam o filho do Homem e o conduziram a presença de Anás.

O fato de Jesus ter sido visto como um criminoso cumpriu Isaias 53,12. A presciência de Jesus da hora (esta é a vossa hora) e lugar (não no templo) de sua prisão indica que tudo estava saindo de acordo com o plano de Deus.

Por que Jesus foi conduzido à presença de Anás? Esta é a questão. Parece que a melhor resposta se encontra no fato de que Anás, além de ser sogro de Caifás, o sumo sacerdote naquele ano, também tinha sido sumo sacerdote de 6 a 15 d.C. Ele ainda exercia considerável influência. Evidente que esta ação tem pelo menos dois tipos de defeito. A incompetência da autoridade que efetuou a prisão e a incompetência de quem não era mais a autoridade para julgar.

Sem autoridade judicial o interroga Anás, transgredindo as regras assim na competência³⁶ como na maneira de inquirir. O próprio Cristo das garantias das formas não quis prescindir e não se resigna a justificar-se fora da lei e na autoridade que é, o Advogado dos justos, indaga a Anás: "Tenho falado publicamente ao mundo. Sempre ensinei na sinagoga e no templo, a que afluem todos os judeus e nunca disse nada às ocultas. Por que me interrogas? Inquire dos que ouviam o que falei: esses sabem o que eu lhes houver dito". Era o apelo às instituições hebraicas, que não admitiam tribunais singulares, nem testemunhas singulares. O acusado tinha jus ao julgamento coletivo, e sem pluralidade nos depoimentos incriminadores não poderia haver condenação. A questão é: Por que Jesus apela ao direito da época, que lição podemos tirar disso? Penso que a objeção de direito não tinha a menor chance de ser bem-sucedida. O que significa afirmar que Ele

³⁶ A competência significa a pertinência a um ofício, a um oficial ou um encarregado, da potestade a respeito de uma lide ou de um negócio determinado; naturalmente, tal pertinência é um requisito de validade do ato processual, em que a potestade encontra seu desenvolvimento (CARNELUTTI, 2000).

nunca disse nada às ocultas? Se olharmos para a história de maneira retrospectiva e virmos onde discussão sobre o que seria justo naquele momento; encontramos o interesse pelo dever, pela obrigação, e também pela evidencia da lei, materializada na afirmação de Cristo. O apostolado de Jesus era ao povo, se a sua prédica incorria em crime, deviam pulular os testemunhos diretos. Esse era o terreno jurídico (BARBOSA, 1960).

Pois bem, o Filho do Homem chamou a ele os seus juízes, logo Anás o esbofeteou, era insolência responder assim ao pontífice, *past master*. Sim, revidou Cristo, firmando-se no ponto de vista legal: “se mal falei, traze o testemunho do mal; se bem, por que me bates?”. Ao ser confrontado pela resposta dada ao sumo sacerdote, Jesus se refere a lei de Ex 22,28 e nega tê-la violado.

Anás desorientado, remete o preso a Caifás. Este era o sumo sacerdote do ano. Mas ainda assim, não tinha a jurisdição (não podia dizer o direito) que era privativa do conselho supremo, o Órgão Governativo judaico conhecido como Sinédrio ou Sinedrim. Há aqui um problema, perante este, já muito antes descobrira o genro de Anás a sua perversidade política, aconselhando a morte de Jesus, para salvar a nação. A ilegalidade do julgamento noturno, que o direito judaico não admitia nem nos litígios cíveis, agravava-se então com o escândalo das testemunhas falsas, aliciadas pelo próprio juiz, que na jurisprudência daquele povo, era especialmente instituído como o primeiro protetor do réu (BARBOSA,1960). Mas, por mais falsos testemunhos que promovessem lhes não acharam a culpa que buscavam. Jesus calava. Vão perder os juízes prevaricadores a segunda partida, quando a astúcia do sumo sacerdote lhes sugere o meio de abrir os lábios divinos do acusado. Adjura-o Caifás em nome de Deus vivo, cuja invocação o filho não podia resistir. E diante da verdade, provocada, intimada, obrigada a se confessar, aquele que não renegara, vê-se declarar culpado de crime capital: *Reus est mortis*. “Blasfemou, que necessidades temos de testemunhas? Ouvistes a blasfêmia”.

Antes que eles pudessem levar Jesus perante o Governador romano, as acusações precisavam ser confirmadas pelo sumo sacerdote oficial.

Repontava a manhã, quando à sua primeira claridade se congrega o sinédrio³⁷. Era o plenário que se ia celebrar. Reunira-se o conselho inteiro, *in universo concilio*, diz Marcos. A vontade manifestada, ou declarada, dos acusadores, necessita ser disciplinada pela norma jurídica para produzir efeitos, deste modo, se dava a primeira satisfação às garantias judiciais (BARBOSA, 1960). Com o raiar do dia, o escuso torna-se legal, e observava-se a condição da publicidade do ato, com a deliberação da assembleia judicial, o requisito da competência foi superado. Eis a ocasião jurídica, o ato ilícito tornando-se um ato jurídico. Os juízes legais, que tinham comprado testemunhas contra o réu não podia representar senão uma infâmia hipocrisia da justiça. Mas como, exatamente, devemos entender essa objeção ao termo “justiça”? E como a justiça divina se contrapõe a este conhecimento vulgar do termo? Não é fácil dizer o significado exato da afirmação de que aquele ato representa uma hipocrisia da justiça, e parte do objetivo deste tópico é esclarecer esse ponto. Após observarmos o significado dessa afirmação, prosseguirei ao argumentar que: 1) a justiça, difere do órgão responsável pela sua manifestação ou encarnação; 2) a paixão de Cristo não é a manifestação viva da justiça, e sim o testemunho de Deus de que o órgão responsável pela manifestação da justiça, quando degenerada e invadida pela política e se conchava de véspera nas trevas, para simular mais tarde, na assentada pública, a figura oficial do julgamento, alicerça, não a justiça, mas a injustiça.

Saia Cristo condenado pela terceira vez. Uma questão preliminar: O Sinédrio não tinha o *jus sanguinis*, não podia pronunciar a pena de morte. Nenhum evangelho registra de forma abrangente os julgamentos de Jesus. Cada um enfatiza diferentes eventos e perspectivas. Todavia, está claro que as autoridades políticas romanas e os líderes religiosos judeus estavam envolvidos na determinação da sentença de morte de Jesus. Marcos em seu evangelho, informa que, logo de manhã, os principais sacerdotes

³⁷ Esta reunião de manhã cedo do sinédrio foi convocada para compensar os procedimentos ilegais da noite anterior. De acordo com a lei judaica, os juízes tinham de conduzir e concluir o julgamento capitais durante as horas do dia. (m.Sanh.4.1) A lei também proibia a condução de julgamentos na véspera do shabat. Os líderes judeus também necessitavam tramam e assegurar a aprovação e assegurar a aprovação romana para a pretendida execução de Jesus. Pôncio Pilatos era o Prefeito romano da Judeia. (Bíblia King James 1601 com estudos Holman).

reunindo-se com os anciãos e os escribas e todo o Conselho, e amarrando Jesus, levaram-no e entregaram a Pilatos. Este, fora um oficial romano entre os judeus de 26-36 d.C.

O Sinédrio, neste caso, era uma espécie de júri, cujo *verdictum*, porém, antes opinião jurídica do que julgado, não obrigava os juizes romanos (BARBOSA, 1960). “Que acusação trazeis contra este homem? Assim fala quem tinha função judicante, Pilatos, que estava livre para decidir, pela sua boca falava a justiça popular. “Não fosse um malfeitor, não to teríamos trazido”, foi a insolente resposta dos algozes togados, àqueles aliciadores de testemunhas, que homologaram a ilegalidade do julgamento noturno. “Tomai-o e julgai-o segundo a vossa lei”. O embuste, sem a morte não se contentaria a depravada justiça dos perseguidores. “Não nos é licito dá a morte a ninguém”.

Ah! O libelo acusatório, o formalismo jurídico. Não é mais de blasfêmia contra a lei sagrada que Jesus é acusado, não, quando os Sacerdotes libelam, fica evidente o fim desejado, a acusação agora reverte a pena máxima, trata-se de atentado contra a lei política. Jesus já não é um impostor que se inculca filho de Deus: é o conspirador, que se coroa rei da Judéia.

A acusação está posta, a pena é a morte. “Tu és um Rei?” Perquiri Pilatos: aqui se a resposta fosse sim, a sentença encontraria a lei e a pena materializar-se-ia. “O meu reino não é deste mundo”. A resposta de Cristo frustra mais uma vez os caluniadores. Se o seu reino não era deste mundo, não ameaçava, pois, a segurança das instituições nacionais e nem a estabilidade da conquista romana. Pilatos, analisando a lei, por ser conhecedor, afirma que não acha nenhuma culpa nele, ou seja, a conduta de Jesus não é típica, não se enquadra na norma jurídica punitiva.

Devia estar salvo o inocente. Não estava. A opinião pública faz questão que da sua vítima. Jesus tinha agitado o povo, não ali só, no território de Pilatos, mas desde a Galiléia. Ora acontecia achar-se presente em Jerusalém o tetrarca da Galiléia, Herodes Antípas, com quem estava de relações cortadas o Governador da Judeia. Excelente

ocasião, para Pilatos, de lhe reaver a amizade, pondo-se, ao mesmo tempo, de boa avença com a multidão inflamada pelos príncipes dos sacerdotes. Galiléia era o *forum originis* do Nazareno. Pilatos envia o réu a Herodes, lisonjeando lhe com essa homenagem a vaidade. Desde aquele dia um e outro se fizeram amigos, de inimigos que eram. *Et facti sunt amici Herodes et Pilatus in ipsa die; nam antea inimici erant ad invicem.* Assim se reconciliam os tiranos sobre os despojos da justiça. (BARBOSA, 1960, grifo nosso).

Lucas narra em seu evangelho que Herodes, quando viu Jesus, alegrou-se muito; porque ele desejava vê-lo há muito tempo, por ter ouvido muitas coisas dele; e esperava ver algum milagre feito por ele. Mas Herodes também não encontra, por onde condenar a Jesus e o mártir volta sem sentença de Herodes a Pilatos que reitera ao povo o testemunho da intemerata pureza do justo. Era a terceira vez que a magistratura romana a proclamava. *Nullam causam invenio in homine isto ex his, in quibus eum acusatis* (BARBOSA, 1960). O clamor da turba recrudescer. Pilatos apresenta ao povo a quarta defesa de Jesus, pois o Juiz ao cumprir o que a lei determina, materializa-se um defensor ao inocente; *“Quid enim mali fecit iste?”* Crucificareis o Vosso Rei?

A palavra e o silêncio, e a crítica da razão indolente do povo contra o desperdício da experiência do magistrado; “não conhecemos outro rei se não César”. Se o juiz não for vigilante, a voz do direito permanecerá evanescente e distante, como as inalcançáveis vozes dos sonhos (CALAMANDREI, 1996). O povo invoca o monstro de Cáprea, consumido em lepra, Tibério surge na íris de Pilatos e traí-lo era perder-se, o direito calou a voz, o escravo de César, profere sentença: “Sou inocente do sangue deste justo”.

2.1 Considerações derradeiras do tópico

De Anás a Herodes o julgamento de Cristo é o espelho de todas as deserções da justiça, corrompida pelas facções. Mas que dimensão de justiça estamos analisando? Poderíamos falar em uma justiça corrompida em contraposição à justiça de Deus? Porque Jesus não quis prescindir do dogma jurídico no seu julgamento? Qual é exatamente o problema? Podemos se um pouco mais precisos? Observamos, em toda a paixão, Jesus invocando para si a aplicação instrumental da lei dos judeus. Então, seria justiça, naquela ocasião, a aplicação da lei?

A justiça de Deus seria um atributo ou atividade de Deus? E por isso Deus revelou-se como o justo ou em sua justiça salvadora? Ou a justiça de Deus seria a denotação daquilo que o homem deve ter a fim de colocar-se diante do julgamento divino? Ou o termo justiça de Deus deve ser usado como antítese condenação? O que o julgamento de Cristo nos ensina nestes três modelos de justiça? É o que veremos a seguir, quando analisaremos a Revelação da Justiça de Deus em Paulo.

3. A REVELAÇÃO DA JUSTIÇA DE DEUS NO EVANGELHO DE PAULO

Vimos que a Paixão de Cristo possibilita o conceito de “justiça de Deus” como um termo legal, no sentido escatológico³⁸

³⁸ A fim de compreender ainda melhor o significado profundamente radical da revelação da justiça proclamada desse modo e entender plenamente o sentido peculiar das palavras com as quais ela é expressa, é preciso apontar para o contexto histórico de onde ela surge nas epístolas de Paulo, o contexto do sistema de redenção sinagoga judaica. No que se refere à terminologia, a expressão “revelação da justiça de Deus” como um todo é derivada do judaísmo, visto que aqui também o conceito de “justo” ou “justiça” é entendido como estando ligado de forma muito próxima ao pronunciamento judicial do julgamento divino. É típico desse contexto judaico que, tão logo o conceito de “justificar” chegue às mãos dos intérpretes gregos, seu sentido legal não seja mais percebido e que consigam relacionar a ele apenas um significado ético. Materialmente, porém, existe uma antítese absoluta entre o significado da doutrina da justificação para Paulo e para a Sinagoga. Esse fato ganha evidência justamente nessa revelação da justiça de Deus. Enquanto no judaísmo era assunto incontroverso que essa justiça, como fator crucial e decisivo na declaração judicial de Deus, não deveria ser referida de nenhuma outra forma a não ser com um sentido escatológico futuro, Paulo proclama essa justiça como uma realidade presente já concretizada (RIDDERBOS, 20130).

da palavra, vez que Ela não contrasta com a lei, mas não se origina na lei, pois que se revela de fé em fé. A fraqueza e a inconsistência, a perversão moral da justiça corrompida, crucificou Jesus, não foi a lei mas a prevaricação dos juízes. Justiça de Deus! Toda a doçura e todo o vigor da fé se resumem nestas palavras. O homem, cercado pela morte de todos os lados, não podia conceber este ideal de eternidade (justiça de Deus) se não fosse por uma réstia do seu mistério radiante, divinamente revelado às criaturas, de fé em fé. Variam apenas as opiniões, quanto ao significado dessa combinação de termos. Eis que essa justiça de Deus, para alguns é um atributo ou atividade de Deus e consideram que a justiça de Deus é revelada como justiça salvadora; Outros veem na justiça de Deus a denotação daquilo que o homem deve ter (uma qualidade humana) a fim de poder colocar-se diante do julgamento divino, id est, seria justiça proveniente de Deus (RIDDERBOS, 2013). Entretanto, sob a nossa ótica, a revelação da justiça de Deus nos diz claramente que necessita de uma *condicion sine qua non* para se revelar, qual seja, a fé (cf. Fp 3.9; Rm 5.1; 9.30; 1Co 6.11, grifo nosso)³⁹.

Para entendermos a fé, na conotação da revelação divina da sua justiça, como *conditio sine qua non* para a justificação, é necessário a percepção da estrutura básica escatológica da pregação de Paulo ⁴⁰, pois para o judaísmo, a essência da justificação divina encontrava-se no fato de que, esta, ocorreria no futuro e no julgamento divino.

Antes de passarmos para o objetivo central deste tópico, é necessário explicar rapidamente alguns sistemas helenísticos de pensamento que têm sido propostos por setores influentes da erudição bíblica como pano de fundo do conceito paulino de justificação.

³⁹ Filipenses 3.9. *E seja achado nele, não tendo minha própria justiça que vem da lei, mas a que vem pela fé. Romanos 5.1. Portanto, sendo justificado pela fé, temos paz com Deus, por nosso senhor Jesus Cristo. Romanos 9.30. O que diríamos então? Que os gentios, que não seguiam a justiça, alcançaram justiça, a justiça que é pela fé. 1 Coríntios 6.11. Ao menos alguns de vós têm sido isso, mas fostes lavados, mas fostes santificado, mas fostes justificados em nome do senhor Jesus e pelo espírito do Nosso Deus.*

⁴⁰ *Existiam vozes no judaísmo que baseavam suas esperanças no futuro não apenas no seu próprio mérito, mas também no perdão e misericórdia de Deus.*

O primeiro deles é o Estoicismo no qual o homem era parte da natureza ou, mais precisamente, um membro dela. A humanidade é a encarnação de Deus, uma porção do panteísmo universal (SHEDD, 2018). O conceito estoico da imanência do divino era profundamente repulsivo para um judeu. Portanto, segundo Shedd (2018), deve-se ter muita cautela ao interpretar, nas epístolas, palavras e ideias que supostamente poderiam carregar sua conotação helenista normal.

Outros estudiosos tentam identificar uma dependência de Paulo em relação à mitologia gnóstica, especialmente em sua doutrina da unidade orgânica da raça, que dá ensejo a justificação e o pecado original (SHEDD, 2018). Ora, o dualismo da teologia paulina é exclusivamente moral e a matéria má mantendo cativo um espírito bom não apenas são desconhecidos nas epístolas, mas ativamente refutados por Paulo (Shedd, 2018).

3.1 Fundamentos da justificação em Paulo

A unidade de toda a raça humana é um pressuposto transferido sem questionamento, do judaísmo e do Antigo Testamento para a teologia das epístolas de Paulo (SHEDD, 2018). A suposta unidade da raça é a única explicação possível para a universalidade do pecado e para todos os fatores determinantes da existência humana. Evidente que essa preposição não era sustentada isoladamente por Paulo, porém essa sua doutrina apega-se à unidade do Criador como a causa e a razão da unidade da raça, entretanto, ele não recorre ao panteísmo das seitas e da filosofia pagã da época, como já dito alhures.

A referência mais explícita à unidade humana em sua derivação do Criador é feita no discurso do Areópago, onde ele sugere uma unidade parecida com o conceito judaico de filiação coletiva de Israel⁴¹. Vejamos:

⁴¹ *Ambas atribuem uma filiação divina coletiva a um grupo, sem negar a criação desse grupo na história*

28. Pois nele vivemos, nos movemos e existimos. Como também alguns dos vossos poetas ⁴² disseram: somos também sua geração.

29. Portanto, sendo nós geração de Deus, não havemos de pensar que a divindade seja semelhante ao ouro, ou à prata, ou à pedra esculpida pela arte e imaginação do homem. (ATOS 17. 28-29)

Bom, em 1 Coríntios 15.21,22 Paulo afirma que a morte veio por um homem e que também por um homem veio a ressurreição dos mortos. Ora, a questão é: será que Paulo realmente espera que seus leitores entendam que, de maneira mística, todos os homens participaram da desobediência de Adão? N. T. Wright⁴³ afirma que o apóstolo Paulo é uma das poucas pessoas do mundo antigo cujas palavras ainda têm a capacidade de saltar da página e nos desafiar. Pois bem, a justificação Paulina é um destes saltos. Para iniciar, não precisamos entender sobre a teologia da solidariedade da raça e o modo como Paulo aborda o tema para observar a plausibilidade da afirmativa de Paulo no antigo oriente próximo. Sim, precisamos admitir que o pecado de Adão foi coletivo, isto é, partilhado por todos os homens. No Antigo Testamento e no judaísmo, o pecado não se limitava ao indivíduo. Era algo orgânico, contagioso, que invariavelmente envolvia o grupo na culpa.

Ademais, a partir do juízo coletivo da raça. Paulo deduziu um conceito absoluto de justiça de Deus, vez que não poderia haver castigo algum se não houvesse pecado nem culpa. Em Romanos 5.13 Paulo deixa evidente a afirmativa de que só poderia haver pecado se houvesse uma transgressão à lei. Mas como, exatamente, devemos entender essa objeção? E como é que a raça pecou em Adão? Considerando que não existiu lei entre Adão e Moisés. Não é fácil dizer o significado exato da afirmação do castigo de morte aplicado universalmente à raça, e este tópico tem como

⁴² *Aqui ele faz uma referência a Epimênides, o herói Cretense*

⁴³ *No prefácio do livro Paulo uma biografia.*

objeto esclarecer esse ponto. Após observarmos o significado dessa afirmação, prosseguirei ao argumentar que não poderia existir pecado como transgressão individual entre a ordem dada a Adão e a revelação da torá e portanto, a raça pecou em Adão. Diria, que a percepção de Paulo provoca rupturas na simetria do judaísmo. Primoroso o argumento conclusivo de Paulo.

O aspecto judicial da obra de Deus é maravilhoso, vez que seria necessário o julgamento para a humanidade caída e Deus encontra a base do seu julgamento em Cristo, nomeando-o para ser sacrifício de expiação e fez pecado por nós, aquele que não conhecia pecado e na morte e ressurreição de Cristo há absolvição e justiça para aqueles pelos quais ele foi feito pecado e, desse modo, eles são justiça de Deus em Cristo (2Co 5,21).

Eis que existe uma condição *sine qua non* para a absolvição. Vejamos no item seguinte.

3.2 A fé como conditio sine qua non para a salvação

A revelação da justiça de Deus no evangelho é justamente um poder de Deus para a salvação, porque nele a justiça de Deus é revelada de fé em fé, como está escrito: o justo viverá pela fé (Romanos 1.17). Eis aqui o cântico mais maravilhoso que a criação inteira⁴⁴, no qual, Jesus extraiu da angústia do Getsêmani e das torturas do Gólgota a placidez, a transparência, a segurança deste consolo, este favor, este amparo supremo, do sangue vertido a reconciliação com o sofrimento, o prazer inefável da clemência, divino sabor da caridade, o paraíso da ressurreição, viver pela fé. Em toda a narrativa, no Drama das Escrituras, toda a revelação do mistério tem Cristo, a base para a absolvição no julgamento divino encontra-se em Cristo.

Enquanto na doutrina sinagoga de redenção buscava-se guarida nos últimos refúgios da lei que constitui o homem justo diante de Deus mediante o cumprimento da lei e do mérito que neles se encontra. À voz lenta e grave de Paulo, que procedia à leitura da lei, entre o silêncio recolhido dos membros do sínodo,

⁴⁴ *Palavras de Rui Barbosa quando em sua oração SURREXIT (BARBOSA, 1960)*

a doutrina da justificação é uma justiça conferida ao homem por Deus, e não uma justiça afirmada, reconhecida por Ele. A lei garante aos judeus sua posição diante de Deus: para eles é o privilégio divino, em meio à pecaminosidade universal do homem, obter mérito, recompensa e justiça diante de Deus. Pois bem, para o judaísmo, a justificação, a absolvição têm um caráter analítico; baseiam-se naquilo que o homem tem e é, uma justiça do próprio homem que ele realiza ou adquire.

Ora, nesse contexto, a justiça de Deus revelada no evangelho de Paulo é justiça mediante a fé, uma justiça concedida gratuitamente pela graça de Deus, uma justiça atribuída, sendo a fé a *conditio sine qua non* para a absolvição. Diria, condição de procedibilidade da salvação.

A fé seria um princípio que Paulo faz ressurgir de Habacuque 2.4 “O justo viverá pela fé” e da fé de Abraão, que consiste na renúncia a todas as possibilidades humanas e na confiança na intervenção redentora de Deus. No escólio do professor e pastor Ricardo Aragão ⁴⁵, em aula proferida na Faculdade Internacional Cidade Viva, a fé, segundo Paulo, é uma condição para a ação da justificação e não tem elemento de mérito, ela é creditada para a justiça e não como justiça.

Perguntar-se ia então, a morte e ressurreição de Cristo pode ser definida como a revelação da justiça de Deus para todo o que crê? O significado deste testemunho é inconfundível: na morte de Cristo Deus assentou-se em julgamento, julgou o pecado e desse modo, levou seu julgamento escatológico a ser revelado no tempo presente (RIDDERBOS, 2013). Entretanto surge a questão: Como é possível que a morte e ressurreição de Cristo podem ter o poder de justificação e absolvição para todo aquele que crê? Em Romanos 3.25 vemos a seguinte afirmação de Paulo: a quem Deus estabeleceu para ser uma propiciação através da fé no seu sangue, para declarar a sua justiça pela remissão dos pecados. A ideia de solidariedade da raça ⁴⁶ resta clara nesta substituição. As

⁴⁵ Aula lecionada em 27 de setembro de 2021 na Faculdade Internacional Cidade Viva.

⁴⁶ Em contraposição ao atual individualismo do mundo ocidental, o Israel do Antigo Testamento apresentava forte unidade como povo e nação. Em sua tese de doutorado na Universidade de Edimburgo, na Escócia, o Dr. Russel Shedd discorre com profundidade

implicações decorrentes da solidariedade de grupo foram elementos importantes na vida de Israel no período histórico do Antigo Testamento (SHEDD, 1964). Ademais, o Apóstolo Paulo, fundamenta a sua doutrina no Antigo Testamento, basta observar que em suas cartas, ele cita 78 vezes e de forma direta, o Antigo Testamento (SHEDD,1964), o que implica que Paulo lia pela gramática da perspectiva semítica sintética, em oposição ao individualismo fragmentário do Ocidental desde a renascença.

A unidade de toda a raça humana é um pressuposto transferido sem questionamento, do judaísmo e do Antigo Testamento para a teologia das epístolas de Paulo. A suposta unidade da raça é a única explicação possível (SHEED, 1964) para a universalidade do pecado e para todos os fatores determinantes da existência humana.

Ademais, a solidariedade da raça fica bem evidente na análise que Paulo faz do papel representativo de Adão na introdução do pecado no mundo em Romanos 5.12-21 e em 1 Coríntios 15.21,22: “Visto que a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos”.

De acordo com Shedd (1964), a partir do juízo coletivo da raça, Paulo deduziu outra confirmação da doutrina do pecado coletivo da raça. Mantendo-se um conceito absoluto da justiça de Deus, certamente não poderia haver pecado algum se não houvesse pecado nem culpa. Em Romanos 5.13 Paulo afirma que até a lei, o pecado estava no mundo; mas o pecado não é imputado quando não há lei, *id est*, o pecado só pode ser imputado em razão de uma transgressão da lei. Ora, não existiu lei entre Adão e Moisés, portanto, o castigo por morte aplicado universalmente à raça indica o pecado coletivo da raça em Adão, é o que se depreende da leitura de Romanos 5.14. Vejamos as conclusões de Shedd (2018):

Uma vez que não poderia existir pecado como transgressão individual entre a ordem original dada a Adão e a revelação da Torá, o argumento

sobre a teologia paulina da solidariedade humana., tratando temas como o juízo coletivo e Cristo como o segundo Adão.

conclusivo de Paulo é que a raça pecou em Adão. Apesar da ausência de pecado como transgressão individual, a morte reinava sobre todos; era a aplicação da justiça coletiva por causa da transgressão coletiva.

Pois bem, assim como todos os homens foram incluídos no julgamento coletivo de Adão por aquele ato único de transgressão, de maneira semelhante, presume Paulo, todos os homens participam da graça que é a recompensa daquele único ato de justiça, quando do julgamento do primeiro pecado mediante a imposição de pena de morte a Adão e à sua raça; o ato de justiça trouxe consigo a perspectiva de vida eterna, confirmada pela ressurreição de Cristo da qual participarão todos os que estão em Cristo. Paulo sugere, em 1Co 15.22,23, Cristo como o último Adão, redimindo toda a Criação.

Assim, a questão da justificação em Cristo, proposta por Paulo, depende da condição de procedibilidade para esta justificação, qual seja, a fé. Repare na observação sobre o tema de Ridderbos (2004):

Por outro lado, a ideia corporativa está ligada de maneira bastante clara a esse conceito de substituição. Cristo morreu por eles não como um estranho ou alguém que havia sido designado para esse fim por um grupo maior de pessoas, mas como filho de Deus que, para esse propósito, havia entrado na carne, isto é, em seu modo de existência caracterizado pela antiga era. Desse modo, Deus condenou o pecado na carne (Rm8.3). Nesse poder justificados de sua morte e ressurreição, Cristo pode, portanto, ser colocado como o antítipo do primeiro Adão e aquele cujo ato de justiça, que consistiu na obediente entrega de si mesmo à morte, foi para a justificação de todos os que estavam incluídos nele como o

segundo Adão (Rm 5.18-19). Portanto, no mesmo contexto em que ele fala da morte de Cristo por todos, Paulo pode definir o significado de Cristo ter sido feito pecado por nós de seguinte forma: para que fossemos justiça de Deus, ou seja, para que estivéssemos em unidade corporativa com Ele (2Co 5.14,21); e para que Cristo se tornasse justiça para aqueles que são de Deus e estão nele (1Co 1.30).

De acordo com o modelo de justiça em Paulo, fica claro a condição de procedibilidade desta justiça de Deus, a justiça mediante a fé, uma justiça que recebe a sua definição a partir do contraste com as obras, a justiça vista pela lei hebraica. A fé é o meio ou o caminho, o instrumento, o fundamento pelo qual o homem participa da justiça. Deus atribui sua justiça dada em Cristo ao homem pela fé com base nisto o absolve.

3.3 Relação desta absolvição dada em Cristo e a Justiça dos homens

Chama-se Teoria Geral do delito à parte da ciência do direito penal que se ocupa de explicar o que é o delito em geral, isto é, quais são as características que deve ter qualquer delito.

Efetivamente, quando um juiz se encontra diante da necessidade de determinar se existe delito em um caso concreto, como por exemplo, a conduta de um homem que tirou a vida de outro, incumbindo-lhe averiguar se essa conduta constitui ou não delito, a primeira coisa que deve saber é que caráter deve apresentar uma conduta para ser considerada delito.

Sintetizando, uma conduta para ser considerada delituosa, para o direito penal, deve ser uma conduta voluntária, típica, ou seja, deve se ajustar a um tipo penal, previsto na lei penal, antijurídica, isto é, não deve existir justificadoras e por derradeiro, culpável, ou sofrer reprovação social (ZAFFARONI, 1999).

Ademais, apenas a título de esclarecimentos, as causas justificadoras no direito são: a legítima defesa, o estado de necessidade, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular do direito. Evidente que não é objeto deste estudo analisar as justificadoras do direito penal, apenas deixar evidente que, existindo uma causa destas, o autor da conduta humana típica será absolvido pelo direito.

Ora, já visualizamos um ponto de contato entre a justiça de Deus e o direito penal, qual seja, existindo uma causa justificadora, a absolvição será a manifestação da justiça.

Em outro estudo⁴⁷, relatei a Teoria Geral do Crime à Teoria analítica do Pecado. Conceituei o pecado como um ato de vontade, uma conduta humana, bem como as condutas omissivas, livre com o fim de fazer o mal ou que por violação do dever de cuidado, causa sofrimento ao homem, anticristã, pois é contrária ao amor e que o pecador tenha tido a possibilidade exigível e livre de atuar de outra maneira.

Essa definição de pecado, nos permite valorar se uma determinada conduta é considerada pecado e com isso causa sofrimento ao homem e à natureza, colocando-o em um estado infeliz por descumprir o mandado cultural determinado em Gênesis 1.28.

Pois bem, alhures, observamos que a justificação pela fé, leva a absolvição e desta forma, a justiça é obtida.

3.4 Considerações derradeiras do tópico

Neste tópico, analisei a justificação em Paulo e cotejei o ponto de contato entre a justiça de Deus, segundo o Apóstolo e o Direito penal. Concluímos que a base para a absolvição no julgamento divino encontra-se em Cristo. Além disso, assim como todo o evangelho paulino tem como centro a morte e ressurreição de Cristo, o mesmo acontece com o evangelho da justificação pela fé.

⁴⁷ *Summa Sapientiae n.1, ano 2018 – 2 semestre – O Mundo Caído: Um conceito Analítico para o pecado p.204-2021.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conquanto tenhamos feito uma tentativa de indicar vários pontos de correspondência entre os conceitos de justiça nas Escrituras Sagradas, endereçamos nossa pesquisa na justiça como misericórdia, na justiça como a observação da lei e na justiça na justificação.

Podemos dizer, de início analisamos o conceito de justiça no século I, que se dava pelo fiel cumprimento da lei e seu cotejo com a gramática que José (pai de Jesus) lia, no livro de Isaías e neste a misericórdia traduzia justiça. Na concepção de Maria pelo Espírito Santo, José poderia ser justo, no fiel cumprimento da lei ao se divorciar, ou ser justo segundo o livro de Isaías e ser misericordioso. Qual foi a decisão do marido de Maria? Optou pelo formalismo jurídico da época? Atendeu ao chamado de Deus mesmo contrariando a lei? Minudentemente observamos, que José, apesar de ser um homem legalista, foi um homem de fé, e entendeu que o perdão é e foi, uma condição para a salvação. Manifestando a justiça na forma de misericórdia.

Em outro tópico analisamos a paixão de Cristo como o supremo elemento da graça, o quadro da ruína moral do mundo e a justiça degenerada e invadida. A lei e os seis julgamentos de Jesus como forma de justiça convocada por Cristo temos a aplicação formal da lei judaica no seu julgamento e a invocação do Cristo, dos seus parâmetros legais. Qual o motivo que Jesus utilizou em sua defesa a lei? Como ocorreu a prisão de Jesus? Por que Cristo, das garantias das formas, não quis prescindir? Respondemos um a um na pluralidade de suas legalidades. De Anás a Herodes o julgamento de Cristo é o espelho de todas as deserções da justiça, porém, reinventamos novos espelhos que tornou possível ultrapassarmos a crise da aplicação da lei como forma de justiça e desenhamos o que o julgamento de Cristo nos ensinou: a formalidade processual invocada por Cristo em seus julgamentos é uma forma de manifestação da justiça nas escrituras pelo cumprimento da lei como garantia e não como juízo de condenação.

Em seguida adentramos na justificação Paulina e a solidariedade da raça. A Justiça de Deus em toda a sua doçura e vigor. Para entendermos a fé, na conotação da revelação da

revelação divina da justiça de Deus, como *condicio sine qua non* para a justificação, foi necessário perceber a estrutura básica escatológica da pregação de Paulo. E para Paulo, a justiça de Deus revelada no evangelho é justiça mediante a fé, uma justiça concedida e gratuita e não pelas obras, contrastando com a visão do judaísmo.

Apresentamos uma relação teórica alternativa da absolvição dada em Cristo e a absolvição efetivada no direito penal para uma melhor percepção da justiça de Deus e a justiça dos homens, apresentado as causas de justificação no direito penal em cotejo com a justificação em Paulo e percebemos o ponto de contato entre a justiça divina e o direito.

Por derradeiro fizemos a imersão de três perspectivas da justiça nas Escrituras sagradas, a ótica da misericórdia, a visão do garantismo da aplicação da lei como medida de justiça e a justificação pela fé.

Concluimos que as três perspectivas se entrelaçam, em uma certeza única: a salvação em Cristo Jesus, a sua misericórdia em, cumprindo a lei, morrer pelos nossos pecados e substituir a criação inteira, no banco dos réus, no julgamento divino, cominado a absolvição na ressurreição.

REFERÊNCIAS

BAILEY, Kenneth E. **Jesus pela ótica do Oriente Médio**: estudos culturais sobre os Evangelhos. São Paulo: Vida Nova, 2016.

BARBOSA, RUI. **Escritos e discursos seletos**. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda., 1960.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e interpretes**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAVINCK, Herman. **Dogmática reformada**. Organização: John Bolt. Tradução: Vagner Barbosa. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. v. 3.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. Tradução: Odayr Olivetti. 4. ed. rev. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BÍBLIA THOMPSON: Letra grande. Compilado e redigido por Frak Charles Thompson. Tradução João Ferreira de Almeida. São Paulo: Vida, 2014.

BÍBLIA KING JAMES com estudo Holman. Rio de Janeiro: Bvbooks, 2018.

BIÉLER, André. **O pensamento econômico e social de Calvino**. Tradução: Valdyr Carvalho Luz. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do Processo civil**. São Paulo: Classic Book, 2000.

COLEMAN, William. **Manual dos tempos e costumes bíblicos**: o contexto cultural, social, político e religioso das terras e dos povos da Bíblia, com base nas mais recentes descobertas arqueológicas. Belo Horizonte: Betânia, 1991.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GOHEEN, Michael W.; BARTHOLOMEW, Craig G. **Introdução à Cosmovisão Cristã**: vivendo na intersecção entre a visão bíblica e a contemporânea, tradução de Marcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2016.

GOHEEN, Michael W.; BARTHOLOMEW, Craig G. **O drama das escrituras**: encontrando o nosso lugar na história bíblica. Tradução: Daniel Kroker. São Paulo: Vida Nova, 2017

IHERING, Rudolf Von. **El fin en el Derecho**. Buenos Aires: Editorial Heliasta, 1978.

PEREIRA, Aloysio Ferraz. **História da Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1986

PIPER, John. **O poder purificador de se viver pela fé na graça futura**. Tradução: Valdemar Krocket. São Paulo: Shedd Publicações, 2009.

PLANTINGA, Alvin. **Crença cristã avalizada**. Tradução: Desidério Orlando Figueiredo Murcho. São Paulo: Vida Nova, 2018.

KELSEN, Hans. **Qué es la Teoria Pura del Derecho**. Córdoba: Distribuciones Fontamara, 1991

RATZINGER, Joseph. **Jesus de Nazaré: A infância**. São Paulo: Planeta. 2016

ROBERTSON, A.T. **Comentário de Mateus e Marcos à luz do Novo Testamento Grego**. Rio de Janeiro: CPAD, 2011.

ROBERTSON, O. Palmer. **O Cristo dos pactos**: uma análise exegética e teológica das sucessivas alianças bíblicas e do seu papel no desenvolvimento da revelação de Deus. Tradução: Américo Justiniano Ribeiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007

SHEDD, Russell P. **O homem em comunidade**: a solidariedade da raça na Teologia de Paulo. Tradução de Marcio Loureiro Redondo. 2. ed. São Paulo: Vila Nova, 2018.

WRIGT, N.T. **Paulo: uma biografia**. Tradução: Elissamai Bauleo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.



aller

FOME DE JUSTIÇA: CÁLCULO ECONÔMICO E RETIDÃO DA AÇÃO

*José Dalmo Silva de Souza*⁴⁸

⁴⁸ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1989) e mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (1995). Doutorado em Desenvolvimento Regional no Programa PPG-DR/UNIJUÍ (2021). Atualmente é professor efetivo assistente nível 4. Mestre no Departamento de Ciências Administrativas, Econômicas, Contábeis e da Comunicação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (DACEC-UNIJUÍ).

RESUMO

O comportamento econômico é a diretriz individual maximizadora do auto interesse. Isso significa que o indivíduo sempre busca melhorar a própria condição em que se encontra. Este maior nível de bem-estar refere-se às condições materiais. O bem-estar material é alcançado quando da satisfação das necessidades econômicas materiais, o que é possível através do consumo de produtos. As necessidades, o pilar do auto interesse individual, são satisfeitas otimamente em sociedade. A justiça, no plano secular é um bem econômico e está sujeita ao cálculo otimizador do agente econômico tanto na oferta quanto na demanda.

PALAVRAS-CHAVE

Justiça; cálculo econômico; Teologia; Economia.

ABSTRACT

Economic behavior is the individual guideline maximizing self-interest. This means that the individual always seeks to improve the very condition in which he/she finds himself. This higher level of well-being refers to material conditions. Material well-being is achieved when meeting material economic needs, which is possible through the consumption of products. Needs, the pillar of individual self-interest, are optimally met in society. Justice, at the secular level, is an economic good and is subject to the optimizer calculation of the economic agent in both supply and demand.

KEYWORDS

Justice; economic calculation; Theology; Economy.

INTRODUÇÃO

O Dicionário de Ética Cristã (HENRY, 2007) indica que o termo justiça em sentido amplo é muito próximo de *retidão*. Neste caso, ser justo é estar em sintonia com uma baliza. Deus é a fonte da justiça embora Ele não possa ser julgado por ninguém. Ele se obriga àquilo que revela e o homem traz essa moralidade, pois é imagem e semelhança de Deus (BÍBLIA, Ec 7:29). Assim, Justiça é administração fiel que Deus exerce sobre Seu reino segundo Sua

santa vontade e a exigência que o Homem concorde com a Lei que Ele estabeleceu. Portanto, agir com justiça é agir com retidão. Logo, para agir com justiça é necessário um referencial um parâmetro que indique o que seja o reto.

A Humanidade entende justiça como sistema de padrões que distinguem o certo do errado. Embora os padrões humanos difiram, a habilidade de se fazer julgamentos morais, num sentido ou noutro, é universal; nenhuma pessoa é amoral no sentido de indiferença em relação ao bem e ao mal [...]. O Cristianismo entende justiça como um atributo de Deus e uma positiva relação com Ele na qual um homem age de conformidade com os padrões de justiça de Deus [...] (HENRY, 2007, 387).

A justiça deve ser buscada na moral e a fonte absoluta da moral é Deus. Aos homens cabe a obediência às autoridades, à lei e, acima destas, a obediência a Deus. Importa mais obedecer a Deus que a homens. Alternativamente, na visão terrena, as autoridades constituídas são as guardiãs da justiça e, por isso, utilizam a lei. A lei - regras, costumes, instituições (NORTH, 2001) - é baseada na ética. Enquanto a moral é a noção interna individual do que seja certo e errado a ética é o conjunto das emanações morais individuais, ou seja, um código de coexistência do coletivo que é alicerçado nas noções individuais de certo e errado harmonizadas e implementadas para a vida em comunidade. A cultura e demais instituições têm a mesma origem: o indivíduo buscando viver em harmonia com os demais sem deixar de buscar, antes, seu auto interesse. Um comportamento reto torna o Direito desnecessário pois as ações tornam-se mais previsíveis e as relações, mais estáveis implicando assim, ordem no sistema e, portanto, menor nível de incerteza. Assim, a justiça exige um juízo de valor interno (moral) e externo (ético).

No Mundo espiritual Deus é a fonte suprema de toda a justiça e, para o homem ser justo, deve fazer a vontade de Deus; no mundo natural, a ética (Lei) é a fonte do que é certo e errado e,

portanto, justiça é agir dentro das regras. A corrupção pode vir na forma de distorção das regras para benefícios assimétricos. Na sociedade o Estado (BÍBLIA, Rm 13:4) tem a função de fazer cumprir a justiça através da força em um sistema de punição. Isso, para que entre os homens cada um receba segundo o que lhe é devido por direito (ERICKSON, 2011). Quanto à sua face humana, em sentido restrito, a justiça, por sua vez, adquire matizes: *Justiça distributiva* – distribuição e expropriação de bens por um agente. Agentes e destinatários legítimos; distribuição e expropriação imparcial e equânime; *Justiça corretiva* – correção, no presente, de uma injustiça passada. Por exemplo, uma injusta distribuição/expropriação. Não se trata simplesmente de alterar o modo de distribuição/expropriação, mas corrigir a injustiça passada; *Justiça retribuidora* – a restauração, por parte do infrator, de um direito violado (ou a devida recompensa dessa violação) ao atingido. Inclui punição (HENRY, 2007, p. 387)

Estas seriam, portanto, as diretrizes orientadoras da ação do agente promotor da justiça, segundo uma determinação do espírito cuja função básica é dar a cada um, com imparcialidade absoluta, o que lhe cabe por direito e o que lhe é devido (ANDRADE, 2010). Perante o Homem, os direitos são devidos porque outorgados, ou seja, dependem de uma convenção social. Isso significa que existe a possibilidade de nem todos terem os mesmos direitos. Como o ser humano é maximizador de seu auto interesse o Homem busca a igualdade quando esta o beneficia e age da mesma forma em relação à desigualdade. Justiça é receber o que é de direito, então, com direitos distintos, tratamentos distintos são justos. Se todos os homens nascem iguais há igualdade de direitos. Mas o rei, o sacerdote, o soldado nascem diferentes ou se tornam diferentes.

Assim, se pertence à justiça o atributo de receber o que é de direito então alguns podem receber menos que outros. Por isso a maioria quer a equidade como um princípio e parece injusto que

poucos tenham maior bem-estar material e, na origem⁴⁹ disso, status, poder e dinheiro. Para a maioria, dado que são menos favorecidos, a igualdade em um nível acima de seu próprio patamar de satisfação seria preferível a qualquer outra alternativa. Mas somente porque os beneficia e não, necessariamente por causa da justiça. Enquanto a maioria quer a igualdade/equidade, a minoria, que é formada pela concentração de poder, busca a desigualdade. Esta, se traduz em uma aparente igualdade com a existência de privilégios especiais.

Ademais de permitir e tolerar a desigualdade a lei dos homens pode divergir da Lei divina. Além de simplesmente poder falhar devido à limitação humana em si, a própria lei que servirá de parâmetro para a Justiça pode ser, ela mesma, injusta. Isso sói acontecer quando um direito moral não é reconhecido pela lei e, portanto, perante a mesma simplesmente não existe ou quando um direito é imoral, mas por ser legalmente reconhecido, encontra amparo na lei. Mas Justiça não é algo que deva ser manipulado ao bel prazer dos homens. Justiça não é um instrumento ou meio para se efetuar a vontade do Homem. O Homem deve-se dobrar-se aos imperativos da Justiça, se submeter a ela. Strong (2002) indica que *justo* significa direito (reto) mas, também possui o sentido de merecido (ter direito a). Nesta acepção, a palavra justiça significa dever, obrigação. Ou seja, todo direito de alguém tem como interface uma obrigação. Isso quer dizer que quando alguém tem um direito outro alguém tem ou demais têm deveres para com este, a começar pelo reconhecimento deste direito e seu objeto bem como pela efetiva execução das ações para apropriação dos frutos deste direito devido. O texto aborda a justiça entre os homens como um bem econômico e busca, com argumentação asseada na ciência econômica, esclarecer a existência da injustiça no mundo.

1. JUSTIÇA, ECONOMIA E LEI

A justiça dos homens é falha não só porque os homens

⁴⁹ *Na origem e não como consequência. Estas coisas são instrumentos para um fim, o bem-estar material econômico.*

falham ao executá-la, mas sobretudo, porque é baseada no Princípio do merecimento. Trata-se de uma justiça limitada e imperfeita que só alcança o alvo, se e quando o alcança, em função do conhecimento sempre limitado que se tem da ação perpetrada e de seus contextos imediato e geral; da capacidade de julgamento das autoridades sempre sujeita aos mais diversos tipos de interferências; dos próprios limites da lei em profundidade; acurácia legislativa; extensão da punição e formas prescritas entre outras coisas. Os homens trazem em si leis internas que os norteiam como indivíduos enquanto totalidades e leis que os situam em meio aos seus iguais (MILL, 1974). O império da lei é um mecanismo para estabelecer ordem artificial ao sistema fora de sua trajetória natural ou prognóstico e prevenir a arbitrariedade como o curso normal. A lei serve para estabelecer ordem, previsibilidade das ações e estabilidade das relações por submissão sob o jugo da força. A lei perpetua, em sua origem de conhecimento e juízo de valor, a função de reduzir a incerteza na vida social e constitui-se, assim, em um instrumento. A lei serve para a promoção do serviço de justiça.

Todos e cada um dos indivíduos têm uma noção interna, da sua pele para dentro, do que seja certo e errado e seus derivativos impróprios bom e mau; aceitável e inaceitável etc. Essa noção interna é a moral. Moral é, portanto, uma noção originariamente individual. Mas como o Homem é um ser social e político essa noção interna de certo e errado precisa ser transbordada para o grupo, ou seja, deve ser transcendida da esfera individual/pessoal para o âmbito coletivo. O conjunto aceitável – porque aceitado – destas noções passam a compor um acordo, um código de coexistência, um pacto de convivência dos indivíduos dentro do grupo. A esse código de coexistência damos o nome de ética. O conceito de Justiça enquanto Retidão é relativo ao seu referencial. Quer seja esse a moral, quer seja esse a ética. Pretensamente e, acima de tudo, idealmente, a Ética é moral, pois espera-se que a sociedade não seja regida por uma ética imoral. Da mesma forma, idealmente, a institucionalização da ética deve concretizar-se em leis morais. Desta maneira, as leis vão reger os comportamentos e direcioná-los para a moral e para a ética reduzindo a probabilidade de comportamentos desviantes. No entanto, conforme existem as leis torna-se individualmente vantajoso transgredi-las:

[...] um trapaceiro, um indivíduo que aceita o benefício do altruísmo de outro indivíduo, mas não o retribui, ou sua retribuição é insuficiente. Os trapaceiros se saem melhor do que os altruístas indiscriminados [trouxas] porque recebe os benefícios sem pagar os custos. [...]. O ganho médio para um trouxa entre trouxas é, portanto, positivo. [...] no entanto, suponha agora que um trapaceiro aparece na população. O único a empregar essa estratégia, ele pode contar com todos os outros indivíduos para remover seus parasitas, mas não paga nada por esse favor. Seu ganho médio é melhor do que o ganho médio de um trouxa. (DAWKINS, 2007, p. 317-8).

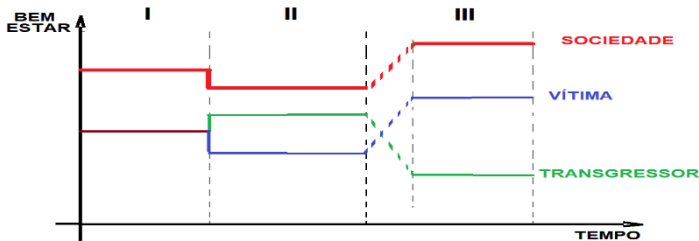
Isso ocorre porque, leis são restrições ao comportamento, ou seja, empecilhos para se agir maximizando os benefícios do auto interesse⁵⁰. Ao transgredir as regras o indivíduo obtém o incentivo da ação e um acréscimo. Esse acréscimo constitui seu estímulo. Ele sai do patamar de bem-estar em que está fixado pelo respeito aos demais através da ética. O resultado líquido é uma elevação de seu bem-estar em dimensão superior ao ganho normal de ação. A transgressão acena para um maior bem-estar ao seu perpetrador às expensas do bem-estar dos outros que se privam de fazer a ação e, assim, usufruir dos resultados. E essa ação é, devido à proibição, ilegítima. Trata-se de uma injustiça. Não se está agindo com retidão. Como então tratar a existência da injustiça? Dado que a injustiça é uma ação fora do caminho reto, que traz vantagens indevidas e pode ou não acarretar danos a terceiros, seu tratamento exige uma ação corretiva e restauradora, ou seja, frear o andamento da ação incorreta e restabelecer o estado de equilíbrio anterior à sua ocorrência com cada agente possuindo o seu próprio e respectivo nível de bem-estar. Restabelecer o *status* anterior do sistema exige redistribuir o bem-estar de modo a reduzi-lo de quem teve vantagens indevidas e elevar de quem foi injustiçado. Deve-se, portanto, reduzir o bem-estar do transgressor através de uma punição para além de seus

⁵⁰ O bem-estar tem como medida a utilidade. Assim, mudanças no nível de bem-estar são mensuradas em unidades de utilidade.

ganhos. Ao mesmo tempo deve-se aplicar um aspecto corretivo – didático-pedagógico – não só para educar o transgressor, mas também servir de advertência aos demais possíveis infratores. Essa é a base do castigo, um complemento da punição, igualmente redutor do bem-estar, mas de natureza distinta. A punição visa fazer pagar-se o mal que foi feito; o castigo visa educar o transgressor e a sociedade de modo a garantir o respeito à lei.

A mesma ação restauradora deve abranger também um componente indenizatório, ou seja, no sentido de promover uma reparação à parte atingida. Não basta reduzir o bem-estar do infrator. Não basta restituir o bem-estar da vítima ao patamar anterior. É preciso elevar o bem-estar do injustiçado pelo exato motivo de que foi atingido por uma injustiça. Assim, deve-se extrair o ganho perpetrado pelo transgressor e reduzir seu próprio estado de bem-estar anterior à sua ação. Esses montantes devem ser repassados à vítima. Ao final, o transgressor terá seu estado de bem-estar original reduzido e a vítima, seu estado de bem-estar elevado em relação aos seus anteriores e respectivos níveis pessoais. Esses cálculos são realizados em unidades de utilidade econômica (benefícios e sacrifícios) mas soem ser convertidos em valores pecuniários.

FIGURA 1 – JUSTIÇA E BEM-ESTAR



Fonte – produção do autor

O gráfico parte de um estágio (I) de equilíbrio em que a sociedade tem um dado nível de bem-estar. Os indivíduos desfrutam, respectivamente de seus patamares de satisfação. Para fins de simplificação são considerados iguais. No estágio (II) há uma transgressão. Com a injustiça cometida o nível de bem-estar da vítima é reduzido enquanto o patamar de bem-estar do

transgressor é elevado. O nível de bem-estar da sociedade é também reduzido. Não é apenas uma troca de bem-estar entre vítima e transgressor com soma zero. A sociedade fica mais insegura e o nível de justiça sofre, assim, um decréscimo. No estágio (III) a justiça é restabelecida. A sociedade como um todo tem seu nível de bem-estar elevado pois suas instituições mostraram-se eficientes. E o exemplo repercute entre os demais cidadãos de modo didático-pedagógico. Idealmente o nível de bem-estar da vítima deve ser superior ao do estágio inicial pois sofreu perda de bem-estar enquanto perdurou no tempo a injustiça. O nível final de bem-estar do transgressor deve ser inferior ao inicial para reforçar a máxima de que o crime não compensa.

Nesse sentido é interessante notar que a natureza do Homem é tal que a punição do culpado – fazê-lo pagar pelo que fez – faz parte da elevação do bem-estar da vítima, sentimento em tudo idêntico ao de vingança, mas neste caso, realizado de forma legal e institucionalizada. Isso não significa necessariamente que a vítima tenha prazer na vingança, mas no sentimento de que o transgressor não recebeu nada que não reivindicasse para si próprio. Ao transgredir a regra o perpetrador da injustiça auferiu ganhos indevidos, ou seja, sua ação trouxe-lhe uma recompensa positiva que elevou seu bem-estar e reduziu o de outrem. Agora, a punição é a recompensa negativa a que ele faz jus por ter auferido vantagem de maneira ilícita.

Por fim, dado que a injustiça é deixar de andar no bom caminho institucional a sociedade deve ter mecanismos para manter os indivíduos de acordo com as formas institucionalizadas de ação e interação. Isso exige, sobretudo, elevar o preço implicado na transgressão: não deve ser compensador transgredir as normas. Não se trata só de elevado preço em punição, castigo e indenização, mas, em primeiro lugar, de baixa probabilidade de não ser descoberto, ou seja, certeza ou quase certeza de ser apanhado e responsabilizado por sua transgressão. Em segundo lugar, baixa probabilidade de, em sendo apanhado e responsabilizado sair incólume mesmo sendo culpado. Ou seja, se apanhado e deve ser quase certo que o será sofrerá efetivamente a punição e o castigo e, nestes, a ação indenizatória. Penas severas não são eficientes se o transgressor tiver grandes chances de não

ser descoberto/apanhado. Ou se, descoberto/apanhado, tiver grandes chances de escapar da recompensa negativa devida. A certeza de pena severas é um fator determinante na contenção da prática de crimes. Portanto, estes são aspectos cruciais para a ordem em uma sociedade: o transgressor será apanhado, responsabilizado e cumprirá pena severa.

Justiça é fazer o que é correto e não fazer o que é errado. Justiça é agir, viver corretamente. Quando se age incorretamente, o caminho de volta para a justiça exige uma retribuição, daí a penalidade. Justiça tem a ver com simetria. A ideia de retribuição leva também o peso (conceito hebraico) da proporcionalidade na contrapartida. Ela é devida, no sentido tanto de dever existir, mas também ser simétrica ao que se contrapõe, ou seja, simplesmente na justa medida. No entanto a justa medida inclui um aspecto de punição e assim não se restabelece os antigos níveis de bem-estar entre vítima e transgressor, mas se garante um certo ganho à parte atingida no mínimo simétrica em detrimento do perpetrador. Não se trata de um jogo de somatório zero em que o que uma parte ganha o que a outra perde. Para haver justiça a parte infratora deve ter seu bem-estar rebaixado. Até mesmo a pena de morte pode ser necessária para a equalização da situação em casos onde a transgressão atinja níveis considerados, para efeito de cálculos, inadmissíveis.

Por fim, dado que a transgressão pretensamente traz benefícios aos infratores da lei estes, por seu lado, tentarão reduzir na balança os sacrifícios devidos com leis mais brandas, maiores facilidades em cometer crimes (menos policiamento, menos letalidade da polícia, desarmamento dos cidadãos...), dificuldades na apuração das responsabilidades e indicação dos culpados e, por fim, processos ineficientes de responsabilização. Ao mesmo tempo, é relevante, neste último caso, os aspectos de evasão das responsabilidades através de privilégios pessoais ou de classe: não ser passível de investigação; não ser imputável de pena; não ser passível de julgamento e outros privilégios que a alterem a igualdade de direitos perante a lei.

Sendo a transação uma transferência de unidades de utilidade, em uma sociedade complexa e diversificada, a incerteza nas relações cresce exponencialmente devido à imprevisibilidade inerente ao Homem quanto ao seu comportamento. O agente

econômico pesa o comportamento moral em termos de perdas e ganhos e, por isso, fugir de um compromisso pode ou não ser compensador, segundo os valores morais e as sanções aplicáveis, expectativa de sucesso na fuga etc. O cálculo econômico leva o homem a preferir o que lhe favorece mais, a justiça ou a injustiça. Sua corrupção o leva a tornar, sempre que possível, a justiça injusta. Em sociedades injustas o crime literalmente compensa. Em sociedades justas, a Justiça está nas mãos de pessoas justas pois, devido ao zelo pela justiça são aqueles que andam em retidão que alcançam tais elevados postos. E tais postos não lhes garante impunidade pois não estão acima da Justiça. A lei não garante tal injustiça.

2. JUSTIÇA E ECONOMIA

O ser humano tem necessidades. Necessidade pode ser compreendida como a percepção que o organismo tem da existência de um estado de bem-estar superior àquele que ele desfruta em seu momento atual. A eliminação de uma necessidade eleva o bem-estar do indivíduo. Aquelas carências passíveis de serem satisfeitas através do desfrute do resultado de um processo de produção humano são ditas necessidades econômicas. A capacidade que um produto tem de satisfazer uma necessidade é chamada de utilidade. O ser humano extrai utilidade dos produtos. Como o Homem prefere uma condição de vida superior a uma inferior ele busca incessantemente elevar seu bem-estar e deseja a aquisição de produtos. Quando se diz que o Homem é movido pela busca de seu auto interesse isso significa que toda ação humana visa a elevação de seu próprio bem-estar material. No entanto, isso não é incompatível com a elevação do bem-estar dos outros, mas antes pelo contrário, como veremos adiante.

A Economia mostra que o Homem é um ser maximizador pois busca o máximo de satisfação possível. Isso, não só pela maior quantidade possível de necessidades satisfeitas, mas também pelo fato de que busca eliminar completamente a necessidade que busca satisfazer. O valor atribuído a determinado produto depende, em suma, da importância a ele atribuído por aquele que deseja satisfazer a necessidade. Trata-se, portanto, de um valor subjetivo posto que interno ao agente. Um bem econômico é o que

chamamos de produto, ou seja, algo a que os homens atribuem algum valor. Esse valor vem da importância que tais bens adquirem por satisfazer uma necessidade. A importância de algo é um atributo de como/quanto este elemento afeta o agente em um cálculo de alteração do estado do bem-estar. Isso, naturalmente, é diretamente ligado aos seus sentimentos e emoções. Ocorre por meio do sentir. Na composição do valor predomina o binômio utilidade vs necessidade. Porém também concorre a proximidade ou não do objeto, tanto no espaço quanto no tempo. Conforme Hume (2009) é um atributo da natureza do Homem sua inclinação a preferir o que está perto no espaço e/ou no tempo e preterir o que está distante. Isso significa que o ser humano é portador de uma dada cegueira que o faz enxergar mais nitidamente o que está perto e, portanto, inferir seu valor com mais acurácia e preterir o que está mais distante por não se sentir tão sensível nem ao objeto em si e nem às suas variações de valor. O desconto hiperbólico (GIANNETTI, 2012) é um componente de erro incorporado no cálculo econômico. A distância maior ou menor enseja a noção de urgência e serve de fator aferidor da utilidade líquida. Este cálculo é o cômputo das estimativas líquidas de custo-benefício para cada alternativa selecionada.

Desta forma é identificada a opção que otimiza a ação e fornece o maior nível de satisfação *vis a vis* o menor custo e indica a decisão a ser tomada. Esse cálculo automático é realizado com informações disponíveis e julgamentos de valor de próprio indivíduo. Todavia, é a razão que estabelece uma hierarquia nesses valores e guia a pessoa na ação a partir da escolha oriunda do cálculo (HUME, 2009). Isso significa que esse cálculo econômico é capaz de elevar o nível de bem-estar do indivíduo. Em outras palavras, melhorar a situação do indivíduo de acordo com seu próprio juízo de valor a respeito de suas preferências. Isso porque o juiz mais bem gabaritado para julgar as próprias preferências é o indivíduo mesmo. Essa é a base da liberdade para a ação do Homem.

A produção e o consumo de bens e serviços se dá através dos agentes econômicos ofertantes e demandantes. No mecanismo de mercado é a interação entre a oferta e a demanda que estipula o preço dos produtos e dos recursos através da alocação dos recursos para a produção de bens e serviços que

satisfazem as necessidades. Por isso a liberdade é um bem econômico. E o mesmo ocorre com a justiça. Esses são entes básicas aos quais o Homem atribui valor pois determinam o nível de bem-estar do organismo. O mais interessante é que estas são dadas, naturalmente, ou antes, fazem parte do contexto do Homem em sua existência no ambiente. O valor das coisas não é uma propriedade intrínseca a elas, mas reside na importância que se dá ao atendimento de necessidades, ou seja, no quanto concorrem para a conservação da vida e/ou do bem-estar (MENGER, 1988). Assim, as coisas são úteis ou não dependendo da circunstância de ter-se ou não necessidade delas. De tal modo que a maior parte das coisas que rodeiam o Homem não constituem riqueza porque não lhe fazem falta, ou pelo menos, se carece delas em quantidades tão diminutas que se pode obter com facilidade a porção necessitada (JEVONS, 1887). Em sua obra de 1751 Galiani (2000,) explicou que a utilidade nunca acompanha a raridade, mas ao contrário, quanto maior for a utilidade primária, maior será a abundância. E é essa a razão de o seu valor não ser grande. A liberdade e a justiça se tornam visíveis, ou seja, despertam a atenção, quando são ameaçadas ou atingidas. A partir desse momento passam a ser produtos, ou seja, passíveis de sofrerem processo de produção. Podemos supor duas situações paradigmáticas:

- ✓ são tipos de bens que têm valor, mas são naturais, ou seja, a pessoa os possui inerentemente ao ser (ontologicamente) desde o início de sua existência, obviamente circunscritos por limitações impostas pela sociedade ou seus pares;
- ✓ sua cessação ou seu cerceamento exige, também por causa de sua própria natureza humana, um tratamento. Esse tratamento é, também, por sua vez, um produto, um bem-econômico. Trata-se, portanto, de bens que devem ter garantida a sua preservação. Exigem aparato para garantir a existência e, quando de ameaça ou constrangimento real, um completo cancelamento do episódio antinatural.

Especificamente no caso da Justiça temos:

- ✓ Justiça é a retidão da conduta. Deve-se, portanto, para uma existência naturalmente íntegra/integral, viver em justiça. Para isso, a coexistência de indivíduos em uma sociedade exige um código de conduta e respectivo aparato para sua manutenção, ou seja, oferta contínua. Basicamente, trata-se da institucionalização de comportamento e imposição de ordem. Ética.
- ✓ Quando o nível de oferta deste bem é considerado abaixo do satisfatório as respectivas elevação e restabelecimento do patamar de bem-estar é a oferta do bem econômico em si.

O nível de justiça pode ser insuficiente em virtude de uma troca compensatória do tipo *liberdade por segurança* ou em função da redução ou interrupção motivada pela ação de um agente atingindo indivíduos, grupos ou segmentos sociais ou a própria sociedade enquanto tal. Justiça, em qualquer caso semelhante, é a correção da injustiça praticada. Fazer justiça, então, é alinhar a vida prática com os valores morais que norteiam as escolhas que redundam em decisões e se concretizam em ações. Justiça é retidão. Retidão significa estar de acordo com um padrão. Justiça, assim, é estar acorde com o exigido. A instituição de regras baliza o comportamento dos indivíduos. Pretensamente a institucionalização ocorre para comportamentos favoráveis aos interesses individuais e sociais simultaneamente. Assim, a lei serve à justiça. A lei indica o caminho a ser trilhado com retidão pelos indivíduos para que a sociedade seja justa.

Instituições são as regras do jogo (NORTH, 2001). Em outras palavras, o referencial, a maneira senão exigida pelo menos aceita de se fazer as coisas no grupo. A ética, sendo a forma como a sociedade faz o viver em conjunto é uma instituição. A vida social não ocorre em um vácuo de regras. As instituições reduzem a incerteza da vida social pois elevam a previsibilidade do comportamento individual esperado/exigido e aumentam, assim, a estabilidade das relações sociais. O alinhamento do que se exige e do que se permite que se faça pela e para a sociedade com o que o indivíduo quer/precisa fazer tanto pela sociedade quanto para si

mesmo é a base da estabilidade de propósitos e, por conseguinte, da redução da incerteza inerente à vida social. Ser bom, adequado, conveniente para o indivíduo é *sine quae non conditio* para a ação ser desencadeada pelo agente. Embora seja determinante não é, todavia, suficiente, pois a ação pode exigir permissão. Ser bom para o grupo é uma condição necessária e suplementar. Satisfeitas ambas as condições, a ação é otimizadora dos interesses individual e social.

Uma estratégia evolutivamente estável, ou (EEE), é definida como uma estratégia que ao ser adotada pela maioria dos membros de uma população, não pode ser superada por uma estratégia alternativa. Estamos diante de uma ideia importante e sutil. Também se pode dizer que a melhor estratégia para um indivíduo depende daquilo que faz a maior parte da população a que ele pertence. Tendo em vista que o restante da população consiste em indivíduos que estão, cada um deles, tentando maximizar o próprio sucesso, a única estratégia a persistir será aquela que, uma vez desenvolvida, não poderá ser superada por nenhum indivíduo divergente. [...].(DAWKINS, 2007, 143).

A ordem é alcançada porque beneficia tanto o grupo como o indivíduo de modo que o que o indivíduo faz reflete no grupo e daí a institucionalização e o que o grupo faz, reflete no indivíduo, daí o interesse em pertencimento. Em outras palavras: o indivíduo se vale do grupo para alcançar seus próprios objetivos e, como estes se identificam ou se harmonizam com os propósitos do grupo, a sociedade não só o deixa agir, mas pode até mesmo estimular seu comportamento. O comportamento econômico é do indivíduo, mas ele o leva para sua vida social. Em sociedade, eleitas as necessidades podem ser elegidos os bens e serviços a serem obtidos e a forma como serão produzidos. Isso não necessariamente vai se coadunar com a busca individual pelo melhor para si por parte de cada indivíduo. Smith (1985) admitia o interesse social como resultado da ação individual. No entanto nem sempre ações individuais racionais maximizadoras de bem-estar conduzem ao bem comum.

Para Tocqueville (1987) a busca pela satisfação do auto interesse reforça-se na busca pelo interesse comum. O auto interesse que preexiste potencialmente pode ser atualizado pelo interesse da sociedade. No interesse bem compreendido (TOCQUEVILLE, 1987) o bem-estar coletivo é pré condição para o bem-estar individual. A ação do indivíduo em defender os interesses coletivos é a ação que otimiza a defesa de seu auto interesse. A sociedade precisa sancionar a busca individual pelo interesse e faz isso balizada pelo que é melhor para o coletivo de modo a formar um contraste entre o que o indivíduo quer fazer e o que a ele está permitido fazer. Da busca pelo melhor para o indivíduo e da busca do melhor para a sociedade constrói-se o bem-estar da sociedade preservando-se o auto interesse individual. Ao Estado cabe zelar pela justiça através da lei. Portanto, agir à margem da lei é imoral pois é desobediência à vontade de Deus. No caso de ter-se um código de coexistência injusto porque imoral os resultados são cristalizados em leis que reduzem o bem-estar da sociedade.

3. JUSTIÇA COMO UM PRODUTO

A justiça é considerada um bem, ou seja, constitui-se em fator importante para o bem-estar humano. Sendo um bem, conclui-se que possa ser construído, ou seja, produzido a partir do uso de recursos e seus usos alternativos. Deve, portanto, ter um agente ofertante e um agente destinatário.

Pelo lado da demanda poderia parecer à primeira vista que todos os homens desejam a justiça e que, por sua vez, nem todos a obtenham. Porém a experiência demonstra que não é assim. Se justiça está vinculada à retribuição, então, o interesse próprio faz desejável a recompensa positiva devida e, ao mesmo tempo, faz indesejáveis a punição e o castigo, as recompensas negativas igualmente devidas. Por outro lado, recompensas positivas indevidas soem ser aceitas generalizadamente entre humanos. Assim, o cálculo econômico torna os homens zelosos pelos seus direitos e indulgentes com seus deveres enquanto com relação aos outros, cínicos dos deveres e reticentes quanto aos direitos. O homem quer a justiça quando esta o beneficia, mas aceita a injustiça quando esta, igualmente, o favorece. O homem

chega mesmo a não desejar a justiça e sim, a injustiça dependendo de qual delas otimiza seu interesse próprio.

Se o indivíduo sofre uma injustiça e esta o beneficia, ele não só tende a aceitar como também, desejá-la; se ele recebe uma injustiça e esta não o maleficia, ele aceita/é indiferente; se ele comete uma injustiça e a correção desta trazer ônus para ele (custos e/ou punição/castigo), ele não vai desejar que a justiça prevaleça; se ele cometer uma injustiça e isto o favorecer, ele deseja a injustiça; se a justiça aos outros lhe trazer ônus, ele tende a não desejá-la; se a justiça aos outros não lhe trazer ônus, ele pode ser indiferente ou até desejá-la. Mas, para além deste aspecto, é forçoso constatar que a justiça não é uma necessidade para todos os homens indistintamente. Há aqueles que simplesmente não são sensibilizados por motivos morais ou éticos e a questão da justiça se torna um instrumento para servir à demagogia e hipocrisia para defesa de seus interesses e/ou um limite a ser transposto quando for compensador. Entre os homens há também os que buscam a justiça para si, para os outros e para a sociedade, mesmo em detrimento de seus próprios interesses pessoais. Esses são os que têm fome e sede de justiça.

TABELA 1 - O INDIVÍDUO DIANTE DA JUSTIÇA E DA INJUSTIÇA

	Perpetrar a injustiça	Receber a injustiça	Prevalência da justiça aos outros	Prevalência da injustiça	Receber justiça
Com ônus próprio	É contra	É contra	É contra	É contra	É contra
Sem ônus próprio	Pode ser indiferente	Pode ser indiferente	Pode ser a favor	Pode ser contra	Pode ser indiferente
Com incentivo*	A favor	A favor	A favor	A favor	A favor
Com estímulo**	A favor	A favor	A favor	A favor	A favor

** Integridade e senso de justiça;*

*** Exemplos: promessa e/ou recompensa positiva, dinheiro, delação premiada...*

Fonte: Produção do autor.

O incentivo é um dos pilares da ação econômica. Incentivo é a expectativa de ganho líquido ou incremento no bem-estar através da realização da ação. O estímulo, por outro lado, é um acréscimo acima do preconizado pelo incentivo. A tabela anterior resume o comportamento humano diante da justiça e, portanto, da injustiça. Um forte sentimento moral poderia mudar o que é constatado na primeira linha, ou seja, tornar o indivíduo

disposto a pagar qualquer preço para que a justiça prevalecesse. No geral, na ausência desse sentimento – e, considerando-se que a justiça como princípio não é uma tendência a todo ser humano – o cálculo econômico prevalece tanto em relação ao senso de justiça quanto em relação à sensibilidade diante das injustiças. Em linhas gerais, isto forma o primeiro eixo do que constitui a demanda, ou seja, a necessidade. Se a justiça está vinculada à retribuição, pelo menos em alguma medida está diretamente condicionada à capacidade efetiva de reivindicar a retribuição e de evitar o pagamento de um ônus indevidamente transferido. Por isso, a justiça tende a ser um produto mais consumido por aqueles que têm renda mais alta e menos consumido por aqueles que detêm rendas mais baixas. Ou seja: enquanto os mais abastados têm melhores condições de exigir e fazer valer seus direitos quanto a recompensas positivas os menos afortunados têm maiores dificuldades nesta tarefa bem como na de evitar receber o ônus a si indevido por ações alheias.

Assim como a justiça é um bem econômico, também a injustiça, igualmente é um produto. Os ricos consomem mais justiça, naquilo que os beneficia (receber recompensa positiva e evitar punições) e consomem também mais injustiça naquilo que maximiza seu interesse próprio (fugir da devida retribuição negativa e amealhar vantagens e ganhos indevidos). Já os pobres consomem menos justiça pois não podem exigir as recompensas positivas com a mesma força dos mais abastados e nem resistir a que lhes imputem os custos das ações dos outros. Tampouco conseguem consumir mais injustiça do tipo que maximiza seus interesses, ou seja, fugir das penalidades e/ou transferi-las para terceiros. Neste sentido, a justiça tende a se comportar como um bem superior. Sua demanda varia no mesmo sentido da variação da renda. Por isso, quanto mais a sociedade for assimétrica com relação à renda (concentração e extensão) e quanto mais corrupta for a sociedade, mais a justiça se identifica com os interesses dominantes. A justiça não é um bem de consumo saciado, pois a sociedade não a consome à exaustão de modo que mais justiça não modifique seu nível de bem-estar. No entanto, os mais bem aquinhoados podem mesmo chegar a não mais desejá-la e sim, à injustiça, posto que esta pode lhes servir melhor (corrupção da justiça).

Pelo lado da oferta à primeira vista poderia parecer que porque existe um centro produtor de serviço de justiça (monopólio estatal⁵¹); que este centro trabalha e produz um bem que deve ser distribuído gratuitamente a todos (todos têm direito à justiça); que um demandante não possa ser excluído da oferta do serviço (negação do Princípio da Exclusão) e que o fato de um consumidor utilizar-se da justiça não impede outro também de usufruir dela simultaneamente (negação do Princípio do Consumo Rival), esses elementos todos caracterizariam a justiça – e o serviço de justiça – como um bem público. Um bem público encontra mais dificuldades em ser produzido pelo mercado e seu objetivo de lucro pois não pode fracionar a oferta e tampouco excluir os não pagadores. Porém, nada mais longe da realidade do que tais impressões superficiais sobre a justiça. O serviço de justiça sofre racionamento cujo aspecto mais visível e quantificável é a existência de filas, ou seja, tribunais entulhados de processos. A outra face é a dificuldade de acesso efetivo ao serviço devido aos custos operacionais (honorários advocatícios). Neste mercado, também são altos os custos de transação através de tratamentos formais, comportamentos exigidos, ambiente intimidatório etc.

Portanto, a rigor, existe sim o consumo rival da justiça, não só porque a produção é muito menor do que a demanda de modo que os que estão usufruindo do serviço impedem os demais de também fazê-lo (uma dificuldade técnica ou operacional solucionável, entretanto, por maior produção) mas sobretudo porque além do acesso limitado ao serviço, aqueles de menor poder aquisitivo podem efetivamente ficar sem o produto (a justiça) por decisões não só injustas (corrupção por desvio do serviço de justiça) mas também pelo simples fato do acesso não ter existido ou não ter sido suficientemente qualificado (uma defesa menos eficiente da causa pelos advogados ou defensores públicos). Assim, o serviço de justiça (que produz a decisão justa) é um bem privado: consumidores não somente podem ser excluídos por falta do devido pagamento exigido (Princípio da Exclusão) como também o fato de um consumidor estar utilizando o serviço impedir outro de usufruí-lo simultaneamente (Princípio do Consumo Rival). A experiência não demonstra que um consumidor

⁵¹ Posteriormente relaxaremos esse pressuposto para fins de argumentação em sentido contrário.

sem razão, mas com mais dinheiro pode ter uma sentença favorável aos seus interesses? Ou que uma pessoa possa ter seus direitos cerceados por não conseguir defendê-los eficientemente, muitas vezes, sequer tendo oportunidade de acesso às instâncias de decisão (sistema judiciário)? Quanto à corrupção, basta-nos lembrar que, decisões podem ser realizadas à revelia da lei por seus agentes e as próprias regras podem ser degeneradas para defender interesses que seriam considerados injustos diante de uma justiça reta.

Dessa forma, isso tudo caracteriza a justiça como um bem privado produzido majoritariamente pelo setor público o que implica, além de tudo, desvio de recursos pois a apropriação do produto não é generalizada e sim, elitizada. Quanto às elasticidades do produto serviço de justiça, já observamos quanto ao comportamento da quantidade demandada em relação às variações de preço que se trata de um produto elástico: muito provavelmente a redução dos custos de acesso ao sistema judiciário (inclusive o custo de conveniência, a fila e trâmites burocráticos e não só a redução de gastos com honorários advocatícios) elevaria a demanda em uma resposta ampliada. Da mesma forma a elevação de preços (e demais dificuldades) reduziria a demanda percentualmente para além da elevação das restrições. Que mais podemos aventar sobre o assunto? Primeiramente, trata-se de “aventar”, pois não temos dados/informações empíricas para discorrer com base na realidade empiricamente mensurada. No entanto, tais inferências são perceptíveis pelo senso comum. O que poderia indicar uma tal conclusão, ou seja, construir a argumentação da razão da elasticidade-preço da demanda? Quatro fatores são geralmente invocados para a discussão da elasticidade-preço da demanda de um produto: Existência de bens substitutos; Número de utilizações (número de funções); Relação entre preço do produto e poder aquisitivo do consumidor; Localização do preço de mercado na curva de demanda. Aqui, incluiremos ainda a dimensão temporal, lapso de tempo transcorrido.

3.1 JUSTIÇA E BENS SUBSTITUTOS

Para sabermos se a justiça tem bens substitutos (e quais seriam estes) é importante saber qual a função, ou seja, qual necessidade a justiça satisfaz. O que os consumidores da justiça esperam encontrar para suas vidas? Em um modelo ideal que nos serve de parâmetro para contraste com as condições reinantes na vida material, se toda e qualquer ação fosse justa, o sistema adotaria uma dinâmica tal que prescindiria do Direito pois regras, leis, instituições seriam desnecessárias uma vez que por si só, a ordem e a estabilidade seriam determinadas pela moralidade. Um comportamento justo implica ações individuais previsíveis e relações sociais estáveis e, portanto, em nível sistêmico, a justiça eleva o bem-estar. Diametralmente oposto é o caos, a desordem onde a previsibilidade das ações e, portanto, a estabilidade das interações é muito baixa. A desorganização do sistema é, acima de tudo, injusta pois cada um pode fazer conforme parecer bem aos seus próprios olhos e segundo suas condições de se fazer impor. O que não significa que a estabilidade seja, por sua vez, necessariamente justa.

Desta maneira, se toda e qualquer ação fosse reta, evidentemente que o comportamento estratégico seria eliminado dado não existir a intenção de obter ganho através da manipulação das informações. No entanto, se todas as ações fossem justas a maximização do bem-estar seria otimizada, até porque não se trataria somente de bem-estar material econômico. Porém, deve-se notar que essa situação seja, na prática, impossível. O mundo jaz no maligno e os pés do Homem buscam continuamente o caminho do mal. Nota-se, todavia, em qualquer situação, a existência do cálculo econômico. As ações são justas e o cálculo econômico é pré-determinado (o resultado é a justiça da ação) ou as relações podem ser ou não justas e se utiliza o cálculo econômico segundo as variáveis e valores dos agentes. Dada a existência de ações não retas seu corolário é o uso do cálculo econômico aberto, ou seja, sujeito à não maximização. Assim, o serviço da justiça eleva o bem-estar das pessoas não só porque o rebaixamento ou a interrupção do nível de satisfação é cessado e se retorna ao bem-estar anterior como há também a satisfação de se saber que aquilo que estava errado foi corrigido. Este último caso cobre também a noção de justiça como equidade: se é errado

peças viverem fora de condições consideradas dignas pela sociedade então é uma questão de justiça reduzir tais disparidades na sociedade. Essa é a noção humanitária do estado do bem-estar social, independentemente de este ter sido apropriado para fins políticos e ideológicos. Trata-se, no entanto, de um deslocamento da caridade como dever pessoal. No entanto, devemos considerar também que:

1. Ações que negam a justiça, ou seja, ações que não são retas podem elevar o bem-estar material. Fazer o que não é permitido pelas regras pode compensar.
2. Além disso, com uma *noção de certo e errado construída com base numa convenção social*, nem todas as pessoas necessariamente participam com a mesma intensidade deste acordo e, em consequência, nem todos partilham deste sentimento reconfortante pela coisa certa ter sido feita. Principalmente diante da forte influência que a noção de que seja certo buscar otimizar o próprio bem-estar e, portanto, seja justo. O Homem confunde ser bom, correto, certo ou justo com favorável ao seu bem-estar próprio ou seu auto interesse. Esse desvio oportunista ocorre, às vezes, inconsciente e sub-repticiamente. Essa confusão ocorre dada à corrupção total da natureza humana (Pecado Original) e a consequente substituição de Deus pelo Homem como medida do próprio Homem. Com isso, ser bom não mais coincide com ser reto aos olhos de Deus e sim, ser favorável ao indivíduo aos seus próprios olhos.
3. Ações retas podem trazer perda de bem-estar material econômico para a pessoa pois implica custos (levar sua cruz) que pode ainda ser exponenciado pelas repercussões sociais, notadamente os diretamente afetados por essa redução de bem-estar tais como familiares e dependentes (deixe os mortos enterrarem seus

mortos).

4. O sentimento de gratidão não é universal enquanto o sentimento de vingança parece bem mais disseminado o que torna mais plausível uma recompensa negativa ou seu desejo do que uma recompensa positiva.

Assim, em nesses casos, a própria injustiça pode ser considerada como um bem substituto da justiça. Justiça pode ser para o indivíduo simplesmente buscar elevar o seu próprio bem-estar, mesmo sem respeitar preceitos morais absolutos. Uma tal pessoa não teria dificuldades em conviver com situações antiéticas ou imorais, simplesmente por não as levar em consideração. Dawkins, discutindo sobre o estado do bem-estar social o rotula como provavelmente o maior sistema altruísta do reino animal. Nele, pais podem ter qualquer número de filhos mesmo sem condições de sustentá-los pois o resto da população assume a responsabilidade. Mas adverte que “todo sistema altruísta é inerentemente instável, pois se expõe ao abuso por parte dos indivíduos egoístas, sempre dispostos a explorá-lo” (DAWKINS, 2007, 218). Assim, a injustiça - segundo a concepção de moral com base em uma convenção social - pode também elevar o bem-estar como nos exemplos de recebimento uma benesse à qual não se faz jus, transferência de ônus para outrem e *welfare state*. O mesmo ocorre quando uma noção difusa de moralidade pode ser aplicável como por exemplo na deturpação da noção de retribuição como sendo pagar na mesma moeda, ou seja, praticar a injustiça quando se recebe a injustiça. Alega-se, assim, que seja justo tratar com injustiça àquele que é injusto, ou seja, retribuir na mesma medida. Segundo esse pensamento, isto está de acordo com a recompensa devida, o merecimento de acordo com a ação e seu mérito. Deve-se notar, todavia, que justiça é o caminho da retidão e, portanto, somente está vinculada ao Princípio da Verdade e do que é correto moralmente. Assim, não depende de quem, quando, porque ou de onde e com quem etc. Todos merecem justiça. Os perpetradores

de injustiça merecem justiça e isso é o que devem receber. Na justiça há restauração, punição, castigo e reparação⁵²

Em termos seculares, a justiça traz a sensação de alívio e bem-estar e contribui para com o aspecto de elevação do bem-estar econômico material em si. Mas tanto a sublimação da frustração quanto a aceitação da impotência substitutos mais populares/generalizados do perdão podem trazer o mesmo sentimento ao ser humano. Outro substituto da justiça é a vingança. A injustiça pode não ser corrigida, mas o perpetrador recebe a retribuição, a remuneração devida por seus atos. Embora não se possa afirmar categoricamente que seja verdade que todas as pessoas tenham a mesma propensão a considerar a injustiça, a aceitação da impotência e a vingança como bens substitutos da justiça - vale enfatizar que, quanto mais difícil o acesso ao serviço da justiça, mais prováveis se tornam o uso destes elementos como seus substitutos. Além disso, se de imediato tais bens não parecem ser substitutos da justiça, conforme transcorre o tempo sem a concretização desta e/ou diante da perspectiva de sua não concretização mais estes elementos se tornam substitutos próximos da justiça. E um bem com substitutos próximos e acessíveis tende a apresentar uma elasticidade-preço da demanda elástica. Como é o caso da justiça.

3.2 JUSTIÇA E NÚMERO DE UTILIZAÇÕES (FUNÇÕES OU USOS)

Pode ainda ser argumentado sobre os usos alternativos da justiça, ou seja, quais funções ela cumpre enquanto produto: A redução da incerteza pela previsibilidade das ações e estabilidade das relações; a correção da perda/interrupção do bem-estar e a eventual normalização da situação (inclusive com indenização ou bônus); o sentimento de satisfação pela correção do que é

⁵² *Misericórdia pode neutralizar no todo ou em parte essas consequências e exigências, mas nesse caso, não se trata mais da justiça em si. A misericórdia anula as exigências de consequências e cessa os efeitos da justiça pois age tornando nula a existência da injustiça para efeitos legais. Ela não ocorreu. O perdão, em termos humanos, identifica-se como a misericórdia em termos jurídicos, mas também age de modo distinto: não cancela a existência da injustiça, expõe o transgressor às consequências advindas do ato mas o libera da punição, do castigo e outros elementos da justiça.*

errado/injusto; a satisfação de que tal correção/restauração implique punição/castigo aos responsáveis; a satisfação pela realização do que é justo/correto mesmo que apenas pelo ponto de vista ético (convenção); a equidade como um valor em si... todos esses aspectos são concretizados pela justiça. Assim, a justiça não é recebida pelos consumidores como um produto de uma única função, mas, sim, um produto multifuncional. A multifuncionalidade de um produto tende a indicar uma elasticidade-preço da demanda de tipo elástico. Neste sentido, a passagem do tempo contribui para reforçar tal perfil, pois os usos alternativos vão se reforçando mutuamente e pode ocorrer inclusive uma sublimação sob a hegemonia de um elemento antes substituto imperfeito.

3.2.1 Preço da justiça vs poder aquisitivo do consumidor

O preço da justiça inclui os custos com o acesso ao sistema judiciário e, portanto, não só honorários advocatícios, mas também custos de inconveniência e de transação (filas, difícil acesso, morosidade nos tribunais, serviços racionados, mercado paralelo, perspectiva de menor qualidade no serviço prestado, aversão natural ao sistema judiciário etc). Tais custos costumam ser muito altos e como exigem remuneração, elevam o preço da justiça. Assim, em qualquer sociedade capitalista contemporânea, devido à sua complexidade social, o preço da justiça é significativo em contraste com a renda da maioria das pessoas. Como a relação preço do serviço da justiça vs poder aquisitivo dos consumidores é alta, tal característica ajuda a construir uma elasticidade-preço da demanda elástica para a justiça. A passagem do tempo aproxima a necessidade (desconto hiperbólico) e reforça tal elasticidade, pois o transcurso do tempo eleva os custos de inconveniência e de transação, portanto, o preço pago pelo produto.

3.2.2 Preço de mercado da justiça na curva de demanda

Embora seja somente uma inferência e exija, portanto, observação empírica, ainda assim é razoável supor que o preço de mercado da justiça pertença à zona elástica da curva de demanda, ou seja, se situe em condições gerais (*ceteris paribus* a condição de

economia capitalista contemporânea complexa), na faixa de preços mais altos e de quantidades/tempo mais baixas da curva de mercado. Isso porque os custos de produção, os custos de transação e o excesso de demanda sobre a oferta contribuem para uma tal condição. Nesse sentido, baixar os preços ou aumentar o poder aquisitivo ao facilitar o acesso elevaria a quantidade demandada no gráfico em uma variação superior à redução de preços.

3.2.3 Elasticidade-preço da oferta de justiça

Como há um excesso de demanda sobre a oferta (e demais condições de mercado) os preços de mercado tendem a ser mais elevados do que seriam em uma economia de livre mercado não só por parte da iniciativa privada e sua busca por honorários advocatícios, mas também por parte do setor público com seus custos de inconveniência e de transação. Na iniciativa privada o excesso de demanda sobre a oferta age naturalmente como fator de elevação de preços. No setor público o excesso de demanda influencia o sobre trabalho dos agentes envolvidos e, além de estimular a corrupção e demais formas de elevação de ganhos, dissemina a sensação de necessidade de melhor remuneração, melhores condições de trabalho etc. Assim, a ampliação da oferta dá-se com a atração de novos investimentos motivados, primariamente, pela existência de lucro econômico. Trata-se não somente de um segmento altamente rentável e que detém alto status social, mas que reproduz sua dinâmica de mercado concentrado apesar da entrada de novos ofertantes. Este é um sistema que se autoalimenta distorcendo sua própria dinâmica original (e com ela, sua razão de ser, operando somente como de mercado de produtos) e ainda fomenta mercados paralelos de substitutos e complementares. Isso, evidentemente, por burocracia e privilégios originados da intervenção governamental. A construção da justiça pode ser o discurso da sociedade, mas as evidências mostram que o viver é injusto e trilha sempre os mesmos caminhos.

As forças de mercado dariam cabo da tarefa de tornar a vida mais justa, pelo menos dentro dos limites da justiça dos homens com a caridade indo até onde o mercado não pode ir

devido à sua natureza. Todavia, o mercado jamais será um livre mercado. O Homem é injusto e o mecanismo de mercado não constrói sequer a justiça humana: as autoridades (Dt 17:14; 1Sm 8:5-20) e os caronistas tiram proveito das próprias injustiças (DAWKINS, 2007). Se há uma moral humana a ser extraída de tudo isso, é a de que devemos ensinar o altruísmo aos nossos filhos, pois não podemos esperar que ele faça parte de sua natureza biológica (DAWKINS, 2007, 251). Ou simplesmente, o mundo jaz no maligno. Não se trata de defender o mercado apenas por defender o mercado. Trata-se, antes do reconhecimento do fato de que o melhor juiz de suas preferências é o próprio indivíduo e não um prefeito local, um governador de estado ou um presidente da nação. E ainda menos juízes e legisladores.

3.3 JUSTIÇA E LIBERDADE

Justiça é agir com retidão e na sociedade, a retidão é definida pela moralidade individual levada à ética social. O bem coletivo não acima, mas a partir do bem do indivíduo. Assim, segundo a lei, quanto mais amplos forem os direitos, ou seja, menos intrusiva a legislação, então mais justa é a justiça. Sim, pois pode haver uma justiça injusta, ou seja, quando a lei permite que o mal seja perpetrado. Neste sentido, quanto mais democrática a sociedade, mais justa ela tende a ser. Pois se o povo governa a liberdade é exponenciada pela minimização da legislação sobre o comportamento individual. Isso porque, sendo o indivíduo o melhor juiz do seu próprio interesse, ele pode expressar sua função bem-estar e, embora possa existir um certo balanceamento/contraste para com todos os demais, ainda assim, o grau de liberdade é maior do que em outros regimes. Para além deste aspecto, também há outra variável a se considerar: em uma sociedade democrática, a expressão dos direitos tende a ser homogênea, ou seja, todos serem iguais diante da lei. Esse equilíbrio no tratamento também constitui traço fundamental da justiça. Aqui reside também a importância fundamental que a liberdade tem para o ser humano. Ela constitui-se na base da qualidade de todas as ações do indivíduo e expressa-se na busca da melhoria de seu bem-estar. Por isso, é injusto quando, dentro do império da lei, uma pessoa não possa exercer os direitos que lhe são devidos e, assim, ter seu bem-estar ou a busca deste

ameaçados ou reduzidos de fato. Em outras palavras, a justiça é passível de ser buscada porque existe liberdade para empreender tal busca.

CONCLUSÃO

Deus criou o Homem e o colocou em uma posição justa diante dEle. Todas as forças internas do Homem o levavam a estar nesta posição de equilíbrio. Uma força externa tirou o Homem, toda a criação material bem como parte da criação espiritual desta posição e assim causou-lhes dano. O Homem foi criado reto, mas buscou muitas astúcias (BÍBLIA SAGRADA, Ec. 7: 29). O novo equilíbrio alcançado foi pior do que o original, muito embora a expectativa humana fosse o contrário pois esperava-se ser como Deus. Esta nova situação, para retornar à situação inicial exige:

Correção: cessação do malfeito;

Restauração: o desfrute, mais uma vez, do mesmo nível de bem-estar inicial. O Homem necessariamente deveria retornar às condições do equilíbrio original;

Reparação: a situação precisaria receber uma força (movimento) para levá-la de volta à condição original;

Responsabilização: os envolvidos precisam receber uma ação de acordo com sua participação (e autoridade/responsabilidade) para serem recompensados segundo suas ações, ou seja, a retribuição devida;

Punição: aos ofensores cabe a recompensa negativa devida;

Castigo: um expediente didático-pedagógico para o ensino da Justiça a todos os envolvidos.

Estas exigências de Deus segundo Sua justiça. A injustiça aborrece a Deus. O Homem e sequer diabo poderiam reparar a ofensa a Deus. Além disso, caído, o Homem não mais desejava a restauração ao equilíbrio anterior, desmanchar o que foi feito. Somente Deus pode reparar a situação e restaurar ao Homem a condição perdida. E somente Deus está em condições de retribuir a cada envolvido segundo a sua ação. A ofensa ao Deus Todo-poderoso o pecado, o desvio de Sua Vontade tem como retribuição, segundo Sua própria quantificação, a danação eterna e existência no inferno. A Justiça expressou-se assim nestes elementos e o sacrifício autoimposto de Jesus Cristo, o Filho de Deus propiciou a santa ira de Deus e tornou novamente o Homem justo diante de Deus. Assim, a justiça é tanto uma condição, ou seja, a liberdade de viver a situação em seu respectivo nível de bem-estar quanto a própria expressão dos processos e seus desdobramentos que retornam uma situação a uma tal condição original de melhor bem-estar, o que seria mais próprio ser chamado fazer justiça. Deus criou o Homem e deu-lhe uma condição. A criação não foi um ato de justiça e sim, de amor. A posição da criação, entretanto, era uma posição justa no sentido de que, se Deus a criou e determinou todas as suas condições de existência, tudo o que lhe era intrínseco era justo pois inerentemente a constituía.

O homem mundano vive em uma realidade material e na qual a medida do social é o próprio ser humano, logo, lhe é relativamente fácil entender justiça como retribuição, inclusive, no aspecto compensatório, ou seja, qualquer ação que ajude aos outros deve ser recompensada. Ser honesto, ou seja, fazer o que se exige ser feito deveria bastar. O Homem inventou para além da recompensa negativa justa oriunda do poder condigno também a recompensa positiva justa ou poder compensatório. A recompensa positiva por ações que elevam o bem-estar e/ou contribuem para o interesse de outrem, ou seja, uma retribuição expressa como remuneração, uma contrapartida, que na maioria das vezes, é a base da troca de mercadorias e recursos. É um dos princípios que levaram à adoção do dinheiro. Mas para Deus, a ação reta não é mais que obrigação, simplesmente o que é exigido e, portanto, não admite recompensa (BÍBLIA, Lc 17:10).

Com relação à justiça, o Homem foi obrigado a adaptá-la às suas reais condições, ou seja, circunscrevê-la às suas próprias limitações. Por isto, desde sua gênese, a justiça dos homens é limitada. Porém a parcialidade da justiça embora decorrente da condição de limitação humana pode ser exponenciada por ação intencional. Além da reprodução da própria limitação na produção da justiça, o Homem desenvolveu duas variantes de recompensa positiva e a noção de que todos os homens deveriam desfrutar de um nível de bem-estar, pelo menos em um patamar mínimo para assegurar sua dignidade. Isso, no entanto, não através da prática da caridade, mas sim pela ação do governo.

Justiça tem a ver com liberdade. A liberdade de poder gozar tudo o que lhe é devido por direito. Isso, desde que os direitos e respectivos deveres sejam originados em uma lei ética e moral. É justo que cada um usufrua daquilo sobre o qual tem prerrogativa. Saindo-se disto, há a injustiça. A justiça é, portanto, também o restabelecimento da situação inicial. E, num sistema de merecimento, o perpetrador do mal merece punição/castigo. Na prática, com a ampliação da noção dos direitos, a liberdade para usufruir destes direitos outorgados/conferidos/reconhecidos/conquistados foi também expandida e, com isso, a justiça alcançou um patamar distinto. Contrastada com a justiça que imperava, por exemplo, nos feudos medievais, a justiça das sociedades modernas democráticas é expressivamente mais justa. No entanto, a mesma ameaça paira sobre a justiça contemporânea: centralização de poder.

Se todos os homens são iguais, todos têm direitos e é justo que indivíduos e seus grupos usufruam desses direitos. Se todos têm direito a uma vida digna em condições econômicas, então a desigualdade social econômica, a falta de equidade, é uma injustiça e a sua correção promoção da equidade, constitui-se em justiça. Junta-se assim, a noção de justiça quando aplicada ao indivíduo à noção quando aplicada ao coletivo. Da justiça individual à justiça social. Da justiça como expressão da moral para a justiça como expressão de monopólio estatal e concessão a uma classe e interesses organizados. Dado que a injustiça é uma ação fora do caminho reto, que traz vantagens indevidas e pode ou não acarretar danos a terceiros, seu tratamento exige uma ação corretiva e restauradora, ou seja, frear o andamento da ação

incorreta e restabelecer o estado de equilíbrio anterior à sua ocorrência com cada agente possuindo o seu próprio e respectivo nível de bem-estar. Restabelecer o *status* anterior do sistema exige redistribuir o bem-estar de modo a reduzi-lo de quem teve vantagens indevidas e elevar de quem foi injustiçado. Deve-se, portanto, reduzir o bem-estar do transgressor através de uma punição para além de seus ganhos. Ao mesmo tempo deve-se aplicar um aspecto corretivo – didático-pedagógico – não só para educar o transgressor, mas também servir de advertência aos demais possíveis infratores. Essa é a base do castigo, um complemento da punição, igualmente redutor do bem-estar, mas de natureza distinta. A punição visa fazer pagar-se o mal feito; o castigo visa educar o transgressor e a sociedade de modo a garantir o respeito à lei.

A mesma ação restauradora deve abranger também um componente indenizatório, ou seja, no sentido de promover uma reparação à parte atingida. Não basta reduzir o bem-estar do infrator. Não basta restituir o bem-estar da vítima ao patamar anterior. É preciso elevar o bem-estar do injustiçado pelo exato motivo de que foi atingido por uma injustiça. Assim, deve-se extrair o ganho perpetrado pelo transgressor e reduzir seu próprio estado de bem-estar anterior à sua ação. Esses montantes devem ser repassados à vítima. Ao final, o transgressor terá seu estado de bem-estar original reduzido e a vítima, seu estado de bem-estar elevado em relação aos seus anteriores e respectivos níveis pessoais. Nesse sentido é interessante notar que a natureza do Homem é tal que a punição do culpado – fazê-lo pagar pelo que fez – faz parte da elevação do bem-estar da vítima. Ao transgredir a regra o perpetrador da injustiça auferiu ganhos indevidos, ou seja, sua ação trouxe-lhe uma recompensa positiva que elevou seu bem-estar e reduziu o de outrem. Agora a punição é a recompensa negativa a que ele faz jus por ter auferido vantagem de maneira ilícita.

Deus criou o Homem reto...

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Claudionor Correa de. **Dicionário Teológico**. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- ERICKSON, Millard J. **Dicionário Popular de Teologia**. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.
- GALIANI, Ferdinando. **Da moeda**. São Paulo: Musa Editora; Curitiba: Segesta, 2000.
- GIANNETTI, E. **O valor do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- HENRY, Carl (org). **Dicionário de Ética Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- HUME, David. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2009.
- JEVONS, S. **Resumo de economia política**. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Federação, 1887.
- MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MILL, John Stuart. **Da definição de Economia Política e do método de investigação próprio a ela**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores, XXXIV)
- NORTH, Douglass. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México (D. F.): Fondo de Cultura Económica, 2001.
- STRONG, JAMES. **Nueva concordancia strong exhaustiva de la Bíblia**. EE. UU.: Editorial Caribe, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



O CRISTÃO E A ÉTICA: COTIDIANO DESAFIADOR E TENTADOR

*THE CHRISTIAN AND ETHICS:
A CHALLENGING AND TEMPTING EVERYDAY*

*Roberto Vilmar Satur⁵³
Francisco Alves dos Santos⁵⁴*

⁵³ Pós-Doutor em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto. Doutor em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB, Brasil), revalidado em Portugal. Mestre em Economia (UFPB). Especialista em Comércio Exterior e Bacharel em Economia (UNIJUI). Bacharel em Administração (URI). Professor do Departamento de Mediações Interculturais (DMI) do CCHLA e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendentes (MPGOA) da UFPB (Brasil). Contato: robertosatur@yahoo.com.br

⁵⁴ Graduado em Teologia com Concentração em Missiologia pelo Instituto Bíblico Betel Brasileiro João Pessoa-PB). Bacharel em teologia pela FATIN/Faculdade de Teologia Integrada (Igarassu-PE). Capitão R/1 (veterano) do Exército Brasileiro.

RESUMO

Ser ético não deveria ser uma obrigação ou uma exigência ao ser humano, mas uma conduta naturalmente praticada. Como o ser humano, naturalmente, tende a não agir eticamente, essa exigência passou para “normal” através de normas, assim, espera-se que o ser humano haja eticamente. Para isso, a sociedade, as culturas, as religiões e os governos se desdobram em criar regras com códigos de conduta ética para o bom convívio social e assim garantir o bem comum a todos. Essas regras podem ser uma exigência cultura de convívio pela conservação dos usos e costumes daquele coletivo, ou pode ser estabelecido como exigência para poder pertencer (de pertencimento) e permanecer no grupo, ou pode ser mediante normas e leis estabelecidas pelos governos que incluem regras, estabelecem punições para quem as descumprir, julgam os atos de desobediência e executam as punições previstas em tais regras. O que se espera do cristão é que tenha uma conduta ética sem ser necessário nenhuma dessas outras exigências. Se isso não estiver acontecendo é por que tem algo errado na sua autodenominação de cristão e na sua prática dita cristã. Talvez apenas diz ser cristão sem o ser de fato. Talvez seja cristão apenas na aparência (reputação) e não na essência (caráter). Ser cristão é ter uma conduta ética acima da média, acima da exigida normalmente por regras estabelecidas pelos homens. Ser cristão é algo difícil e desafiador, especialmente nos tempos (do fim) que estão vivendo. Todavia, o cristão não tem direito de reivindicar uma vida com conduta próxima ao que “todo mundo faz”. É condição que ele seja diferenciado se de fato é cristão. O nível de exigência é superior e não é aceito padrão abaixo deste. Não é sugestão, é condição. São essas e outras reflexões que se faz nesse artigo.

PALAVRAS-CHAVE

Ética, religião, cristão, conduta ética, ética cristã.

ABSTRACT⁵⁵

Being ethical should not be an obligation or a requirement for human beings, but a behavior naturally practiced. Considering that human beings naturally tend not to act ethically, this requirement became "normal" through rules, thus, it is expected that human beings act ethically. For this purpose, society, cultures, religions and governments are deployed in creating rules with codes of ethical conduct for good social interaction to guarantee the common good for all. These rules may be a cultural requirement for the coexistence for the conservation of the uses and customs of that collective, or may be established as a requirement to be able to belong and remain in the group, or it may be through rules and laws established by governments that include rules and consequently punishment for those who break them, judge the acts of disobedience and carry out other types of punishment foreseen in such rules. What is expected from Christians is that they must have an ethical conduct without any of these other requirements being necessary. If this is not happening, it is because there is something wrong with the self-named Christian and the so-called Christian practice. Maybe the person just claims to be a Christian without actually being one. Perhaps one is a Christian only in appearance (reputation) and not in essence (character). To be a Christian is to have an ethical conduct above the average, above what is normally required by rules established by men. Being a Christian is difficult and challenging, especially in the (end) times that are being lived. However, the Christian has no right to claim a life with a type of conduct close to what "everybody does". One must be differentiated to be, in fact, a Christian. The level of requirements is higher and no standard below is accepted. It's not a suggestion, it's a condition. Thus, these and other reflections are considered in this paper.

KEYWORDS

Ethics, religion, christian, ethical conduct, christian ethics.

⁵⁵ *Nossos agradecimentos a professora Doutora Ana Carolina Vieira Bastos pela gentileza da revisão e colaboração conosco.*

INTRODUÇÃO

*"Tudo me é permitido, mas nem tudo convém"
(BÍBLIA, 1 Coríntios 6.12)*

Um cristão deve sempre buscar ser ético em tudo que faz. Mas um ser humano que busca ser ético não necessariamente é um cristão. Existem os que se dizem cristãos, que não tem conduta ética integral e, em muitos casos, nem são minimamente éticos. Existem os não cristãos que também não são éticos integral ou parcialmente. Visto dessa forma, parece que não faz muita diferença ser ou não cristão. Mas não é bem assim de fato e tentaremos explicar algumas diferenças cruciais no decorrer do processo.

Inicialmente, apresentaremos uma discussão mais ampla sobre ética e religião, sem entrar na conceituação detalhadas destas, tendo em vista isto já ter sido desenvolvido a exaustão na academia e na literatura; em um segundo momento, reflexiona-se como o cristão deve entender a ética e; por fim, apresenta-se alguns dos desafios de ser cristão e ético frente as tentações em tempos contemporâneos.

No entendimento teológico, pode-se dizer que a prática da ética cristã por um cristão é aprendida e colocada em prática a partir do momento em que o homem tem um encontro pessoal com Cristo, entendendo que é um ser pecador e que por isso necessita de um Salvador para livrá-lo da escravidão do pecado e ser perdoado. O pecado faz parte do ser humano que não pode, por si só, livrar-se dele. A pessoa precisa de ajuda espiritual para poder viver a vida que Deus planejou para a humanidade. E se viver essa vida, ele procurará sempre ter uma conduta ética cristã.

O estudo é qualitativo, a pesquisa é bibliográfica e o texto busca ser reflexivo.

1. ÉTICA E RELIGIÃO CAMINHAM LADO A LADO

A conduta ética está atrelada ao agir com prudência, algo refletido, um filtro seletivo sobre como proceder antes do agir em si, levando em conta sua índole, seus princípios e valores, também as regras e leis existentes e a moral que o cidadão segue por conta

da cultura que vive e pertence, com seus usos e costumes aceitos e difundidos.

O pertencimento é relevante nesse caso, afinal, as pessoas tendem a proceder com atitudes que demonstram que elas pertencem a tal grupo, sociedade, cultura, região, nação ou religião. Nesse local de pertencimento existem usos e costumes conhecidos, aceitos e difundidos entre o coletivo como uma espécie de bússola de conduta a se seguir.

Todavia, o ser humano é um “in-divíduo”. Parte dele (divíduo) divide com os outros, mas uma parte entende como particular e somente sua (“in”) e que quase sempre está em primeiro lugar, sendo a sua prioridade. Isso é bom e ruim. O individual é bom por que demonstra que ninguém é igual a ninguém, que cada um é um ser único. Mas também é ruim por que faz com que muitas vezes aflore o individualismo e com ele o egoísmo. Isso explica por que certas pessoas que convivem em um mesmo grupo, ou filhos dos mesmos pais, criados sob orientações e regras semelhantes, convivendo com as mesmas pessoas, cultura igual, usos e costumes conhecidos e difundidos no seu meio, acabam por ter comportamentos diferentes dos seus pares, fato que os leva a cometerem deslizes, delitos, crimes e etc.

A filosofia da ética discute, desde os gregos (e antes deles), como proceder para que o convívio social e com a natureza seja mais harmonioso, respeitoso e exitoso para o coletivo. É a chamada ética do bem. A prioridade é o todo e não o individual. Em cima disso se faz a reflexão de como deve ser esse convívio coletivo. É por isso que se diz que a ética é a filosofia, que a moral está mais voltada ao cotidiano. Que a ética aplicada é que permite as bases para se estabelecer códigos de conduta baseados na moral. Portanto, os códigos não são de ética e sim de conduta ética.

A religião e a ética, de alguma forma, caminharam juntas por séculos e milênios. Como afirma Gomes (2009, p. 147) “Historicamente, a ética sempre foi debatida e orientada pelas religiões e pelo exercício da razão”. Filosofia e religião na busca pelo bom convívio em sociedade. Inclusive na maioria das orientações religiosas existe um esforço para que seus seguidores promovam atitudes com alguns valores éticos relevantes e que são comuns entre todas as religiões: a busca pela verdade e pelo não

mentir, a honestidade e o não roubar, promover a caridade e a solidariedade, zelar pelo bom convívio no coletivo e etc. Não importa se o indivíduo segue a religião islâmica, alguma das diversas religiões de matriz africana, o budismo, o hinduísmo, o taoísmo, o xintoísmo, o confucionismo, o espiritismo, o judaísmo, ou cristianismo com suas diversas ramificações (católicos e seus movimentos internos praticantes ou não praticantes, anglicanos, evangélicos luteranos, metodistas, adventistas, congregacionais, presbiterianos, batistas, pentecostais, neopentecostais, etc.), sua denominação exigirá (ou orientará) ele a ter tais condutas éticas comuns. Esse indivíduo, de fato, seguir essas orientações já é outra realidade.

Afinal, muitos membros dessas religiões seguirão tais orientações rigorosamente, mas outros as quebrarão em parte ou integralmente. Alguns, ao quebrarem as regras, terão a consciência ou responsabilidade mínima de saírem de tais confissões religiosas, adotando outra orientação para si; outros serão expulsos por estas denominações; alguns se arrependerão e corrigirão os rumos de sua conduta; mas outros seguirão nelas como se nada de errado estivesse acontecendo consigo e sem demonstrar arrependimento, sem admitir e sem promover a correção de rumo, assim acabam “poluindo” e denegrindo a imagem da congregação/denominação e o ambiente em que vivem. Contribuem para que o conjunto daquele grupo seja difamado sem merecer. Afinal, para o restante da sociedade aquele indivíduo, por pertencer a determinado grupo, representa em seus atos, o comportamento geral deste grupo. Mesmo que se saiba (ou deveria se saber) que ter atitudes antiéticas nada tem a ver com a religião a que pertencem as pessoas, pois essas religiões não promovem e nem incentivam tais atitudes. Tem muito mais a ver com o individualismo da pessoa, com seu egoísmo, desobediência, ganância, pressa de querer ter o que não tem, busca desenfreada por sucesso, fama, dinheiro, notoriedade e etc. Mas isso não significa que devemos abandonar a ideia de códigos de conduta ética de convívio. Eles seguem necessários.

Como já dito, os códigos de conduta ética tinham base e alastramento, na maioria dos casos, inicialmente no teocentrismo. Embora há de se ressaltar que durante a “idade das trevas” e chegando praticamente até o século XX, boa parte do que se dizia

“ser a vontade de Deus” era muito mais à vontade de religiosos e reis dominantes. Eles tinham uma conduta antiética, pois usavam Deus como forma de conseguir o que queriam, mas colocavam Deus de lado para que eles ficassem no centro das atenções. Era muito mais uma visão egocentrista do que teocentrista. Isso explica, por exemplo, por que a escravidão de negros e os abusos de toda ordem dela decorrentes não foram condenados e nem desencorajados pela igreja dominante da época, nem a mortandade dos habitantes nativos americanos (índios) foi motivo de protestos por parte dos principais líderes religiosos europeus da época. Acabava sendo uma orientação da fé a serviço de governos e líderes religiosos dominantes e não uma orientação teocentrista. Tanto é verdade que, posteriormente, a igreja católica pediu perdão, admitindo seu erro.

Com o tratado da ONU (metade do século XX) surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diz-se que a partir daí a orientação ética muda sua centralidade para o que se chama de antropocentrismo. Ou seja, o ser humano como a base central da orientação para a conduta ética. Segundo Cortina (2009), ganha força a expressão de ética de mínimos e ética de máximos.

Todavia, independente da orientação central ser teocentrista ou antropocentrista, o fato é que a humanidade não conseguiu, até hoje, praticar um conjunto de conduta ética comum a todos e por todos. Mesmo que as orientações sejam boas, a conduta das pessoas segue sendo muito falha.

Também na perspectiva cristã, entende-se que as religiões (independente se intituladas como cristãs ou outras) não possuem o poder transformador para modificar o ser humano. Aliás, a religião pode acabar afastando o homem de Deus. O antropocentrismo e os outros diversos rituais também não têm o poder de garantir que o indivíduo atue dentro da sociedade com relacionamentos saudáveis a ponto de não haver prejuízos ao próximo.

A Bíblia, nos seus diversos livros, tem orientação de conduta ética que, se praticadas à risca, garantem o bom convívio entre as pessoas. O próprio livro de Provérbios de Salomão é praticamente um tratado de orientação para a conduta ética. Mas as pessoas, inclusive os cristãos, nem sempre leem periodicamente

essas orientações. Então, para tornar mais simples e não haver mais desculpas, Jesus, quando esteve aqui na terra, simplificou o principal código de conduta de ética que a humanidade já conheceu (os Dez Mandamentos), sintetizando estes na seguinte ordenança de conduta: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de todas as tuas forças. O segundo é: amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que estes”. (*BÍBLIA*, Marcos 12.30-31). Com isso, o código de conduta ética cristã ficou sendo direto, simplificado, mas rigoroso. Afinal, exige que Deus seja a prioridade e que o próximo seja tão importante quanto a si próprio. Em outras palavras, para você as outras pessoas têm que ser consideradas tanto quanto você se considera, sem exceção. Se você não deseja o mal para si mesmo, se não faz mal para si mesmo, se quer o melhor para si, tem que agir da mesma forma com os outros. A orientação aqui estabelecida não abre exceção.

Importante entender, como ponto de partida, que nem todos que pertencem a grupos, coletivos, culturas ou religiões exercitam o seu pertencimento. Muitas vezes o pertencer é de fachada, por conveniência, para conseguir algo para si em troca. É só aparência, sem profundidade. Não é um pertencimento de corpo e alma, não é verdadeiro na essência. Isso explica por que, apesar da maioria dos juízes serem corretos, honestos e éticos, existam alguns que não o são. O mesmo vale para professores, alunos, fiscais e fiscalizados, empresários, diretores, empregados e também líderes com vínculos religiosos como padres, pastores, diáconos, profetas, rabinos, aiatolás, xeques, médiuns, monges, gurus, babalorixás, adivinhos, macumbeiros e etc. Estão inclusos aí outros cargos e os membros das diversas religiões. Vale também para posturas dentro de casa entre pai (marido), mãe (esposa) e filhos. Vale para tudo e para todos os ambientes.

Embora o antropocentrismo se tenha tornado um novo ponto de partida para se encarar a ética, não se pode dizer que em termos de comportamento ético a orientação teocentrista e a antropocentrista sejam excludentes e nem antagônicas. Muitas das suas reivindicações de conduta ética são iguais, em outras semelhantes ou complementares (SATUR; SILVA, 2020, p. 24)

Na perspectiva de pensadores, governos, legisladores e judiciário que contribuem para pensar e planejar melhores formas de convívio em sociedade, regrado o que pode e o que não pode para o bem comum, sabemos que “Antes de nos preocuparmos em querer ver qual orientação ética deve prevalecer, devemos nos preocupar com quem não tem ética. Melhor alguma ética do que não ter ética alguma” (SATUR; SILVA, 2020, p. 24).

Levando em conta a perspectiva cristã, entende-se que quando o pecado entrou no mundo o homem se tornou sem ética, sem regras, sem compaixão, sem misericórdia e sem respeito às autoridades e aos outros. Deus então organizou as leis e os regulamentos para que os homens pudessem viver com um mínimo de civilidade. Os Dez Mandamentos são um dos primeiros importantes exemplo disso. Ele proíbe o assassinato, o roubo, o adultério, a cobiça, o falso testemunho e etc. Este ordenamento serve como freio contra os excessos que certamente seriam praticados sem tais proibições (regras). Os Dez Mandamentos serviram de base e/ou ponto de partida para outros ordenamentos (regras) de convívio para diversas nações, reinos e povos ao longo dos séculos.

Além dos Dez Mandamentos, quando os judeus adentraram a terra prometida, Deus deu outras diretrizes para o convívio social de seu povo. Uma delas foi a criação das cidades refúgios: “Seis das cidades que dareis aos levitas serão cidades de refúgio, para que o homicida ali se acolha...” (*BÍBLIA*, Números 35.6). As cidades refúgio foram criadas porque era comum a vingança pela morte de um parente, no chamado “olho por olho, dente por dente”. Se uma pessoa assassinasse alguém, mesmo que involuntariamente, era de se esperar que a família do assassinado quisesse vingança, mesmo que não houvessem provas robustas de que o assassino agiu mal intencionado ou de forma planejada. Poderia ter acontecido o fato de forma acidental, impulsiva ou reativa (autodefesa). Talvez não passasse apenas de um suspeito sem provas de autoria do crime ou vítima de uma acusação mentirosa por conta de falso testemunho ou armadilha pensada por outrem. Então, as cidades de refúgio asseguravam a este indivíduo o tempo necessário de ficar aguardando que houvesse apuração dos fatos e a justiça seria feita pelo Estado e não mais por indivíduos desejosos de vingança. Poderíamos dizer que estava

aqui constituído um princípio fundamental da justiça: o direito de defesa e de um julgamento justo, baseado na investigação e na lei. Até que a investigação fosse concluída e o julgamento realizado, o investigado “aguardava em liberdade”. Mas se o investigado (réu) saísse da cidade refúgio enquanto a investigação ou julgamento estivessem em andamento, ele estaria assumindo a culpa e poderia ser morto pelos vingadores da vítima, sem que o Estado punisse estes executores.

A autoridade do Estado em julgar, absolver ou condenar está respaldado na ordenança de Deus. Na Bíblia, em Romanos 13.1-7, Deus atribui autoridade ao Estado para que faça justiça contra os que praticam crimes, inclusive, dá autorização para que o Estado, como governante sobre toda população de um país, exerça o poder de detenção, prisão com cerceamento de liberdade, julgamento, punição e até a morte para aqueles que desobedecessem e praticassem os crimes hediondos, previsto nos códigos penais destas nações.

“As leis existem porque a reflexão ética não tem sido suficiente para que as pessoas tenham condutas sociais adequadas, tanto na vida quanto no mercado” (SATUR, 2015, p. 2). Se não houvessem as leis que hoje mantém certo nível de civilidade, o mundo já teria sido destruído, a exemplo da destruição que houve nos tempos de Noé, quando apenas oito pessoas sobreviveram àquela catástrofe que todos conhecemos como o dilúvio, por intervenção direta de Deus. A Bíblia nos adverte para o final dos tempos, em que os homens agirão de modo parecido com o que aconteceu no passado com a geração de Noé. Nesse ambiente, a perversidade é o comportamento mais comum e quem age certo não é ouvido, nem seguido e ainda é ridicularizado. A Bíblia fala que algo semelhante acontecerá novamente, quando os homens deixariam de respeitar às leis e aos governantes fazendo da terra um lugar impossível de se viver com um mínimo de decência e que, nesse tempo, novamente haverá a intervenção de Deus, desta vez de maneira definitiva: Jesus virá para julgar todos povos e nações e para restaurar todas as coisas com a finalização do plano de redenção que começou no jardim do Éden. A partir de então (dessa restauração) a conduta ética cristã será condição *sine qua non*.

2. A ÉTICA CRISTÃ E O CRISTÃO SÃO DIFERENTES?

Como já dito, a religião e a ética têm afinidades, caminham na mesma direção na tentativa de termos seres humanos melhores, que convivam melhor em sociedade, que não precisem estarem sobre o jugo da lei e do risco da punição para terem atitudes adequadas ao bom convívio social.

Apesar das diferenças religiosas, a orientação sobre a conduta tem muitas semelhanças entre elas. [...]. O que existe são algumas diferenças na forma como entendem o mal (pecado). Por exemplo: enquanto o Islamismo entende a pessoa nasce boa e que é o meio (mundo) que a corrompe e a torna infiel; o Cristianismo tem por orientação que a pessoa já nasce com o gene do pecado como uma imperfeição herdada com o pecado original de Adão. Por isso, a pessoa precisa do resgate de um Salvador. Ela irá se arrepender, converter-se e passar a imitar a Jesus, fazendo apenas o bem, sendo assim um pequeno Cristo, um cristão salvo (SATUR; SILVA, 2020, p. 23)

A ética e a moral, e a partir dela a conduta ética e legal, baseada em normas e leis formais, bem como regras informais aceitas como adequadas para o bom convívio na cultura ocidental, tem raízes na religião judaico-cristã.

Embora cada cultura com alguma base religiosa tenha seus próprios fundamentos que caracterizam sua moral, usos, costumes e conduta de seu grupo, no mundo ocidental essa base teve como principal sustentação, por mais de um milênio, a ética católica. Por sua vez, está originalmente ancorada na orientação ética judaico-cristã. A partir do século XV a orientação católica começa a dividir espaço com a emergente orientação evangélico-protestante, que mantinha algumas bases católicas, mas também rejeitando muitas delas, tentando resgatar, de alguma forma e conforme seu entendimento, a orientação de

conduta judaico-cristã original (SATUR; SILVA, 2020, p. 23).

A visão protestante/evangélica diferia em alguns pontos de vista da postura ética católica, inclusive isso fez toda a diferença nos séculos seguintes, especialmente na revolução industrial, no crescimento e desenvolvimento do modelo capitalista.

Como exemplo, pode-se recorrer a Weber (2004). Segundo o autor foi a forma de ver a ética na perspectiva católica que manteve o artesanato católico na sua mesma função de mestre artesão, em plena revolução industrial, enquanto que os protestantes viram na nova necessidade de mão de obra qualificada da indústria a oportunidade de serem abençoados. Alguns se dedicaram tanto a qualificação para o novo mercado de trabalho que até passam a ocupar escalões superiores, postos administrativos ou funções altamente qualificadas dentro da parte operacional, a ponto de serem melhor remunerados que os outros (abençoados) [...]. Em outras palavras, enquanto a ética católica via na insatisfação com a profissão, situação atual e na busca por novas profissões e maiores ganhos o pecado da cobiça, a ética protestante via, nessas novas oportunidades, chances de maiores bênçãos de Deus se materializando. [...] enxergavam nesse novo desafio uma dádiva de Deus. Eticamente, nem católicos e nem protestantes estavam errados. Cada um estava certo levando em conta a sua base teológica. Trataram-se de casos nos quais a linha de fé e da educação fez a diferença pela escolha profissional e na postura ética adotada (SATUR, SILVA, 2020, p. 34).

A interpretação, aqui, depende da forma de entender a orientação cristã. A cobiça, de fato, é pecado, mas o não perceber que Deus está abrindo portas e novas oportunidades para ser próspero pode ser visto como um desdém das infinitas possibilidades de bênçãos e até poderia ser comparado a preguiça de buscar e de se esforçar pelo novo. E a preguiça também é

pecado. Portanto, não é o fato de ficar em uma profissão ou buscar uma nova profissão torna uma pessoa pecadora ou não pecadora, como alguns pensavam, e sim o que se quer disto, o que se deseja fazer com isso e o que o motiva a agir assim. É o que está por trás, como real motivação do que se faz, que torna aquilo conduta adequada ou pecado.

Segundo a perspectiva cristã, o ser humano ao se render a Cristo, reconhecendo que é um pecador, necessita da ajuda de Deus para ser transformado. A partir disso acontece o milagre da conversão, isto é, mudança de vida, de rumo e de conduta. “Eis que tudo se fez novo”. A Bíblia chama este acontecimento sobrenatural de novo nascimento. Então, a partir da perspectiva de Deus, o homem passa a trilhar um novo caminho, deixando de praticar o mal que praticava contra Deus, contra si mesmo e contra os seus semelhantes. Passa a haver uma mudança de atitude que prioriza a conduta ética cristã. A Bíblia nos diz que este novo homem age de maneira diametralmente oposta do que agia anteriormente. Sua prioridade agora são os frutos do Espírito que envolvem: “[...] o amor, o gozo, a paz, a longanimidade, a benignidade, a bondade, a fidelidade. A mansidão, o domínio próprio; contra estas coisas não há lei”. Isso envolve sacrifícios pessoais (carnais), pois o texto segue dizendo: “E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências. Se vivemos pelo Espírito, andemos também pelo Espírito. Não nos tornemos vangloriosos, provocando-nos uns aos outros, invejando-nos uns aos outros” (*BÍBLIA*, Gálatas 5.22-26).

A perspectiva cristã entende que somente o homem e a mulher que tiveram um verdadeiro encontro com Jesus podem praticar a ética cristã na sua integralidade. Ou seja, não significa que virariam pessoas perfeitas inerrantes, mas que, sendo cristãs, sempre que tropeçarem, por possuírem o Espírito de Deus, se arrependerão, pedirão perdão e retornarão ao caminho da retidão. Ou seja, os erros e as atitudes não éticas deixarão de ser rotina e prioridade na sua vida e se, em algum momento acontecerem, estes serão seguidos pela autocrítica, pelo arrependimento, pelo pedido de perdão, pelo conserto de rumo e pela retomada do caminho ético.

Segundo a base do entendimento cristão, não pode haver verdadeiro cristão que não tenha atitudes baseadas na ética cristã.

Esta faz parte do cristão. O verdadeiro cristão é um imitador de Cristo, por isso ele é chamado de cristão, que significa pequeno Cristo. Portanto, ele age e anda na contramão do sistema permissivo e relativizante adotado pelo mundo secular. Por isso para ele não servirá a frase: “Ah, mas se todo mundo faz, por que eu não posso fazer?”, A Bíblia nos ensina que o cristão não deve tomar a forma do mundo, não deve entrar na fôrma e nem deve ser moldado por este. Se da sociedade em geral a conduta ética considera que “não se pode mais tratar as pessoas como se elas fossem algo a ser manipulado, enganado” (SATUR, 2015, p. 8), imagina o padrão de postura que deve então ter um cristão, que tem que ter uma conduta pautada pela lisura e o respeito ao próximo como a si mesmo.

Pois, como já mencionado, o sistema do mundo tem o homem como centro. E o homem por si só é egoísta e individualista. Se não tiver um filtro ou um controle (que pode ser a reflexão ética, a orientação, a lei, a regra ou a punição) ele tende a extrapolar todos os limites em benefício próprio. Quando ele percebe que está no centro, os seus desejos insaciáveis afloram. Irá querer que tudo e todos que estão ao seu redor lhe sirvam e sejam usados para seu proveito. Falará e exigirá direitos. Não vai querer se comprometer com deveres. Afinal, segundo a Bíblia que é a principal base de orientação cristã “no mundo jaz no maligno”! Isso quer dizer que no mundo, o sistema dominante, por mais tentativas de consertos que se tente fazer, ainda assim segue sendo ruim e rígido pelo mal.

Por isso, Jesus ensina que o cristão, seu seguidor e imitador, deve andar na contramão dessa tendência má: “Pelo que deixai a mentira e falai a verdade cada um com o seu próximo, pois somos membros uns dos outros. Aquele que furtava, não furte mais, antes trabalhe, fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com o necessitado”. (*BÍBLIA*, Efésios 4.25-28). Ou seja, a base cristã entende que o indivíduo é mais “divíduo” que “in”. Afinal, nesse texto diz que cada um de nós é membro de um mesmo corpo (a igreja de Cristo). Sendo assim, o ‘outro’ é tão importante quanto ‘eu’ sou e não posso imaginar ‘nós’ de forma desmembradas, pois um corpo com seus membros não interligados (partidos) é um corpo morto.

3. ÉTICA CRISTÃ E ATUALIDADE: JÁ SABÍAMOS QUE ISSO IRIA ACONTECER

Um cristão não deveria estar surpreso com o que vê acontecendo no mundo atualmente. Está previsto que aconteceria. Mas afinal, que sociedade temos hoje? O que ela valoriza? O que a modernidade nos trouxe? Eis os temas atuais que prevalecem no mundo:

[...] a riqueza sem trabalho; o prazer sem consciência; os negócios sem ética; o discurso sem prática; a ciência sem humanidade; a religião sem espiritualidade e fé autêntica; o trabalho sem satisfação pessoal e autorrealização; as informações em excesso, porém desprovidas de sabedoria; o conhecimento sem compromisso com a verdade; a vida sem sincronidade física, intelectual, social, psicoemocional e espiritual; o marketing pessoal com embalagem atraente, porém, com conteúdo falso e enganoso (PALETTA et al., 2013, p. 841).

De fato, o que os autores descrevem é o que encontramos na atualidade. Mas se recorrermos a Bíblia não teremos surpresa ao constatar tais fatos. Estava previsto que iria chegar a esse ponto. E tende a piorar ainda mais. Talvez ainda não tenhamos chegado ao “fundo do poço”. Mas, certamente, estamos quase lá. O “fundo do poço” será quando:

[...] nos últimos dias sobrevirão tempos penosos; pois os homens serão amantes de si mesmos, gananciosos, presunçosos, soberbos, blasfemos, desobedientes a seus pais, ingratos, ímpios, sem afeição natural, implacáveis, caluniadores, incontinentes, cruéis, inimigos do bem, traidores, atrevidos, orgulhosos, mais amigos dos deleites do que amigos de Deus, tendo aparência de piedade, mas negando-lhe o poder. Afasta-te também desses (BÍBLIA, 2 Timóteo 3. 1-5).

Com essa passagem de 2 Timóteo 3.1-5, pode-se afirmar que a Bíblia aponta quais são os sintomas que terão os membros da sociedade quando estiverem já afetadas pela doença terminal

(mal) que está matando a moralidade e a conduta ética entre humanos. Já se percebe todos esses comportamentos na sociedade atual. O que falta então? Talvez ainda não seja a absoluta maioria que se comporta assim ou ainda não seja a lógica dominante. Mas, segundo as escrituras, essa prática tende a ser dominante. Portanto, ou já estamos nos “últimos dias” ou adentrando a porta destes.

A partir desta constatação, conclui-se que a pessoa que pratica tais atos no convívio social não pode ser considerada ética na perspectiva cristã. Infelizmente, muitos que se dizem cristãos e estão a nossa volta praticam boa parte desses atos reprovados pelo texto bíblico citado. Não se deve levar por surpresa, segundo a Bíblia, se cada vez mais pessoas à nossa volta assumam tais comportamentos e passem a ridicularizar quem resistir a esse “novo padrão de comportamento”. Todavia, se a pessoa de fato for cristã, tem de resistir a esses apelos ao “modernismo contemporâneo”. É uma condição dada por Cristo e que não pode ser relativizada!

Levando em conta as Escrituras Sagradas, que são a principal base orientativa dos cristãos, a ocorrência desses fatos reforça que está se caminhando para o caos iminente, que é uma descida sem possibilidade de parada ou retorno, a cada dia essa velocidade aumenta por que os “freios” (regras, costumes, leis) estão sendo retirados, por serem considerados como já desgastados e ultrapassados. E a direção é o abismo. Mas o cristão não deve se apavorar com esses acontecimentos e outros piores que virão. Tem que vê-los como um aviso e se manter íntegro em sua conduta, até que o derradeiro momento do juízo final chegue.

A perspectiva cristã leva em conta o indicativo do apóstolo João de como serão os acontecimentos nesse momento derradeiro, com a seguinte passagem bíblica:

O sétimo anjo derramou a sua taça no ar; saiu uma grande voz do santuário, da parte do trono, dizendo: Está feito. E houve relâmpagos, vozes e trovões; houve também um grande terremoto, qual nunca houvera desde que há homens sobre a terra, terremoto tão forte quão grande; e a grande cidade fendeu-se em três partes, e as

idades das nações caíram; e Deus lembrou-se da grande Babilônia, para lhe dar o cálice do vinho do furor da sua ira. Todas ilhas fugiram, e os montes não mais se acharam. E sobre os homens caiu do céu uma grande saraivada, pedras quase do peso de um talento; e os homens blasfemaram de Deus por causa da praga da saraivada; porque a sua praga era mui grande (BÍBLIA, Apocalipse 16, 17-21).

Até lá caberá aos cristãos resistirem às tentações e praticarem a ética cristã de todo o coração. Afinal, a Bíblia não dá permissão aos crentes em Cristo de “se envolverem” com o comportamento permissivo e relativista da sociedade secular. Ela manda o cristão ser o sal da terra, o diferente, que dá o tempero, o bom exemplo a ser seguido. Alerta para que fiquem sempre vigilantes para não cair nessas armadilhas convidativas e tentadoras. A igreja, composta pelos cristãos que formam um corpo é a única instituição invisível que pode e tem a obrigação de trazer alguma ordem ao caos que está instalado no mundo, resistindo a ele e tentando fazer diferente. Contudo, segundo previsto nos escritos bíblicos, essa igreja não conseguirá parar ou travar esse caos. Mas isso não significa que ela está autorizada a nada fazer. Deverá continuar a fazer o bem e o que é ético. A Bíblia fala que o caos irá ocorrer e que a desgraça que se abaterá sobre a terra de forma tão terrível que Deus irá retirar sua igreja antes da grande tribulação (pré-caos generalizado). Até lá, quem cometeu deslizes terá a oportunidade de se arrepender e voltar a boa prática e será também resgatado. Depois desse momento, os que rejeitaram a Cristo ainda terão uma nova oportunidade de contar com a misericórdia de Deus, mesmo em meio ao caos. Porém, será mais difícil conviver e resistir em meio a esse caos. Depois virá o julgamento e o juízo, diz a Bíblia.

Sobre o ato de ser crente, existem estudos demonstrando que o Brasil, na próxima década, terá mais evangélicos do que católicos, em uma equação que já coloca o Brasil com quase 90% da sua população que se diz cristã (católica ou evangélica). Ou seja, um país que já é predominantemente cristão agora terá uma guinada na forma de crer, ao menos em princípio, para um novo despertar da fé.

Mas antes de alguém comemorar esses números de quantos evangélicos ter-se-á a mais no Brasil e no mundo nos próximos anos, deveria mudar a pergunta para que “crentes” teremos. A pergunta pode ser ainda mais simplória: Esses crentes serão éticos? Por que se não forem “sal da terra” de nada adianta tais números crescentes. Será apenas mais um dado estatístico disponível.

Essa confusão sobre se o cristão é ético ou não nem deveria existir, mas ocorre por que tem os que são cristãos verdadeiros e os que são cristãos nominais. Para entendermos melhor essa diferença precisamos recorrer a Bíblia, quando esta diz que a humanidade é composta por dois tipos de pessoas: homem natural e homem espiritual. Ela diz que “[...] o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, pois lhe parecem loucura e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente”. (BÍBLIA, 1 Coríntios 2, 14). Partindo desta premissa, (1) o homem natural não possui um controle interno que possa impedi-lo de praticar o mal, que pode ser um ato antiético, um deslize e etc., porque ele segue sendo controlado pela sua natureza pecaminosa. Assim, ele precisa ser limitado no seu comportamento com o coletivo pelo controle externo a si, feito pelo Estado, podendo isso ser através do poder legislativo (regrando com leis e previsão de punições), do poder judiciário (julgando) e das forças policiais (repreendendo ou reprimindo). A grande maioria da população carcerária do mundo é composta pelo chamado homem natural, que são retirados do convívio social na esperança de que, após pagarem sua pena, ao retornarem ao convívio social, possam passar a agir com ética e não mais causarem danos aos seus semelhantes.

Já, segundo a Bíblia, o homem “[...] espiritual discerne bem a tudo, ele de ninguém é discernido”. (BÍBLIA, 1 Coríntios 2, 15). Portanto, seguindo nessa perspectiva, entende-se que no início da vida cristã o homem recebe a natureza divina através da entrada do Espírito Santo em sua vida. A presença do Espírito Santo se torna uma forma de controle interno que o faz agir como Jesus ensinou, inquietando-se quando age mal, passando a amar o próximo como a si mesmo e buscando praticar a ética cristã sempre. Mas a “briga” seguirá existindo entre o homem espiritual (o novo ser) e o homem carnal (o velho ser com natureza

pecaminosa). Caberá a pessoa fazer o esforço para não se deixar controlar pela sua velha natureza pecaminosa que ainda vai conviver com a natureza divina dentro dele enquanto ele viver. Tem uma célebre frase que diz que na briga entre o bem e o mal, que lutam internamente, vencerá quem for mais alimentado. Quando o homem espiritual deixa de praticar a ética cristã é porque ainda se encontra vacilante nessa luta espiritual, cedendo às tentações e tendo recaídas ao voltar a praticar o pecado que o escraviza.

Em outras palavras, cristão nem deveria precisar de lei e regras sociais e do Estado para ter boa conduta. Teria que ser algo inerente, uma prática autêntica e permanente. Mas por ainda convivemos em um corpo de carne, estamos sujeitos às recaídas. O apóstolo Paulo, homem de Deus, consagrado, passou por esta experiência de luta para se tornar um homem espiritual totalmente dependente de Deus. Veja o que ele escreveu:

Sabemos que a lei é espiritual; eu, contudo, não o sou, pois fui vendido como escravo ao pecado. Não entendo o que faço. Pois não faço o que desejo, mas o que odeio. E, se faço o que não desejo, admito que a lei é boa. [...] Pois, no íntimo do meu ser tenho prazer na lei de Deus; mas vejo outra lei atuando nos membros do meu corpo, guerreando contra a lei da minha mente, tornando-me prisioneiro da lei do pecado que atua em meus membros. Miserável homem eu que sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte? (BÍBLIA, Romanos 7, 14-16, 22-24).

Levando em conta os escritos bíblicos, conclui-se que esta fase inicial de luta todo cristão vai passar e depende do seu entendimento a quem vai submeter-se, se ao Espírito Santo ou se à sua natureza pecaminosa.

Somente o homem espiritual tem condições de praticar a ética cristã consciente de que está fazendo o que é correto, pois está tentando imitar a Cristo. O homem espiritual quando se encontra em uma situação limite em que precisa tomar a decisão entre matar ou morrer, ele escolhe morrer. Escolhe morrer ao invés de matar, porque entende que somente Deus tem a

prerrogativa de dar e tirar a vida do outro ser humano. Todavia, ao decidir isso, ele não está escolhendo tirar sua própria vida, mas está abrindo mão de reivindicar a morte do outro, mesmo que isso implique perder sua própria vida terrena. Afinal, segundo as escrituras sagradas, a luta do cristão não é contra o outro, nem contra a carne: “Porque não temos que lutar contra a carne e o sangue, mas, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os príncipes das trevas deste século, contra as hostes espirituais da maldade, nos lugares celestiais” (BÍBLIA, Efésios, 6, 12). Assim, quando nos agridem optamos por não revidar, embora nosso instinto as vezes nos leve a querer fazer o revide. Optamos por fazer o mais difícil que é o de oferecer a outra face, buscando ajudar quem nos agrediu. São exercícios difíceis, que na perspectiva emocional, racional e instintiva humana é tido como loucura. Afinal, o pecado vem da carne e o perdão vem do espírito. E nós como cristãos temos que ser mais espírito que carne.

Esse entendimento do pecado na perspectiva judaico-cristã vem da compreensão de que o problema do mal não é um defeito de fábrica, é um problema adquirido “durante o uso”: O pecado original de Adão não surgiu com ele, foi uma opção dele. A partir de então o homem está contaminado pelo pecado, já nasce com a gene do pecado. O homem pecador é uma “involução” da criação original, um híbrido (criação original + gene do pecado). Ou seja, agora não nascemos com o problema em si (o pecado) mas trazemos junto um dispositivo que tende a nos levar a pecar à medida que nossa cognição permite a racionalidade. Parece contraditório, mas é um fato. Em outras palavras: sob esse prisma não podemos ficar surpresos com as atitudes antiéticas das pessoas. Elas têm potencial para tal, basta não resistirem as tentações.

Segundo a Bíblia (Romanos 6, 23), o problema é a consequência (a remuneração) do pecado: o salário do pecado é a morte. Portanto, para que uma pessoa seja condenada à morte, é necessário apenas um pecado. Como todos nós já pecamos, originalmente estamos condenados à morte espiritual e estamos separados de Deus. Mas, sempre há um “mas” em tudo, existe uma alternativa. Nesse caso o “mas” e a alternativa estão vinculados a Jesus Cristo.

“[...] da mesma forma como o pecado entrou no mundo por um homem, e pelo pecado a morte, assim também a morte veio a todos os homens, porque todos pecaram” (BÍBLIA, Romanos 5, 12). Então a redenção também viria pelo sacrifício de sangue (morte como pagamento/salário) de um humano. Mas não era qualquer humano: precisava ser um cordeiro perfeito, sem pecado. Como nenhum humano consegue ter essa marca, foi preciso a providência divina, enviando Jesus Cristo homem. Ele passou a ser o caminho do resgate que nos livra da condenação do pecado.

A partir de então, o primeiro passo para a restauração é receber Jesus como o salvador, admitir a nossa culpa (sabendo que a culpa é sempre nossa), a nossa arrogância, a nossa estupidez, a nossa insatisfação, o nosso egoísmo, a nossa indisciplina e a nossa rebeldia; se arrependendo dela e pedindo perdão.

Sabe-se que esse processo é difícil. Afinal, naturalmente, para o ser humano, é mais cômodo colocar a culpa sobre o ombro alheio e sobre as fatalidades, do que em si mesmo, fazendo a autocrítica e admitindo que errou. Muitas vezes, chega-se a ter o descaramento de dizer que a culpa é de Deus que, mesmo sabendo de tudo, permite que nós passemos por tantas tentações, provações e dores. Em outras palavras, tendemos a agir como Adão agiu, culpando a mulher ao dizer que ela o induziu a pecar, sem assumir suas responsabilidades e as consequências de seus atos. Tentou até culpar a Deus quando disse que a mulher que Deus lhe tinha dado o levou a fazer tal ato. Soma-se a isso uma “forcinha” do diabo, que veio para matar roubar e destruir; da sociedade que não sabe ser solidária; da televisão que corrompe os bons costumes; do governo que não sabe gerir os recursos oriundos dos nossos impostos; dos políticos, que são predominantemente corruptos, tem-se a desculpa perfeita: “os outros me fazem ser assim, todo mundo age assim e então eu não tinha como fazer diferente”. E assim tentamos convencer os outros, a Deus e a nós mesmos que todos são culpados, exceto nós.

Levando em conta a orientação bíblica e confrontando com a realidade que vivemos, percebe-se que as pessoas estão doentes e a doença não é só física, mas principalmente espiritual, ética e moral. Lamentavelmente as pessoas não querem tomar o

remédio, porque é amargo para a sua carne. E assim caminham a passos largos para o caos, em um caminho sem volta. O mundo está sendo preparado para a volta de Jesus e a sua volta ocorrerá em meio ao caos, a desesperança, o medo, a dor, a agonia e o desespero. Esperar conduta ética em momentos assim, com as pessoas influenciadas pelo momento que vivem e pelo que veem ao redor, é utopia. Estamos indo em uma direção que leva a rota de colisão, para um “beco sem saída” e que, segundo as escrituras, vai acontecer a qualquer momento, pois os sinais das “dores de parto” já estão presentes.

A Bíblia também alerta que, como os valores e a ética estarão deturpados em tempos de caos, o verdadeiro discípulo de Cristo será odiado pelos que farão parte desse caos, pois ele insistirá em querer preservar valores e condutas éticas enquanto tais pessoas acharão isso algo superado e cafona. Também acontecerá a grande apostasia, na qual aqueles que um dia andavam com Cristo passarão a negá-lo descaradamente. E isso não está longe de acontecer, afinal, atualmente já percebemos que muitos dos que falam em direitos humanos apenas focam nos “direitos” sem ter a ciência de que direito ocorre quando se oferece em reciprocidade os “deveres” (devemos primeiro cumprir nossa parte para depois reivindicar); também percebemos que o conhecimento tecnológico está cada vez mais avançado para o bem e para o mal; ainda com as pessoas não querendo mais saber de regras e de obediência, nem sequer aos pais, muito menos às autoridades e à Deus. Estes são indicativos claros desses tempos previstos nas Escrituras.

Outro indicativo seria quando as pessoas começassem a duvidar e a questionar a vinda de Cristo. Isso está cada vez mais presente. Quem diz que acredita nela tem grandes chances de ser rechaçado e ridicularizado. Quando se fala da vinda de Jesus logo respondem com outra pergunta: Onde está a promessa da sua vinda? Já se passaram dois mil anos e nada! A própria Bíblia diz que isso aconteceria para indicar esse tempo. Nela diz que as pessoas dirão: “O que houve com a promessa da sua vinda? Desde que os antepassados morreram, tudo continua como desde o princípio da criação” (BÍBLIA, 2 Pedro 3, 4).

Segundo a Bíblia, isso acontece por que o mundo jaz no maligno e Satanás luta contra a palavra de Deus, tentando impedir

a conversão de muitos, para isso uma importante estratégia é desqualificar a Bíblia como a palavra de Deus e a base orientadora. Quem questiona essas promessas está contribuindo para tal. Também muitos já falam do desejo imenso de atualizar a Bíblia, modernizando-a para os tempos atuais e retirando dela aquilo que incomoda a sociedade. Ou seja, no lugar do conserto se retira a qualificação do que é tido como pecado nas escrituras. As pessoas querem mudar as regras para que elas não precisem mudar.

Nesses momentos, segundo a Escritura, quando chegar no limite que Deus estabeleceu, Ele intervirá na história da humanidade, redirecionando o curso desta e promovendo uma volta, consertação ou reaproximação com propósito original por ele definido. Apenas alerta que dessa vez será diferente de como foi das outras vezes e será definitiva. Dentre essas outras vezes que Deus agiu de maneira marcante, destacaremos algumas ações (até por que Deus está sempre agindo e não teria como colocar todas aqui):

Foi assim com Noé, quando da destruição da terra através do dilúvio. Havia, naquele tempo, o imperativo de uma crise moral e ética sem precedente e as pessoas tinham se voltado contra Deus. Deus então achou graça em Noé como seu remanescente e o salvou junto com sua família, composta de oito pessoas, para cumprir o seu propósito de ter um povo para si;

Foi assim com Abraão, quando o retirou do meio de uma terra idólatra, pecaminosa e não-ética e a partir dele fazer uma grande nação;

Foi assim com José, quando o enviou para o Egito para preparar o terreno, a fim de salvar da crise e da fome a família de Jacó com filhos e netos composta de 70 pessoas, de onde se originou as doze tribos de Israel.

Foi assim com Moisés, quando no Egito Deus o chamou para retirar seu povo (mais de dois milhões de pessoas) da escravidão e levá-los para a terra prometida por Deus aos patriarcas.

Foi assim com Jesus quando veio salvar a humanidade com sua morte, sepultamento e ressurreição.

E segundo a Bíblia, também será assim quando Jesus voltar com grande poder e glória, para levar a sua igreja redimida durante o arrebatamento. Assim, todo aquele que recebeu Jesus como seu Senhor e Salvador será levado aos novos céus e à nova terra quando da consumação dos séculos. Lá se tem a certeza que a ética cristã será imperativa.

A igreja de Jesus Cristo é o remanescente de Deus e Ele conta conosco. Aquele que se tornar discípulo de Jesus também é o remanescente de Deus. A igreja é um corpo e Deus opera nela e através dela. O cristão não pode ser o grupo do eu sozinho, pois Jesus diz que a igreja é a partir de dois ou três (BÍBLIA, Mateus, 18, 20).

Há cristãos se levantando para fazer a diferença, ficando a bandeira com as marcas do sangue do cordeiro até os confins da terra. Nesta etapa (tempo) final, estamos sendo convocados para reagir a este estado de caos e miséria por que está passando a humanidade. Aqueles que se entregaram a Cristo e passaram a servi-lo de todo o coração, são os "Isaías" da atualidade, que Deus levantou para agir em favor dos perdidos, pregar contra o pecado (que inclui as atitudes não éticas), mas amando o pecador e oferecendo a ele salvação de Cristo. Assim, compre-se o "ide" de Jesus, pois o evangelho é para todos. "Porque dele e por ele e para ele são todas as coisas. Glória, pois a ele eternamente. Amém" (BÍBLIA, Romanos, 11, 36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Planeta está morrendo. Os homens o estão destruindo em todos os sentidos. Além da poluição ambiental a Terra está cheia de outras impurezas, defeitos, injustiças e horrores que resultam em miséria, fome, impureza sexual, pornografia, dor, enfermidades (doenças), loucura, maldade, mentira, corrupção, injustiça, obsessão por dinheiro, suicídios, assassinatos, derramamento de sangue, guerras e mortes. No entendimento cristão, o ponto original de tudo isso está no pecado. À medida que

se permite (naturalizou) pecar vem a perversidade. Nós pecamos e sofremos por causa do pecado. O pecado afetou todas as esferas da criação e é contra o pecado que precisamos lutar. A luta, primeiro, é contra o pecado que nós praticamos. Devemos buscar nos consertar primeiro.

O ser humano é livre, mas não é feliz, faz o que quer, mas não se realiza, está sempre insatisfeito, faz cursos, escreve livros, assina tratados, muda de cônjuge, de país, de religião, de partido, de profissão, de cidade, de casa, de nome e até muda de sexo, mas não consegue segurança em nada e em lugar nenhum. As pessoas estão desesperadas e sem esperança. A crise existencial deixou de ser individual e passou a ser coletiva. Como não se percebe uma saída só resta gritar por socorro como fez o apóstolo Paulo: “Quem me livrará do corpo desta morte?”.

Segundo as Escrituras Sagradas (Bíblia), para sermos verdadeiramente livres temos que seguir a Jesus, Deus exige que nos apartemos do pecado. Não é uma sugestão e sim uma ordem, uma condição para nos aproximarmos dEle. “Vocês serão santos para mim, porque eu, o Senhor, sou santo, e os separei dentre os povos para serem meus” (BÍBLIA, Levítico 20, 26). Ser santo quer dizer separado do mal e do pecado. Santidade significa separado com o propósito de dedicação completa ao serviço do Reino de Deus.

Portanto, como bons cristãos, imitadores de Cristo, não é permitido a seus seguidores atitudes antiéticas. É exigido dos seguidores de Cristo atitudes éticas semelhantes as atitudes que Cristo teve quando esteve entre os humanos na forma humana. Por essa razão e por tantas outras, podemos dizer que: ter conduta ética cristã é ir além da conduta ética antropocêntrica e secular, para além da ética dos mínimos. É um ser e um agir ético bem mais exigente. É praticamente um se doar a Cristo e aos outros, abrindo mão do eu. A ética cristã exige uma doação maior, uma entrega maior que as outras bases de conduta ética. Todavia, isso não significa que a ética cristã tenha uma base conivente, pelo contrário. A perspectiva cristã admite o perdão ao ser humano, mas não negocia com o ato em si. Pecado é pecado. Não se relativiza o pecado, mas sempre se permite o perdão ao pecador.

Não é fácil ser assim, pensar assim, agir assim: é desafiador. É difícil ter e manter uma conduta ética cristã. Mas isso não pode servir de desculpa para não a praticá-la. Ademais, ninguém disse que é fácil ser ético na perspectiva cristã. Mas é necessário. É isso que Cristo espera de nós. Então sejamos assim, apesar de estar contra a vontade de nossa carne e de nosso instinto.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia de estudo NVI**. Org. BARKER, K.; Co-orgs. BURDICK, D. et al. Coord. da Tradução NVI: SAYÃO, L. São Paulo: Editora Vida, 2003.

_____. Online. **NVI**. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/nvi>. Acesso em 02 ago. 2021.

_____. SAGRADA. **Bíblia de referência Thompson**: com versículos em cadeia temática. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Editora Vida, 1995.

CORTINA, A. *Ética mínima*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOMES, H. F. Comportamento ético: fundamentos e orientações normativas ao exercício profissional do bibliotecário. In: Gomes, H. F., Bottentuit, A. M., & Oliveira, M. O. E. (Orgs.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: olhar da filosofia, da sociologia, da CI, da formação e do exercício profissional do Bibliotecário no Brasil. Brasília: CFB, 2009. (p. 147-161).

ONU, Organizações das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PALETTA, F. C., PASSARELLI, B., ANGELUCI, A. C. B., & JUNQUEIRA, A. H. **Gestão do conhecimento, criatividade e ética no acesso e uso da informação**. Conference: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congresso ISKO Espanha. Anais... p. 834-844. Porto: FLUP U.Porto, 2013. Disponível em:

<http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congresso-ISKO-Espana/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SATUR, R. V. **Informação, marketing e negociação no mercado: reflexões éticas**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16. GT 5. Anais... Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/43924> >. Acesso em: 06 ago. 2021.

_____; SILVA, A. M. **Ética na vida, nas profissões e nas organizações: reflexões para debate nos diversos cursos universitários e politécnicos**. Prisma.com, p. 21-41, 2020. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/7923>. Acesso em 06 ago. 2021.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**A COMPREENSÃO MISSIONAL DA
IGREJA A LUZ DA COSMOVISÃO
CRISTÃ: CASO DA IGREJA
CIDADE VIVA**

*MISSIONAL UNDERSTANDING OF
THE CHURCH IN THE LIGHT OF THE
CHRISTIAN WORLDVIEW: CASE OF THE
CHURCH CIDADE VIVA*

***Francisco de Assis Saldanha Júnior⁵⁶
Josemar Bandeira⁵⁷***

⁵⁶ Discente do Curso de Teologia da Faculdade Internacional da Cidade Viva (FICV).
E-mail: fasaldanhajr@gmail.com;

⁵⁷ Orientador: Professor. Dr. Josemar Jeremias Bandeira de Souza.
E-mail: josemar.bandeira@ficv.edu.br;

RESUMO

O presente artigo ressalta a relevância da Igreja missional no cumprimento da *Missio Dei*. O objetivo é analisar a compreensão missional dos membros e congregados da Igreja Cidade Viva em cinco variáveis, Meio Ambiente, Transformação Social, Piedade, Evangelismo e Transformação Cultural. Determinadas neste trabalho a partir da cosmovisão cristã no sentido de ampliar o conceito de ser igreja, não só como um ajuntamento de cristãos, mas também como uma instituição em movimento (missão). Assim, para tal compreensão, são explicitados um entendimento de igreja missional, algumas propostas para o desenvolvimento espiritual de seus membros encontrados nos estudos de (RAINER; GEIGER, 2012; WARREN, 1997; STETZER; QUEIROZ, 2017). Ainda na busca do objeto eleito foi realizada uma pesquisa através de questionário online para obtenção dos dados. A pesquisa é exploratória e descritiva, realizada como estudo de caso. De posse dos dados, foi realizada uma análise estatística-descritiva e, posteriormente, foi construída toda a discussão sobre os mesmos. Com isso, o presente trabalho não se constitui como um projeto acabado, porquanto não se pretende esgotar o objeto eleito nesta temática, mas dar início ao processo argumentativo sobre o papel da igreja missional no desenvolvimento espiritual de seus membros, na proporção em que se enfatiza que a igreja deve cumprir efetivamente sua missão de influenciar a vida de pessoas, fazendo com que o amor e o serviço impulsionem-nas a serem inspiradas pelo caráter e natureza de Deus. Os resultados da nossa pesquisa demonstraram que os membros e congregados da Igreja Cidade Viva têm uma compreensão missional da Igreja a luz da cosmovisão cristã.

PALAVRAS-CHAVE

Missional, cosmo visão cristã, missão de Deus, missão da igreja.

ABSTRACT

This article highlights the relevance of the missional Church in fulfilling the *Missio Dei*. The objective is to analyze the missional understanding of the members and congregants of Igreja Cidade

Viva in five variables, Environment, Social Transformation, Piety, Evangelism and Cultural Transformation. Determined in this work from the Christian worldview in the sense of expanding the concept of being a church, not only as a gathering of Christians, but also as a moving institution (mission). Thus, for such an understanding, an understanding of the missional church is explained, some proposals for the spiritual development of its members found in the studies of (RAINER, GEIGER, 2012); (WARREN, 1997); and (STETZER, QUEIROZ, 2017). Still in search of the chosen object, a survey was carried out through an online questionnaire to obtain data. The research is exploratory and descriptive, carried out as a case study. With the data in hand, a statistical-descriptive analysis was performed and, subsequently, the entire discussion about them was built. Thus, the present work is not a finished project, as it is not intended to exhaust the chosen object in this theme, but to start the argumentative process about the role of the missional church in the spiritual development of its members, in the proportion that it emphasizes that the church must effectively fulfill its mission of influencing people's lives, making love and service move them to be inspired by the character and nature of God. The results of our research have shown that the members and congregants of the Cidade Viva Church have a missional understanding of the Church in the light of the Christian worldview.

KEYWORDS

Missional, christian worldview, mission of God, church mission.

INTRODUÇÃO

A Igreja Cristã teve início com os apóstolos no primeiro século da nossa era. Os primeiros cristãos enfrentaram diversas dificuldades, desde perseguições, prisões, açoites e até mesmo a morte. Mesmo diante de cenários turbulentos, a Igreja continuava a crescer e a se desenvolver espiritualmente. Essa espiritualidade era desenvolvida no exemplo de Cristo, que para eles não era um “ser abstrato”, mas sim o Emanuel que esteve com eles. A espiritualidade também era desenvolvida na prática das virtudes: obediência, amor fraternal, comunhão, misericórdia, dependência do Espírito Santo, oração e súplicas. (Atos 4:24-37).

Nos dias atuais, a mensagem verdadeira do evangelho que liberta do pecado tem sido trocada pela mensagem falsa de uma vida próspera e sem sacrifícios. Em contrapartida a essa realidade, temos uma quantidade incontável de almas sedentas pelo evangelho libertador e regenerador de Cristo.

Apesar de inúmeros desafios, a Igreja Evangélica no Brasil tem aumentado consideravelmente o número de membros. De acordo com o Censo de 2010 (IBGE), houve um crescimento de sessenta e um por cento do número de cristãos evangélicos em relação ao Censo do ano 2000. Em face desses números, podemos deduzir que a Igreja tem cumprido muito bem uma das tarefas de sua Missão: apresentar Cristo a almas perdidas. Na mesma corrente está o crescimento do número de Igrejas, tendo em vista que em 2006, segundo a Receita Federal, o Brasil tinha 6000 registros de CNPJ; já em 2018 esse número saltou para 25000 (FOLHA, 2019). Um número tão expressivo de novas Igrejas inevitavelmente nos remete a fazer uma breve reflexão sobre o quão essas Igrejas são saudáveis.

A Igreja de Cristo, para ser relevante nesse mundo, precisa cumprir a *Missio Dei*, ser agente restaurador de toda criação, proclamando o Evangelho de uma maneira que seja compreendido pela cultura na qual está inserido sem, no entanto, perder a fidelidade a Escritura Sagrada (GOHEEM, 2019); (WRIGHT, 2014). Daí a nossa preocupação em obter respostas que nos revelem se o crescimento expressivo de Igrejas, e de novos convertidos no Brasil, tem sido proporcional ao crescimento da compreensão missional destes. A compreensão missional é um processo que conduz as pessoas a encontrarem a maturidade espiritual, mas isso só ocorrerá nas igrejas quando elas proporcionarem oportunidades para as pessoas encontrarem a graça de Deus.

Esse trabalho se propõe a descrever a compreensão que os membros e congregados da Igreja Cidade Viva têm acerca do conceito e dos fatores que definem a *Missio Dei*, de acordo com a cosmovisão cristã, sem, contudo, explorar o tema de forma exaustiva. Para isso, foi realizada uma pesquisa através de questionário online para obtenção dos dados. A pesquisa é exploratória e descritiva, realizada como estudo de caso. De posse dos dados, foi realizada uma análise estatística-descritiva e,

posteriormente, foi construída toda a discussão sobre os mesmos. Por fim, relatamos as nossas conclusões.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 IGREJA MISSIONAL

A igreja missional é uma igreja que entende que o propósito de sua existência é cumprir a missão de Deus, ou seja, agir nesse mundo para restaura-lo, redimindo-o para Deus. Tudo o que ela faz, desde a adoração, a proclamação da palavra, o serviço dentre outras atividades, são norteadas pela Missão de Deus. Outra característica importante é que a igreja missional tem um olhar missionário, ela própria é enviada ao mundo, sem, no entanto, deixar de olhar para a congregação, preparando-a para missão através de um discipulado eficaz e de um governo voltado para cumprir a Missão de Deus.

É na Bíblia que encontramos a grande narrativa da Missão de Deus, esse é o centro da sua mensagem. Missão de Deus, a Missão de Israel, a Missão de Cristo, a Missão do Espírito Santo e a Missão da Igreja (GOHEEM,2019). Cabe a Igreja cumprir a *Missio Dei* dando continuidade à Missão de Jesus de estabelecer o Reino do Pai na terra, promovendo o ajuntamento de todos os salvos obedientes através da proclamação do evangelho a todos os povos, nações e até os confins da terra, para que esses deem continuidade a esta missão. Segundo Wright (2014, p.62) a missão não foi criada para a Igreja; a Igreja foi criada para a missão – a missão de Deus. Ainda segundo o autor, a Missão não está restrita às missões transculturais de evangelização, pois tudo que o cristão e a igreja cristã são, e produzem, é missionário, cumprindo uma única Missão, ou seja, a Missão de Deus. Goheem (2019, p. 62) acrescenta que a Missão não é apenas algo que a igreja faz, mas sim algo que ela é.

A Missão de Deus é restaurar todos os povos e nações tendo como horizonte os confins da terra, abrangendo toda a criação e as consequências advindas do pecado. Como podemos deduzir, esta missão tem um propósito restaurador e abrangente para redimir a sua criação da condição de escrava do pecado, da corrupção e da idolatria. (GOHEEM,2019). A igreja missional está comprometida em cumprir a *Missio Dei* no mundo e procura esse

envolvimento, todos os envolvidos entendem que são partícipes nesse chamado. A missão é o propósito da existência da igreja e não pode ser confundida com uma pequena parte dela. Assim, podemos entender que a igreja é uma comunidade formada por crentes, obedientes, realizando a *Missio Dei* todo dia em cada momento de sua vida.

1.2 Em busca do crescimento espiritual

Segundo Goheen (2014 p. 237) a vida institucional do povo de Deus é essencial para igreja missional. A igreja missional é aquela que assume a posição de preparar o seu povo para uma vida institucional verdadeiramente cristã. Isto passa por uma dedicação firme, perseverante nas disciplinas espirituais, na comunhão, nas ordenanças, no seu posicionamento frente a idolatria cultural. Com o intuito de preparar os seus membros para proclamar as boas novas do evangelho em toda sua integralidade e nos mais amplos contextos de sua aplicação. Nesta perspectiva, a metáfora utilizada por Goheen (2019) nos ensina que olhar para dentro é fundamental para que a igreja esteja pronta para olhar para fora. Assim, o crescimento espiritual dos membros é considerado essencial no cumprimento da Missão de Deus.

Essa necessidade de olhar para dentro se dá em virtude da narrativa bíblica que nos mostra que o homem foi criado a imagem de Deus e traz em si o *sensus divinitatis* que lhe permite a verdadeira adoração e louvor. No estado original, havia prazer na relação Criador-criatura, com o advento da Queda, o relacionamento de intimidade narrado nas Escrituras foi distorcido (Gn 1-3). Essa distorção relacional, originada no pecado, afastou o homem não só de Deus, mas das pessoas, da natureza e o deixou sujeito a morte (Rm 5:12). Como consequência, o homem não consegue fazer, por si só, resplandecer a Glória de Deus sobre a criação (KUYPER, 2020). Essa incapacidade humana de agir em seu próprio favor, ou em favor da Criação, é a explicação bíblica para a iniciativa de Deus na elaboração e execução da *Missio Dei*, que visa à restauração de toda a Criação ao seu estado original de ordem, beleza e harmonia; sem, contudo, negar todo caráter de desenvolvimento aplicado à Criação por meio do dom da criatividade.

Este processo de restauração do homem passa obrigatoriamente por seu crescimento espiritual, que ocorre quando ele restaura sua intimidade com Deus a ponto de alcançar a estatura de varão perfeito e a harmonia com toda criação (Ef 4:12-14). É com a ajuda da igreja impulsionada pelo Espírito Santo que o homem desenvolve sua espiritualidade, e essa, deve ser integral, capaz de glorificar a Deus em todas as áreas da vida. Dividir essa espiritualidade em sagrada/profano é o mesmo que dizer que Deus não está preocupado em restaurar todas as esferas de nossa vida. Obviamente, não encontramos nenhum receituário bíblico para o crescimento espiritual. Por isso, alguns modelos foram criados para ajudar as igrejas a desenvolver essa importante característica em seu povo.

1.2.1 Algumas propostas para o crescimento espiritual comunitário

Algumas propostas têm sido apresentadas em uma vasta literatura. Por exemplo, Uma Igreja com proposito (WARREN, 1997); Igreja Simples (RAINER; GEIGER, 2012); O Plantador de Igreja (PATRICK, 2013); Igrejas que transformam o Brasil (STETZER; QUEIROZ, 2017). Essas e outras obras estão focadas no desenvolvimento espiritual das comunidades e dos indivíduos como caminho para o desenvolvimento global da *Missio Dei*. Elas têm em comum o cuidado em olhar para dentro e para fora, entendem que cristão maduros espiritualmente estão mais bem preparados para sair em missão e viver em missão.

1.2.1.1 Igreja simples

Os autores entendem Igreja Simples como sendo “uma congregação organizada em torno de um processo objetivo e estratégico que conduz as pessoas através de estágios do crescimento espiritual” (RAINER; GEIGER, 2012). Esse conceito sugere que uma Igreja Simples seja organizada em face de um processo objetivo e estratégico que possa conduzir pessoas a um crescimento espiritual. Nesse sentido é importante que a liderança e a comunidade tenham conhecimento claro de todo processo e estejam dispostos a executá-lo com compromisso. Ele deve fluir

com uma lógica, devendo ser implantado em toda a igreja e, por último, todos devem abandonar qualquer atividade que tire o foco. Os elementos essenciais para uma igreja simples são: Clareza, Movimento, Alinhamento e Foco.

Os autores dessa proposta deixam bem claro que eles estão falando de um programa para o discipulado, de como a igreja deve ser estruturada para que haja transformação na vida das pessoas. E ainda declaram:

[...]os líderes de Igrejas Simples não só entendem que a transformação espiritual é um processo, como lidam com essa realidade. E o fazem através da implantação de um processo ministerial que facilite o crescimento espiritual das pessoas. (RAINER; GEIGER, 2012, p. 73)

1.2.1.2 Igreja com propósitos

Outra proposta é a do Pr. Rick Warren (WARREN, 1997), na qual ele defende que uma Igreja deve ser alicerçada em cinco propósitos que visam mover a comunidade em direção a um relacionamento cada vez mais íntimo com Cristo: Adoração, Evangelismo, Comunhão, Discipulado e Serviço. Segundo Warren (1997, p.131), estas palavras representariam os cinco propósitos de Jesus para sua Igreja: Glorificação, Missão, Membresia, Maturidade e Ministério. Essas palavras serviram de base para formular a declaração de propósito da Igreja de Salddleback:

Trazer pessoas para Jesus e torná-las *membros* de sua família, desenvolver nelas *maturidade* de acordo com a semelhança de Cristo e equipá-las para seus *ministérios* na igreja e para a *missão* de suas vidas no mundo, a fim de *glorificar* o nome de Deus. (WARREN, 1997, p. 132, grifos nosso)

A igreja é organizada em dois conceitos simples que garantem um equilíbrio, são eles: círculos de compromisso e processo de desenvolvimento de vida. Os dois conceitos estão ligados a compreender os níveis de compromisso e maturidade e de como mover as pessoas de um estágio sem ou com pouco

compromisso para um estágio avançado de compromisso e maturidade. Esse processo é organizado em círculos concêntricos, compostos pelos seguintes grupos: sem-igreja, frequentadores, membros, membros maduros, ministros leigos. O movimento é direcionado ao centro dos vários círculos que é composto por cristãos maduros espiritualmente, comprometidos com o ministério e com os outros. Ao atingirem o núcleo as pessoas são enviadas de volta ao primeiro círculo, para agora, trabalharem na comunidade dos “sem igreja”. (WARREN, 1997 p.159)

1.2.1.3 Igreja Transformacional (Igrejas que transformam o Brasil)

Outra visão é a igreja transformacional (STETZER; QUEIROZ, 2017), as igrejas transformacionais têm a missão de envolver e conduzir almas perdidas para Cristo, além de desenvolver o crescimento espiritual do crente para que ele venha a reproduzir o processo. É uma troca mútua de aprender e ensinar. Nestas considerações iniciais, vemos que essas igrejas se envolvem plenamente na missão de Deus. Para uma igreja transformacional o sucesso está em fazer o evangelho avançar na vida dos perdidos. É gerar transformação de vida e desenvolver a compreensão dos crentes em relação ao cumprimento da missão. Como elas fazem isso? A proposta é seguir alguns passos.

QUADRO 1 – Passos e propostas

PASSO	PROPOSTA
O primeiro passo consiste em preparar-se para evangelizar	As igrejas transformacionais preparam os seus membros para a missão de Deus de diversas maneiras, o mais importante é que toda comunidade esteja envolvida em priorizar a missão no rol de atividades da igreja.
O segundo passo é preparar-se para a oposição	Quando estamos cumprindo a missão de Deus é inevitável que soframos oposição. Esta oposição é espiritual e é feita diretamente por satanás em todo momento. Quando a igreja sai para cumprir a sua missão, ela vai invadir um território governado por satanás, são vidas de perdidos que estão sobe seu domínio. É importante que a igreja esteja preparada espiritualmente para essa missão. Oração, comunhão entre os crentes e a

	missão quando convergem formam uma poderosa defesa no campo do ministério.
O terceiro passo é fornecer liderança pessoal para os crentes	É fundamental que haja pessoas que possam servir de referência para os crentes. Os recém convertidos necessitam de um referencial para seguir em missão. Ter alguém maduro na fé para orientar favorece que o crente continue em missão e não fique estagnado. O mentoreio serve para impulsionar e motivar pessoas em missão com Deus
O quarto passo é mover-se em direção a comunidade	A igreja transformacional se envolve com sua vizinhança, se engaja nos problemas de sua comunidade com paixão e tenta encontrar soluções para os problemas desta. A igreja transformacional não espera a comunidade vir até ela, ela vai em busca da comunidade

Fonte: (STETZER; QUEIROZ, 2017)

Para a igreja transformacional, a missão de Deus deve ser vivida dia-a-dia na rotina de vida do crente. A missão de Deus é tão perceptível na igreja transformacional que as pessoas em sua volta sentem falta quando não estão perto dela (STETZER; QUEIROZ, 2017, p.213). Nelas, as pessoas estão sempre sendo atraídas para o Corpo de Cristo, só que diferente de outras igrejas, as pessoas deixam de ser fruto da missão para se tornarem ativos na missão, e, posteriormente, serem líderes em missão.

Podemos observar que cada igreja tem uma maneira específica de conduzir pessoas para perto de Cristo. Em alguns pontos, elas se conectam: no reconhecimento da necessidade de a igreja oferecer condições para o desenvolvimento espiritual; da incapacidade de atuar apenas institucionalmente, requerendo o compromisso, a vontade e o empenho dos seus membros; do serviço como um processo mútuo e cíclico de aprender e ensinar sobre as verdades bíblicas. Essas experiências, em todos os modelos, são fundamentais para aproximar-se de Deus.

1.3 Aspectos do crescimento espiritual numa igreja missional

A base para uma reflexão sobre o assunto é entender que a narrativa bíblica é uma história verdadeira e universal, a igreja que entende isso, sabe que ela, a Bíblia, tem autoridade para nortear as vidas das pessoas e comunidades integralmente. Seja, no âmbito pessoal, comunal, social e cultural (GOHEEM, 2019, p.

244). Nessa narrativa, é necessário realçar que Deus deu ao homem o mandato cultural. Isto é, ordenou que fossem frutíferos e se multiplicassem e que governassem a criação. Essa responsabilidade agrega o cuidado extensivo a toda a boa Criação de Deus, seja ela animada ou inanimada. Com isso Deus nos chama para participar de sua obra, no início ele nos chamou para cuidar da criação; depois da Queda, Ele nos chama para sermos parte da nova criação, na construção de seu Reino aqui na terra (POST, 2015).

Essa missão não pode ser executada de forma compartimentada. Pelo contrário, ela deve ser conectada em todas as esferas do domínio da existência humana. Não há que se falar espiritual em detrimento de social, social versus cultural, ou coisas dessa natureza. O serviço a Deus, ao próximo e à Criação deve mostrar o comprometimento do cristão com a missão de Deus e essa não pode ser executada sem que se visualize um modo de vida totalmente integral (BUYS, 2015).

Quando a vida de um cristão é separada em secular e sagrada corremos o risco de ficar vulneráveis a cultura humanista, e, o pior, à face mais destrutiva dela, que consiste na ideia de negar a existência de Deus, excluindo a necessidade de uma responsabilidade moral, aumentando a desonestidade, o egoísmo, a falta de confiança, os níveis de descompromissos, a negligência no trabalho etc. Tudo isto junto, como bem enfatiza Grudem (2016, p.339), “acarreta em mais roubo, suborno, corrupção no governo, no judiciário, na imprensa, e até nas igrejas”.

O desenvolvimento espiritual de um cristão deve ser reflexo de uma vida que tem como fim principal glorificar a Deus e regozijar-se nele para sempre (WESTMINSTER, 2021). Isto não é algo que nos separa de todo restante da criação, dessa forma não há de se falar em crescimento espiritual, desenvolvimento espiritual como sendo algo exclusivo de nossas práticas espirituais, tais como, oração, jejum, leitura devocional da bíblia e demais disciplinas espirituais.

A igreja missional deve estar preparada para oferecer oportunidades, métodos e caminhos aos seus membros, a fim de que eles progridam em sua espiritualidade através das inúmeras esferas da vida humana apresentadas pela Bíblia. O objetivo é que

esse crescimento seja coeso e constante, envolvendo o cuidado com o meio ambiente (Criação), transformação social, o desenvolvimento da piedade, evangelismo, transformação cultural, dentre outros. Abaixo, analisamos essas esferas e suas características objetivadas:

1.3.1 Cuidado com o meio ambiente

A terra é propriedade de Deus, foi Ele quem a criou e tudo era muito bom (Gn 1:31). Foi dado ao homem a posse da terra para que ele habitasse e cuidasse dela. Quando declaramos o nosso amor e nossa adoração à Deus, somos impulsionados a amar o que é dEle (WRIGHT, 2012). Cuidar da criação é compartilhar com ela a finalidade existencial do cristão de glorificar a Deus. Quando não praticamos esse cuidado, nós, de certa forma, restringimos o privilégio dela de dar Glória a Deus (Sl 19).

A igreja de Deus não pode estar alheia à degradação da criação. Antes, ela deve se preocupar em exercer a compaixão com toda boa obra divina que não pode agradecer ou retribuir; este é o verdadeiro amor altruísta. Buscar a justiça de acordo com o evangelho é defender a Criação dos efeitos do pecado. Só a justiça é capaz de produzir o *shalom*⁵⁸ incorporado ao mundo pelo caráter de Deus (WRIGHT, 2012). Buys (2015, p.85) afirma que “justiça é o estabelecimento de uma relação correta – primeiramente entre Deus e o povo, secundariamente entre as pessoas e, por fim, entre as pessoas e toda criação”.

1.3.2 Transformação Social

Promover transformação social é ministrar bênçãos sobre uma sociedade caída, pecaminosa e que sofre as consequências do pecado. A benção de Deus para Abraão não foi só para ele, mas para toda uma nação e posteriormente para todas as nações

⁵⁸ SHALOM, tem um significado tão amplo, que em nenhuma outra língua pode ser expressa em um só termo. Quer dizer “estar completo”, “estar são”, “estar bem em todos os sentidos”, “ser próspero e feliz”. Shalom é o completo bem-estar que certamente equivale à paz no mais profundo significado: paz com Deus e, em consequência, conosco e com os semelhantes.

(WRIGHT, 2012). Em Cristo somos parte dessa benção, independentemente de a qual nação nós pertencemos. Se por um lado herdamos a benção, por outro somos também o meio pelo qual a benção de Deus deve chegar a outras pessoas.

Cabe a nós, enquanto mensageiros do evangelho, cooperar com a promoção de justiça para que se alcance o *shalom*. Cuidar dos pobres, miseráveis, enfermos, drogados, e outros grupos de destituídos é praticar parte dessa justiça. A bíblia nos conduz a ajudar aos que estão em situação de injustiça, por exemplo, viúvas, órfãos e estrangeiros. Não temos como falar em paz, como *shalom*, no entendimento bíblico, em um lugar onde a pobreza, a miséria, a discriminação e a opressão são aceitas com naturalidade e não são combatidas (BUYS, 2015).

1.3.3 Piedade

Uma igreja que pretende ter um envolvimento ativo com Cristo deveria buscar uma experiência profunda de adoração. Seja através dos cultos, seja através da vida dos seus membros. Segundo Stetzer e Queiroz (2017, p.153), a verdadeira adoração nos permite experimentar o Senhor em um nível mais profundo, e, ao fazê-lo, a missão pessoal e coletiva sempre será o resultado. Mas, não podemos esquecer que missões não é o objetivo da igreja, mas a adoração o é. “A adoração é o combustível e alvo das missões” (PIPER, 2001, p.35).

A prática das disciplinas espirituais como oração, jejum, leitura devocional da bíblia, louvor, dentre outras, são o alicerce para uma vida devotada a Deus.

1.3.4 Evangelismo

Quando falamos em evangelismo certamente estamos falando em missões. Este talvez tenha sido o termo que mais gerou confusão no entendimento correto e bíblico da Missão de Deus. Precisamos entender que missões é parte da Missão de Deus, como o são o ensino, a adoração, o serviço etc. A proclamação do evangelho, anúncio das boas novas de Cristo, é parte importante da missão de Deus no processo de restauração da Criação.

Segundo Goheem (2016, p. 100) “tudo que a igreja é e faz pode e deve ser parte da Missão”.

Charles Spurgeon disse que o evangelho é como um leão enjaulado. Não precisamos defendê-lo, só precisamos deixar que saia da jaula (PEARCEY, 2004, *Apud*, SPURGEON [18..]). Esse talvez seja o maior desafio da igreja hoje, ser uma instituição que contrasta com a sociedade pós-moderna, atraindo-a para Deus, através de um testemunho verdadeiro e puro de uma santidade missional. (WRIGHT, 2012)

1.3.5 Transformação cultural

Em sua missão como cooperadora da missão de Deus, à Igreja é convocada a juntamente com Cristo a expandir o seu reino em todas as esferas da cultura e da sociedade (GOHEEN, 2016) O grande empecilho para isso, é a dicotomia Sagrado/Secular. Naturalmente foi dado ao sagrado uma importância maior, ou, por não dizer única, no que se entende por crescimento espiritual ou espiritualidade (PEARCEY, 2017). Nesse contexto, a igreja se fecha para dentro de si, ficando alheia a cultura em sua volta. Por tanto, culto dominical, escola bíblica, dentre outras atividades tornam-se mais “importantes” que as atividades cotidianas do cristão. As doutrinas basilares da Bíblia não são ligadas com a cultura e com a vida “secular”. A consequência disso, é uma igreja fechada em si mesmo, ficando a mercê dos valores e crenças da cultura predominante da sociedade. (GOHEEN, 2019)

2. METODOLOGIA

A coleta dos dados foi realizada durante o período de 17 a 24 de abril, obtendo uma amostra de 306 respondentes oriundos de um público alvo restrito a membros e congregados na Igreja Cidade Viva. A pesquisa se caracteriza como exploratória visto que é a primeira descrição da compreensão missional deste público. Caracteriza-se também como estudo de caso visto que a abordagem restrita a um público delimitado pela Igreja Cidade Viva. Quanto a análise, os dados foram tratados com técnicas de

estatística descritiva (medidas de tendência central, tabelas de referências cruzadas e comparações de média).

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na Tabela 1, que traz um perfil demográfico da amostra, podemos observar predominância do sexo feminino, que configura 56% da amostra, percentual bastante similar às ocorrências gerais das igrejas que, normalmente, apresentam mulheres como as maiores em números e mais participantes das atividades das igrejas (STETZER; QUEIROZ, 2016). A média de idade dos pesquisados foi 39,6 anos e à mediana de 40 anos (essa última medida indica que 50% da amostra está acima de 40 anos). Líderes de pequenos grupos e ministérios compõem 42,1% da amostra; destes 50,4% são de mulheres. Os respondentes que afirmaram fazer parte de um pequeno grupo correspondem a 69,3%, com maioria das mulheres 58,5%. O grupo dos que não fazem parte de pequenos grupos está dividido em partes iguais (50% são homens e 50% mulheres).

Quanto ao tempo de conversão, os respondentes têm em média 16,7 anos, com uma mediana de 15 anos. Um número bastante expressivo da amostra (76,5%) afirma participar de pelo menos um ministério na igreja. Novamente, as mulheres são maioria (58,1%). Em sentido contrário, a predominância de quem não participa de ministérios é masculina (51,3%).

TABELA 1 – Dados demográficos

	Total da Amostra	Homens	Mulheres
Composição da amostra	306	44%	56%
Idade média	39,6		
Idade mediana	40		
Líderes (peq. Grupos, Ministério)	42,15%	49,6%	50,4%
Em pequenos grupos	69,3%	41,5%	58,5%
Não estão em pequenos grupos	30,7%	50%	50%
Tempo de convertido média	16,7		
Tempo de convertido mediana	15		
Participa de ministério	76,5%	41,9%	58,1%
Não participa de Ministério	23,5%	51,3%	48,7%

Fonte: Pesquisa de autoria própria

Esse perfil é bastante similar aos dados encontrados por pesquisa censitária realizada em 2017 pela própria Igreja Cidade Viva. Portanto, está bastante adequado para representar a população estudada. Tanto no que tange ao tamanho da amostra, quanto no que tange à sua qualidade.

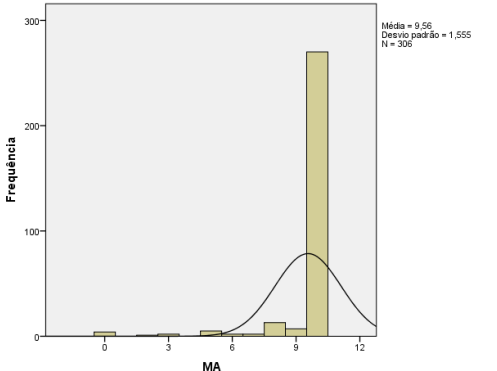
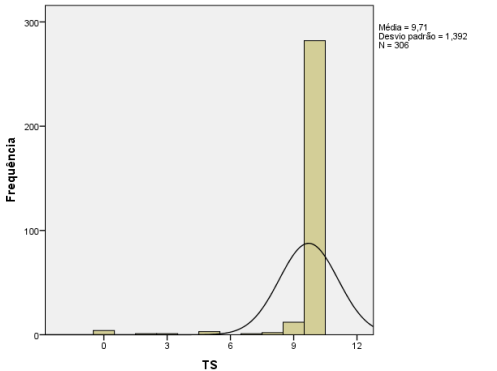
3.1 Análise das cinco dimensões de compreensão missional

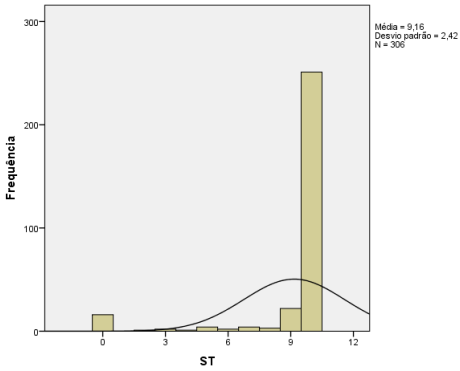
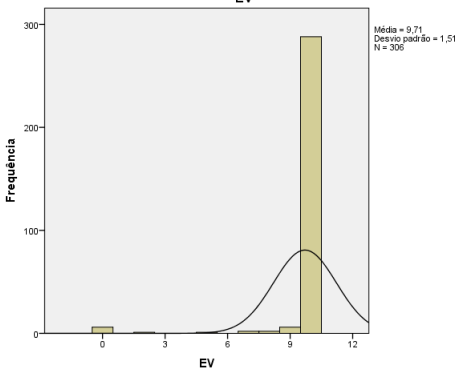
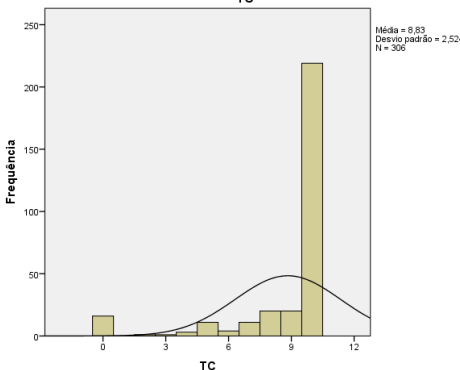
Em todas as cinco variáveis utilizadas para descrever a compreensão missional dos participantes da Igreja Cidade Viva (Meio Ambiente, Transformação Social, Santificação, Evangelismo e Transformação Cultural), encontramos curvas assimétricas à direita, com alta concentração nos maiores valores (moda = 10), bem como um padrão leptocúrtico, afunilado bem acima da curva normal (o padrão normal seria mesocúrtico com os valores de curtose próxima de 0). Isso indica um elevado grau de concordância com os significados missionais propostos no questionário. Ou seja, indica que os participantes da Igreja Cidade Viva têm absorvido de maneira ampla o conceito de missão baseado na doutrina de cosmovisão cristã.

A variável mais destoante é a que busca medir a percepção das pessoas sobre a relação entre a missão de Deus e a transformação cultural. A redução das medidas de assimetria,

curtose e, conseqüentemente, da média, aponta, em comparação com as outras variáveis, para um nível de concordância menor, mas, mesmo assim, muito elevado.

FIGURA 01 – Análise das variáveis globais de compreensão missional

Gráficos	Descritores
 <p>MA</p> <p>Média = 9,56 Desvio padrão = 1,555 N = 306</p>	<p>A missão de Deus inclui: Cuidar do meio ambiente Média = 9,56 Assimetria = -4,497 Curtose = 21,620</p>
 <p>TS</p> <p>Média = 9,71 Desvio padrão = 1,382 N = 306</p>	<p>A missão de Deus inclui: Colaborar para uma transformação positiva da sociedade Média = 9,71 Assimetria = -5,824 Curtose = 34,943</p>

 <p>ST</p> <p>Média = 9,16 Desvio padrão = 2,42 N = 306</p>	<p>A missão de Deus inclui: Desenvolver a minha própria santidade</p> <p>Média = 9,16 Assimetria = -3,153 Curtose = 8,739</p>
 <p>EV</p> <p>Média = 9,71 Desvio padrão = 1,51 N = 306</p>	<p>A missão de Deus inclui: Evangelizar as pessoas e nações</p> <p>Média = 9,71 Assimetria = -5,850 Curtose = 33,968</p>
 <p>TC</p> <p>Média = 8,83 Desvio padrão = 2,524 N = 306</p>	<p>A missão de Deus inclui: Promover transformação cultural</p> <p>Média = 8,83 Assimetria = -2,531 Curtose = 5,672</p>

Fonte: Pesquisa de autoria própria

3.1.1 Meio ambiente

Na variante Meio Ambiente, os resultados mostram, de modo geral, que existe uma equivalência na compreensão missional nos variados grupos determinados nessa pesquisa. Temos uma pequena variação a mais, nos que relataram fazer parte de um grupo pequeno (conexão). Há também uma pequena variação na compreensão dos homens em relação as mulheres nessa variante.

TABELA 2 – Compreensão missional da variante Meio Ambiente

Homens	9,5
Mulheres	9,6
Líderes	9,6
Conexão	9,7
Ministério	9,6

Fonte: Pesquisa de autoria própria

A tabela 3 mostra que quanto maior o tempo de convertido, menor é a compreensão da variável. Na direção contrária, as pessoas com menor tempo de conversão foram as que apresentaram melhor compreensão dessa variável.

TABELA 3 – Influência do tempo de conversão sobre a variável de compreensão missional Meio Ambiente

Tempo de conversão	Média de concordância
Até 3 anos	9,9
Mais de 3 anos até 5 anos	9,6
Mais de 5 anos até 10 anos	9,6
Mais de 10 anos	9,5

Fonte: Pesquisa de autoria própria

Os resultados na Tabela 4 direcionam para o entendimento que, aparentemente, as pessoas com mais de 45 anos têm maior dificuldade de associar esse conceito missional. O grupo de pessoas com idade de até 18 anos mostram ter uma assimilação melhor dessa variável.

Tabela 4 – Influência da Idade sobre a variável de compreensão missional Meio Ambiente

Idade	Média de concordância
Até 18 anos	9,8
Mais de 18 anos até de 30 anos	9,7
Mais de 30 anos até 45 anos	9,7
Mais de 45 anos	9,2

Fonte: Pesquisa própria

3.2 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Os homens respondentes da pesquisa mostraram possuir uma compreensão missional da variável transformação social bem aguçada. A média apresentada por esse grupo quase atingiu a média máxima. De uma maneira geral, essa variante é bem assimilada por todos os respondentes da pesquisa. As mulheres apresentaram uma pequena redução na média em relação aos demais grupos, sem, no entanto, refletir numa baixa compreensão missional desta variante.

TABELA 5 – Compreensão missional da variante Transformação Social

Homens	9,9
Mulheres	9,7
Líderes	9,8
Conexão	9,8
Ministério	9,8

Fonte: Pesquisa de autoria própria

Podemos observar nos dados da Tabela 6 que os recém convertidos mostram uma melhor compreensão missional da variante Transformação Social. O grupo enquadrado na faixa etária de mais de 3 anos até 5 anos de convertido mostra uma pequena tendência em não assimilar esse aspecto da compreensão missional.

TABELA 6 – Influência do tempo de conversão sobre a variável de compreensão missional Transformação Social

Tempo de conversão	Média de concordância
Até 3 anos	9,9
Mais de 3 anos até 5 anos	9,6
Mais de 5 anos até 10 anos	9,7
Mais de 10 anos	9,7

Fonte: Pesquisa de autoria própria

A Tabela 7 apresenta dados que mostram que aparentemente a idade tem maior influência sobre essa variável de compreensão missional. As pessoas com idade maior que 45 anos parecem ter uma maior dificuldade em assimilar esse aspecto missional, diferente das pessoas com idade inferior a 45 anos, tendo em vista que o resultado mostra, aparentemente, que a compreensão missional da variável é mais contundente.

TABELA 7 – Influência da Idade sobre a variável de compreensão missional Transformação Social

Idade	Média de concordância
Até 18 anos	9,8
Mais de 18 anos até de 30 anos	9,7
Mais de 30 anos até 45 anos	9,8
Mais de 45 anos	9,5

Fonte: Pesquisa de autoria própria

3.3 PIEDADE

Na variável da compreensão missional piedade, há uma tendência para as pessoas que fazem parte de um grupo pequeno (conexão) ter uma maior assimilação, como mostra os dados da Tabela 8. Ademais, essa singularidade também é refletida quando as pessoas estão fazendo parte de um ministério ou quando são líderes. Os homens também demonstram ser mais propícios a assimilar a variável em detrimento das mulheres.

TABELA 8 – Compreensão missional da variante Piedade

Homens	9,2
Mulheres	9,1
Líderes	9,3
Conexão	9,4
Ministério	9,3

Fonte: Pesquisa de autoria própria

Mais uma vez, o fator tempo de convertido aparenta exercer influência na assimilação da variável. Os respondentes que possuem até 3 anos de convertidos mostram a capacidade de compreensão missional da variável muito superior à média dos demais grupos. Em contrapartida, as pessoas com tempo de convertido de mais de 5 anos apresentam uma compreensão missional menor dessa variável. Os fatos que ocasionam isso devem ser avaliados em um estudo complementar

TABELA 9 – Influência do tempo de conversão sobre a variável de compreensão missional Piedade

Tempo de conversão	Média de concordância
Até 3 anos	9,9
Mais de 3 anos até 5 anos	9,6
Mais de 5 anos até 10 anos	9,1
Mais de 10 anos	9,1

Fonte: Pesquisa própria

A Tabela 10 apresenta dados que colaboram para o entendimento de que o fator idade exerce influência na compreensão missional da variável. Os respondentes com idade maior que 45 anos aparentemente têm maior dificuldade em assimilar essa variável, sendo a média desse grupo bem menor do que os grupos de até 18 anos e mais de 18 até 30 anos.

TABELA 10 – Influência da Idade sobre a variável de compreensão missional Piedade

Idade	Média de concordância
Até 18 anos	9,4
Mais de 18 anos até de 30 anos	9,4
Mais de 30 anos até 45 anos	9,2
Mais de 45 anos	8,9

Fonte: Pesquisa de autoria própria

3.4 EVANGELISMO

Na variável evangelismo, a compreensão missional mostra-se em perfeito equilíbrio. Nenhum aspecto avaliado mostrou ser mais contundente que outro. Os homens e mulheres respondentes apresentaram a mesma média, de igual modo nos aspectos líder, conexão e ministério.

TABELA 11 – Compreensão missional da variante Evangelismo

Homens	9,7
Mulheres	9,7
Líderes	9,7
Conexão	9,7
Ministério	9,7

Fonte: Pesquisa de autoria própria

A tabela 12 mostra que existe uma compreensão missional muito boa da variável evangelismo. O tempo de conversão das pessoas entre 3 e 5 anos obteve média máxima (10,0), mostrando com isso que as pessoas enquadradas nesse grupo apresentam melhor compreensão dessa variável missional. Já os respondentes que tem mais de dez anos de conversão, apresentaram a menor média. Deduzimos, portanto, que esse grupo tem uma maior dificuldade na assimilação dessa variável missional.

TABELA 12 – Influência do tempo de conversão sobre a variável de compreensão missional Evangelismo

Tempo de conversão	Média de concordância
Até 3 anos	9,8
Mais de 3 anos até 5 anos	10,0
Mais de 5 anos até 10 anos	9,8
Mais de 10 anos	9,6

Fonte: Pesquisa de autoria própria

A idade é fator influenciador na compreensão missional da variável ora apresentada na Tabela 13. No grupo de mais de 45 anos, a média demonstra aparentemente que essas pessoas têm uma maior dificuldade de assimilação da variável. No sentido contrário, as pessoas do grupo de até 18 anos atingiram a média máxima (10,0), mostrando que a assimilação dessa variável nessa faixa etária é muito boa.

TABELA 13 – Influência da Idade sobre a variável de compreensão missional Evangelismo

Idade	Média de concordância
Até 18 anos	10,0
Mais de 18 anos até de 30 anos	9,7
Mais de 30 anos até 45 anos	9,9
Mais de 45 anos	9,5

Fonte: Pesquisa de autoria própria

3.5 TRANSFORMAÇÃO CULTURAL

Dentre todas as variáveis, transformação cultural foi a que apresentou as menores médias em todos os grupos. A Tabela 14 mostra que, aparentemente, as mulheres têm uma maior dificuldade na assimilação da variável missional. O fato de ser um líder, estar em uma conexão ou em um ministério ajuda na compreensão missional da variável.

TABELA 14 – Compreensão missional da variante Transformação cultural

Homens	9,0
Mulheres	8,6
Líderes	9,1
Conexão	9,1
Ministério	9,0

Fonte: Pesquisa de autoria própria

A Tabela 15 mostra que o fator tempo de conversão não tem sido, aparentemente, fator determinante para a compreensão dessa variante, haja vista que a média mostrou índices equilibrados com uma pequena variação para mais no grupo com mais de 3 anos até 5 anos de conversão, supostamente esse grupo apresentando uma melhor compreensão missional da variável. Apesar disso, as médias por grupo foram baixas em relação aos mesmos parâmetros em outras variáveis. Tal achado desperta para a necessidade de intensificar essa variável missional na igreja.

TABELA 15 – Influência do tempo de conversão sobre a variável de compreensão missional Transformação cultural

Tempo de conversão	Média de concordância
Até 3 anos	8,5
Mais de 3 anos até 5 anos	9,3
Mais de 5 anos até 10 anos	8,8
Mais de 10 anos	8,8

Fonte: Pesquisa de autoria própria

Analisando o aspecto idade - Tabela 16 - deduzimos que as pessoas com idade de até 18 anos têm uma maior dificuldade de compreender essa variante missional. Com média um pouco maior, as pessoas entre 30 até 45 anos e as acima de 45 anos também demonstram, aparentemente, dificuldade de assimilar a

variável. Já as pessoas com mais de 18 e até 30 anos, apresentaram, nesse aspecto, a maior média (9,1). No entanto, em relação a outras variáveis nesse mesmo aspecto, a média é inferior. Portanto, mesmo a média mais alta não representa que o fator idade é determinante na compreensão missional da variável.

TABELA 16 – Influência da Idade sobre a variável de compreensão missional Transformação cultural

Idade	Média de concordância
Até 18 anos	7,6
Mais de 18 anos até de 30 anos	9,1
Mais de 30 anos até 45 anos	8,9
Mais de 45 anos	8,6

Fonte: Pesquisa de autoria própria

A Tabela 17 mostra a influência na compreensão missional das variáveis utilizadas nesse estudo, por respondentes que são líderes, que estão conectados e que participam de ministério em comparação com os respondentes que não participam de nenhuma dessas atividades. Os dados revelam que o fato do respondente está inserido nos três campos (líder, conexão, ministério) contribui na assimilação das variáveis missionais. Em todas as variáveis, a média dos que não são ativos em conexão, em ministério e em liderança é inferior à média dos que são ativos.

TABELA 17 – Influência da participação em conexão, ministério e liderança na compreensão missional das variáveis em comparação aos que não participam de nenhuma dessas ações.

Variável	Não participam	Participam
Meio Ambiente	9,2	9,7
Transformação Social	9,4	9,8
Piedade	8,4	9,4
Evangelismo	9,5	9,8
Transformação Cultural	7,9	9,2

Fonte: Pesquisa de autoria própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da amplitude da *Missio Dei* pelos membros e congregados da Igreja Cidade Viva, à luz da cosmovisão cristã, é bastante forte segundo apuramos em nosso estudo. Existe uma pequena variação em determinadas variáveis, mas nada que comprometa o resultado geral. A pesquisa mostra que há eficiência no ensino, tanto no púlpito, quanto nos pequenos grupos. Outro ponto que merece destaque é a importância da participação em ministérios e ou pequenos grupos na compreensão da missão da Igreja. No entanto, espera-se que os membros e congregados da Igreja Cidade Viva saiam do plano apenas teórico, desenvolvendo ações práticas, direcionadas para a comunidade, seja, pregando o evangelho, protegendo o meio ambiente, promovendo justiça social, ou transformando a cultura, sem, contudo, deixar de lado as práticas devocionais que nos orientam a uma vida piedosa.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Nova versão Internacional**. Rio de Janeiro: VIDA, 2008.

CATECISMO MAIOR DE WESTMINSTER. Monergismo, [20..]. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/catecismos/catecismomaior_westminster.htm Acesso em: 20 Fev. de 2021.

DA SILVA, Anilton Oliveira. **Igreja relevante: praticando princípios da igreja missional**. Revista Ensaios Teológicos, v. 3, n. 1, 2017.

FOLHA. **Arrecadação de Igrejas quase dobra em 8 anos, para R\$ 24,3 bilhões**. São Paulo, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?numero=48855&anchor=6126836&origem=busca&pd=ea86f3fde0e5cec9e3105da7c9e8ea35> Acesso em: 15 Jun. 2020.

GOHEEN, M. W. **A missão da Igreja hoje: a Bíblia, a história e as questões contemporâneas**. Viçosa: Ultimato, 2019.

_____. **A Igreja missional na Bíblia:** Luz para as nações. São Paulo: Vida Nova, 2014.

GOHEEN, M. W.; BARTHOLOMEW, C. G. **Introdução a cosmovisão cristã:** vivendo na intersecção entre a visão bíblica e a contemporânea. São Paulo: Vida Nova, 2016.

GRUDEM, W.; ASMUS, B. **A pobreza das Nações:** Uma solução sustentável. São Paulo: Vida Nova, 2016.

_____. **Manual de doutrinas cristãs:** teologia sistemática ao alcance de todos. São Paulo: Vida, 2007.

HAWKINS, G.L.; PARKINSON, C. **Descubra onde você está?** A resposta transformará sua igreja. São Paulo: Vida, 2008.

KUYPER, A. **Calvinismo.** São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

LOGAN Jr., S. T. (org) **Reformado quer dizer missional,** São Paulo: Cultura Cristã, 2016.

ORTEGA, Jetro Castro. **O crescimento espiritual em uma universidade confessional.** Kerygma, v. 10, n. 2, p. 79-88, 2014.

PATRICK, D. **O plantador de Igrejas.** 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2013.

PEARCY, N. **Verdade absoluta.** Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

RAINER, T.S.; GEIGER, E. **Igreja simples:** retornando ao processo de Deus para fazer discípulos. Brasília, DF: Palavra, 2011.

STETZER, Ed.; QUEIROZ, S. **Igrejas que transformam o Brasil:** Sinais de um movimento revolucionário e Inspirador. São Paulo: Mundo Cristão, 2017.

WARREN, R. **Uma igreja com propósitos.** São Paulo: Vida, 1997.

WOLTER, Berndt. **As fases de crescimento cristão.** Kerygma, v. 5, n. 1, p. 55-70, 2009.

WRIGHT, Christopher J. H. **A missão do povo de Deus:** uma teologia bíblica da missão da igreja. São Paulo: Vida Nova, 2012.

_____. **A missão de Deus:** desvendando a grande narrativa da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 2014.



FACULDADE
INTERNACIONAL
CIDADE VIVA